

**THIAGO HENRIQUE SAMPAIO**

***O AFRICANO***

Dilemas literários, históricos e sociais de um jornal moçambicano (1908-  
1919)

**ASSIS**

**2021**

**THIAGO HENRIQUE SAMPAIO**

***O AFRICANO***

Dilemas literários, históricos e sociais de um jornal moçambicano (1908-1919)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

**ORIENTADORA: SANDRA FERREIRA**

**ASSIS**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S192a Sampaio, Thiago Henrique  
O africano: dilemas literários, históricos e sociais de um  
jornal moçambicano (1908-1919) / Thiago Henrique  
Sampaio. Assis, 2020.  
225 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual  
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientadora: Dra. Sandra Aparecida Ferreira

1. Jornais moçambicanos. 2. Albasini, João, 1813-1888.  
3. Albasini, José, 1877-1935. 4. Imprensa - Moçambique. I.  
Título.

CDD 070.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO



TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *O AFRICANO*: Dilemas literários, históricos e sociológicos de um jornal moçambicano (1908- 1919)

AUTOR: THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

ORIENTADORA: SANDRA APARECIDA FERREIRA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em LETRAS, área: Literatura e Vida Social pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. SANDRA APARECIDA FERREIRA (Participação Virtual)  
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. RAQUEL GRYSZCZENKO ALVES GOMES (Participação Virtual)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP/Campinas

Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR (Participação Virtual)  
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/FCL-Assis

Assis, 28 de janeiro de 2021

*In memoriam de Márcia da Silva Sampaio, minha mãe,  
que sempre teve orgulho das minhas conquistas.*

## AGRADECIMENTOS

Ao terminarmos uma pesquisa, o processo de escrita dos agradecimentos torna-se um processo de reconhecimento e gratidão a pessoas que encontramos e instituições pelas quais passamos para a construção e desenvolvimento do que aqui será apresentado. Lembro que essa pesquisa só foi possível graças a colaboração de amigos e atenção direta e indireta de várias pessoas. Já antecipo meu muito obrigado.

Primeiramente, a minha orientadora Sandra Aparecida Ferreira, que com todo o carinho, paciência, profissionalismo e zelo me orientou ao longo desses dois anos e meio e que se demonstrou ao longo da sua trajetória acadêmica um modelo ímpar a ser seguido pelos seus orientandos e alunos. Sem sua atenção, calma, sugestões, críticas e conselhos a pesquisa não teria chegado aos resultados obtidos.

A professora Fernanda do Nascimento Thomaz por ter fornecido a documentação que utilizo nessa pesquisa e ao professor César Braga-Pinto pelo envio da obra *João Albasini e as Luzes de Nwanzengele*, fundamental para as minhas reflexões.

Agradeço a participação nas bancas de defesa e qualificação da professora Raquel Gryszczenko Alves Gomes (UNICAMP) e do professor Álvaro Santos Simões Júnior (UNESP/Assis) pelas sugestões, conselhos e ajudas ao longo da pesquisa.

À minha família, nas figuras de Roselina Sandoval, Marcos Sampaio, Márcia Sampaio, Zelinda Sampaio e Marta Sandoval, que sempre se preocuparam em saber como eu estava em Assis, me ligavam todo dia e me incentivaram a seguir as trajetórias e escolhas que fiz.

Aos amigos que Assis e a universidade me trouxeram ao longo desses anos. Entre eles estão Arthur Duarte, Fernanda Gomes, João Paulo, Lucas Mota, Aline Nascimento, Monyque Nalia, Luiz Karat, José Lino, Daniela Oliveira, Leonardo Paes, Bruna Gomes, Nathalia Agnes, Gabriela Cacefo, Lucas Boiani, além de outros que não nomeei, mas que o companheirismo, a atenção e uma conversa amiga naqueles momentos de crise ao longo da pesquisa tiveram um papel fundamental para continuar o desenvolvimento da dissertação. Além de serem pessoas que se mostraram essenciais na minha caminhada e em momentos difíceis que passei nos últimos anos.

Aos pesquisadores do grupo de pesquisa Religiões e Trajetórias das Experiências Missionárias em África pela acolhida e toda atenção dada ao longo da pesquisa, principalmente suas coordenadoras Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP), Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP/Assis) e Elvira Mea (Universidade do Porto).

Aos amigos de pesquisa que sempre tinham sugestões e acréscimos valiosos para serem dados com suas leituras atenciosas e minuciosas como Alex Rogério Silva, Helena Wakim Moreno, Thiago Folador, Marcos Paulo Amorim e outros.

Aos amigos e colegas da EE Clybas Pinto Ferraz como Aida Jamal, Bruno Souza, Nayara Camilo, Cintia Bueno, Elaine Caetano, Mariangela Pasquarelli, Maria Antonia Costa e outros que sempre se colocam presentes em minha vida nas mais diferentes situações e não apenas nas profissionais.

Aos professores do antigo Departamento de Literatura da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis) entre os quais posso citar Benedito Antunes, Fabiano Rodrigo da Silva Santos, Álvaro Simões Júnior, Silvia Azevedo, Márcio Roberto Pereira e Rosane Gazolla Feitosa por serem exemplos de pesquisadores entre seus alunos da graduação e da pós-graduação, e pelas batalhas intensas em que a área de Literatura vem atuando no campus de Assis em níveis de graduação e pós.

Aos professores do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis) entre os quais posso nomear Paulo Cesar Gonçalves, Wilton Carlos Lima da Silva, Lucia Helena Oliveira Silva, André Figueiredo Rodrigues, José Luis Bendicho Beired e Eduardo José Afonso.

Aos funcionários da biblioteca, seção de pós-graduação e secretaria do departamento de Literatura, tais como Roseli Pinheiro, José Lino, Marcos Francisco, Lucilene Franco e Monique Pereira que, mesmo com o processo de sucateamento e desestruturação de que nossa universidade tem sido vítima nos últimos anos, se mostraram como ninguém prestativos, atenciosos, cuidadosos e ágeis com as dúvidas surgidas, não só por mim, mas por diversos estudantes da pós-graduação. Assim, eles demonstram com maestria a importância dos servidores técnicos-administrativos para a manutenção e qualidade de uma instituição de ensino.

A Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP/Assis), pela qualidade da minha formação ao longo da graduação e da pós-graduação. Que mesmo com os desmazelos, desestruturação e sucateamento que vem sofrendo na última década, tem resistido com primazia para propiciar a diversos estudantes como eu um ensino de qualidade e excelência em momentos em que a educação, a pesquisa e as ciências têm sido colocadas como inimigas por diversas autoridades de nossa nação.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP, que não me possibilitou participar da atribuição de bolsas do meu próprio programa, mesmo com autorização da CAPES e apoio

dos membros da comissão de bolsas, alegando como justificativa o fato de eu possuir uma titulação no mesmo nível. A negativa permitiu abertura de portas e possibilitou que eu tivesse uma experiência muito proveitosa com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) no seu programa de Formação Didático-Pedagógica para Cursos na Modalidade a Distância, em que atuei como facilitador.

E, por fim, mas não menos importante, a VIDA. A pesquisa atravessou quase um ano de uma pandemia que não foi levada a sério por várias autoridades políticas, trouxe transtornos psicológicos e consequências financeiras para milhares de pessoas e vitimizou diretamente **181.835** brasileiros (15/12/2020), devemos refletir sobre quantos estudantes, professores ou pesquisadores tiveram alguma perda de pessoas queridas durante a permanência da COVID-19 ou mesmo se tornaram vítimas dela no Brasil. Tal situação só reforça a nossa luta diária e permanente por uma Educação Superior pública, laica e de qualidade, além da defesa constante das ciências em nosso país. Principalmente em um contexto em que afloram pelo país e em instituições de ensino os “monstros colaboradores”, que ajudam na desestruturação, degeneração e sucateamentos das universidades, institutos ou faculdades. Por isso, FORA BOLSONARO!

SAMPAIO, Thiago Henrique. 2021. ***O Africano: dilemas literários, históricos e sociais de um jornal moçambicano (1908-1919)***. f. 225. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021.

## RESUMO

A dissertação tem por foco o percurso do periódico *O Africano* de Moçambique durante os anos de 1908 a 1919. Na pesquisa, partimos do objetivo de entender o papel do jornal em seu contexto de publicação para compreendermos a importância de sua trajetória no sistema literário de Moçambique, trabalhando com a perspectiva de seus gestores (João Albasini e José Albasini) e seus colaboradores. Para o direcionamento desta pesquisa, acreditamos que *O Africano* permitiu a germinação de um sistema literário em Moçambique, entre os anos de 1908 e 1919. Seus administradores, João Albasini e José Albasini, por meio de uma importante rede de sociabilidade, conseguiram construir uma base para os homens de letras que surgirão posteriormente na colônia de Moçambique.

**Palavras-chaves:** *O Africano*, João Albasini, José Albasini, Colonialismo, Imprensa em África

SAMPAIO, Thiago Henrique. 2021. *O Africano: literary, historical and social dilemmas of a Mozambican newspaper (1908-1919)*. f. 225. Dissertation (Master of Letters) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021.

### **ABSTRACT**

The dissertation focused on the trajectory of the journal *O Africano* of Mozambique during the years 1908 to 1919. In the research we start from the objective of understanding the role of the newspaper in its local society to understand the importance of its trajectory within the literary system of Mozambique, working with the perspective of its managers (João Albasini and José Albasini) and their collaborators. To guide this research, we believe that *O Africano* allowed the germination of a literary system in Mozambique, between the years 1908 and 1919. Its administrators, João Albasini and José Albasini, through an important sociability network managed to build a base for the men of letters that will later appear in the colony of Mozambique.

**Keys-words:** *O Africano*, João Albasini, José Albasini, Colonialism, Press in African

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1.1. Exemplo de Boletim Oficial – <i>Boletim Oficial de Angola</i>	34
Figura 1.2. Limites da Província de Moçambique (1891)	38
Figura 1.3. Divisão administrativa de Moçambique (1910)	42
Figura 1.4. Mapa da cidade de Lourenço Marques (1920)	51
Figura 1.5. João Albasini, na parte superior a direita	64
Figura 2.1. Sede do Grêmio Africano (1920)	75
Figura 2.2 Primeiro número do periódico <i>O Africano</i> (25/12/1908)	78
Figura 2.3 João Albasini	102
Figura 2.4 José Francisco Albasini, o Bandana	112
Figura 3.1. Censura da seção em língua landim no periódico <i>O Africano</i>	136
Figura 3.2. Censura na primeira página de <i>O Africano</i>	136
Figura 3.3. Seção em landim novamente censurada no número seguinte	137
Figura 3.4. Texto do João das Regras censurado no mês de abril de 1916	137
Figura 3.5. Primeira página do periódico <i>O Africano</i> no mês de abril de 1916	138
Figura 3.6. Editorial censurado em <i>O Africano</i>	140
Figura 3.7 Padre José Vicente do Sacramento e Santos Rufino	157
Figura 3.8 Ensino e Educação em Moçambique	159
Figura 3.9 Liceu 5 de outubro, fundado em 1918 em Lourenço Marques	160
Figura 3.10 Anúncio da Caza Sport	169
Figura 3.11 Empreza União Automobilista	169
Figura 3.12 Salão de Moda Fabião e Silva – Lindos Cortes	171
Figura 3.13 Salão de Moda Fabião e Silva – Chapéus para Senhoras	172
Figura 3.14 Salão de Moda Fabião e Silva – Estação de Inverno	173
Figura 3.15 Não tem rival! Podeis acreditar!	175
Figura 3.16 Chegou no vapor portuguez!	176
Figura 3.17 Indicação de livro	182
Figura 3.18 Poema publicado no jornal “Versos de Pé Quebrado” V.S	184
Figura 3.19 Poema publicado no jornal “Será Verdade?!”	185
Figura 3.20 Poema publicado no jornal “Coração Turvo”	186
Figura 3.21 Poema publicado no jornal “O Africano” no Chai-Chai	187
Figura 3.22 Poema publicado no jornal “O Coração”	188

Figura 4.1 João Albasini e sua caricatura	196
Figura 4.2 Cabeçalho do periódico a partir da administração do Padre José Vicente do Sacramento	211

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 3.1. Importação de vinho colonial para Moçambique em hectolitros (1888-1896)	144
Tabela 3.2. Vinho importado para Lourenço Marques (1897-1914)	146
Tabela 4.1 Divisão administrativa das áreas “indígenas” e europeias	194

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
Hipótese e Objetivos .....	16
Referencial Teórico e Metodologia de Análise .....	17
A historiografia brasileira sobre <i>O Africano</i> e o que tentamos trazer de informação nova .....	23
<b>1. A IMPRENSA, A REPÚBLICA E OS ASSIMILADOS: O CASO DE MOÇAMBIQUE COLONIAL .....</b>	<b>26</b>
Literatura, história e imprensa: diálogos possíveis .....	27
A Primeira República, as missões em Moçambique e a autonomia local .....	44
Intermediários da colonização: os assimilados e seu domínio da língua.....	49
Os intelectuais e os escritores engajados .....	59
<b>2. “EM DEFESA DA CAUSA AFRICANA”: O JORNAL O AFRICANO E A ESCRITA COMBATIVA DOS ALBASINI .....</b>	<b>66</b>
O surgimento de um jornal combativo: o periódico <i>O Africano</i> .....	66
Entre o ronga e o português: a escolha de uma língua?.....	80
O (s) arauto (s) de uma sociedade em transformação: João Albasini e seus heterônimos .....	90
A trajetória e a escrita literária de José Albasini (O Bandana) .....	111
<b>CAPÍTULO 3. LITERATURA E SOCIEDADE: A CRÍTICA SOCIAL NAS PÁGINAS DE O AFRICANO .....</b>	<b>120</b>
Um mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial e seus impactos em Portugal e Moçambique .....	120
Promessa e mais promessas: a Primeira República Portuguesa e suas mazelas administrativas .....	130
Entre o silenciamento e a ironia: a censura nas páginas de <i>O Africano</i> .....	135
“ <i>No paiz da bebedeira</i> ”: o vinho para o preto e as práticas de alcoolismo em Moçambique .....	145
Por uma educação para todos: a defesa da instrução indígena nas páginas de <i>O Africano</i> .....	156
Propagandas e comunicados nas páginas de <i>O Africano</i> .....	166
O fracasso missionário nas linhas de <i>O Africano</i> .....	178
Um espaço literário e de circulação de informações .....	182
<b>CAPÍTULO 4. “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”: OS MOMENTOS FINAIS DE O AFRICANO .....</b>	<b>191</b>
“A tal Portaria”: o Estatuto dos Assimilados nas linhas de <i>O Africano</i> .....	191
Os assimilados e o presidente-rei: o Sidonismo e João Albasini.....	203
E tudo chega ao fim: o editorial final e a “nova administração” .....	208
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>214</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>222</b>
Anno Novo – Era nova .....	222

## INTRODUÇÃO

*Desejo entrar em considerações que vão irritar muita gente e trazer discussões azedas. Falta-me o tempo, e quiçá a competência. Contudo vou tentar e, escudado com a arma forte da razão, estou convencido de que chegarei ao fim da jornada, mais ileso que ferido, pois estou também convencido de que muito pode a verdade dita com convicção, muito embora dita em África... (João Albasini)*

A pesquisa ora apresentada situa-se no campo de Estudos Africanos, com especial atenção à História Literária de Moçambique. Ao tratarmos de imprensa nas décadas finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, temos em mente sistemas literários consolidados e autores buscando maior afirmação social e intelectual em sua comunidade. Mas, no caso do continente africano, especificamente de Moçambique, como isso funcionava?

Em Moçambique, notaremos que o surgimento da imprensa ocorreu de forma tardia e, mais tardiamente ainda, deu-se a estruturação de um sistema literário, já às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A Imprensa nas colônias portuguesas apareceu apenas em meados de Oitocentos, sendo veículos ligados primeiramente às administrações coloniais. Nas décadas finais de XIX, começam a surgir grupos organizados, compostos por aqueles que, ou não faziam parte gestões existentes em Moçambique, ou possuíam interesses a elas vinculados.

A intensa ocupação de Moçambique, ocorrida nas décadas finais de XIX, e as legislações de controle da população nativa pelo Estado Colonial causaram grande impacto sobre a elite negra letrada local. Nas primeiras décadas do século XX, um grupo de africanos letrados buscou organizar-se em associações e produzir os primeiros impressos que dariam bases para a construção de um sistema literário. Esse núcleo foi o Grêmio Africano e seu jornal *O Africano*.

*O Africano* foi um importante periódico em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Foi administrado pelos irmãos João Albasini e José Albasini, ambos jornalistas e escritores que publicaram em suas páginas importantes editoriais e crônicas, que denunciavam as mazelas, problemas e abusos das administrações coloniais portuguesas.

Além dos irmãos Albassini, *O Africano* contou com importantes colaboradores, que demonstraram a seu público leitor as atrocidades e sofrimentos do cotidiano colonial existente em Moçambique.

*O Africano* foi publicado de 1908 a 1909 como um dos principais periódicos em Moçambique. Tornou-se um jornal semanal e um importante órgão representativo dos africanos letrados na colônia. Em suas páginas, percebemos a busca de organização da população para melhorias das condições na colônia, a reivindicação por educação para todos, a denúncia de mazelas e abusos das administrações, bem como da desestruturação de costumes e do cotidiano trazida pelas práticas colonialistas.

### **Hipótese e Objetivos**

Com o surgimento de uma elite africana alfabetizada em Moçambique, que começou a se organizar nas primeiras décadas do século XX, surgiram textos com certo apelo literário nas páginas de *O Africano*. Podemos, em razão disso, considerar que o periódico deu sustentação à possibilidade de germinação de um sistema literário em Moçambique, entre os anos de 1908 e 1919. Graças a uma importante rede de sociabilidade, seus administradores João Albasini, José Albasini e Estácio Dias construíram uma base decisiva para os homens de letras das décadas seguintes.

A partir da hipótese apresentada, o objetivo principal é estudar a natureza da atuação do jornal *O Africano* na sociedade moçambicana, para compreender a importância de sua trajetória para o sistema literário de Moçambique, por meio da perspectiva de seus gestores e colaboradores. Dessa forma, entenderemos os posicionamentos políticos e o caráter combativo do periódico ao longo da sua existência (1908-1919).

Como objetivo secundário, propomos entender o jornal como um propagador de ideais políticos e sociais em defesa da causa africana em Moçambique, devido às mazelas e injustiças das más administrações portuguesas. Além dos pontos apresentados, a importância dessa pesquisa reside no fato de que ela entrecruza dois campos de estudo, Literatura e História, fundamentais e valiosos na busca de uma compreensão da realidade social, na qual devemos entender o jornal como um meio de divulgação de ideais para um determinado público em uma época.

## Referencial Teórico e Metodologia de Análise

Valemo-nos da coleção do jornal *O Africano* (1908-1919) em formato eletrônico, disponibilizado pelo Centro de Digitalização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os microfilmes originais foram cedidos por José Capela e Valdemir Zamparoni à UFBA. A documentação chegou a nós por meio da professora Fernanda do Nascimento Thomaz da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2015. O corpus documental conta com mais de 2.500 páginas digitalizadas percorrendo os anos de existência do periódico.

Esse corpus é constituído pelos mais de 600 números do jornal *O Africano*. Para sua análise, consideramos: data da publicação, número, ano, quantidade de páginas, quantidade e natureza de anúncios publicitários, páginas em português, páginas em ronga, linha editorial e observações. Nesse último quesito, verificamos o surgimento de alguns colaboradores, uso de pseudônimos, publicação de legislações da época, de textos estrangeiros ou de outras personalidades históricas.

Um dos referenciais teóricos da pesquisa apoia-se em Antonio Candido<sup>1</sup>. Partiremos de dados sociais como os “núcleos de elaboração estética” nos escritos apresentados em *O Africano*, encarando a literatura enquanto produto social. Assim, como assinala Antonio Candido, é importante “investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais” presentes nas obras e produções de época. A necessidade de os escritores, em seu momento histórico, levarem em consideração os impactos e a influência do meio social para a fecundação de seus textos.

Partindo das considerações de Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*<sup>2</sup> e com o apoio de Anita Martins Rodrigues de Moraes<sup>3</sup>, tentaremos discutirmos esse conceito no sistema literário moçambicano em incipiente formação e desenvolvimento. Os conceitos de formação, desenvolvimento e literatura são aqui empregados na perspectiva de Antonio Candido:

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e por que se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo

---

<sup>1</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedades: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A Queiroz, 2000, p. 19-21.

<sup>2</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins. 1961, v. 1.

<sup>3</sup> MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. *Itinerários*, Araraquara, n. 30, jan/jun.2010, p. 65-84.

manifestações literárias de literatura propriamente dita, considerando aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase<sup>4</sup>.

A partir dessas considerações do crítico literário, percebemos que, ao tratar das publicações de *O Africano*, estamos lidando com manifestações literárias, que passariam por formação e transformações. Em início do século XX, em Moçambique, não havia um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”, mas produções isoladas em periódicos. Dessa forma, *O Africano* torna-se uma face das “manifestações literárias” da época.

Por denominadores comuns, Antonio Candido entende os elementos internos – como a língua, imagens e temas compartilhados – e os elementos externos, que incluem produtores conscientes de seu papel, os receptores (público leitor) e uma linguagem passível de transmissão<sup>5</sup>. Ao longo desta pesquisa, perceberemos que tanto os elementos internos quanto externos encontravam-se ainda em sua fase embrionária em Moçambique.

Se o sistema literário em Moçambique ainda não estava constituído, podemos compreender que o espaço dado para *O Africano* permitiu o aparecimento de uma escrita de qualidade, inspirada tanto individual quanto coletivamente e influenciada tanto por fatores internos quanto externos de seu contexto histórico.

Um questionamento trazido por Anita Martins Rodrigues de Moraes, e importante para nossas discussões, é “como é possível dizer que haja manifestação literária sem sistema literário? Há alguma produção artística independente de um sistema simbólico de comunicação?”<sup>6</sup>. Salientamos que, diversamente do Brasil, onde a literatura se tornou chave para a compreensão e formação de um sistema de nacionalidade (formação de um sentimento de unidade e identidade), em Moçambique, os escritores atuantes em *O Africano*, em nenhum momento reivindicaram sua moçambicanidade, pelo contrário, consideravam-se portugueses e essa afirmação estava patente em seus primeiros números. A concepção desses escritores sobre isso mudará após a promulgação do Estatuto do Assimilado em 1917.

O grupo gestor de *O Africano* conhecia bem o contexto local. Criticavam as administrações coloniais portuguesas e a República, mas não buscaram o rompimento com a metrópole lusitana. Porém, seu conhecimento sobre “realidade local; a valorização das populações aborígenes; o desejo de contribuir com o progresso do país; a incorporação aos

---

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.*, p. 25

<sup>5</sup> CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>6</sup> MORAES, Anita Martins Rodrigues de. *Op. Cit.*, p. 68.

padrões europeus”<sup>7</sup> lançaram os genes do que seria construído posteriormente na literatura moçambicana.

De acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado<sup>8</sup>, ao escolhermos um jornal como objeto devemos entender a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção em uma sociedade. Assim, convém não acreditar nele como mero veículo de informações ou algo isolado política e socialmente da comunidade em que se insere. Além disso, para compreendemos a relação Literatura e História a partir do jornal analisamos também os aspectos da produção e do consumo desse impresso<sup>9</sup>.

Benedict Anderson em sua obra *Comunidades Imaginadas* assinala que as primeiras gazetas surgidas no continente americano traziam informações comerciais, preços vigentes de mercadorias, decretos políticos coloniais, casamentos de pessoas ricas e assim por diante. O jornal *O Africano* apresentava em suas páginas portarias da administração colonial e trazia na seção de anúncios os produtos comercializados em Lourenço Marques. Dessa forma, percebemos que os jornais ou periódicos oriundos do espaço colonial trazia em seus sucessivos números uma pluralidade que representava a situação colonial<sup>10</sup>.

A circulação de *O Africano* permite compreender que, ao longo de sua existência, iniciada em 25 de dezembro de 1908, o periódico se declarou o “jornal semanal de maior circulação na província de Moçambique”. Dessa forma, seus ideais e posicionamentos sociais conseguiam ter uma ampla circulação no território colonial. Como veremos, *O Africano* não se restringia apenas a Moçambique, era comercializado para trabalhadores moçambicanos que iam para as minas da União Sul-Africana.

Ao analisarmos os textos (editoriais e crônicas) escritos por João Albasini, seus pseudônimos e os colaboradores do *O Africano*, levamos em conta o engajamento do escritor nas causas sociais da sua época e do setor social que representava. Para trabalharmos os conceitos de escritor engajado, nos apoiaremos em Benjamin Abdala Junior, Tania Macedo, Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci e Albert Memmi.

Em *Literatura, história e política*, Benjamin Abdala Junior demonstra a articulação existente entre obra e autores na concepção de literatura engajada. Assim, a escrita passa a

---

<sup>7</sup> CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>8</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

<sup>9</sup> LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 2.

<sup>10</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 102.

ser vista como um mecanismo de transformação social. Diferente de Antonio Candido, que acreditava na constituição de uma consciência nacional através da literatura, Benjamin Abdala Junior percebe a construção de uma consciência política engajada através dos escritos de certos autores. De acordo com Anita Martins Rodrigues de Moraes, no caso das literaturas africanas de língua portuguesa o nacionalismo embrionário e a crítica ao colonialismo permitiram que as literaturas, em seu desenvolvimento, assumissem um papel de construção e engajamento social<sup>11</sup>.

O engajamento jornalístico-literário dos posicionamentos de João Albasini em *O Africano* permite a denúncia forte das mazelas do colonialismo português. Seu estilo era duro e combativo, mas expressivamente elaborado, como podemos notar no texto *Modus Vivendi...* de 10 de março de 1915, em que criticava as condições de vida dos moçambicanos que migravam para trabalhar na região do Transvaal

Cada um deles por certo se lembrava que lá longe, na sua terra, em ocasiões varias – ora, se se lembravam! – tinham ouvido da boca do intérprete e muitas vezes pela ação vesicatória da palmatória ou a cáustica da multa que largar o serviço a maio do caminho era muito mau e que os compromissos se levam até o fim. Mas não podiam deixar de tirar a única conclusão lógica que o fato nos sugere... Nem toda a gente tem Cônsul, nem todos os povos têm estância de justiça. Deles narros se queixam todos e sobre eles desce o castigo com precisão e às vezes sem oportunidade. Contra eles há toda uma montanha de legislação<sup>12</sup>.

Para ilustrar o engajamento dos colaboradores do jornal, podemos citar os textos de Nyeleti (em ronga, Nyeleti significa “estrela”), pseudônimo de um operário de Lourenço Marques. Em seus textos, fazia a defesa da classe trabalhadora e denunciava a alta exploração do operariado, que não possuía consciência da sua condição, como podemos observar no texto *1º de maio* publicado em 2 de maio de 1914:

Mais um ano a comemorar as vítimas do banditismo capitalista, em Chicago. Mais um ano de luta pela reivindicação dos trabalhadores, essa grande massa anônima, produtora de tudo quanto existe, proporcionando aos outros todos os confortos, semeando todas as riquezas e deixando que a miséria, o vilipêndio e a escravidão sejam recompensa ao seu esforço. O trabalho, o grande gerador de tudo que nos rodeia, o deslumbrante foco de toda a vida social, não tem sido encarado devidamente pelo prisma da independência, o que tem direito, pelos seus agentes. Se a massa operária, essa poderosa força, tivesse a nítida compreensão do seu valor, teria uma vida absolutamente feliz e independente. Infelizmente, apesar de

<sup>11</sup> MORAES, Anita Martins Rodrigues de. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>12</sup> *O Africano*, 10 de março de 1915.

alguma diminuta coisa ter conseguido está muitíssimo longe ainda de alcançar a meta<sup>13</sup>.

A relação entre Literatura e História nesta pesquisa deriva do fato de o jornalismo favorecer o vínculo entre as duas disciplinas. Fique estabelecido, porém, que o conceito de literário, nesta dissertação, remete apenas aos rasgos de estilo dos colaboradores, que são notoriamente mais interessados na problematização da realidade que em sua transfiguração. Em razão disso, nosso propósito é compreender como a realidade social é empenhada e expressivamente representada em *O Africano*.

A imprensa publicou muitas das grandes obras narrativas ocidentais em Oitocentos<sup>14</sup> e tornou-se a principal editora de narrativas ao longo do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte. De acordo com Eric Sòria:

Ao falar de poesia e de narrativa publicadas nos jornais não se pode esquecer géneros que já tinham uma longa vida antes do seu aparecimento na imprensa e que podem ser entendidos perfeitamente sem ela (embora a imprensa, com o seu aparecimento regular, possa explicar as derivações seriadas, como os folhetins). Mas há diversas classes de textos na minha opinião literários, que existiram e prosperaram graças ao papel dos jornais<sup>15</sup>.

Com essas considerações percebemos o impulso dado pela imprensa às carreiras dos literatos com a publicação de seus escritos. No caso de *O Africano*, há presença constante de artigos de opinião, editoriais e crônicas que foram analisados no corpus documental. O recorte da pesquisa privilegiou textos escritos por João Albasini e seus pseudônimos, mas convém destacarmos a presença de colaboradores assíduos no periódico. Assim

No âmbito do estilo impõe-se a distinção entre o colaborador descontínuo da imprensa e o escritor que mantém ao longo do tempo uma coluna regular. No segundo caso, pode-se criar uma cumplicidade profunda entre o jornalista e uma parte do público, que se torna no seu público. Isto permite o desenvolvimento de toda uma gama de recursos que por vezes podem fazer cair em presunção, mas que frequentemente estimulam a expressividade literária do texto e que são apreciados e esperados pelos seus seguidores<sup>16</sup>.

A publicação constante no periódico é inegável, como veremos, pois João Albasini e seus pseudônimos conquistaram uma parcela significativa de leitores e isso influenciou a

---

<sup>13</sup> *O Africano*, 2 de maio de 1914.

<sup>14</sup> SÒRIA, Eric. O jornalismo literário – ou a imprensa veículo da literatura moderna. *Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6 (2005), p. 191.

<sup>15</sup> SÒRIA, Eric. *Op.cit.*, p. 191.

<sup>16</sup> SÒRIA, Eric. *Op.cit.*, p. 194.

circulação do periódico, tornando-o “o de maior circulação em Moçambique”, como o mesmo anunciava em seu slogan. Além disso, a existência de colaboradores heterodoxos (desde missionários a setores ligados mais ao proletariado, como anarquistas) mostrava a importância de *O Africano* na construção de uma mentalidade social local.

As crônicas assinadas por João Albasini (pseudônimos inclusive) e seus colaboradores evidenciam a construção de uma escrita própria, por meio da expressividade estilística. Os textos fundamentavam-se na crítica social ao cotidiano colonial e nas transformações vividas em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de uma escrita mais próxima dos leitores em um registro fortemente cronístico. De acordo com Antonio Candido

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus” – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura. (...) Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza: e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado é um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição<sup>17</sup>.

A proximidade da crônica com o cotidiano do leitor e seu entorno pode ter sido, como veremos, uma das razões do grande sucesso de *O Africano*. Além disso, o registro linguístico do gênero crônica mescla o linguajar coloquial à prosa solidificada, tornando-a acessível aos leitores moçambicanos no início do século XX.

A respeito do estilo literário do gênero crônica, Antonio Candido observa:

O fato de ficar tão perto do dia-a-dia age como quebra do monumental e da ênfase. Não que estas coisas sejam necessariamente ruins. Há estilos roncantes mas eficientes, e muita grandiloquência consegue não só arrepiar, mas nos deixar honestamente admirados. O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas

---

<sup>17</sup> CANDIDO, Antônio. A vida aos rés-do-chão. IN: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1987, p. 5.

formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor. Isso acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa<sup>18</sup>.

A investigação aqui realizada, partindo das concepções teóricas e metodológicas das relações entre Literatura e História, poderá compreender a contribuição do jornal *O Africano* para o sistema literário moçambicano, além de sistematizar aspectos importantes da cultura e do cotidiano de Moçambique em início do século XX.

### **A historiografia brasileira sobre *O Africano* e o que tentamos trazer de informação nova**

O periódico *O Africano* constitui uma importante documentação, já utilizada em outras pesquisas de pós-graduação pelo Brasil. A consideração dessa fonte confunde-se com o início dos Estudos Africanos no país, pois é fundamental para compreender as primeiras décadas do século XX em Moçambique.

Um dos pioneiros no estudo desse periódico foi o historiador Valdemir Zamparoni, com a tese *Entre Narros & Mulungos (Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940)* em 1998 no Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Carlos Guilherme Mota. Nesse trabalho, buscou retratar diferentes aspectos da vida cotidiana em Lourenço Marques em suas múltiplas faces: trabalho, as formações dos espaços urbanos, o vinho colonial, a educação missionária e as noções de indígenas e assimilados. Valdemir Zamparoni pesquisou, além de *O Africano*, uma série de jornais da imprensa moçambicana da primeira metade do século XX.

Uma década depois dessa tese, em 2008, é defendida a dissertação *Os 'filhos da Terra': discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*, de Fernanda do Nascimento Thomaz, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação de Marcelo Bittencourt Ivair Pinto. Nessa pesquisa, Fernanda do Nascimento Thomaz busca entender os discursos e resistências existentes em Lourenço Marques pelos chamados *filhos da terra* entre o período de 1890-1930. Fernanda Thomaz apresenta as definições do que seriam os assimilados e sua ação social em Moçambique através da imprensa e do Grêmio Africano de Lourenço Marques.

---

<sup>18</sup> CANDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 6-7.

Em 2016, no Programa de Pós-Graduação de História na UNICAMP, ocorreu a defesa de trabalho denominado *Grandiosos batuques: identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930)* de Matheus Serva Pereira sob orientação de Lucilene Reginaldo. Em sua pesquisa, Matheus Serva Pereira buscou analisar os chamados “batuques” como uma das experiências cotidianas da população considerada indígena durante as primeiras décadas do Estado Colonial em Moçambique. Na tese, as categorizações utilizadas pelo colonialismo português não dão conta da multiplicidade de vivências ocorridas no sul de Moçambique e pretende demonstrar as experiências e reinvenções cotidianas utilizadas pela população indígena de Lourenço Marques.

A contribuição desta pesquisa aos estudos sobre a imprensa moçambicana será pensar o periódico *O Africano* à luz da Teoria Literária. Consideramos esse jornal como uma das primeiras ferramentas de manifestações literárias existentes em Moçambique nas primeiras décadas de Novecentos. Este trabalho é dividido em quatro capítulos. No primeiro, “A imprensa, a República e os assimilados: o caso de Moçambique colonial”, é apresentada a situação de Moçambique nos anos iniciais da Primeira República Portuguesa. Como ponto de partida, serão consideradas as conexões entre literatura, história e imprensa nesta pesquisa e analisados os conceitos de intelectuais engajados e assimilados.

No capítulo seguinte, “Em defesa da causa africana”: o jornal *O Africano* e a escrita combativa dos Albasini”, recupera-se o contexto de surgimento do jornal *O Africano* como veículo de comunicação do Grêmio Africano de Lourenço Marques, considerando-se a produção escrita de dois dos principais nomes no periódico: João e José Albasini. Irmãos, ambos foram gestores do periódico durante a maior parte de sua existência, além de principais colaboradores nas produções textuais de *O Africano*. Nesse capítulo, refletiremos também sobre a questão do bilinguismo nas páginas do jornal.

No penúltimo capítulo, “Literatura e sociedade: a crítica social nas páginas de *O Africano*”, trabalharemos as questões temáticas que permearam as linhas do jornal em sua trajetória, entre as quais podemos citar: os desmazelos da Primeira República Portuguesa, a censura durante a Primeira Guerra Mundial, o vinho colonial, a defesa da educação indígena, o fracasso da atuação missionária, as propagandas comerciais e os espaços literários facultados pelo periódico aos colaboradores.

Finalmente, no último capítulo, “Tudo que é sólido desmancha no ar”: os momentos finais de *O Africano*”, analisaremos a atuação crítica do jornal com a publicação da Portaria

dos Assimilados, em 1917, e o apoio da população assimilada a Sidónio Pais na sua curta administração na Primeira República Portuguesa, conhecida como Sidonismo. Além disso, consideraremos o último editorial escrito por João Albassini no número de encerramento da gestão pelos Albassini do periódico, antes de ser vendido ao Padre José Vicente do Sacramento.

## 1. A IMPRENSA, A REPÚBLICA E OS ASSIMILADOS: O CASO DE MOÇAMBIQUE COLONIAL

*Curioso destino o de escrever para um povo que não o seu! Mais curioso ainda o de escrever para os vencedores de seu povo! Surpreende a aspereza dos primeiros escritores colonizados. Esquecem-se de que se dirigem ao mesmo público cuja língua tomam emprestada. Não se trata, porém, nem de inconsciência, nem de ingratidão, nem de insolência. A esse público, precisamente, já que ousam falar, que irão dizer a não ser seu mal-estar e sua revolta? Esperavam palavras de paz daquele que sofre de uma longa discórdia? Reconhecimento por empréstimo a juros alto? (Albert Memmi)*

O primeiro capítulo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre as conjunturas culturais, sociais e políticas que constituíram o contexto histórico do corpus desta dissertação. Para tanto, procuramos analisar, primeiramente, o panorama de surgimento da imprensa em Moçambique em Oitocentos e seu florescimento nas décadas iniciais de XX, buscando problematizar suas diretrizes e compreender o contexto português com a implantação da Primeira República. Em um segundo momento, levaremos em consideração o papel fundamental do aparecimento de uma camada populacional conhecida como assimilados, surgida com as práticas colonizadoras impostas pelas novas dinâmicas portuguesas no último quartel de XIX. Analisaremos como o domínio da língua foi fundamental para a elevação do *status* social desse grupo no espaço colonial e o aparecimento de intelectuais africanos nesse cenário colonial. Além disso, esse capítulo apresentará algumas balizas metodológicas e teóricas para a compreensão de nosso objeto de pesquisa: o jornal *O Africano*.

### **Literatura, história e imprensa: diálogos possíveis**

O contato entre as diversas áreas do conhecimento tem se intensificado nas últimas décadas do século XX. Na área das Ciências Humanas vem ganhando força as pesquisas interdisciplinares entre as mais diversas áreas que a compõem.

Nesta pesquisa, o contato entre literatura e história será frequente, por meio de conexões derivadas das relações entre esses dois campos de conhecimento distintos e não como disciplinas que buscam disputar o domínio da narratividade. História e Literatura são regiões em que as fronteiras e os saberes dialogam. De acordo com François Hartog:

de Chateaubriand a Balzac (...) os escritores haviam sido tomados pelo tempo e se apropriado dele (...) os historiadores estiveram (...) mais inclinados a apreender a marcha do regime moderno de historicidade e a descrever as suas diferentes expressões ao longo dos séculos XIX e XX<sup>19</sup>.

O contato da História com a área de Letras perpassou os séculos, e se intensificou notoriamente na segunda metade do século XX, quando “os historiadores procuraram a Linguística e a semiótica (...) ao se interessarem cada vez mais por temas como a arte, a literatura, o cinema”<sup>20</sup>. Desde então, as relações existentes entre História e Literatura se estreitaram cada vez mais no campo científico.

Para Nicolau Sevcenko<sup>21</sup>, o campo da linguagem desde o final de Oitocentos despertou interesse das escolas históricas que se constituíam. Por ser o centro de toda a atividade humana, a linguagem seria produzida pelos complexos jogos de relações estabelecidas em sociedade. Desta forma, o contato entre Literatura e História tornou-se frequente ao longo das décadas, de acordo com Sevcenko

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser. (...) Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto que o escritor é atraído pela

<sup>19</sup> HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 175.

<sup>20</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 226.

<sup>21</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 19.

possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário. (...) A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos<sup>22</sup>.

No caso específico das Literaturas Africanas de expressão portuguesa, o contato entre a ficção e a história são um diálogo constante. Podemos, através da literatura produzida em África, conhecer e compreender a construção dos cenários e cotidiano colonial. A língua com que essas literaturas se expressam ainda são as de suas antigas metrópoles, ou seja, a linguagem do colonizador. De acordo com Valdemir Zamparoni, a articulação entre literatura e história deve levar em consideração a individualidade do autor (o escritor, o poeta) e sua liberdade de escrita. Zamparoni ainda afirma que, evidentemente, quem escreve não está isento de influências e compromisso, advindos da relação que o escritor mantém com a sociedade em seu momento histórico e da finalidade da sua própria escrita<sup>23</sup>. Segundo Francisco Noa, as literaturas africanas possuiriam um contato direto com a História, assim

A literatura é, por conseguinte, uma reescrita ilimitada da História, alargando as hipóteses interpretativas do leitor, na medida em que multiplica e ilumina os ângulos em que se enquadram os fenômenos e as personagens que faz desfilar. (...) A literatura concentra, assim, em si própria, os mecanismos que instauram e restauram o fascínio que asseguram que ela seja um fenômeno perdurável, insubstituível e verdadeiramente universal<sup>24</sup>.

O periódico estudado nesta dissertação, *O Africano*, desenvolveu-se nas décadas iniciais do século XX, à volta de um paradigma fundamental: o que é ser africano e ser europeu? Nos textos publicados, notamos o início de um desenvolvimento de uma literatura que podemos denominar como proto-nacionalista. De acordo com Fátima Mendonça

O apelo utópico das ideias de “ser africano” e “ser europeu” deu ao natural acrescentar o civilizacional e (...) o trabalho de apropriação e transformação. Dá-se o primeiro passo para que o texto moçambicano possa começar a ser entendido como distanciado do sistema literário que lhe serviu de referência, o da literatura portuguesa<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p. 20-21.

<sup>23</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 59.

<sup>24</sup> NOA, Francisco. *A escrita infinita: ensaios sobre literatura moçambicana*. Maputo: Ndjira, 2013, p. 112-119.

<sup>25</sup> MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana as dobras da escrita*. Moçambique: Ndjira, 2011, p. 145.

Em suas crônicas e editoriais jornalísticos, notamos que os autores se posicionam a partir do espaço colonial e tem como ação legitimadora o discurso colonialista, ora louvando as promessas da ação “civilizadora dos europeus”, ora criticando os usos, abusos e mazelas do colonialismo<sup>26</sup>. A contribuição dada pela geração de 1910 para a construção de um sistema literário em Moçambique é fundamental para entendermos as gerações posteriores. A atuação jornalística e seus escritos de extração literária, nesse momento, atuam como o moto “fundador da nacionalidade literária moçambicana” e “expressão poética das ideias protonacionalistas”<sup>27</sup>. Como assinalou Francisco Noa<sup>28</sup>, a literatura moçambicana ainda é um sistema literário novo, com cerca de um século de existência. Suas manifestações embrionárias datam de finais de Oitocentos e das primeiras décadas do século XX, ganhando impulso para sua sistematização nas décadas de 1930 e 1940.

Essa literatura nasceu

sob o signo de modernidade traduzido tanto pela absorção de modelos do Ocidente que se inscreveu na tradição dos movimentos romântico, simbolista, modernista, surrealista e neo-realista, como pela descolagem em relação a essa tradição ao tentarem marcar a sua singularidade<sup>29</sup>.

Para Francisco Noa, a literatura moçambicana, que engatinharia em princípios de Novecentos, seria consequência de um duplo fenômeno: colonização e colonialismo. Assim, devemos compreendê-la dentro de um processo histórico (a colonização) e em um sistema (colonialismo)<sup>30</sup>. Por sua ligação com um contexto determinado, esse momento literário ressoa fenômenos históricos com maior ou menor intensidade em cada um dos seus escritos<sup>31</sup>. Dessa forma, podemos elencar algumas características da literatura moçambicana como:

- emergência durante o período da vigência do sistema colonial;
- é uma literatura relativamente recente: cerca de 100 anos de existência;
- traduz os paradoxos e complexidades geradas pela colonização, como sejam, literatura escrita e difundida na língua do colonizador, dualismo cultural ou identidade problemática dos autores, oscilação entre absorção e negação dos valores e códigos da estética ocidental etc;

<sup>26</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>27</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>28</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>29</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>30</sup> NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. São Paulo: Editora Kapulana, 2015, p. 22-23.

<sup>31</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 26.

- em praticamente todo o percurso desta literatura, a maior parte dos textos é difundida sobretudo na imprensa, fato que ira prevalecer sensivelmente até meados da década de 80;
- é um fenômeno essencialmente urbano<sup>32</sup>.

Nesta dissertação, sobre crônicas jornalísticas desenvolvidas em começo do XX, levamos em conta as fronteiras existentes entre o texto e o contexto<sup>33</sup>, evidenciando as margens de contato entre o vivido e os artifícios de sua composição, para demonstrar as conexões das estruturas sociais com a forma literária.

O contexto histórico de nosso objeto de pesquisa permite identificar momentos cruciais do desenvolvimento da literatura moçambicana e os impactos produzidos nas gerações seguintes, ao dar início a uma noção de “literatura nacional”. A construção desse sistema literário é um componente central para entendermos a identidade cultural de uma nação. Assim, “a moderna literatura é melhor entendida historicamente como uma das mais importantes formas de produção cultural através das quais um Estado-Nação pode ser identificado”<sup>34</sup>. A historicidade da literatura moçambicana não está restrita ao contexto aqui estudado, mas Literatura e História teriam um papel fundamental para a compreensão desse sistema. Assim as fontes primárias para seu estudo, como os jornais, possibilitam compreender, de acordo com Patrick Chabal que

Literatura e história ainda continuam a estar inextricavelmente entrelaçadas. Por esta razão, que não outra, penso ser importante melhorar a compreensão da literatura moçambicana com a contribuição adicional de fontes históricas. Material susceptível de ser utilizado utilmente pelos estudantes e estudiosos da literatura como ponto de partida a considerar em futuras análises de história e crítica literária. Não são possíveis interpretações literária e história sem tomar em linha de conta as fontes primárias – como se testemunha nos debates passados e presentes acerca da literatura moçambicana<sup>35</sup>.

Nessa pesquisa, consideraremos os dados sociais como os “núcleos de elaboração estética” nos textos literários em *O Africano*, assumindo a literatura enquanto produto social. Como Antonio Candido assinala, é importante “investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais” presentes nas obras. Candido afirma ainda

---

<sup>32</sup> NOA, Francisco. *Uns e outros na literatura moçambicana: ensaios*. São Paulo: Editora Kapulana, 2017, p. 13-14.

<sup>33</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>34</sup> CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura-nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994, p. 15.

<sup>35</sup> CHABAL, Patrick. *Op. Cit.*, p. 8.

Desta forma, levaremos em consideração na produção dos textos os fatores como as necessidades interiores desses escritores em seu momento histórico, suas escolhas de temas, as formas de enunciação e a influência do meio social para sua fecundação<sup>36</sup>.

Ao escolhermos um jornal como objeto de pesquisa, de acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado<sup>37</sup>, devemos entender a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção em uma sociedade. Assim, reiteramos, não se deve acreditar nele como mero veículo de informações ou algo isolado política e socialmente em sua comunidade. Além disso, para compreendemos a relação Literatura e História a partir do jornal, é necessário analisarmos a questão da produção e do consumo desses impressos. Assim, como assinala Tania Regina de Luca,

O conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas no decorrer do tempo resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais. Observações semelhantes aplicam-se aos anúncios, que têm sido alvo de estudos individualizados<sup>38</sup>.

Na mesma perspectiva sobre a materialidade e organicidade do periódico, estão as considerações de Maurice Mouilland:

O discurso do jornal não está solto no espaço, está envolvido no que chamaria de “dispositivo” que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido. Os estudos a respeito da mídia dão, frequentemente, a impressão de estarem divididos entre uma descrição do jornal em sua materialidade de papel, seu formato, sua diagramação, etc... (o suporte), e aquilo que, durante muito tempo, foi chamado de “os conteúdos”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 21.

<sup>37</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

<sup>38</sup> LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa IN: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 118.

<sup>39</sup> MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. IN: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2002, p. 29.

Ao analisar *O Africano*, buscamos entender, inicialmente, a sua função social enquanto impresso<sup>40</sup>, como instrumento de luta em defesa dos “naturais da colônia” contra a opressiva gestão colonial portuguesa, as violências sofridas no trabalho forçado e a imposição do vinho colonial para aquelas comunidades.

Por ser o jornal oficial do Grêmio Africano e incluir negros, mulatos e brancos residentes na colônia entre seus colaboradores, é certo que os jornais “não são obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os tornam projetos coletivos por agregarem pessoas em torno de ideais, crenças e valores que se pretende difundir por meio da palavra escrita”<sup>41</sup>. Segundo Tania Regina de Luca, é importante

Identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha dos títulos e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da linha do passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. (...) Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos<sup>42</sup>.

Os acontecimentos narrados em suas páginas, em um registro social expressivo, permitem que o jornal seja

Um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes por sua vez, remanejamos em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações. (...) é a representação do realismo com que a imprensa contribuiu, junto com o romance, a ciência e a história, para se legitimar como uma ideologia dominante no século XIX<sup>43</sup>.

Na sequência, contextualizamos o surgimento da Imprensa na colônia de Moçambique e o aparecimento da importante camada populacional existente na Primeira República Portuguesa: os assimilados.

---

<sup>40</sup> LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 132.

<sup>41</sup> LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 140.

<sup>42</sup> *Idem*.

<sup>43</sup> MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. IN: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2002, p. 51-53.

## A imprensa no continente africano: o Império Colonial Português e Moçambique

O aparecimento de uma imprensa na África negra ligou-se ao processo de colonização. Os primeiros impressos vinculavam-se aos europeus, que publicavam para a sua própria comunidade local. Os precedentes do seu aparecimento se deram no final do século XVIII, mas seu desenvolvimento ocorreu ao longo do XIX. Entre os primeiros jornais podemos citar o *Annonces* (1771), nas ilhas Maurícias, *Capetown Gazette and African Advertiser* (1800), na Cidade do Cabo na África do Sul, e o *De Zwid Afrikaan* (1830), também na África do Sul<sup>44</sup>.

Outra importante característica do surgimento da imprensa no continente africano era sua ligação à atividade missionária de evangelização. Os missionários cristãos (católicos e protestantes) buscavam transmitir por via escrita as várias línguas faladas e, desta forma, importantes manuais e dicionários de línguas locais apareceram ao longo do século XIX<sup>45</sup>.

No Império Colonial Português, o surgimento da imprensa nas colônias ocorreu de forma tardia, com um atraso de três séculos, se comparado ao Império Espanhol. A primeira colônia portuguesa a instalar uma tipografia foi o Brasil, com a vinda da família real em 1808. Nas demais colônias, especialmente em África, a tipografia foi introduzida mais tarde: Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1854), São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné-Bissau (1879)<sup>46</sup>.

Os *Boletins Oficiais* foram os primeiros órgãos de imprensa de cada colônia e davam apoio à legislação colonial, noticiavam fatos administrativos e religiosos, incluía também textos literários, principalmente poemas e, eventualmente, crônicas ou contos<sup>47</sup>. A lei que criou os Boletins Oficiais foi instituída por D. Maria II, em 7 de dezembro de 1836, e a publicação ficou sob a inspeção de cada governador geral. O decreto foi subscrito por António Manuel Lopes Vieira de Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar:

Senhora:

As províncias do Ultramar, vasta parte integrante da Monarchia Portugueza, tem sido de pouco tempo a esta parte objeto de mui sizudas considerações todas a emendar antigos abuzos, reanimar espírito amortecido de tão distantes Povos, e promover entre lles a maior somma possível de commodidades, único fim de toda Sociedad. Tudo o que pode contribuir para obter este rezultado tem merecido os

<sup>44</sup> BOWAT, Juan Maria Gwasch. O jornalismo em África e no mundo árabe. IN: QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996, p. 619.

<sup>45</sup> BOWAT, Juan Maria Gwasch. *Op. Cit.*, p. 620.

<sup>46</sup> LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 18.

<sup>47</sup> *Idem*.

cuidados do governo de Vossa Magestade, e das Pessoas por elle convidadas a com suas Luzes, e experiências ao dezerpenho de tão grande objecto. E pois que hua das primeiras medidas e sem a qual serão frustradas todas as outras, He o immediato estabellecimento das necessárias authoridades, com a declaração das respectivas atribuições...

Tenho para esse fim a honra de propor a Vossa Magestade seguinte Decreto. Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, em 7 de dezembro de mil oitocentos e trinta e seis – Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro. Tomando em considerações o Relatório do Secretário de Estado dos Negocios da Marinha, e do Ultramar:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 13º Debaixo da Inspeção de cada governo geral se imprimirá hum Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos do Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministerio aos governos do Ultramar, bem como noticias marítimas, preços correntes, informações Estatísticas, e tudo o que for interessante para conhecimento Publico<sup>48</sup>.

No ano seguinte, em uma Carta de Lei de 10 de novembro de 1837, D. Maria em um dos artigos definiu o que era um periódico:

Enterder-se-há por Periódico, para os efeitos dos artigos antecedentes, toda a estampa, ou escripto impresso, ou lythografado, publicado em dias certos, ou irregularmente, que contiver noticias, ou matérias religiosas, ou políticas, ou actos de vida particular de qualquer pessoa, dos quaes lhe possa resultar infâmia, deshonra, ou injuria, e que não exceder seis folhas de impressão computadas pela marca do papel sellado, que actualmente se uza nos processos forenses<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> MELO, A. Borges. *História da Imprensa de Angola*. Rio de Janeiro: Semana Ilustrada Editorial Ltda, 1993, p. 62-63.

<sup>49</sup> MELO, A Borges. *Op. Cit.*, p. 64.

Figura 1.1. Exemplo de Boletim Oficial – *Boletim Oficial de Angola*

De acordo com Antonio Hohlfeldt<sup>50</sup>, a implantação e o desenvolvimento das imprensas coloniais se deram em três períodos distintos: 1) imprensa oficial que data da criação dos respectivos boletins oficiais até o surgimento de jornais com distanciamento da autoridade política colonial; 2) imprensa livre, onde se desenvolveram jornais com maior autonomia e ocorreu a profissionalização inicial da atividade jornalística e 3) a imprensa profissional, quando os periódicos se tornam um meio de sobrevivência para seus gestores e possuem gráfica própria para sua edição. Em perspectiva semelhante à do autor, se encontram os argumentos de Fátima Mendonça<sup>51</sup>, ao assinalar que a Imprensa em Moçambique apresentou duas características principais: a existência de órgãos que representavam os interesses do poder do Estado Colonial e das administrações portuguesas, disseminavam ideias tornadas hegemônicas no contexto de dominação; e, por outro, uma imprensa de interesses divergentes, que poderia ou não coincidir com os interesses do Estado, mas tendia à ruptura com o colonialismo vigente. Outro aspecto considerado extremamente relevante pela autora é o aparecimento de uma elite letrada, que estabeleceu as bases para a divulgação de uma escrita literária.

No caso de Moçambique, a imprensa oficial surgiu em 13 de maio de 1854 com a publicação do primeiro número do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*. Segundo Valdemir Zamparoni<sup>52</sup>, a publicação de textos a serviço do colonialismo lusitano contribuiu para o desenvolvimento de uma imprensa autônoma nas camadas sociais dos africanos que, ao longo da segunda metade de Oitocentos, passariam a utilizá-la na veiculação das ideias de luta política e denúncia dos abusos e desmazelos das administrações coloniais. É o caso de *O progresso*, que teve seu único número publicado em 1868, como um jornal não-oficial logo censurado pelos portugueses<sup>53</sup>.

Como assinalou Juan Maria Gwash Bowat<sup>54</sup>, na segunda metade de Oitocentos, as motivações para a atividade jornalística em África se diversificaram. Em linhas gerais, a imprensa continuava sendo um produto europeu para europeu, mas ocorreu o aparecimento

<sup>50</sup> HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, jan./jun. 2009, p. 143.

<sup>51</sup> MENDONÇA, Fátima. “Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique”. IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012, p. 193.

<sup>52</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 128.

<sup>53</sup> HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique. João Albasini e seu irmão. *BrazilianJournalismResearch*. V. 6, n. 1, 2010, p. 196.

<sup>54</sup> BOWAT, Juan Maria Gwasch. *Op. Cit.*, p. 620.

em algumas localidades do desejo da população nativa de ser informada sobre o que acontecia localmente.

De acordo com Fátima Mendonça, entre os anos de 1868 a 1908, surgiram dois tipos de imprensa na colônia de Moçambique:

1. Os jornais que, como *Progresso* e os três jornais *Noticiário de Moçambique* (1872-1873), *Jornal de Moçambique* (1873-1875) e *África Oriental* (1876-1877) onde pontificaram Francisco Paula de Carvalho e João Sinfrônio de Carvalho, concentrados na então capital ou *Futuro de Lourenço Marques* (1894-1895), utilizando os pressupostos ideológicos que justificavam a dominação colonial em geral, defendem a sua legitimidade. O que ressalta dos editoriais, das pequenas notícias, dos comentários, é a defesa da superioridade racial e dos benefícios da evangelização levada a cabo pela Igreja Católica. Estes são os suportes de legitimação dos diferentes tipos de exploração no trabalho e que vão produzindo formas ideológicas assentes em preconceitos raciais.
2. Os jornais orientados por personalidades menos subordinadas às estruturas oficiais e que fazem uma oposição crítica ao Governo, denunciando corrupções e arbitrariedades. Neste período há três jornais concentrados em Quelimane, alguns dos quais ostentando títulos que indiciam pressupostos diferentes dos anteriormente citados: *O Africano* (1877-1881), *O Vigilante* (1882-1883), *Correio da Zambézia* (1886-1887), *Gazeta do Sul* (1889-1891) e *O Clamor Africano* (1892-1894). Destaca-se aqui o protagonismo de Alfredo Aguiar, proprietário destes três últimos, várias vezes criticado no *África Oriental* e que, na Ilha de Moçambique, havia criado anteriormente o jornal *Imparcial* (1885) cujo n. 2 o levou à cadeia<sup>55</sup>.

Podemos notar, como assinalou Fátima Mendonça, a existência de jornais críticos ao governo na região de Quelimane e periódicos a ele favoráveis na então capital, Ilha de Moçambique. Entretanto, há opiniões congruentes entre eles, como a noção do valor da instrução, que evidencia uma visão de mundo influenciada pelas concepções liberais europeias da época. Tais ideologias não são alheias ao pensamento iluminista que, “ao reclamar o ‘homem universal’, modelava esse mesmo homem pela percepção europeia de mundo, formando um conjunto descontínuo e por vezes contraditório”<sup>56</sup>. Sobre as vozes dissonantes na Imprensa moçambicana, Fátima Mendonça afirma que

Há aspectos contraditórios na interpretação da realidade por estas vozes mais dissonantes, pois, se por um lado se faz a apologia da civilização ocidental, por outro denunciam-se as consequências da imposição dessa mesma civilização a povos que possuíam outras formas de organização. Instaura-se assim a contradição cuja origem está nos próprios pressupostos das ideias iluministas. Contradição que se pode explicar pela impossibilidade de o grupo social aqui representado alterar a estrutura da sua consciência relativamente aos conceitos de civilização (iluminista) e religião (judaísmo-cristianismo), resultante do seu passado e dos múltiplos acontecimentos que actuaram sobre ela, impedindo o trânsito de ideias susceptíveis de provocar alterações. No entanto, perante situações objectivas

<sup>55</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 194.

<sup>56</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 194-195.

(escravatura, arbitrariedades, etc.) a realidade impõe-se de tal forma que essa transformação se torna possível e a consciência de grupo sofre algumas alterações<sup>57</sup>.

O primeiro jornal denominado *O Africano* surgiu em Quelimane no ano de 1877, como publicação semanal, que durou cinco anos. Esse jornal defendia os interesses locais contra a escravatura e a promoção do ensino público. Em sua curta existência, o primeiro<sup>58</sup> *O Africano* criticou os elevados impostos que o governador geral da colônia impunha às atividades comerciais e a corrupção do funcionalismo público, bem como os militares lusitanos interessados apenas em enriquecer no território moçambicano.

Na mesma década, apareceu, na região de Quelimane, uma figura de destaque na História da imprensa moçambicana: Alfredo Augusto de Brito Aguiar. Em 1879, incorporado ao exército, chegou a alcançar a posição de alferes. Em 1887, foi detido na Ilha de Moçambique, acusado de colaboração com os potentados locais. Entre os anos de 1885 e 1893 fundou e administrou diversos jornais, como *O Imparcial*, *Correio da Zambézia*, *Gazeta do Sul* e *Clamor Africano* que denunciavam as mazelas administrativas da região da Zambézia e denunciava o arrendamento dos prazos da Coroa<sup>59</sup>. Na *Gazeta do Sul*, Alfredo Aguiar declarou que os locais repugnavam “o livre arbítrio, o abuso de autoridade, o atentado, e se tivéssemos poder fazíamos a revolução, por isso é que só a revolução faz curvar os déspotas”<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>58</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 128-129.

<sup>59</sup> ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano* (1911-1961). Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 47-48.

<sup>60</sup> *Gazeta do Sul*, n. 26 de 16 de novembro de 1889. IN: ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano* (1911-1961). Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 49.

Figura 1.2. Limites da Província de Moçambique (1891)



Fonte: LIMITES DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE, IMPOSTOS PELA INGLATERRA A PORTUGAL (Material Cartográfico): Esboço geográfico dos territórios que foram portugueses e dos que ficam restado a Portugal. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890. IN: Biblioteca Nacional de Portugal. <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=fuII=3100024~!279245~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1> Acessado em 02 de janeiro de 2020.

Nas décadas finais do século XIX, com o crescimento do operariado, do comércio e do funcionalismo, onde se integravam colonos que, mandados para Moçambique, lutavam em partidos republicanos, socialistas ou anarcossindicalistas europeus. Transplantou-se para a colônia um quadro de complexas lutas e reivindicações políticas, as quais estavam presentes apenas em território metropolitano. Ocorreu a ascensão dos ideais republicanos nas localidades coloniais, de modo que os africanos urbanizados, com determinados estatutos sociais e privilégios, passaram a reivindicar direitos aos colonizadores<sup>61</sup>.

Entre os jornais surgidos nesse momento final da Monarquia e início da Primeira República em Moçambique, podemos assinalar *O Graphico* (1911), *Os Simples – Jornal Operário* (1911-1913), *A República* (1911), *O Proletário* (1912), *O Germinal* (1914-1918) e o *Emancipador* (1919-1937). Em seus títulos, alguns dos periódicos traziam explícito o seu caráter republicano e socialista. Como no momento anterior da Imprensa, perceberemos nos títulos dos periódicos a ideologia dominante dos grupos que os administravam. Destacamos o título do jornal *Germinal*, de inspiração zolasiana, com circulação cultural atuante em Moçambique, cuja pequena elite letrada possuía conhecimentos literários para além do círculo português.

Esse tipo de imprensa surgiu também nos demais Impérios Coloniais em África. No caso das colônias inglesas, os colonizadores promoviam jornais vinculados aos interesses econômicos locais, principalmente aos da mineração, como os jornais *Cape Argus* (1858) e *Cape Times* (1876), na Cidade do Cabo, *Rhodesia Herald* (1892) na Rodésia do Sul e *Swaziland Times* (1879) na Suazilândia. A incorporação da elite letrada à cultura colonizadora não era exclusividade portuguesa, também na África francófona essas tentativas ocorreram, com a restrição de que, no Império Colonial Francês, a função de editor era exercida por cidadãos franceses e proibida aos demais.<sup>62</sup>

De acordo com Fátima Mendonça, essa imprensa operária surgida em Moçambique não fazia distinção entre negros e brancos ou europeus e africanos. Conforme a autora, entretanto, percebe-se nos textos publicados uma preocupação com o proletariado português que era exilado ou emigrava para as terras moçambicanas<sup>63</sup>.

Dentre os jornais citados, *O Proletário* (1912) possuiu um único número, cujo programa revela a influência do Partido Socialista Português, fundado por Antero de Quental

---

<sup>61</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 132.

<sup>62</sup> BOWAT, Juan Maria Gwasch. *Op. Cit.*, p. 621.

<sup>63</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 196.

e José Fontana. Críticas ao governo local depois da implantação da República apareceram nesse volume inaugural e único. No aniversário de um ano de implantação da República, 5 de outubro de 1911, surgiu o *Graphico*, também de número único, criticando a ação republicana relativa ao Império Colonial<sup>64</sup>.

*O Germinal* (1914-1918) e *O Emancipador* (1919-1937) eram propriedade do mesmo grupo presente na Casa do Trabalhador, que imprimia e estava à frente da circulação desses jornais em Moçambique. Nesses jornais circulavam ideologias dos meios operários de Lourenço Marques, entre elas o socialismo e o anarcossindicalismo<sup>65</sup>.

Os ideais republicanos, associativistas e socialistas contribuíram para o surgimento das primeiras associações entre africanos. A instabilidade da Primeira República Portuguesa repercutiu na vida colonial, deteriorando a capacidade de controle por parte das administrações coloniais, o que permitiu o aparecimento desses grupos<sup>66</sup>.

O movimento associativo concentrava-se nos espaços urbanos, principalmente na capital da colônia<sup>67</sup>. Em 1908, foi fundado o Grêmio Africano de Lourenço Marques<sup>68</sup>, constituído por negros, brancos e mulatos com uma posição social privilegiada, que se opunham aos abusos e práticas coloniais e possuíam como ideal principal a educação para a população da colônia. De acordo com Olga Maria Neves, o direito à educação e outras reivindicações se juntaram para compor um conjunto de ideais, que recebeu o nome de “causa africana”<sup>69</sup>. É importante frisar que o Grêmio Africano acabou se tornou uma instituição aglutinadora de diferentes setores em defesa da “valorização” dos africanos frente às imposições e mazelas da colonização lusitana<sup>70</sup>. De acordo com Fernanda do Nascimento Thomaz

O objetivo do Grêmio Africano era promover o desenvolvimento moral e cultural, defender os interesses do grupo através da imprensa, difundir a instrução, ajudar mutuamente seus associados auxiliar e dar assistência aos africanos. Havia três categorias de sócios: os fundadores, indivíduos, de ambos os sexos, que se inscrevessem até a data da aprovação do estatuto pelo governo; os ordinários,

<sup>64</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>65</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op. Cit.*, p. 197.

<sup>66</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Em defesa da causa africana: Intervenção do Grêmio Africano na sociedade de Lourenço Marques (1908-1938)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1989, p. 31.

<sup>67</sup> Em finais do século XIX e início de XX, a capital de Moçambique foi transferida da Ilha de Moçambique para o sul, em Lourenço Marques.

<sup>68</sup> A respeito do Grêmio Africano será trabalhado no capítulo 2.

<sup>69</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Op. Cit.*, p. 111.

<sup>70</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 47.

africanos que fossem admitidos após a aprovação do estatuto; os extraordinários, todos os indivíduos de ambos os sexos que não estavam compreendidos entre as outras duas categorias. Aos sócios ordinários e fundadores era permitido discutir, votar, eleger, ser eleito na assembleia geral, além de poder requerer certidão, atas, balanços, entre outros, à direção da agremiação, enquanto os extraordinários não gozavam das mesmas regalias, ou seja, não podiam opinar e exercer cargos na direção do grêmio<sup>71</sup>.

Olga Maria Neves ressalta que não foi tarefa fácil para a administração colonial ignorar o surgimento dessa associação. Esse movimento buscou expressar aspirações correntes para o momento histórico vivido, como o direito à cidadania e à ascensão social, e contou com apoio de importantes setores cristãos e maçônicos de Lourenço Marques<sup>72</sup>.

O Grêmio Africano, nas primeiras décadas do século XX, entrou em contato com outras agremiações fora de Moçambique, como a Liga Africana, uma “associação de africanos em Portugal que reunia diferentes movimentos nas colônias em defesa” da causa africana. Esse contato do Grêmio com a Liga possibilitou-lhe a conexão com o movimento *Pan-africanista*, cujas ideias tinham surgido com os negros norte-americanos e defendiam a liberdade e a integridade dos negros contra qualquer processo de exclusão, submissão e discriminação<sup>73</sup>.

No mesmo ano é inaugurado o jornal *O Africano*, pertencente ao Grêmio. Trata-se de um periódico que, independente dos partidos políticos, combatia o poder colonial instituído e propunha a unidade entre diversos setores, dada a ineficácia da “ação civilizatória”, que os tornava objeto da exploração capitalista colonial e da corrupção das administrações portuguesas<sup>74</sup>. *O Africano* foi gestado por João Albasini e José Albasini, irmãos, considerados os precursores do nacionalismo moçambicano.

A seguir, passaremos para a discussão sobre a Primeira República Portuguesa e os impactos sobre Moçambique. Esse momento histórico em Portugal e seus reflexos nas colônias dão base para compreender o aparecimento dos assimilados em Moçambique.

---

<sup>71</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>72</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>73</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 81.

<sup>74</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 132-134.

Figura 1.3. Divisão administrativa de Moçambique (1910)



Fonte: Área das Companhias Majestáticas. IN: Revista Militar <https://www.revistamilitar.pt/artigo/344>. Acessado em 02 de janeiro de 2020.

### **A Primeira República, as missões em Moçambique e a autonomia local<sup>75</sup>**

Para compreendermos a situação de Moçambique durante o período de existência de *O Africano* retomaremos a implantação da Primeira República em Portugal e suas ressonâncias no espaço colonial moçambicano. A percepção histórica permite rastrear os impactos sobre população local e para o núcleo formador do periódico.

Em 5 de outubro de 1910, instaurou-se a Primeira República e, com ela, o dever de proteger e administrar um império ultramarino herdado dos séculos anteriores de administração monárquica. Segundo Maria Emilia Madeira Santos, para os republicanos, herdeiros de uma tradição liberal, não existia uma condenação para a manutenção das colônias. Eles acreditavam que o império herdado seria de fundamental importância para o ressurgimento nacional que desejavam realizar<sup>76</sup>.

A Constituição Republicana separou oficialmente o Estado e a Igreja, retirou os financiamentos para as missões católicas. No novo regime, as missões continuaram desempenhando um papel importante para a implantação de serviços básicos nas colônias (como escolas e hospitais), inspirados no modelo clássico no qual cada missão deveria ser ao mesmo tempo um local de saúde, culto e ensino. Em síntese, as missões representaram, ao longo da Monarquia e da República, os precedentes dos serviços do Estado Colonial.

A política das missões seria discutida pela República procurando um modelo que satisfizesse seus interesses e estratégias. Um planejamento que não levasse em conta as políticas coloniais no contexto africano durante os anos da Monarquia seria um fracasso. A conjuntura colonial em Portugal, contudo, não sofreu alterações em relação ao seu regime político. A Primeira República entendeu que a realidade do Império Colonial possuía uma dinâmica própria, movida por outras temporalidades, e a realidade da metrópole (Portugal) era distinta daquela dos seus territórios coloniais.

A lei de separação do Estado e da Igreja nas colônias foi controversa<sup>77</sup>. Dela resultou a expulsão dos missionários portugueses das diversas ordens religiosas e sua substituição por missões laicas. De acordo com Hugo Gonçalves Dore, a vontade de uma missionação

---

<sup>75</sup> As discussões encontram-se inicialmente apresentadas na dissertação de mestrado em História de SAMPAIO, Thiago Henrique. *Portugal em África: continuidades e rupturas na colonização em Moçambique (1875-1926)*. f. 295. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018, pp. 126-134.

<sup>76</sup> SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978, p. 271.

<sup>77</sup> REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sérgio Ribeiro. República e Religião, ou a procura de uma separação. AMARAL, Luciano (Org.) *Outubro. A revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 154.

portuguesa de responsabilidade de padres seculares nacionais, que contribuíssem para um trabalho de nacionalização das populações locais, deveu-se à idealização de um funcionalismo instrumentalizado e especializado que trabalhava junto das populações locais em nome do Estado e não necessariamente da evangelização. Os missionários estrangeiros, tanto católicos quanto protestantes, não foram expulsos. Esse fato começou a se alterar a partir do ano de 1920 com uma rápida concessão de apoio português às missões católicas nacionais<sup>78</sup>.

Ocorrida a implantação da República, os jesuítas foram expulsos de Moçambique em 8 de outubro de 1910. Entretanto, em 1914, ainda havia padres jesuítas atuando em missões na região da Zambézia, o que revelava a complexidade da realidade missionária no espaço colonial<sup>79</sup>. Para os missionários, no caso os protestantes, que trabalhavam na África portuguesa, a notícia da proclamação da República e os rumores de uma nova legislação religiosa surgiram como um augúrio de melhores relações entre as sociedades missionárias e a administração lusitana. A ideia de relacionamento com um governo que excluiu as querelas confessionais constituía uma superação.

Os problemas desencadeados com a expulsão dos jesuítas em Moçambique fizeram os republicanos entender as particularidades do mundo colonial, que, longe de estar fechado em fronteiras, possuía ligações dinâmicas e plurais como a política missionária internacional, os imperialismos e os nacionalismos europeus<sup>80</sup>. A República precisou começar a compreender as dinâmicas próprias dos espaços religiosos em África. Entretanto, aconteceram medidas que estavam em contradição com a laicidade do Estado Republicano, resultadas de pressão externa e de interesses do poder político vigente.

Em janeiro de 1914, o prelado de Moçambique, Ferreira da Silva, dirigiu-se ao Ministro das Colônias queixando-se dos resultados negativos da falta de apoio do Estado nas atividades missionárias resultaria, frisando a esperada diminuição dos efeitos nacionalizadores face o crescimento das missões estrangeiras. Os republicanos não poderiam evitar a formação de novas missões católicas se instalando nas colônias protegidas pelos acordos internacionais. Em agosto do mesmo ano, o governador de Moçambique, Joaquim José Machado aprovou a portaria nº 1.077 que atendia as reivindicações de religiosos na colônia. O administrador entendia a importância das missões religiosas portuguesas e dos

---

<sup>78</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *A missão da República: política e religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 58.

<sup>79</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 69.

<sup>80</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 92.

serviços prestados à instrução e educação, além de apoiar a soberania nacional no território. Joaquim José Machado acreditava que a substituição das missões religiosas pelas missões civilizadoras não era possível e que a extinção da atuação religiosa deveria aguardar a efetiva instalação das ordens laicas<sup>81</sup>. De acordo com a Portaria, decretava-se o pagamento às missões das dotações previstas no orçamento da colônia no ano anterior. As missões, com a lei, continuariam recebendo contribuições estatais, dissipando as preocupações existentes nos meios religiosos e missionários em relação a Moçambique.

Durante a Primeira Guerra Mundial, diversos membros do parlamento realçavam a importância das missões religiosas, cujo trabalho e eficiência puderam comprovar nas suas atuações em África. A Sociedade de Geografia de Lisboa, em diversos momentos, se posicionou sobre a importância das missões para o desenvolvimento da obra colonial portuguesa<sup>82</sup>.

Ao final do conflito mundial, em 1919, na Convenção de Saint-Germain-en-Laye ocorreu a renovação dos princípios da liberdade religiosa que estavam na ata da Conferência de Berlim. O novo acordo destacava o papel das missões religiosas na construção das sociedades coloniais. Nesse ano, os republicanos procuraram sanar as falhas apontadas na política de missionação. Muitos decretos a respeito das missões foram aprovados em 1919 devido às conjunturas políticas nacionais e internacionais a respeito do Império Colonial Português<sup>83</sup>. Hugo Gonçalves Dores assinalou que a solução do problema das missões não estava em revalorizar ou redefinir o papel das missões religiosas, mas sim substituí-las gradativamente por um projeto que incorporasse os valores e os ideais republicanos da sociedade portuguesa<sup>84</sup>.

A concepção sobre o papel que a missionação deveria ter na estrutura colonial de Portugal foi contínuo nos regimes monárquico e republicano, sua compreensão era um dos elementos essenciais para a análise do processo de construção das políticas de missões religiosas nas colônias portuguesas. Segundo Hugo Gonçalves Dores, isso permite perceber níveis de continuidade no caráter religioso-missionário da Monarquia para a Primeira República. A missionação não era uma questão apenas religiosa, ela foi parte integrante da

---

<sup>81</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 114.

<sup>82</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 123-126.

<sup>83</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 157.

<sup>84</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 174.

problemática dos Impérios Coloniais Modernos e indissociável do projeto colonizador que começou em Oitocentos<sup>85</sup>.

A Primeira República Portuguesa foi moldada com ideais profundamente colonialistas, traçavam o caminho para o fortalecimento do Império Colonial de modo a acreditar que realizaria o sonho da criação de novos “brasis” em África. A vontade de transformação, encontramos presentes em diversas leituras das sessões do parlamento

Muitos cuidados nos está demandando este vasto império ultramarino que é já hoje certamente segura garantia de um futuro de melhores prosperidades para a nossa pátria; tem que se aperfeiçoar as leis que regulam as concessões de terrenos nas diferentes colônias, tem que se fazer uma revisão rigorosa e franca dos seus orçamentos, tem que se aplicar as leis da República, onde elas possam ser amplamente executadas, sem lesão de direitos ou contatos garantidos. Tem que se transformar todos estes famosos domínios num outro Portugal de além-mar, com a consciência cívica do seu valor e da sua influência nos destinos do país<sup>86</sup>.

Com a proclamação da República ocorreu a criação do Ministério das Colônias, separado completamente e com autonomia em relação ao antigo Ministério da Marinha. Os republicanos acreditavam e defendiam a ideia da autonomia colonial e, de certo modo, a Primeira República teve fases de descentralização colonial que continuaram até a situação econômica do Império se complicar. Com a problemática da economia presente nas administrações, Lisboa começou a repensar esse modelo. No artigo 67º da Constituição da República de 1911 especificava que o Império Colonial deveria ser gestado de forma descentralizada.

A realização dos objetivos presentes na constituição não foi imediata. Era preciso um tempo para serem discutidas no Parlamento as formas como seriam aplicadas essas autonomias e descentralizações no Império. Em 1913, na Câmara dos Deputados, uma lei que previa mudanças na administração ultramarina que deveria assentar-se numa gestão descentralizadora que privilegiasse a autonomia financeira dos territórios do Império foi apresentada.

No ano de 1914, o ministro das Colônias, Almeida Ribeiro, apresentou a Proposta de lei sobre organização civil das províncias ultramarinas que se constituiu em um primeiro projeto para colocar em execução os princípios da descentralização. Na base da elaboração, era colocada como opção a promulgação de diplomas fundamentais de caráter generalista

---

<sup>85</sup> DORES, Hugo Gonçalves. *op. cit.*, p. 22.

<sup>86</sup> Augusto de Vasconcelos na leitura da declaração ministerial. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão n. 10, de 16 de novembro de 1911, p. 5.

com as bases da organização administrativa do Império Ultramarino, que serviria de orientação para a criação posterior das Cartas Orgânicas de cada colônia<sup>87</sup>.

No documento era proposta a criação de um órgão executivo de nomeação governamental, diretamente subordinado ao ministro das Colônias, composto por grupos representativos das populações coloniais, os conselhos de governo. Esse órgão deveria funcionar como um pequeno parlamento, administrado pelo governador, que, assim, poderia consultar e deliberar assuntos administrativos da colônia. Havia uma rede de funcionários subordinada ao governador, que resolveria questões administrativas recorrentes. As colônias seriam divididas em distritos e cada uma teria seu administrador com amplas atribuições e haveria divisões menores, que seriam geridas por chefes de conselho e de circunscrição civil ou, em determinadas situações, por capitães-mores e comandantes militares<sup>88</sup>.

O modelo de autonomia e descentralização da Primeira República foi algo resgatado do discurso colonial de importantes figuras da década de 1890 como Antonio Enes, Mousinho de Albuquerque, Freire de Andrade, Aires de Ornellas e outros importantes colonialistas da Monarquia. A Primeira República defendia a autonomia e descentralização nas palavras, mas suas práticas de concepção de administração e controle mantiveram semelhantes, ou iguais, aos últimos anos da Monarquia.

Após a aprovação da proposta foi dado o prazo de um ano para a elaboração das cartas orgânicas de cada colônia. Em 31 de dezembro de 1916 aconteceu a prorrogação para junho de 1917 e novamente para 30 de junho de 1918. No caso de Moçambique, sua carta orgânica não chegou a ser promulgada e as que foram publicadas tiveram efeitos efêmeros com a ascensão de Sidónio Pais, que anulou as Cartas Orgânicas em julho de 1918, com a justificativa de serem fragmentárias e responsáveis por perturbações administrativas no Império Colonial<sup>89</sup>.

Em Moçambique, a situação complicou-se no decorrer da Primeira Guerra Mundial. O orçamento da colônia era altamente centralizado, controlado por Lisboa e seus déficits cobertos pelo Ministério das Finanças. O Estado Colonial encontrava-se, na prática, fragmentado em termos administrativos e econômicos, em sua maior parte era controlado direta ou indiretamente pelo capital internacional. As concessões dos territórios ao investimento estrangeiro conferiram direitos quase feudais para a população, o que originou

---

<sup>87</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, 2008, p. 14.

<sup>88</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>89</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *Op. cit.*, p. 18.

abusos cada vez mais problemáticos e inaceitáveis. O modelo empregado para a criação das leis durante a década de 1910 baseou-se na estrutura administrativa de 1907, colocada em prática por Freire de Andrade na colônia. Entretanto, a maior parte da legislação aprovada para o território não entrou oficialmente em vigor devido o início da Primeira Guerra Mundial e a ditadura sidonista. O assunto das leis orgânicas coloniais voltaria à discussão no decorrer do conflito<sup>90</sup>.

Com a morte de Sidónio Pais, as Cartas Orgânicas foram novamente postas em vigor, por decreto de 10 de maio de 1919. Pela nova lei eram criadas as novas entidades governativas para as colônias, os comissários da República, um para Angola e outro para Moçambique.

### **Intermediários da colonização: os assimilados e seu domínio da língua**

Como vimos anteriormente, a Primeira República foi extremamente desorganizada em relação ao Império Colonial em África. Isso se deve a problemas internos que Portugal estava passando, mas é inegável que o que acontecia na metrópole causaria reflexos nas colônias. E, desde final de Oitocentos, Moçambique estava passando por importantes transformações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Como assinalou Fernanda do Nascimento Thomaz, as importantes mudanças comerciais, políticas e sociais que ocorriam em Lourenço Marques desde finais de Oitocentos resultaram em um processo de autorreconhecimento de certa camada populacional que se identificavam como *filhos da terra*. O reconhecimento dentro desse estrato fazia parte de uma percepção do mundo em que se vivia, mostrando um determinado tempo marcado pelas ações humanas e uma identidade social<sup>91</sup>.

É interessante as considerações de Valdemir Zamparoni que devemos considerar esse grupo social como uma classe em formação naquele momento histórico:

Não se trata de uma classe cristalizada, com consciência e um fim determinado a ser atingido, mas de um processo de construção no devir histórico; define-se paulatinamente no enfrentamento das condições coloniais, no qual se insere como uma das forças atuantes. Sua posição nesta estrutura social, se não lhe permite ver a totalidade do sistema de dominação colonial, ao menos possibilita-lhe perceber as práticas mais brutais deste sistema, lutar contras as mesmas e elaborar um projeto social distinto. Longe de ser monolítica, comporta latentes contradições que emergem consoante os distintos níveis e formas com que são atingidos os

---

<sup>90</sup> NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 347.

<sup>91</sup> THOMAZ, Fernando do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 64.

indivíduos que a compõem, diante dos conflitos sociais vivenciados na situação de colonizados<sup>92</sup>.

Entre as mudanças ocorridas em finais de século, podemos assinalar o aparecimento de uma importante camada da população denominada assimilados. De acordo com Fátima Mendonça, a política de assimilação do Estado Colonial Português era produzir um grupo social intermediário, uma pequena burguesia africana que servisse de suporte à colonização. Foi deste grupo, entretanto, que surgiram as primeiras reivindicações políticas, como as posições contrárias à portaria dos Assimilados de 1917, as críticas ao vinho colonial e à forma de instrução desenvolvida em Moçambique<sup>93</sup>. Esse grupo político constitui o núcleo formador do periódico *O Africano*.

Segundo André Victorino Mindoso<sup>94</sup>, a assimilação seria o meio pelo qual as populações indígenas, de forma gradual, assimilariam os costumes e hábitos dos portugueses, em troca, poderiam desfrutar da cidadania e direitos que os colonos lusitanos possuíam nas colônias. Na mesma perspectiva sobre o assimilacionismo encontramos Peter Fry que afirmava

o princípio de assimilação, como meta de longo prazo, nunca foi questionado. Pelo menos em princípio, todos os sujeitos poderiam tornar-se cidadãos e, embora muitos portugueses duvidassem do valor de uma competição cada vez mais severa entre africanos e europeus pela obtenção de empregos, prestígio e riqueza (...) <sup>95</sup>

Para outros autores, como Bridget O’Laughlin, o Estado Colonial funcionava para criar mecanismos de separação entre a população colonizada e a colonizadora. Dessa forma:

As leis, estatutos e políticas que opunham os cidadãos coloniais do indígena derivavam-se da questão laboral e da contradição de classes. Definem os cidadãos coloniais como aqueles que poderiam circular livremente, contratar os seus trabalhadores e adquirir propriedade; do mesmo modo definem quem não o poderia – o indígena<sup>96</sup>.

---

<sup>92</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-c. 1940*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: USP, 1998, p. 392.

<sup>93</sup> MENDONÇA, Fátima. *Op.cit.*, p. 199.

<sup>94</sup> MINDOSO, André Victorino. *Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017, p. 33.

<sup>95</sup> FRY, Peter. Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Asia*, n. 30, p. 271-316, 2003, p. 289.

<sup>96</sup> O’LAUGHLIN, Bridget. Class and the customary: ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000, p. 12.

De acordo com André Victorino Mindoso<sup>97</sup>, a literatura sobre a questão dos assimilados e dos processos de assimilação ainda é algo escasso na produção científica e essa produção poderia se dividir em quatro tendências: a primeira enfatizando as relações sociais entre colonos e assimilados nos Estados Coloniais; a segunda o papel que as instituições coloniais teriam na “criação” dos assimilados; a terceira enfatizando as trajetórias biográficas de importantes assimilados das sociedades coloniais e, por fim, mostrando como a assimilação teria se ressignificado com as lutas de libertação em África.

A desorganização política resultante da implantação da Primeira República evidencia como os assimilados construíram seu percurso político em Moçambique. José Moreira afirma que os jornais são importantes veículos de demonstração de embates dessa camada da população e suas lutas ideológicas. Esse grupo teria sido constituído de intelectuais, jornalistas e políticos que estiveram atuando localmente na primeira fase da República. Além disso, o autor assinala que sua contínua e acentuada destribalização e sua incorporação dos modos urbanos e ocidentais permitiram ações políticas em âmbitos regionais e certos graus de lideranças<sup>98</sup>.

Lourenço Marques foi o palco principal desses embates ideológicos da população assimilada nos periódicos existentes em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Isso se deve a alguns fatores elencados por José Moreira, como a diversidade populacional existentes na localidade que possuíam europeus, asiáticos e africanos nos espaços urbanos e ela ser uma cidade cosmopolita, por isso ser capital da colônia, tais fatores contribuiriam para a existência de certa segregação da sua população. Além disso, Lourenço Marques teria um forte grupo de assimilados católicos no qual reivindicava a instrução política como forma de melhor divulgar a língua portuguesa, meio fundamental para a promoção social e profissional dos indivíduos na colônia<sup>99</sup>.

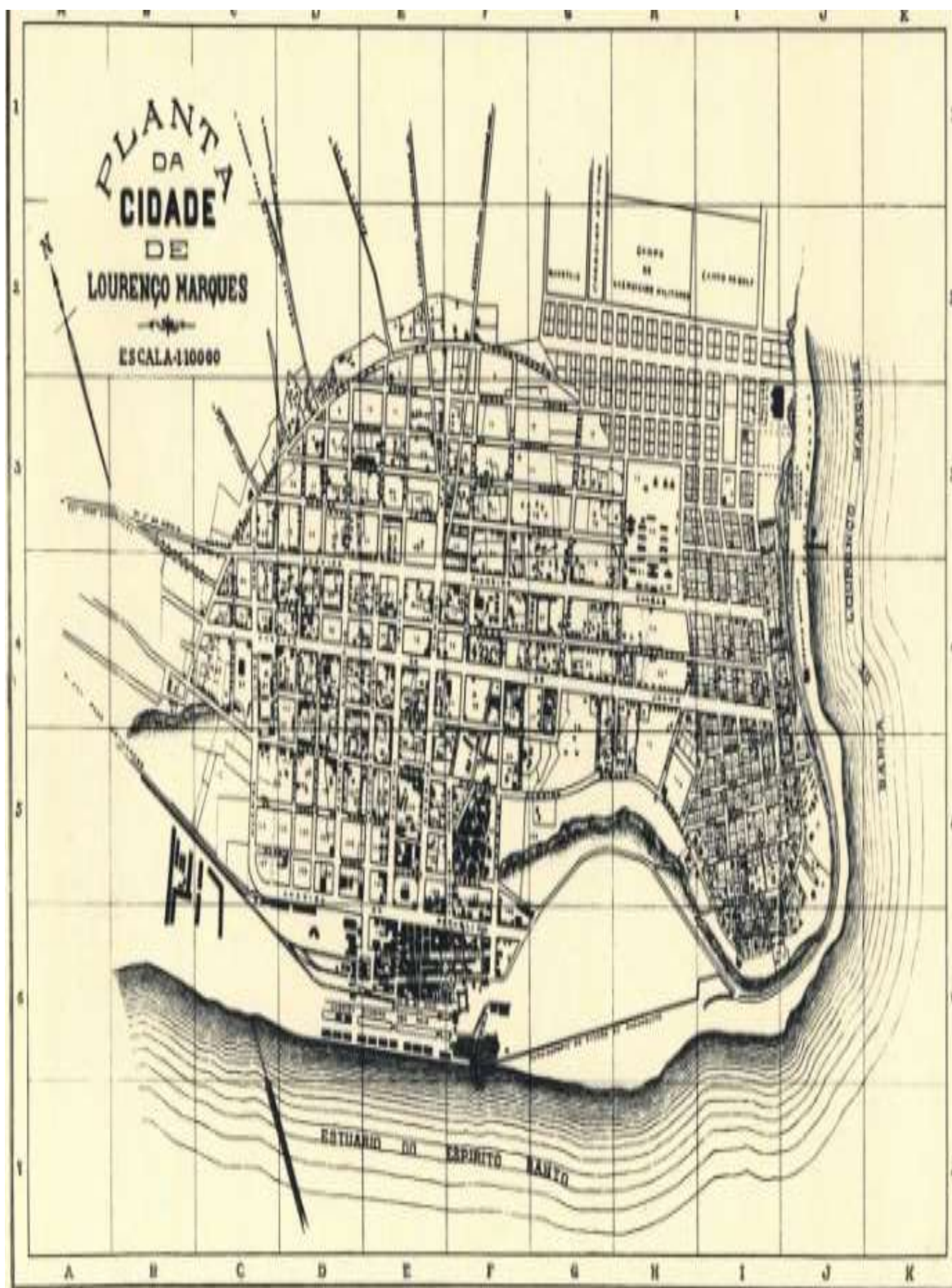
---

<sup>97</sup> MINDOSO, André Victorino. *Op. Cit.*, p. 39-40.

<sup>98</sup> MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições (1900-1922)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997, p. 29.

<sup>99</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 42-47.

Figura 1.4. Mapa da cidade de Lourenço Marques (1920)



Fonte: RUFINO, José Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da Colónia de Moçambique. Lourenço Marques – Panoramas da Cidade*. Lourenço Marques: A Portuguesa, 1929, p. 6.

José Moreira ressaltou que uma das principais figuras de assimilado em Moçambique no começo do século XX foi João Albasini, que lideraria as reivindicações desse grupo social. Para Moreira, o projeto de assimilação teria começado nos anos finais da Monarquia, sendo logo encampado pela Primeira República e representa um momento decisivo de embates e lutas por direitos. Houve reivindicação dessa camada para ser considerada portuguesa, mas tal demanda nunca foi atendida<sup>100</sup>. Dessa forma, os assimilados tiveram que assumir papel intermediário em suas comunidades coloniais, porque, se não se viam como colonizados, também não se reconheciam como colonizadores.

Para José Moreira, os assimilados, devido a suas posições profissionais (a maioria ocupava cargos da administração pública) e suas qualificações literárias para escreverem nos periódicos que circulavam na colônia, pertenciam ao mundo dos brancos, urbanos e “civilizados”, mas pelo ângulo da raça, pertenciam ao dos negros colonizados<sup>101</sup>.

Os estudos de José Moreira consideram os processos de assimilação como a ideologia colonial portuguesa por excelência, pois a noção de colonização e assimilacionismo caminhariam juntas. Para o autor, todos os governos portugueses teriam percebido a utilidade desse grupo populacional e sua missão de “influenciar eficazmente as massas populares”<sup>102</sup>.

A política de assimilação teve alguns atrativos para os colonizados locais. Durante a Primeira República em Lourenço Marques, os africanos “educados” procuravam a assimilação com certo entusiasmo, de acordo com José Moreira, a noção de civilização os atraía devido à ascensão social que poderiam ter e o desenvolvimento capitalista que floresceu em Moçambique nas últimas décadas de Oitocentos causavam interesses. Assim, assimilar a cultura europeia e tirar benefícios materiais seria extremamente importante para essa camada social, assim o colonizador “tinha a obrigação de cumprir essa missão civilizadora da assimilação”. Os colonos não se sentiam ameaçados por esse grupo social, pois acreditavam que os assimilados seriam o ponto fundamental para a sustentação do Estado Colonial e a colonização portuguesa na localidade<sup>103</sup>.

A partir do que levantamos até aqui, podemos compreender as engrenagens do Estado Colonial, assim, o assimilado fazia parte dessa grande estrutura de dominação. Não podemos encará-lo como agente passivo nesse processo, muito pelo contrário, sua práxis na localidade

---

<sup>100</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>101</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>102</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>103</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 96-97.

influenciou de forma determinante a atuação das administrações coloniais e vice-versa. Dessa maneira, tudo funcionaria conforme uma lógica própria, como assinala Roland Corbissier:

Para assegurar o funcionamento da máquina, porém, não basta ao colonizador a superioridade militar e tecnológica, deve, além disso, legitimar ou tentar legitimar o empreendimento, aos olhos do colonizado e aos seus próprios olhos. Deve, pois, fabricar a ideologia do colonialismo, tentativa de justificação, *a posteriori*, em termos racionais, do domínio e da espoliação a que submete o povo conquistado. E qual poderá ser o conteúdo dessa ideologia? Só poderá ser uma superioridade do colonizador, que implica obviamente como contrapartida, a inferioridade do colonizado. (...) O colonizador não permite nem a assimilação, nem a transformação pacífica da colônia, mediante a participação dos colonizados na gestão do próprio destino. O colonizador representa a negação do colonizado e vice-versa, o colonizado representa a negação do colonizador. Os termos da antítese, ou da contradição, não podem ser absorvidos e superados em uma síntese superior pela simples razão de que, ao mesmo tempo, se implicam e excluem reciprocamente, quer dizer, a negação de um acarretando necessariamente a negação do outro<sup>104</sup>.

Na obra *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Albert Memmi tratou da construção desse mundo do colonizador e do mundo do colonizado, que se sobrepuseram em alguns momentos e em outros não. Para o autor, o assimilado busca escapar da sua condição de colonizado e, para isso, procura parecer-se com o colonizador

(...) na esperança confessada de que deixe de reconhecê-los diferentes dele. Daí seus esforços para esquecer o passado, para mudar de hábitos coletivos, sua adoção entusiasta da língua, da cultura e dos costumes ocidentais. Mas, se o colonizador nem sempre desencoraja abertamente esses candidatos à sua semelhança, jamais lhes permitiu também realizá-la. Vivem assim em penosa e constante ambigüidade, recusadas pelo colonizador, participam em parte da situação concreta do colonizado, têm com ele solidariedade de fato; por outro lado, recusam os valores do colonizado enquanto pertencentes a um mundo decadente, do qual esperam escapar com o tempo<sup>105</sup>.

Para Albert Memmi, os recém assimilados situam-se muito aquém do colonizador, mas ostentariam com valor o status que adquiriram com a assimilação e desprezariam a situação do colonizado, assim ficam

(...) deslumbrados ainda com seus privilégios, os saboreiam e defendem com avidez e inquietação. E, quando a colonização corre perigo, fornecem-lhe seus defensores mais dinâmicos, suas tropas de choque, e, algumas vezes, seus agentes

<sup>104</sup> CORBISSIER, Roland. Prefácio. IN: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 7-12.

<sup>105</sup> MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 30.

provocadores. (...) Os representantes das autoridade, quadros, caides, policias, etc, recrutados entre os colonizados, formam uma categoria de colonizados que pretende escapar à sua condição política e social. (...) Muitos dos traços do colonizado o chocam ou irritam, tem repulsa que não chega a esconder e as manifesta em observações que lembram curiosamente as dos colonialistas. Em verdade, está longe, o momento em que estava convencido, *a priori*, da identidade da natureza humana em todas as latitudes. Sem dúvida, ainda acredita nessa identidade, mas com em uma universalidade abstrata ou em um ideal situado no futuro da história<sup>106</sup>.

Na mesma perspectiva de Albert Memmi, encontramos as considerações de Valdemir Zamparoni<sup>107</sup>, afirmando que os colonizadores, uma vez estabelecidos, encaravam a população local como privada de tudo, pois não possuíam a cultura europeia. Os colonizados eram vistos, pela lógica colonial, como desprovidos de tudo, o europeu se considerava um pólo positivo de transformação nessas comunidades locais, enquanto tudo que seria derivado do nativo era negativo.

Uma das característica central dos assimilados é o fato de dominarem a língua do colonizador. De acordo com Valdemir Zamparoni<sup>108</sup>, um dos instrumentos mais danosos utilizados pelo colonialismo foi a imposição da língua das metrópoles, que teria um caráter despersonalizante e alienante para o colonizado. Desta forma:

Os poucos atores que nesse universo foram incluídos fizeram dela uso muito distinto daquele que os agentes coloniais poderiam esperar: não só usaram a caneta como a zagaia, voltando o controle que tinham da língua contra o cotidiano opressivo, como a recriaram, ao incorporar palavras, expressões e formas das várias línguas locais e falares populares que circulavam pelos espaços urbanos, subvertendo cânones e criando as bases para a reivindicação de uma moçambicanidade<sup>109</sup>.

As trocas culturais em relação à língua eram uma constante nesse universo colonialista, comerciantes e caçadores que percorriam sertões em busca de mercadorias lançavam mão de línguas e os europeus do interior acabam assimilando dialetos e falares locais<sup>110</sup>. Entretanto, com a intensificação do colonialismo de Oitocentos e as transformações acarretadas em Moçambique em início do século XX:

<sup>106</sup> MEMMI, Albert. *Op. Cit.*, p. 30-38.

<sup>107</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. "Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX". IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 27.

<sup>108</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>109</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 27-28.

<sup>110</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 28.

(...) a possibilidade de apropriação de termos das línguas locais por parte dos colonizadores passou a ser de diminuta possibilidade, pois estavam em argumentos de prestígio, de poder e de hierarquia, atuando também no âmbito lingüístico os guardiões da pretensa superioridade europeia. Diferentemente do que ocorrera no passado, quando os portugueses não exerciam hegemonia de qualquer tipo, agora o inverso tenderia a acontecer: os colonizados inclinavam-se a aprender a língua do colonizador e dela apropriar, com mais ímpeto, termos e palavras<sup>111</sup>.

Na lógica defendida pelo colonialismo de superioridade europeia e inferioridade dos africanos, eram estabelecidos dogmas que defendiam que as línguas indígenas seriam incapazes de cumprir suas funções, sobretudo de transmissão de noções de “civilidade” e “modernidade” (como conceitos abstratos e científicos), seriam inviáveis como veículos de instrução e ensino. Segundo essa ideia, o colonizado ganharia ao aprender a língua metropolitana, pois seriam introduzidos ao “mundo civilizado e moderno”. Além disso, por não possuírem uma escrita, suas línguas seriam despossuídas de uma cultura e da civilização. É interessante perceber que nesse discurso colonial criava-se uma lógica de um “vazio cultural” existente nas sociedades colonizadas, que deveria ser preenchido pela cultura metropolitana<sup>112</sup>.

De acordo com Valdemir Zamparoni, nunca foi interesse do colonialismo português a criação de sociedades bilíngues, mas coibir a existência das línguas nativas de direito. Autoridades locais em diversos momentos tentaram criar mecanismos de proibição para o uso, sobretudo na área de ensino e nas práticas missionárias. As missões deveriam ter um papel fundamental para transformar os nativos úteis a obra “civilizadora do colonialismo” e as escolas de instrução existentes em Moçambique deveriam evitar o aprofundamento conhecimento na língua metropolitana. Assim,

Os colonos e missionários estavam convencidos de que a assimilação real aos valores europeus estava fora de questão e o ensino da língua do colonizador deveria dar-se no mínimo estritamente necessário, fosse porque estavam além da capacidade congênita da imensa maioria dos “indígenas”, fosse porque nenhum benefício poderia trazer-lhes. Os poucos escolhidos, cuja “inteligência” era tida como acima da média, acabavam por se tornar bilíngües a serviço da administração e dos colonos<sup>113</sup>.

Em Lourenço Marques, capital da colônia e cidade mais populosa de Moçambique, segundo o Censo de 1894, apenas 15 nativos sabiam ler e escrever, mas a localidade possuía

---

<sup>111</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>112</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>113</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 45.

uma tendência crescente e que a educação era vista como uma das poucas alternativas reais de ascensão social para os não-brancos. Os nativos com acesso a escolas públicas ou missionárias eram vistos com um certo temor pelos colonos portugueses. As missões católicas e protestantes tiveram papel ímpar para a introdução das línguas europeias na colônia<sup>114</sup>.

No espaço citadino de Lourenço Marques, a língua portuguesa era um elemento de contato intercultural devido à existência de populações geograficamente e culturalmente distintas, mas não era a hegemônica. A obrigatoriedade do uso do português dava-se em âmbito administrativo (funcionários públicos e coloniais) e comercial. Segundo Valdemir Zamparoni

Bem ou mal, a língua portuguesa ocupava um lugar privilegiado na colônia e, paulatinamente, apesar da educação ineficiente, passou a ser um parâmetro para o estabelecimento e a agudização de distinções na estrutura sócio-racial local: no plano vertical, entre colonizadores e colonizados, no plano horizontal, entre os últimos, já que havia acesso e usos bastantes diferenciados, consoantes os graus de contato das populações colonizadas com o aparato administrativo colonial. Alguns, sobretudo os camponeses, distanciados dos colonos, usavam menos a língua portuguesa propriamente dita, mas um arsenal de palavras desta incorporado nas línguas locais. Esses termos expressavam realidades e nomeavam mercadorias e situações somente existentes com o fato colonial<sup>115</sup>.

No âmbito da administração colonial, havia poucos funcionários negros e mestiços, os quais desempenhavam funções técnicas como as de intérpretes, gráficos e auxiliares administrativos. Esse grupo esforçava-se para um domínio mais erudito da língua portuguesa, com características europeizadas. Os indivíduos pertencentes a essa camada foram os principais responsáveis por criticar abertamente as mazelas do colonialismo e criar formas alternativas de denúncias aos abusos coloniais<sup>116</sup>.

Os assimilados considerados mais “evoluídos” defendiam que a leitura e a escrita eram as únicas formas capazes de transformar os nativos em cidadãos capazes de se defender dos abusos cometidos pelas práticas colonizadoras. Acreditavam que aqueles que já possuíam certo grau de instrução deveriam trabalhar para que nenhum nativo deixasse de frequentar a escola e no mínimo soubesse ler, escrever e cantar em português<sup>117</sup>. Como assinala Frantz Fanon, era na linguagem que estava a

---

<sup>114</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 35-37.

<sup>115</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>116</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>117</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. *Op. Cit.*, p. 46.

(...) promessa do reconhecimento, dominar a linguagem, um certo idioma, e assumir a identidade da cultura. Esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros. Mesmo quando o idioma é “dominado” resulta a ilegitimidade. Muitos negros acreditam neste fracasso de legitimidade e declaram uma guerra maciça contra a negritude. Este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco<sup>118</sup>.

Nessa perspectiva, o fato de o assimilado dominar a linguagem do colonizador demonstra sua participação no mundo do qual a língua era oriunda. De acordo com Fanon,

Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. (...) Já se vê aonde queremos chegar, existe na posse da linguagem uma extraordinária potência<sup>119</sup>.

Além do domínio da língua do colonizador, para ser considerado assimilado em Moçambique, alguns requisitos, como apontado por Fernanda do Nascimento Thomaz, deveriam ser cumpridos, como: práticas monogâmicas, ser maior de 18 anos, ter cursado pelo menos o primário, ter uma profissão que possibilitasse o seu sustento e de sua família, bom comportamento moral e cívico, ter prestado as suas responsabilidades com os serviços militares e possuir hábitos para a aplicação dos direitos públicos e privado português, ou seja, esse último item, ser considerado civilizado<sup>120</sup>.

O domínio da língua escrita do colonizador tem um profundo significado político na vida dos assimilados. Compreender, escrever e ler a língua metropolitana “é mais do que o meio pelo qual os falantes se comunicam<sup>121</sup>”, é uma forma de sentir a sua realidade e colocá-la em palavras. Esse é um importante papel desempenhado por intelectuais nos órgãos de imprensa em finais de Oitocentos e início da centena em Moçambique. Mas, afinal, porque devemos encarar esses literatos e jornalistas atuantes na imprensa periódica como intelectuais?

---

<sup>118</sup> FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 15.

<sup>119</sup> FANON, Frantz. *Op. Cit.*, p. 33-34.

<sup>120</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 44.

<sup>121</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 81.

## Os intelectuais e os escritores engajados

De acordo com Ivete Walty e Maria Zilda Cury<sup>122</sup>, a palavra intelectual ganhou sentido quando Émile Zola tomou a palavra para defender Alfred Dreyfus em finais de Oitocentos com o famoso manifesto *J'accuse!*. A palavra adquiriu assim seu sentido moderno, que remete àquele que toma a palavra nos espaços públicos e coloca a defesa dos valores de justiça, igualdade e direitos acima das razões do Estado. Ainda de acordo com as autoras,

Do latim *intelectuallis*, de que a palavra intelectual deriva, conservou-se o sentido relativo à inteligência. Decompondo-se a palavra temos: *intus* (para dentro) e *lectus*, particípio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. Mas *legere* no seu sentido etimológico guarda, simultaneamente, um sentido, uma qualidade do que sai de si, aquilo que extrapola o indivíduo para abrir-se numa dimensão também social. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, saliente-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora.

Nessa perspectiva, de acordo com Augusto Silva<sup>123</sup>

Só se justifica que o intelectual moderno nasce com a intervenção de Émile Zola no caso Dreyfus se usarmos a expressão no seu sentido próprio. O intelectual é diferente do “filósofo” do século XVIII e do “homem de letras” do século XIX. Ele é a figura que brota de um campo cultural, que acabava de estabelecer-se como campo social autônomo, e como tal se projeta na política. O ‘*J'accuse!*’ constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural.

Para Augusto Santos Silva, a condição do intelectual foi alicerçada em três pilares: a crítica, a independência e a diferença. A diferença estaria entre seu campo cultural e a atuação no campo do poder, que buscaria intervir no espaço público. A independência exigiria o distanciamento que o intelectual deveria ter para politizar os seres não políticos. A crítica, por sua vez, remete à capacidade do intelectual para apontar possíveis desvios e abusos daqueles que exercem o poder<sup>124</sup>.

<sup>122</sup> WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 26, 2009, p. 223.

<sup>123</sup> SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? IN: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 39.

<sup>124</sup> SILVA, Augusto Santos. *Op. Cit.*, p. 41-42.

As ações e falas públicas seriam atividades primordiais na atividade intelectual moderna, pois assumiriam a defesa das causas universais e a transgressão com a ordem social existente<sup>125</sup>. Como assinalava Pierre Bourdieu a respeito do aparecimento dos intelectuais

Os intelectuais surgiram historicamente no e pelo ultrapassamento da oposição entre a cultura pura e o engajamento. São por isso seres bidimensionais. Para invocar o título de intelectual, os produtores culturais precisam preencher duas condições: de um lado, pertencer a um campo intelectualmente autônomo, independente do poder religioso, político, econômico e outros, e precisam respeitar as leis particulares desse campo de outro lado, precisam manifestar sua perícia e autoridade específica numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual. Precisam permanecer produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Apesar da antinomia entre autonomia e engajamento, é possível mantê-los simultaneamente. Quanto maior a independência do intelectual com relação a interesses mudanos, advinda de sua mestria, tanto maior sua inclinação a asseverar essa independência, criticando os poderes existentes, e tanto maior a efetividade simbólica de qualquer posição política que possam tomar<sup>126</sup>.

Devemos compreender que o intelectual buscava representar e ser representante do seu povo, denunciados as atrocidades cometidas contra este e os usos e abusos de poder em nome de uma legalidade. De acordo com Edward Said

A essa tarefa extremamente importante de representar o sofrimento coletivo de seu próprio povo, de testemunhar suas lutas, de reafirmar sua perseverança e de reforçar sua memória, deve-se acrescentar uma outra coisa, que só um intelectual, a meu ver, tem a obrigação de cumprir. Afinal, muitos romancistas, pintores e poetas (...) encarnaram a experiência histórica do seu povo em obras de arte, que, por sua vez, ficam reconhecidas como obras-primas. Nesse sentido, penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros<sup>127</sup>.

Para além dessas interpretações, temos a de Jean-Paul Sartre que acreditava que os intelectuais eram

Produtos de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Neste sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> CHAUI, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20.

<sup>126</sup> BOURDIEU, Pierre. “*The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world!*”. Telos, 1989, n. 81, p. 99. Apud CHAUI, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 22.

<sup>127</sup> SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 53.

<sup>128</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p. 31.

A partir das considerações de Sartre, podemos entender que os assimilados faziam parte dessa sociedade nova, nascida do despedaçamento das suas antigas sociedades africanas, que entraram em choque com as transformações e violências intensificadas e massificadas com o colonialismo de Oitocentos. Assim, são produtos de uma comunidade que estava passando por intensas e profundas transformações em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

As interpretações do papel do intelectual antes focalizadas permitem concluir que os assimilados foram intelectuais fortemente atuantes no jornalismo literário em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Podemos também evocar o conceito de intelectuais orgânicos de Antonio Gramsci, pois aquela camada da população fazia parte de uma estrutura social maior, o colonialismo, e estava envolvida com as questões práticas da sociedade e do Estado colonial que a rodeava. Os assimilados não buscavam representar algo ou alguém, mas serem representativos. Em suas reivindicações, denunciavam as mazelas e abusos cometidos pelas autoridades coloniais e buscavam a democratização do conceito de cidadania nos espaços em que circulavam, sendo assim, tornaram-se importantes representantes dos colonizados em Moçambique.

Para Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos não podem se restringir à eloquência da sua produção cultural, devem colocar-se ativamente na vida prática de sua sociedade. Dessa forma, o jornalismo desenvolvido em África nas primeiras décadas do século XX teve esse papel, pois não pretendia somente “satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”<sup>129</sup>.

Gramsci acreditava que as revistas e os jornais eram estéreis se não se tornassem a força formadora de instituições culturais associativas, cujos quadros deveriam ser abertos<sup>130</sup>. Podemos entender o associativismo em Moçambique no começo do século XX nessa perspectiva, pois o Grêmio Africano buscou integrar diversos grupos sociais, econômicos e raciais entre seus filiados. Além disso, seu jornal, *O Africano*, não era uma exclusividade para assimilados, mas destinado a diversos grupos culturais heterogêneos existentes na colônia.

---

<sup>129</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 161.

<sup>130</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, p. 166.

Outro ponto fundamental da atuação jornalística, para Antonio Gramsci, são os títulos que os intelectuais dariam a seus escritos para atrair o público social aos quais se dirigia. Destaca também a dificuldade de criação de bons cronistas do cotidiano de opressão de uma comunidade, pois haveria uma identificação com o periódico a partir da identificação com sua escrita:

Tendência a títulos grandiloqüentes e pendantes, com oposta reação de títulos chamados “jornalísticos”, isto é, anódinos e insignificantes. Dificuldade da arte dos títulos: deveriam resumir algumas exigências, tais como a de indicar sinteticamente o assunto central tratado, o de despertar interesse e curiosidade levando a que se leia a matéria. Também os títulos são determinados pelo público ao qual o jornal se dirige e pela atitude do jornal em face de seu público: atitude demagógica-comercial quando se quer explorar as tendências mais baixas, atitude educativa-didática, mas sem pedantismo, quando se pretende explorar o sentimento dominante no público como ponto de partida para sua elevação. (...) Dificuldade de criar bons cronistas, isto é, jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidade e sem “brilhantes” improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna atualidade<sup>131</sup>.

Esse engajamento na escrita literária apareceu nos diversos periódicos moçambicanos em circulação no início do século XX, especialmente em *O Africano*. De acordo com Benjamin Abdala Junior, o engajamento para o escritor se configurava de uma forma nova através da palavra escrita. Assim, seus textos são radicais por tentarem mostrar a essência da sociedade a sua volta. De modo geral

Os escritores engajados estão comprometidos com a transformação e suas perspectivas críticas não lhes permitem descartar a experiência alheia. (...) Quando o escrito escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade, que se escreve através dele. Na sua escrita esta uma conferência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras, relativas a sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inscrição social<sup>132</sup>.

Comprometidos com os problemas sociais que os rodeiam e seu tratamento em uma perspectiva crítica<sup>133</sup>, aos escritores engajados cumpre refletir sobre a sua posição também nos processos de construção literária<sup>134</sup>. Segundo Benjamin Abdala Junior

---

<sup>131</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>132</sup> ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. Côtia, SP: Atelie Editorial, 2007, p. 39-45.

<sup>133</sup> ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos*. Côtia-SP: Atelie Editorial, 2007, p. 107.

<sup>134</sup> BENJAMIN, Walter. *O autor é um produtor*. São Paulo: Ática, 1985, p. 200.

Esse “repensar” não é neutro. O contrário, ele pede ao escritor engajado a consciência do risco histórico de que participa. Esse momento histórico solicita-lhe uma atitude de atrevimento, para que articule novas configurações formais em oposição às marcas do conformismo que podem neutralizar o novo imaginário político. (...) Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade que se inscreve através dele. Na sua escrita está uma confluência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inserção social<sup>135</sup>.

Benjamin Abdala Junior percebeu que, na África portuguesa, a apropriação social e nacional de uma cultura engajada foi realizada por setores assimilados cidadãos. Assim, no texto literário ocorria um engajamento real, pois haveria uma articulação entre “ciência” e “arte”, seu escrito colocaria as conexões dialéticas existentes nos espaços coloniais e as denúncias dos abusos colonialistas<sup>136</sup>.

Para Tania Macedo<sup>137</sup>, a opção do escritor comprometido por seu local e cotidiano colonial, tornando o colonizado protagonista de suas histórias, é uma forma de engajamento, não sendo apenas uma opção estética, mas uma escolha para marcar posicionamento. Nessa mesma perspectiva de literatura engajada, vale lembrar as observações de Sartre:

Um escritor é engajado assim que ele se encarrega de tomar a consciência a mais lúcida e a mais integral de estar comprometido, quer dizer, assim que ele faz passar para ele e para os outros, o engajamento da espontaneidade imediata ao refletivo<sup>138</sup>.

Deste modo, a tomada de posicionamento do escritor engajado é uma recusa ao *status quo*. Albert Memmi salientou essa questão do fazer literário como uma forma de engajamento contra as formas de dominação impostas pelo colonialismo

A emergência de uma literatura de colonizados, a tomada de consciência de escritores norte-africanos, por exemplo, não é um fenômeno isolado. Participa da tomada de consciência de si mesmo de todo um grupo humano. O fruto não é um acidente ou um milagre da planta, mas o sinal de sua maturidade. Quando muito o surgimento do artista colonizado precede um pouco a tomada de consciência coletiva da qual participa, que acelera com sua participação<sup>139</sup>.

<sup>135</sup> ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Op. Cit.*, p. 111-112.

<sup>136</sup> ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Op. Cit.*, p. 116.

<sup>137</sup> MACEDO, Tania. *Uma cidade e sua escrita: a representação literária de Luanda*. Tese de Livre Docência. Assis: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filhos”, 2003, p. 31.

<sup>138</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*. Paris: Gallimard, 1948, p. 84.

<sup>139</sup> MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 99.

Enfim, como veremos nos capítulos seguintes, o jornal *O Africano* e seus escritores fizeram uso do seu engajamento social para denunciar os descasos da situação colonial em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Os assimilados que integraram o periódico buscaram através da palavra tornar visíveis suas reivindicações e posicionamentos sócio-políticos. *O Africano* como possui uma voz homogênea, mas é constituído pelo timbre de diversos indivíduos que, atuando nesse veículo, produziram uma gama considerável de diferentes discursos e críticas ao Estado Colonial e seu entorno.

**Figura 1.5. João Albasini, na parte superior a direita**



Fonte: Figura que ilustra a Capa da obra BRAGA-PINTO, César. João Albasini e o olhar estrábico de *O Africano*. IN: BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922)*. Maputo: Alcances Editores, 2014.

## 2. “EM DEFESA DA CAUSA AFRICANA”: O JORNAL O AFRICANO E A ESCRITA COMBATIVA DOS ALBASINI

*Quem não luta por seus direitos se condena voluntariamente a ser de outra pessoa capacho. Parar é morrer.* (João Albasini)

Neste segundo capítulo, apresentaremos o periódico *O Africano* e analisaremos o editorial *Anno Novo – Era Nova*, que lançou o programa que o jornal traçaria ao longo de sua existência. Durante seu processo de publicação, o jornal se manteve atuante na causa africana e seus escritos possuem um forte teor literário. Além disso, buscaremos averiguar a escrita de seus dois principais administradores: João e José Albasini. Esses dois irmãos dirigiram o jornal até 1918 (ano em que foi vendido ao Padre Vicente do Sacramento) e foram responsáveis, junto a outros escritores, por uma rica produção intelectual nas páginas desse periódico.

### **O surgimento de um jornal combativo: o periódico *O Africano***

É importante lembrarmos que, desde final do século XIX, Lourenço Marques se transformava em uma importante cidade cosmopolita em Moçambique, devido à rápida modernização e desenvolvimento propiciados por seu porto e caminho de ferro. Além disso, a cidade era palco de efervescente convívio cultural, devido à vinda de ingleses, franceses, belgas, sírios, libaneses, gregos, italianos, indianos, chineses e judeus para a região, em razão de sua importância estratégica para o acesso às minas no Transvaal, na África do Sul<sup>140</sup>.

A presença de colonos e estrangeiros na localidade é uma característica que se refletiu nos primeiros periódicos em início do século, extremamente eurocêntrica e voltada para os interesses comerciais estrangeiros. Foi nesse contexto que o jornal *O Africano* foi inaugurado em 25 de dezembro de 1908 com um importante editorial que sintetizaria suas diretrizes, como veremos a seguir. Ele se insere numa série de iniciativas reivindicatórias que aconteceram em diversas partes da África subsaariana e de manifestos de diversos afro-descendentes na América. Isso é resultado de um importante intercâmbio de ideias entre as

---

<sup>140</sup> BRAGA-PINTO, César. João Albasini e o olhar estrábico de *O Africano*. IN: BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922)*. Maputo: Alcances Editores, 2014, p. 47.

elites intelectuais negras na América, na África e nas metrópoles europeias<sup>141</sup>. Esse caldeirão de ideais faz parte do surgimento do pan-africanismo, de seus importantes teóricos – como Marcus Garvey, do qual o *Brado Africano* publicaria um artigo, W.E.B Du Bois e Blaise Diagne – e das instituições que estavam surgindo nesse momento nas colônias em África, por exemplo da Liga Africana.

A proposta desse periódico apareceu em seu primeiro subtítulo “Quinzenário noticioso e de propaganda a favor da Instrução”. Da mesma forma que outros jornais surgidos em Moçambique em Oitocentos, a defesa de ideais liberais como a educação para todos apareceria logo nas suas primeiras páginas. Mas, o que faria de *O Africano* uma publicação diferente das demais naquela colônia? De acordo com César Braga-Pinto

O que faz tão significativo e peculiar o jornalismo inaugurado em dezembro de 1908 com o “número único” de *O Africano* é acima de tudo sua longa duração: mesmo considerando-se que a sua periodicidade, assim como o direcionamento ideológico e político, tenham se transformado em muito ao longo dos anos, a princípios articulando ideias mais ou menos nativistas ou localistas, promovendo logo em seguida ideais de inclinações pan-africanistas e, mais tarde, já sob o nome de *O Brado Africano*, e vítima da censura metropolitana, defendendo um programa de caráter explicitamente cristão e estado-novista<sup>142</sup>.

Outra peculiaridade da criação desse periódico combativo, segundo César Braga-Pinto:

É que nele se delineia um primeiro público leitor em Moçambique, assim como nomes próprios de autores que não só passam a ser reconhecidos, mas que encontrariam seguidores durante as décadas posteriores<sup>143</sup>.

*O Africano* foi publicado até o ano de 1909, com treze números, e foi encerrado devido a dificuldades financeiras. Seu retorno aconteceu em 1911, porque a ameaça cultural da língua inglesa na região marcou a adesão de colonos ao projeto de editorial do jornal. O ressurgimento de *O Africano* foi pautado com uma nova linha editorial “em defesa da causa africana”. Ao contrário do Grêmio Africano, que só integrava mulatos e negros com uma posição social privilegiada, *O Africano* começou a integrar brancos radicados em Moçambique e que se associavam aos interesses dos africanos opondo-se aos abusos cometidos pelas práticas coloniais<sup>144</sup>. De acordo com Fernanda do Nascimento Thomaz

<sup>141</sup>BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.* p. 45.

<sup>142</sup>BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>143</sup>BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>144</sup>ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, p. 80.

Quando *O Africano* ressurgiu em 1911 passa a integrar também brancos que incluíam em suas reivindicações os interesses dos negros, ainda que não fosse comum esse compartilhamento das contestações nas associações que ali estavam sendo criadas. Cabe ressaltar que o jornal era defendido, inicialmente, por seus editores como autônomo às associações políticas “portuguesas” que começavam a se organizar em Lourenço Marques. *O Africano* (...) assumiu uma posição de luta e de unidade entre diversos setores sociais, se opondo, à corrupção e a algumas políticas da administração colonial<sup>145</sup>.

*O Africano* teve alta circulação em Moçambique e chegou a ser vendido a mineiros moçambicanos que trabalhavam na União Sul Africana. A responsabilidade de venda do jornal nessa região coube ao Padre José Vicente do Sacramento, amigo dos diretores do jornal<sup>146</sup>. Era um jornal bilíngue, em português e ronga. Em seus textos, proliferavam críticas não apenas aos assimilados, mas à maioria da população africana, submetida à má administração portuguesa, ao trabalho forçado (chibalo), à alta cobrança de impostos e à violência da ocupação territorial.

A direção do jornal era dividida por João Albasini, como diretor, e José Albasini como editor. Em 1912, assumiu as funções de administrador-secretário o português José dos Santos Rufino. A emergente burguesia colonial portuguesa (funcionários, colonos radicados em Moçambique, operários e outros lusitanos) e a pequena burguesia local de africanos privilegiados desenvolveram uma complexa luta e consciência de denúncia social em *O Africano*.

Seu diretor, João Albasini, foi uma das principais figuras a publicar no jornal, seja assinando seu nome, seja usando pseudônimos que representavam diferentes setores políticos e sociais em Moçambique. Seus principais pseudônimos foram João das Regras e Chico das Pegas. Os textos assinados por João das Regras têm um teor mais sério, com um estilo retórico desenvolvido, impregnado de legalismo e moralidade. João das Regras é um velho saudosista dos ideais progressistas fermentados quando da ocupação de Moçambique, critica o não cumprimento de princípios legais, os abusos e a má gestão das autoridades portuguesas. Na crônica *Amor em vinho* publicado em *O Africano* em 11 de junho de 1913, podemos ter noção do seu estilo literário:

Era na Malanga, ao cair duma tarde de sol e moscas no mês de abril. Às portas, monhes espreitando o almejado “magaica” agora ausente coçavam-se desolados. Na esquadra policial um cipaio dormitava à varanda, com o cacete nas unhas, enquanto lá dentro o chefe atento punha em ordem a papelada, aproveitando

<sup>145</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>146</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 49.

aquela paz tão longamente desejada. Tarde sem rumor, em que tudo mergulhava na tranquilidade em que devia viver todo sempre, tarde idílica única, sem precedentes na Malanga tumultuosa dos tempos do “compound”! Paz, sossego... que bom!<sup>147</sup>

Já Chico das Pegas é um comerciante de gado que abasteceria a cidade de Lourenço Marques, sempre bem-humorado, descontraído e perspicaz. É um observador dos costumes da época, descreve-os com senso de humor e ironia, satirizando as mazelas do colonialismo nos aspectos culturais do cotidiano. Na crônica *Coisas de “narros”*, publicado em 14 de junho de 1914 no *O Africano*, podemos perceber sua linguagem mais coloquial:

A sebência das cantinas, onde se vendem coisas mais imundas ainda, já foi visitada pelo facultativo municipal? Não!  
Só as pretas, porque estão empenhados em não deixar a preta ganhar um vintém licitamente, porque a preta deve só viver na cantina do “mulungo”, dando carne e bebendo vinho.  
E aqui está como se emporcalha a reputação de uma Câmara que, na melhor das intenções, julgando tratar da higiene, vai fomentar a imoralidade.  
O maior flagelo que podia ter caído.  
É que realmente nem de propósito! Arre!<sup>148</sup>

Além de João Albasini e seus pseudônimos, *O Africano* possuía outros colaboradores como, por exemplo, Nyeleti e o padre José Vicente do Sacramento. Sobre os colaboradores é importante assinalarmos que muitos se identificavam apenas com uma letra do alfabeto como, por exemplo, F., que, às vezes se apresentava como *Fafitin*, era um importante colaborador assíduo do jornal, por discutir as injustiças das cobranças de impostos para as populações locais. *O Africano* possuía entre seus colaboradores um setor católico africano que defendia que as missões portuguesas deveriam dominar a educação local dos indígenas, enquanto as protestantes deveriam ser recusadas e expulsas. Essa defesa das missões católicas portuguesas era para a melhor divulgação da língua portuguesa, sendo um meio fundamental para a promoção profissional e social em Moçambique<sup>149</sup>. Valdemir Zamparoni assinalou que o grupo constituinte de *O Africano* vivia um paradoxo: lutava pela ampliação do ensino de português, mas nas páginas do jornal apareciam línguas locais<sup>150</sup>.

<sup>147</sup>*O Africano*, 11 de junho de 1913.

<sup>148</sup>*O Africano*, 14 de junho de 1914.

<sup>149</sup> MOREIRA, José. *Os assimiladores, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997, p. 47.

<sup>150</sup>ZAMPARONI, Valdemir. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte, GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 47.

Nicolau Sevcenko destacou, em *Literatura como Missão*<sup>151</sup>, a relevância dos escritos literários como uma missão histórica de seus autores diante das tensões sociais e culturais instaurados na Primeira República Brasileira. Podemos também entender o papel do jornal *O Africano* e de seus escritores, como importantes atores históricos na defesa da causa africana em Moçambique, graças às denúncias sobre a inépcia bruta das administrações coloniais portuguesas. De acordo com Tânia Macedo e Vera Maquêa<sup>152</sup>, as manifestações literárias dos países africanos são vinculadas à imprensa, na medida em que os periódicos publicaram os textos produzidos por africanos ou europeus identificados com as localidades. A mesma posição é defendida por Francisco Noa<sup>153</sup> que assinala que qualquer tentativa de rastrear o percurso literário moçambicano sem passar pela imprensa comete um profundo erro histórico.

*O Africano* na época do seu surgimento conviveu com uma forte imprensa que floresceu rapidamente na era republicana. Foi reconhecido como um dos jornais de maior circulação dentre os demais periódicos. Ele compartilhava características de outros impressos existentes, como registros de casamento e nascimento da elite africana, notícias nacionais e internacionais adquiridas por serviços de transmissão. O mais particular do jornal era que suas notícias e seus anúncios tinham um discurso diferenciado, parecendo uma conversa informal com seu público leitor.

Além de artigos de opinião, crônicas e editoriais, ao longo de sua existência, *O Africano* publicou regularmente importantes textos de legislações que impactavam a vida da população local em português e ronga. Diversas publicações sobre taxações prediais ou artigos de opinião a respeito do imposto de palhota foram parar em suas páginas.

Como observado anteriormente, *O Africano* teve seu número inaugural em 25 de dezembro com um editorial chamado *Anno Novo – Era Nova*. Ao analisarmos esse texto, primeiramente nos chama a atenção o simbolismo da data escolhida, a passagem do ano, que cria um dualismo entre o passado e uma proposta de renovação futura. Assim, quando seu autor utiliza a palavra “fim”, múltiplas interpretações se apresentam como conclusão, desde catástrofes a projetos de melhoria para o futuro<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural da Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>152</sup> MACEDO, Tânia; MAQUÊA, Vera. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007, p. 12.

<sup>153</sup>NOA, Francisco P. S. “Da literatura e da imprensa em Moçambique”. IN: RIBEIRO, F; SOPA, A. (Coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996, p. 237.

<sup>154</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 51.

O editorial, sem assinatura, encontra-se dividido em três partes. Como a tradição crítica, acreditamos que foi escrito por seu fundador e diretor João Albasini. De acordo com o pesquisador César Braga-Pinto:

Trata-se sem dúvida de um texto tão apressado quanto apaixonado, com erros tipográficos e incongruências sintáticas, mas nota-se já o estilo e, principalmente, o tom personalíssimo das suas crônicas posteriores. O artigo começa *in media res*, explosiva e atropeladamente, com quem provoca, mas também como quem responde a uma provocação ou a uma exigência anterior: “Torna-se necessária uma explicação...”. O autor volta e meia se desculpa, procurando assim se precaver e acalmar os ânimos dos que possam se sentir agredidos ou ameaçados – tudo isso de forma irônica e, diria mesmo, um tanto estratégica<sup>155</sup>.

A utilização de diversos artifícios retóricos perpassa todo o texto. Ao mesmo tempo em que percebemos gestos reivindicatórios em sua escrita, notamos uma falsa modéstia ao se autoreferenciar como um simples “papel” ou um “jornalzinho”. Ao longo de suas considerações, o autor busca atacar os abusos cometidos pelas autoridades coloniais e as más políticas desenvolvidas até então em Moçambique. Além disso, uma autoproclamação de “defensor” dos direitos dos habitantes da colônia evidencia-se<sup>156</sup>:

Este papel, este jornalzinho, não vem irritar vaidades e muito menos demolir o existente! Pretende (se nos permitem o termo), somente, com muita urbanidade – e alguns receio da fiasco – lembrar, as regras gentes deste vasto território africano, que somos chegados aos fim do anno, da graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo<sup>157</sup>.

Logo nos primeiros parágrafos, o editorial nos apresentava as metas reivindicatórias de quem escrevia o texto e o grupo ao qual ele representaria. Desta forma, o local de fala e o grupo de pertencimento do autor ficariam evidentes. Ao usar palavra o “um” ao se referir a fundação do Grêmio Africano percebemos que o contexto de seu surgimento está em volta da criação de diversas associações reivindicatórias em Moçambique e em África:

Um grupo humilde – das tristes humildades dos homens de cor – pretende, anseia, quer fundar, n’esta cidade, uma escola de instrução primária ministrando também, conforme as posses, alguns conhecimentos úteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo para o coração dos que querem a instrução espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se pública este número único. (...) Esse grupo fundou um Grêmio Africano composto, unicamente, de elementos africanos – podendo fazer parte d’essa agremiação, como sócios protetores, todos os homens

<sup>155</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>156</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>157</sup> *O Africano*, n. único, 25 de dezembro de 1908.

d'outros países que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola<sup>158</sup>.

A instrução dos moçambicanos é o tema central. Assim, denunciar os abusos cometidos pelas autoridades coloniais, as más administrações ocorridas há séculos na colônia, o fracasso do discurso da “civilização” e afirmar que apenas a educação emanciparia a população nativa são ações que evidenciam claramente a influência de ideais iluministas nos apelos desse grupo. Ao reivindicar a educação aos nativos, o jornal toma para si o direito de defender as diversas camadas populacionais oprimidas pelas mazelas do colonialismo.

No decorrer do texto, percebemos que o autor tem clara intenção e conhecimento da existência de séculos de opressão colonial, mas que as resistências e críticas a esse sistema caminharam junto ao longo da sua presença em Moçambique. Assim, as reivindicações evocadas não são assuntos novos na existência dos embates locais. Entretanto, nesse momento, a razão estaria por trás de suas novas demandas, ao contrário da violência presente em todas as manifestações até então:

Há muito centos d'annos já que aceitamos um jugo dos que julgávamos civilisadores, e, melindres a parte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais – É verdade que um pouco violentamente, mas escudadas sempre pela razão. O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios da razão temos ousado dizer a onda corrupta: basta!  
Em troca desta submissão, que causa pasmo no estrangeiro, que temos nós?  
Nada!  
Nem estradas, nem fontes, nem officinas, nem escolas!<sup>159</sup>

Como assinalou César Braga-Pinto, era difícil dizer quem era o verdadeiro público do periódico. O jornal era dirigido à população considerada não-branca na colônia, mas percebemos que suas intenções estavam voltadas a uma camada mais ampla e heterogênea, visto tratar-se de uma publicação bilíngue: em português (os colonos poderiam ler seu conteúdo) e ronga (que poderia ser lido em voz alta e ter seu conteúdo divulgado para a população analfabeta). Além disso, percebe-se uma clara oscilação existente no editorial inaugural quanto ao destinatário: a quem o autor se dirige? Há momentos em que suas palavras se voltam aos colonos brancos, mas, em outros, passam à população africana local. Assim, o gesto retórico de, em um mesmo texto, dirigir cobranças ao colono e convocar o

---

<sup>158</sup> *Idem.*

<sup>159</sup> *Idem.*

africano a exigir seus direitos, não só tem o efeito de fazer com que um se coloque no lugar do outro, mas também posiciona a elite intelectual não-branca no centro de um conflito do qual ela será porta-voz”<sup>160</sup>. O caráter dialético do texto demonstra que um grupo não existiria sem o outro. Essa característica peculiar dos textos é um claro reflexo do caráter dual existente no colonialismo: o colonizado não existe sem o colonizador e vice-versa. Outra possibilidade sobre para quem o autor se dirige poderia ser a si mesmo, como um exercício de afirmação de seu poder de escrita em língua portuguesa e de construção crítica sobre a política dos acontecimentos que o rodeava. Essa possibilidade poderá ser comprovada ao longo da pesquisa quando analisaremos posteriormente diversos textos dos Albasini e de seus colaboradores, em que os autores afirmam a necessidade de se conhecer a língua portuguesa e alguns, inclusive, declaram “somos portugueses”.

Na segunda parte do editorial em análise, as estratégias retóricas permanecem as mesmas, ora com um discurso mais cauteloso, ora com vigor reivindicativo e de protesto. Surge a reivindicação do ensino da língua portuguesa aos negros, para tirar os nativos dos atrasos locais:

E aqui está o outro mal que pretendemos combater: os dialetos cafres.  
 Pode parecer uma parvoíce – e talvez seja – mas compreendemos muito bem que não é landim que nós precisamos saber – queremos falar e escrever português, o melhor que pode ser.  
 Somos portugueses.  
 A ideia d’esta escola, pode dizer-se que é um protesto à orientação seguida ultimamente pelos nossos paes da pátria<sup>161</sup>.

O papel da escola seria livrar a população nativa de certos vícios impostos pelas práticas colonialistas ao longo do século, entre os quais podemos mencionar o vinho colonial. O autor do editorial declara seu caráter civilizatório ao proclamar que “ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tirá-lo da bebedeira”<sup>162</sup>. Assim, de acordo com César Braga-Pinto, ao mesmo tempo em que os autores afirmam não ser os pioneiros no quesito civilizacional, parecem atribuir-se uma “missão civilizatória” que defenderia o monopólio do ensino em língua portuguesa e opor-se ao ensino das línguas locais<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>161</sup> *O Africano*, n. único, 25 de dezembro de 1908.

<sup>162</sup> *Idem*.

<sup>163</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 55.

Em seu parágrafo final, percebemos que a marca da ironia, presente durante a vida desse periódico, fará sua primeira aparição, demonstrando que, ao mesmo tempo em que apresentou sua plataforma política, quebrou os moldes convencionais de um manifesto:

Este artigo é escrito para ser lido sem óculos: dispensa a dupla vista – e se não vai bem vazado nos moldes jornalísticos tomem isso à conta de sermos leigos na matéria, obscuros obreiros da legião do futuro... (sem piada), muito embora esta verdade doa aos homens do vinho, e a SS. Ex. as senhores cantineiros.  
Boas festas cristãos

De acordo com José Moreira, nesse editorial há quatro pontos fundamentais do periódico ao longo da sua existência: a defesa da propriedade indígena frente a usurpação colonial, a luta contra os vícios do alcoolismo representado pelos donos de cantinas, as críticas à incompetência das administrações coloniais e a apropriação da língua portuguesa como instrumento de denúncia aos abusos colonizadores<sup>164</sup>. Para César Braga-Pinto, o editorial

Acusa expropriações específicas e reivindica para os moçambicanos antigas e novas posses. Mas a questão principal que tentamos identificar na leitura cerrada do editorial do *Africano* é a forma ambivalente como um certo discurso reivindicatório de uma certa elite letrada negra e mulata se instaura no contexto colonial em Moçambique. O que se produz com esse discurso é o quiasmo de um olhar que se poderia chamar de estrategicamente “estrábico”: um olhar de quem parece não se dirigir a ninguém, ou de olhos que direcionam os seus eixos visuais a mais de um ponto. Este efeito se reforça com o caráter bilíngüe da publicação, que as vezes traduz os artigos em português, e nem sempre traduz os artigos em ronga, procurando em cada seção do jornal se comunicar com um público diferente, com diferentes assuntos e assinaturas. No desvio desse olhar e na interseção do quiasmo é que se manifesta uma proposta de mudança de rumo<sup>165</sup>.

Numa interpretação das considerações anteriores, Olga Maria Lopes Neves, referindo-se ao editorial inicial, considera que

Eis o grito e vida de um grupo que nascia, propondo-se a intervir na sociedade, numa vertente basilar – a educação das crianças, a geração vindoura. (...) Não é só o direito de ser cidadão, que é reivindicado, mas sobretudo, o direito ao trabalho, pelo que mais sente essa concorrência – os trabalhadores negros cultos<sup>166</sup>.

<sup>164</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>165</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>166</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Em defesa da causa africana: intervenção do Grêmio Africano na sociedade de Lourenço Marques (1908-1938)*. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1989, p. 153-154.

É importante termos em mente que o editorial inaugural do periódico tinha por objetivo apresentar também o papel do Grêmio Africano em defesa das necessidades da população local e a criação de uma escola denominada António Ennes. Mas, afinal, porque apresentar a agremiação no periódico? Primeiramente, seria uma forma de divulgar a existência de uma entidade local e buscar conseguir membros que se juntassem à entidade. Outro importante motivo seria que, com as vendas e anúncios dos jornais, além da quotização dos sócios e festividades realizadas na sede da instituição, o Grêmio se bancaria. Ilídio Rocha assinalou que a maçonaria apoiava tanto a manutenção de *O Africano* quanto a existência da agremiação em Lourenço Marques<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Mundo Ibérico, 2000, p. 91-93.

**Figura 2.1 Sede do Grêmio Africano (1920)**



Fonte: ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia, 2002, p. 318.

No número seguinte, os posicionamentos como arauto das reivindicações coloniais e crítico das mazelas e abusos administrativos continuaram presentes. Em seu editorial, afirmava:

Estamos convencidos de que vamos trabalhar o bem público. Que seremos tolerantes, no que puder ser, mas muito duros na apreciação de varias patifarias de que os pobres filhos do Ultramar são victimas e, sobre tudo pugnaremos pela instrução<sup>168</sup>.

Destaque-se que periódico é um jornal com participação de diferentes setores de assimilados, em cujos textos a identificação com a terra torna-se evidente. Entretanto, precisamos considerar aqui que o sentido de “terra” está ligado a Moçambique, no sentido de melhores condições de vida e mudanças para a população nativa.

Outra importante consideração diz respeito à variação do número de páginas do jornal ao longo da sua existência. Em alguns momentos, o periódico chegou contar com até 8 páginas de publicação, mas durante a Primeira Guerra Mundial ocorreu uma variação entre 2 a 5 páginas publicadas, pois, em época de conflitos, o papel costuma sofrer importantes aumentos de preço.

A presença da língua ronga no jornal prevaleceu até sua censura, fato que será analisado no terceiro capítulo. É importante salientarmos que a existência de uma parte do jornal destinada a esse idioma representou em alguns momentos até 40% do seu volume nos anos iniciais<sup>169</sup>. Nos últimos anos de sua existência, essa importante seção havia desaparecido completamente e sem uma justificativa dos editores para esse fim. O fato de existir um impresso que publicava em idiomas nativos, demonstra claramente a existências de leitores desta língua.

Como todo impresso em começo de Novecentos, a propaganda manteve uma presença constante em *O Africano*. Todos os números continham os mais diversos noticiários de vendas e até de promoções que o próprio jornal realizava para seus assinantes. A partir disso, podemos afirmar que em Lourenço Marques havia um público leitor que também era consumidor dos mais variados produtos: desde cosméticos até loja de móveis. Havia na colônia um público consumidor de produtos manufaturados e industriais e o jornal era um importante veículo de propaganda desse meio. No terceiro capítulo consideraremos os

---

<sup>168</sup> *O Africano*, n.1, ano 1, 01 de março de 1909.

<sup>169</sup> Em seus três primeiros números, as páginas publicadas em português e ronga mantiveram uma equidade. Após isso, a seção teve uma variação ao longo de sua existência, mas sempre o jornal contou com pelo menos 1 lauda inteira em ronga, fato que deixou de acontecer após a imposição da censura com a Primeira Guerra Mundial.

anúncios publicitários no periódico. Além disso, como assinala Fernanda do Nascimento Thomaz, em seus primeiros anos, o periódico apresentava os anúncios nas duas línguas (português e ronga), mas, decorridos dois anos de tiragem do jornal, as propagandas passaram a ser exclusivamente em português<sup>170</sup>.

Em 1918, o Padre José Vicente do Sacramento se tornou defensor e representante político da burguesia colonial e comprou o jornal, reivindicava a autonomia de Moçambique em relação a Portugal. Com a sua compra, o jornal ficou descaracterizado da sua antiga linha editorial e pouco tempo depois acabou. No mesmo ano, o Grêmio Africano e os irmãos Albasini fundaram um novo jornal *O Brado Africano* que possuía traços mais radicais comparados ao *O Africano*, expressava uma posição mais enérgica da luta contra o colonialismo e recuperou seu antigo público leitor. O lema desse novo jornal era *em prol dos interesses dos naturais das Colônias Portuguesas*.

---

<sup>170</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 111.

Figura 2.2 Primeiro número do periódico *O Africano* (25/12/1908)

Anno de 1908 Lourenço Marques, 25 de dezembro 05 Numero UNICO

# O AFRICANO

NUMERO DE PROPAGANDA A FAVOR DA INSTRUCCÃO

A papela dha timhaka edhi bulabulaka hi ndondho

DO «GREMIO AFRICANO» DE LOURENÇO MARQUES

Dhi yentsyiwi hi GREMIO AFRIKANO dha ka Mpumbe

CAIXA POSTAL N. 62

---

## Anno novo -- Era nova

Torna-se necessaria uma explicação clara para que o terror não invada as criaturas toralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que ás almas billiosas (arragadas quasi sempre de autoritarismo) os homens do poder não se agarra a nera idéa das represalias e despotismos que remedio muito recommendado cá pelas serras d'Africa, — manancial fecundo onde nadram as nullidades...

Não é preciso ir aos velhos archivos da historia buscar o *Cavicut Consul* dos Romanos; este papel, este jornalzinho, não em irritar vaidades e muito menos demorar o existente! Pretende, (se nos permittem o termo), sómente, com muita urbanidade, — a algum resco do fiasco, — lembrar, a negras gentes deste vasto territorio africano, que somos chegados ao fim do anno a graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

N'este fim de anno em que se afunilam certezas lidas até aqui como solidas; em que a propriedade dascoz (o buxi) — que quasi se agradece ao Banco, o empenho de executar e arrenstar por *denis de mel caudo*, o que constitua a riqueza (um triste diabo); — este fim do anno que nos parece o fim de um mundo, — que lição fructifera e desmedida ambição de muitos que, sem escrupulos, e calcando nos pés a consciência, extorquiram tentenos a pretos embebecidos de tanta vilania, empalmaram com subtilidade e engenho, areas pavorosas, socadas de terrenos, uma negra improdutiua de terra, escorraçado para lá, muito para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização!

Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Vamos, porém a que importa, e deixemos esta triste historia da duração ephemera dos bens humanos:

Um grupo humilde — da tristes humilidade dos *homens de cor* — pretende, ancois, quer fundar, n'esta cidade, uma escola de instrução primaria ministrando tambem, qualque se possa, alguns conhecimentos a estes alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrução espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este numero unico.

Nada de sustos...  
Esse grupo fundou um **Gremio Africano** composto, unicamente, de elementos africanos, — podendo fazer parte d'essa agremiação, como socios protectores, todos os homens d'outros paizes que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola.

Por que se fundou esta Sociedade?  
O motivo é longo de explica; mas vamos tentar resumil-o:  
Ha muitos centos d'annos já, que accetamos em jugo des que julgavamos civilisadores; e, milindres aparte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais. — E' verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão; temos ousado dizer á onda corrupta: **hamstã!**

Em troca d'esta submissão, que causa pasmo ao estrangeiro, que temos nós? Nada!

Nem estradas, nem fontes, nem officinas, nem escolas!

Temos — para que a raça mais depressa pereça, se de-faça no esquecimento do tumulo — o vinho branco para pretos e liberdade plena, plenissima, incontestavel, de tomarmos bebedeiras abominaveis irmãs da demencia, com essa infamissima mixórdia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçada terra esquecida de Deus!

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazelhe comprehender que nem só de zurrapa vive o homem.

Para todo este vasto programma não basta a eloquencia verborosa da meia dúzia de homens bem intencionados: é precisa uma escola onde se ensine ás crianças, — os homens d'amanhã, — a verdade e o horror ao vicio.

Mas, para persuadir — interessar o espirito rebelde do preto — obcecado pela idéa das religioes e convencel-o de que a humanidade não está para rezas e que o proprio Deus já muito envergonhado da fama que lhe lhe criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se á privada, que dolorosa tragedia, que de paciencia a despendel!...

O preto não duvida da excellencia da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

E' agora, aqui neste ponto que convidamos os *civilisadores* a reverem-se na sua obra... Os subditos de S.M. o Rei de Portugal não fallam o portuguez! — E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este territorio já muito preto sabe lêr; mas sabe lêr o que? **Laudim!!!**

Somos portanto, obrigados a escrever em **landim** para sermos comprehendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:  
Os disletoes cafres.

Podem parecer uma parvoice — e talvez seja — mas comprehendemos muito bem que não é **landim** que nós precisamos de saber — queremos falar e escrever portuguez, o melhor que poder ser.

Somos portuguezes.

A idéa d'esta escola, pode dizer-se que é um protesto á orientação seguidissima ultimamente pelos nossos paes da patria.

Todo o seu empenho d'elles, com o sr. Bispo de Siene á frente, é que os missionarios e *missionarios* só fallem **landim**.

O que pretendem? Ignoramos-lo. **Cafre** bõa não é, por certo.

Para oppor uma forte barreira á tolice pretendemos pois, fundar uma escola para ensino do portuguez e, jarmos: — *dentro* da nossa escola não se fallará noutra lingua. Assim nós que não somos pioneiros da civilização daremos um cheque em ordem á essa criminosa deliberação dos homens do poder.

Contamos — lealdade acima de tudo — com este programma, desviar a corrente dos adeptos das *missões*, o que não é difficil, por que a verdade está comnoco, por que nós vamos educar e não continuar a embruteceer com o **landim** as pobres crianças que tem direito aos nossos cuidados. E' este o nosso fim.

Com infinita magoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da pecunia. No fundo todos os grandes ideaes humanos bebidos em longos servos temem um amargo aborrecido, abena a fel — pois para tudo é preciso, sempre, o *malvil* dos poetas.

O ideal é sonhar, mas o util e proveitoso demanda trabalho e dispendio de dinheiro. Assim nós, que vogavimos sonhando, me doce rio da chimera acordámos com um gosto amargo na bocca ao pensarmos que para todos esses cometimentos não temos uma *quinheuta*.

Mundo torto, muito torto!

Enfim, bem ou mal está lançada a idéa. Realizal-a é o nosso fim — para levarmos a bom porto e salvamento o nosso sonho precisamos da coadjuvção de todos. A quota é insignificante: 300 reis mensaes.

Se encaharmos n'estas tempestades, mar de egoismos, ao menos que nos seja levada.

Fonte: *O Africano*, N° unico, 25-12-1908.

### **Entre o ronga e o português: a escolha de uma língua?**

Acreditamos que um dos primeiros dilemas no campo das letras presentes no jornal *O Africano* é a presença do português e do ronga em suas páginas. Para Edward Said, “a língua mais do que uma continuidade entre um poder externo e o falante humano, tornou-se um campo interno criado e usado mutuamente pelos usuários da língua”<sup>171</sup>. A partir dessa perspectiva, podemos refletir sobre qual a razão para o uso de duas línguas em um periódico antes de optar por apenas uma.

O bilinguismo das páginas de *O Africano*, em uma perspectiva mais ampla, é já uma característica marcante da construção do Estado Colonial. Muitos dos intelectuais bilingues das colônias foram absorvidos pelo imperialismo na região, pois o Estado Colonial e as grandes corporações precisavam de funcionários para escritórios, que deveriam ser bilingues, capazes de atuar como mediadores entre a nação colonizadora e os povos colonizados<sup>172</sup>.

A difusão da língua colonizadora não ficou a cargo apenas do Estado Colonial, devemos lembrar que ocorreram ações de organizações particulares, leigas e religiosas (missionários católicos e protestantes). Essa expansão não serviu apenas para o fornecimento de quadros administrativos, devido “à aceitação crescente da importância moral do conhecimento moderno, mesmo para os povos colonizados”<sup>173</sup>. Nessa mesma perspectiva estão algumas considerações de Pierre Bourdieu sobre a língua, ao afirmar que, em seus usos sociais, “o Estado cria as condições da constituição de um mercado linguístico dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais”<sup>174</sup>.

Benedict Anderson, por sua vez, observa o papel determinante dos intelectuais bilingues para a construção da identidade nacional:

Concorda-se que as camadas intelectuais foram fundamentais para o surgimento do nacionalismo nos territórios coloniais, mesmo porque o colonialismo não permitia o desenvolvimento de latifundiários, grandes comerciantes, empresários industriais nem sequer uma ampla classe de profissionais liberais nativos, os quais, portanto, eram relativamente raros. Por quase toda parte, o poder econômico era monopolizado pelos próprios colonialistas, ou partilhado de forma bastante desigual com uma classe politicamente impotente de homens de negócios párias (não nativos) – libaneses, indianos e árabes na África colonial, chineses, indianos e árabes na Ásia colonial. Costuma-se concordar também que o papel de vanguarda dos intelectuais provinha da alfabetização bilingue ou, melhor, de sua

<sup>171</sup> SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 136.

<sup>172</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 166.

<sup>173</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 167.

<sup>174</sup> BOURDIEU, Pierre. *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel, 1998, p. 25.

alfabetização e de seu bilinguismo. A alfabetização já havia permitido que a comunidade imaginada flutuasse num tempo vazio e homogêneo (...). O bilinguismo significava o acesso, através da língua oficial europeia, à cultura ocidental moderna no sentido mais amplo e, em particular, aos modelos de nacionalismo, condição nacional (*nation-ness*) e Estado nacional criados em outros lugares no decorrer do século XIX<sup>175</sup>.

A presença do ronga nas páginas do periódico parece remeter a um uso linguístico oral, mais voltado para a comunicação com os populares. Ao justapor os textos em ronga aos de língua portuguesa no jornal, *O Africano* sugeria que o ronga era tão importante quanto a norma culta do português. Foi uma inovação considerável o aparecimento de um jornal com parte de suas páginas em uma língua predominantemente falada no entorno de Lourenço Marques. Conforme Benedict Anderson, utilizar uma língua falada pela população nas páginas de um impresso é uma forma de granjear apoio popular, com “as massas descobrindo uma nova glória na consagração impressa das línguas que elas sempre, humildemente, haviam falado”<sup>176</sup>.

A respeito do bilinguismo nas páginas de *O Africano*, Ana Isabel Madeira afirma:

Se, em determinados casos, a língua vernácula sujeitou a língua original a uma alienação com base na leitura da língua do *outro*, do colonizador, reinscrevendo uma nova identidade a partir de uma perversão das representações originais, noutros casos, o poder inscrito no código inacessível à minoria dominante funcionou como uma manifestação de “contra-cultura” da maioria face à norma cultura, minoritária. O exemplo do jornal *O Africano* constitui, justamente, um bom exemplo para demonstrar de que modo a utilização do bilinguismo torna possível subverter identidades assimétricas (colonizado/colonizador) deslocando cada um dos pólos, ainda que temporariamente, para o lugar do *outro*. Trata-se de uma situação de bilinguismo em que um dos grupos mobiliza um código inacessível à minoria dominante, utilizando este poder como mecanismo de autoridade face à norma “cultura”<sup>177</sup>.

Benedict Anderson posiciona-se de modo divergente e particularmente esclarecedor sobre os meandros de exclusão atribuídos a uma língua:

A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender todas as línguas. O que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não uma língua particular em si. A única interrogação que resta a propósito de línguas como o português em Moçambique e o inglês na Índia é se o sistema administrativo e,

<sup>175</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 167.

<sup>176</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>177</sup> MADEIRA, Ana Isabel. *Aler, escrever e orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique 1850-1950. Doutorado em Ciência da Educação*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2007, p. 139.

sobretudo, o sistema educacional podem gerar uma difusão do bilinguismo politicamente suficiente<sup>178</sup>.

Como veremos posteriormente, o sistema educacional de Moçambique na época colonial foi fortemente criticado pelo jornal *O Africano* por sua falta de estrutura e investimento pelo Estado Colonial para o ensino do português. Certamente, além da falta de estrutura e investimentos, pesava sobre o ensino da língua do colonizador aquela irremediável exigência que, conforme Benedict Andersen, acompanha a aprendizagem de qualquer língua:

Toda língua pode ser aprendida, mas esse aprendizado demanda uma parte concreta da vida da pessoa: cada nova conquista é medida pelos dias que vão diminuindo. O que restringe o acesso às outras línguas não é a impermeabilidade delas, e sim a mortalidade do indivíduo. Daí a relativa privacidade de todas as línguas<sup>179</sup>.

Sobre a simultaneidade das línguas no periódico pesa ainda o fato de cada língua possui uma cultura própria e a imposição de uma sobre a outra permite dominar, nomear, legitimar, designar e executar discursos de poder existentes naquele contexto social<sup>180</sup>. Um dos questionamentos que podemos levantar inicialmente é: os editores de *O Africano* ao adotarem o bilinguismo não queriam tomar partido entre colonizador e colonizado? Acreditamos que não, pois há a assunção do ronga ao lado do português, mas o interesse da gestão do periódico, certamente, era alcançar o maior número possível de leitores, graças também ao bilinguismo.

Sobre a escolha de uma língua para a escrita de um texto, Chinua Achebe observa:

Não, não há nenhuma obrigação moral de escrever de maneira específica. Mas há a obrigação moral, eu acredito, de não se aliar com o poder contra os oprimidos. Penso que um artista, na minha definição da palavra, não é alguém que toma partido do governo contra seus governados oprimidos. Isso é diferente de prescrever um modo de escrever para o escritor. Mas eu creio que a decência e a civilidade insistem para que se tome o partido do oprimido<sup>181</sup> [tradução nossa].

---

<sup>178</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 190.

<sup>179</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 207.

<sup>180</sup> MADEIRA, Ana Isabel. *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>181</sup> ACHEBE, Chinua. Entrevista concedida ao *The Atlantic* online. *An African Voice*, 2 agosto, 2000. Disponível em <http://www.theatlantic.com/past/docs/unbound/interviews/ba2000-08-02.htm> Acessado em 12 de setembro de 2020.

Em um escrito denominado *Libertação nacional e cultura*, Amílcar Cabral discorre da importância da cultura, e dentro dela a língua, como um elemento de resistência. Assim, a realidade colonial permite facilmente dominar um povo em seus aspectos social, econômico e política através da alienação de sua própria cultura. Para Amílcar Cabral

O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes<sup>182</sup>.

As noções de cultura e língua como resistência da dominação colonial apresentadas por Amílcar Cabral ao encontro da reflexão de Ngugi wa Thiong'o, para quem as produções denominamos como literatura africanas são, em essência, francófonas e anglófonas, ou seja, não passam de uma literatura africana eurófona. Assim, a produção literária africana, segundo o escritor, é aquela produzida por africanos em línguas africanas.

Em uma entrevista dada ao jornal *Le Monde Diplomatique* intitulada *Décoloniser l'esprit* (1987), Ngugi wa Thiong'o listou alguns motivos da importância de as literaturas africanas ou manifestações literárias em Áfricas serem escritas em línguas locais. Entre eles estão:

1) O inglês e o francês são línguas do imperialismo e da colonização que devem ser abandonadas se quisermos nos comprometer num processo de emancipação verdadeira. Escrever nessas línguas é apoiar os imperialistas e colonialistas na exploração e opressão das massas; 2) escrever em línguas africanas é direcionar esses trabalhos para as massas que não entendem as línguas estrangeiras. Desde que muito dos trabalhos escritos em inglês ou francês são direcionados a certas classes – por exemplo, as elites vivendo no país ou no estrangeiro – os autores não estão realmente atuando para seus próprios povos; 3) o uso de nossas línguas dá aos autores uma grande vantagem de poder expressar o contexto cultural daquilo sobre o qual estão escrevendo. São também capacitados para coletar, preservar e transmitir materiais relacionados às culturas e filosofias africanas para as gerações presentes e futuras. Desta forma, a cultura local será preservada para o consumo local e a relação entre escritor e massas se reforçará mais; 4) escrever nas línguas africanas é uma maneira para os escritores compartilharem o conhecimento moderno que adquiriram através da assistência dos camponeses e operários em diversas instâncias. A sociedade fornece saberes novos através das habilidades (de capacitações e gestão) inscritas no imo dessas línguas. Usá-las é participar do fortalecimento da ponte entre gerações; 5) escrever nas nossas línguas contribui para o desenvolvimento das mesmas. Ambos o francês e o inglês se

---

<sup>182</sup> CABRAL, Amílcar. *Libertação Nacional e Cultura. Esquerda*. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/amilcar-cabral-libertacao-nacional-e-cultura/63817> Acessado em 12 de setembro de 2020.

desenvolveram e estão sendo amplamente usados em África porque trabalhos em disciplinas variadas foram escritos neles. Defendeu-se, pois, que aqueles que se resolve a escrever em línguas africanas visam a promoção, o desenvolvimento e a sustentabilidade delas e, por conseguinte, contribuem com o processo de descolonização que ainda tem um longo caminho para trilhar<sup>183</sup>.

Nessa perspectiva, podemos considerar também a produção literária africana em língua portuguesa. Quando Ngugi wa Thiong’o afirma que as literaturas africanas só podem ser escritas em línguas africanas – pois representariam a língua do povo, do campesinato, do operariado em busca da ruptura com os processos coloniais – remete prioritariamente à descolonização das mentes, para além das organizações sociais, sistemas políticos ou estruturas econômicas herdadas do colonialismo. A cultura, acredita, é o principal elemento para a descolonização mental. Eis a definição de cultura para Ngugi wa Thiong’o:

A cultura é um produto da história que por sua vez a reflete. Cultura, em outras palavras, é um produto e um reflexo dos seres humanos para comunicar-se uns com os outros na própria luta para criar riqueza e controlá-la. Mas a cultura não reflete apenas a história, ou melhor, faz isso formando imagens ou imagens do mundo da natureza e da criação. Assim, o segundo aspecto da linguagem como cultura é como um agente formador de imagem na mente de uma criança. Toda a nossa concepção de nós mesmos como um povo, individualmente e coletivamente, é baseada nas fotos e imagens que podem ou não corresponder corretamente à realidade real das lutas com a natureza e a criação que os produziram em primeiro lugar (tradução nossa)<sup>184</sup>.

Alinhado à reflexão aqui apresentada sobre o engajamento dos intelectuais africanos em Moçambique no início do século XX, Ngugi wa Thiong’o defende que a literatura não deve ser neutra nas conjunturas de sua existência, deve, sim, ser combativa e engajada<sup>185</sup>.

Podemos considerar que a utilização do ronga em *O Africano* deve-se a uma tentativa de atenuar o afastamento das classes mais baixas de sua própria cultura, resultante da imposição da obrigatoriedade do português pelas classes altas alinhadas aos colonialistas.

---

<sup>183</sup> N’GANA, Yéo. Uma tradução de *Décoloniser l’esprit de Ngugi wa Thiong’o. Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*. Juiz de Fora, MG: UFJF, v.6, n. 2, 2018, pp. 93-102, p.94-95.

<sup>184</sup> “Culture is a product of the history which it in turn reflects. Culture in other words is a product and a reflection of human beings communicating with one another in the very struggle to create wealth and to control it. But culture does not merely reflect that history, or rather it does so by actually forming images or pictures of the world of nature and nurture. Thus the second aspect of language as culture is as an image-forming agent in the mind of a child. Our whole conception of ourselves as a people, individually and collectively, is based on those pictures and images which may or may not correctly correspond to the actual reality of the struggles with nature and nurture which produced them in the first place.” In: THIONG’O, Ngugi. *Decolonising the mind*. James Carrey, 2005, p. 15.

<sup>185</sup> OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *A História da descolonização das mentes em Ngugi wa Thing’o (c. 1964-1986)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2018, p. 144.

Assim, o uso do ronga pode ser visto como uma tentativa de “descolonização das mentes”, por ser uma língua falada, utilizada no cotidiano.

Para Ngugi wa Thiong’o, língua e cultura são inseparáveis. Dessa forma, a história e os saberes de um povo precisam ser transmitidos e ensinados a partir da sua própria língua<sup>186</sup>.

Bruno Ribeiro Oliveira, por sua vez, observa que:

A língua falada e escrita carrega dados culturais que não podem ser transmitidos dentro de outra língua. A alienação cultural começa pela alienação lingüística. Um povo colonizado cuja própria língua é calada, se torna um população apartada de sua cultura e história, então, mentalmente colonizados pelas imagens e cultura de uma força estrangeira que os explora como bem entender, porque colonizados tornam-se seres perdidos, sem alma, sem referência alguma no mundo para pensar sua existência<sup>187</sup>.

Não concordamos, porém, com a afirmação de que o colonizado perde sua capacidade de pensar sobre a própria existência. Como veremos nos próximos capítulos, João Albasini, José Albasini e os colaboradores de *O Africano*, sobrepuseram a condição de intelectuais à de colonizados e, assim, criticaram com maestria a realidade colonial em seu entorno e sua própria condição de assimilados no processo de colonialismo.

Em outra perspectiva a respeito da língua, Ngugi wa Thiong’o observa:

Mas a particularidade dos sons, das palavras, a ordem das palavras em frases e sentenças, e a maneira específica, ou leis, de sua ordenação é o que distingue uma língua de outra. Assim, uma cultura específica não é transmitida pela linguagem em sua universalidade, mas em sua particularidade como língua de uma comunidade específica com uma história específica. A literatura escrita e a oratura são os principais meios pelos quais uma determinada língua transmite as imagens do mundo contidas na cultura que ela carrega (...) A língua carrega a cultura, e a cultura carrega, principalmente através da oratura e da literatura, todo o corpo de valores pelos quais percebemos a nós mesmos e nosso lugar no mundo. A maneira como as pessoas se percebem afeta a maneira como olham para sua cultura, sua política e a produção social de riqueza em toda a sua relação com a natureza e os outros seres [tradução nossa]<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 150.

<sup>187</sup> OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 151.

<sup>188</sup> “But the particularity of the sounds, the words, the word order in phrases and sentences, and the specific manner, or laws, of their ordering is what distinguishes one language from another. Thus a specific culture is not transmitted through language in its universality but in its particularity as the language of a specific community with a specific history. Written literature and orature are the main means by which a particular language transmits the images of the world contained in the culture it carries (...) Language carries culture, and culture carries, particularly through orature and literature, the entire body of values by which we come to perceive ourselves and our place in the world. How people perceive themselves affects how they look at their culture, at their politics and at the social production of wealth at their entire relationship to nature and other beings.” In: THIONG’O, Ngugi. *Decolonising the mind*. James Carrey, 2005, p. 15-16.

Para Ngugi wa Thiong’o, o colonialismo é um dos responsáveis pela destruição da cultura local, em que está incluída a língua do colonizado. Para o autor:

O verdadeiro objetivo do colonialismo era controlar a riqueza do povo: o que ele produzira, como o produzira e como fora distribuído; controlar, em outras palavras, todo o domínio da linguagem na vida real. O Colonialismo impôs seu controle das produções sociais de riqueza por meio de conquistas militares e subsequente ditadura política. Mas sua área mais importante de a dominação era o universo mental do colonizado, o controle, através da cultura, de como as pessoas se percebiam e de sua relação com o mundo. O controle econômico e político nunca pode ser completo ou eficaz sem controle mental. Controlar a cultura de um povo é controlar suas taxas de autodefinição em relação aos outros. (...) Para o colonialismo, isso envolveu dois aspectos do mesmo processo: a destruição ou a desvalorização deliberada da cultura de um povo, sua arte, danças, religiões, história, geografia, educação, oratória e literatura, e a elevação consciente da linguagem do colonizador. A dominação da linguagem das pessoas pelas línguas das nações colonizadoras era crucial para o domínio do universo mental do colonizado (tradução nossa) <sup>189</sup>

O sistema colonial acaba alienando o colonizado, como observado no capítulo anterior, retira das pessoas colonizadas seu enraizamento cultural, incluindo a própria língua. Bruno Oliveira Rodrigues considera que a língua, tanto escrita quanto falada, carrega informações culturais que não podem ser transmitidas dentro de outra língua. Assim, os mecanismos de alienação existentes nas práticas colonialistas e imperialistas começam pela língua. Uma população colonizada, cuja língua sofre silenciamento, se aparta da sua própria cultura e, conseqüentemente, da sua história.<sup>190</sup>

Ngugi wa Thiong’o afirma que existem três tipos de imperialismo: o econômico, o político e o cultural. Esse último seria uma intromissão e uma invasão da cultura da população local, fazendo-a distanciar-se de sua própria história e das suas condições locais<sup>191</sup>. Nessa perspectiva, podemos compreender porque, nas páginas de *O Africano* muitas notícias que eram noticiadas em português não eram traduzidas para o ronga.

---

<sup>189</sup> “The real aim of colonialism was to control the people’s wealth: what they produced, how they produced it, and how it was distributed; to control, in other words, the entire realm of the language of real life. Colonialism imposed its control of the social productions of wealth through military conquest and subsequent political dictatorship. But its most important area of domination was the mental universe of the colonised, the control, through culture, of how people perceived themselves and their relationship to the world. Economic and political control can never be complete or effective without mental control. To control a people’s culture is to control their tolls of self-definition in relationship to others. For colonialism this involved two aspects of the same process: the destruction or the deliberate undervaluing of a people’s culture, their art, dances, religions, history, geography, education, orature and literature, and the conscious elevation of the language of the coloniser. The domination of a people’s language by the languages of the colonising nations was crucial to the domination of the mental universe of the colonized.” In: THIONG’O, Ngugi. *Decolonising the mind*. James Carrey, 2005, p. 16.

<sup>190</sup> OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 151

<sup>191</sup> OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 152.

Podemos supor que essas notícias faziam parte de uma realidade social própria da camada de falantes de Lourenço Marques e não abarcariam o colonizado.

A respeito da ação do imperialismo cultural Ngugi wa Thiong'o afirma:

O imperialismo, é claro, fez isso por meio de instituições educacionais, através da literatura, religião, danças, tudo. Fez o colonizado olhar para si mesmo através da cultura dos óculos fabricados na Europa. Significou o olhar colonizado através dos olhos das nações dominantes, as classes dominantes, e assim por diante. Se você olhar para si mesmo através do olhos da pessoa que te domina, isso significa que você não está realmente em posição de resistir ou se opor a ela. É por isso que o controle cultural é tão importante. Um escravo não é um escravo até que aceite que é um escravo [tradução nossa]<sup>192</sup>.

Ngugi wa Thiong'o, ao refletir sobre o imperialismo e o domínio da língua do colonizador sobre o colonizado, considera-o como uma bomba, cujos efeito é “aniquilar a crença de um povo em seus nomes, em suas línguas, em seu ambiente, em sua herança de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, finalmente, em si mesmos. Isso os leva a se distanciar daquele terreno baldio de insucesso e de deserto (tradução nossa)”<sup>193</sup>.

Uma importante crítica de Ngugi wa Thiong'o em *Decolonising the Mind* é que o africano aprendia já na língua do colonizador, tal como a geração surgida nos primeiros anos de libertação colonial dos países africanos, ou na anterior, e continuava a escrever na língua da sua antiga metrópole e isso perpetua o colonialismo nas mentes de seus leitores. Assim, ele considera que a língua de fala e a literária é a do colonizador, consumida por classes médias e dirigentes. Para Ngugi wa Thiong'o, a origem da literatura africana que é escrita em língua europeia é produto de uma burguesia colonial e de uma burguesia africana neocolonizada<sup>194</sup>.

Antonio Candido possui posicionamento semelhante ao de Ngugi wa Thiong'o a respeito dos escritores que produzem na língua metropolitana, ao observar que

países subdesenvolvidos da África e da Ásia que falam idiomas diferentes dos falados pelo colonizador e enfrentam o grave problema de escolher o idioma em

---

<sup>192</sup> “Imperialism, of course, did this through educational institutions, through literature, religion, dances, everything. And they did this to make the colonised look at themselves through the cultural eyeglasses made in Europe. It has meant the colonised look at themselves through the eyes of the dominating nations, the dominating classes, and so on. If you look at yourself through the eyes of the person dominating you, then it means you are not really in a position to resist, or oppose him. That is why cultural control is so important. A slave is not a slave until he accepts that he is a slave”. In: THIONG'O, Ngugi. *The Commitment of the Intellectual. Review of African Political Economy*, v. 12, n. 32, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03056248508703611>. Acessado em 13 de setembro de 2020, p. 18.

<sup>193</sup> THIONG'O, Ngugi. *Decolonising the mind*. James Carrey, 2005, p. 3.

<sup>194</sup> THIONG'O, Ngugi. *Op. cit.*. James Carrey, 2005, p. 20.

que deve manifestar-se a criação literária. (...) os escritores africanos de língua europeia (francesa, como o senegalês Léopold Sendar Senghor, ou inglesa, como o nigeriano Chinua Achebe) se afastam duplamente dos seus públicos virtuais e se amarram, ou aos públicos metropolitanos, distantes em todos os sentidos, ou a um público local incrivelmente reduzido<sup>195</sup>.

Essas reflexões de Ngugi wa Thiong'o foram fortemente criticadas por Chinua Achebe, que sobre elas afirmou:

De maneira apaixonada e dramática, o livro de Ngugi argumenta que falar em uma literatura africana escrita em idiomas europeus não apenas é um absurdo como também ajuda o esquema do imperialismo ocidental a manter a África em perpétua escravidão (...) aqueles que querem canonizar o nosso passado também devem servir como advogados do diabo e expor, ao lado das glórias, todos os fatos inoportunos. Infelizmente, Ngugi é parcial demais para cumprir esse duplo dever e apresenta este relato totalmente insustentável, afirmando que os imperialistas impuseram a língua inglesa aos patrióticos camponeses do Quênia só em 1952! (...) Parece, então, que o culpado pelas dificuldades linguísticas da África não é o imperialismo, como Ngugi quer nos fazer crer, e sim o pluralismo linguístico dos modernos Estados africanos. Isso explica, sem dúvida, o estranho fato de que os países marxistas da África, com exceção da Etiópia, foram os que se mostraram mais prontos a adotar o idioma de seus ex-senhores coloniais<sup>196</sup>

Chinua Achebe, ao contrário de Ngugi wa Thiong'o, acreditava que o contato com a língua do colonizador permitiria uma resistência ao colonialismo. Achebe afirma que o contato com a literatura britânica o deixou partidário do homem branco, mas seria um momento de sua imaturidade intelectual. Ao lembrar seus momentos de infância, o autor assinala que um dos seus incentivadores do conhecimento da língua e da literatura britânica foi um professor com métodos draconianos de aprendizagem e, nessa passagem, percebemos o papel das escolas no Estado Colonial para a imposição da língua do colonizador:

E havia William Simpson, professor de matemática, que ficaria muito surpreso se alguém lhe dissesse, lá nos anos 1940, que ele estava preparando o terreno para o início da moderna literatura africana. (...) Embora Simpson fosse professor de matemática, decretou uma norma que promovia a leitura de romances e proibia a leitura de qualquer livro escolar depois das aulas, três dias por semana. Ele a chamou de "Lei dos Livros Didáticos. Segundo essa lei draconiana, podíamos ler ficção, biografias, revistas como *Illustrated London News*, ou escrever cartas, jogar pingue-pongue ou simplesmente ficar sentados por ali, mas não podíamos abrir um livro didático, sob pena de ficarmos detidos na escola<sup>197</sup>.

<sup>195</sup> CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. IN: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 144.

<sup>196</sup> ACHEBE, Chinua. *Hopes and Impediments, selected essays*. Anchor Books, 1990, p. 107-109.

<sup>197</sup> ACHEBE, Chinua. *A Educação de uma criança sob o protetorado britânico*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012, p. 29-32.

Para Chinua Achebe, uma língua europeia falada no continente africano seria justificada para seu uso perante a população local, por sua existência na localidade. Já Ngũgĩ wa Thiong’o acredita e defende que todos os escritores africanos teriam uma missão:

Nós, escritores africanos, somos obrigados por nosso chamado a fazer por nossas línguas o que Spencer, Milton e Shakespeare fizeram para o inglês; o que Pushkin e Tolstoy fez para o russo; na verdade, o que todos os escritores da história mundial fizeram por seus línguas ao enfrentar o desafio de criar uma literatura nelas, que processo mais tarde abre as linguagens para filosofia, ciência, tecnologia e todos as outras áreas de esforços criativos humanos [tradução nossa]<sup>198</sup>.

À luz dessa reflexão de Ngũgĩ wa Thiong’o, podemos considerar que as páginas de *O Africano* em português e ronga possuem cada qual suas particularidades e personalidades edificadoras nas figuras de certos autores: João Albasini e José Albasini. O primeiro escrevia textos na língua portuguesa e usava palavras do cotidiano colonial (em ronga), já o segundo raramente escrevia em português. Defendemos que o bloco em ronga no periódico era editado e coordenado por José Albasini. Ao longo da pesquisa em *O Africano* não identificamos nenhum texto escrito em português por José Albasini. Além disso, percebemos nos dois irmãos uma missão que era a de escrever sobre e denunciar as atrocidades do colonialismo português em Moçambique.

A respeito dos estímulos envolvidos no processo de escrita de um autor, Ngũgĩ wa Thiong’o observa:

A maneira como um escritor lida com a realidade é afetada por sua visão filosófica básica sobre natureza e sociedade e seu método de investigação dessa natureza e sociedade: se, por exemplo, ele percebe e, portanto, olha para um fenômeno em sua interconexão ou em seu deslocamento; em seu repouso ou em seu movimento; em sua mutabilidade ou imutabilidade; em seu ser ou em seu devir; e se ele vê qualquer mudança qualitativa em seu movimento de um estado de ser para outro. O manuseio do material por um escritor também pode ser afetado por sua base material na sociedade, essa é sua posição de classe e ponto de vista. Isso, apressome a acrescentar, não necessariamente produz uma escrita boa ou ruim, ou melhor, uma escrita consciente dessa perspectiva não significa necessariamente uma escrita ruim ou boa, porque isso depende dessa qualidade indefinível de imaginação, a arte de um escritor, que é capaz de perceber o que é universal - isto é, aplicável à mais ampla escala possível no tempo e no espaço - em sua menor particularidade como um filtro da experiência. Mas isso afeta sua aproximação da

---

<sup>198</sup> “We African writers are bound by our calling to do for our languages what Spencer, Milton and Shakespeare did for English; what Pushkin and Tolstoy did for Russian; indeed what all writers in world history have done for their languages by meeting the challenge of creating a literature in them, which process later opens the languages for philosophy, science, technology and all the other areas of human creative endeavours”. In: THIONG’O, Ngũgĩ. *Op. cit.*, p. 29.

realidade, ou melhor, sua eficácia em refletir corretamente a realidade<sup>199</sup>. [tradução nossa]

Para considerarmos a atuação de João Albasini e José Albasini no periódico, convém recuperar alguns dados biográficos e contextuais, para compreender onde nascem os estímulos geradores de seus discursos e norteadores de sua compreensão sobre a realidade moçambicana, principalmente a de Lourenço Marques.

### **O (s) arauto (s) de uma sociedade em transformação: João Albasini e seus heterônomos**

Importante persona, jornalista e literário em início do século XX em Moçambique, João dos Santos Albasini é uma figura que desperta curiosidade sobre seu papel social na colônia nas primeiras décadas do século XX. Nascido em 2 de novembro de 1876 no Magule, com o nome ronga de Nwandzengele, era membro de uma aristocracia local e estudou em uma missão católica na cidade de Lourenço Marques.

Descendente de uma importante figura da história de Moçambique, era neto de João Albasini (1812-1888), o qual se formara em direito em Lisboa e tornou-se caçador e comerciante de marfim na colônia e, posteriormente, chefe de uma tribo changana na região norte do Transvaal. Em 1861, foi nomeado vice-consul de Portugal na República do Transvaal. Posteriormente, em 1868, doou suas terras à administração portuguesa para a criação da colônia de São Luís. A partir daí, mudou para o Transvaal e permaneceu até o fim da sua vida, em 1888, e perdeu contato com o ramo da sua antiga família em Moçambique<sup>200</sup>.

Sobre a vida familiar de João Albasini, o neto, sabe-se que sua mãe possuía propriedades e certa influência na localidade. Segundo o Censo de 1894, os irmãos Albasini moravam no bairro de Maxaquene, na avenida Afonso Albuquerque na casa de uma mulher chamada Agueda Manoel da Silva (Nsatimeme). De acordo com Jeanne Penvenne, ela era

---

<sup>199</sup> “A writer’s handling of reality is affected by his basic philosophic outlook on nature and society and his method of investigating that nature and society: whether for instance he perceives and therefore looks at a phenomenon in its interconnection or in its dislocation; in its rest or in its motion; in its mutability or immutability; in its being or in its becoming; and whether he sees any qualitative change in its motion from one state of being into another. A writer’s handling of the material can also be affected by his material base in society, that is his class position and standpoint. This, I hasten to add, does not necessarily produce good or bad writing, or rather a consciously held outlook does not necessarily make for bad or good writing for this ultimately depends on that undefinable quality of imagination, a writer’s artistry, which is able to perceive what is universal – that is, applicable to the widest possible scale in time and space – in its minutest particularity as a felt experience. But it does affect his approximation of reality or rather his effectiveness in correctly reflecting reality.” In: THIONG’O, Ngugi. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>200</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *O ficcional e o histórico na literatura de João Paulo Borges Coelho*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Niterói: Instituto de Letras (UFF), 2016, p. 67.

identificada como uma dona de casa africana com 56 anos, solteira, católica e sem escolaridade formal. Nesse levantamento de 1894, os irmãos são listados como seus filhos<sup>201</sup>.

Em sua juventude, João dos Santos Albasini foi funcionário dos correios, graças à intervenção de José Aniceto da Silva. Na primeira década do século XX, tornou-se assistente do despachante do Porto de Lourenço Marques. Esse cargo alcançado por Albasini no funcionalismo público moçambicano foi assumido devido à sua relação com o governo-geral Freire de Andrade, último administrador monárquico na localidade.

Freire de Andrade foi um governante querido pelos colonos e assimilados devido suas atitudes durante a administração, como as construções do edifício de Caminhos de Ferro, o Hospital Miguel Bombarda e da Ponte-Cais, do Quartel-General, do Comissariado de Polícia, das Procuradorias administrativas e da primeira escola régia para instrução primária e de duas para indígenas<sup>202</sup>. Tais feitos ficaram responsáveis por em inúmeros momentos o seu nome ser lembrado pelo jornal *O Africano* e despertar um sentimento antirrepublicano entre os assimilados, mas isso não significava que a parcela de assimilados seria pró-monárquica, de acordo com José Moreira:

a um forte anti-republicanismo entre os assimilados, que nada tinha a ver com desejos de um eventual regresso do rei ao trono português, mas muito mais com um conservadorismo tanto mais inevitável quanto as condições de vida se iam agravando ao mesmo tempo que os colonos, os brancos, ganhavam terreno. Assim, os louvores dos jornais africanos ao saudoso Freire de Andrade eram confundidos com o elogio de um regime execrado pela maioria dos brancos<sup>203</sup>.

Além dos benefícios estruturais, José Moreira assinalou que os assimilados se tornariam gratos a Freire de Andrade por ter conseguido um convênio com a África do Sul para a emigração de trabalhadores para as minas do Rand, além de ter feito decretos obrigando o ensino missionário na língua portuguesa e uma lei que deu primazia aos naturais da colônia para ocuparem cargos público<sup>204</sup>. O salário pago aos africanos teria que ser no câmbio oficial, do mesmo modo que o da população branca:

Exigir sacrifícios só aos pretos, obrigar pretos a pagarem os seus impostos em ouro – ouro que não ganham na Província – achamos em boa vontade uma solução violenta, abusiva do poder.

<sup>201</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in Colonial Mozambique. *Journal of African History*, v. 37, n. 3, 1996, p. 419-464, p. 432.

<sup>202</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>203</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>204</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 48.

Quando se exija o pagamento de palhota em ouro que se pague ao indígena em ouro.

Freire de Andrade, grande Governador que Moçambique perdeu, foi quem (...) a existência de pagamento do imposto de palhota em ouro.

Mas esse tempo, por uma disposição legal tornou obrigatório o pagamento de salário dos indígenas em ouro, a razão de 5.000 reis a libra<sup>205</sup>.

Freire de Andrade logo teria percebido a influência de João Albasini sobre os demais assimilados de Lourenço Marques e buscou captá-lo para seu lado. Os textos assinados por Albasini no primeiro ano do periódico no qual trataria de atacar a Igreja, a polícia, a política colonial e o racismo do Estado Colonial teriam chamado a atenção do governador colonial<sup>206</sup>.

O principal fator para a decisão de dar-lhe um cargo no Porto de Lourenço Marques teria sido a revolta de novos trabalhadores africanos com as condições locais, como baixos salários, que resultavam em fugas e abandono do emprego. Uma das medidas tomadas para evitar a fuga foi o acorrentamento desses trabalhadores e a busca de uma reserva de mão de obra. Nesse cenário, ocorreu a aproximação do governador e do escritor. João Albasini relatou em uma carta:

Então o Sr. Freire de Andrade, Governador Geral, achando vergonhoso para o Estado, apesar de boa alimentação, e regularidade dos salários... (que) o preto não quisesse trabalhar mandou-me chamar à alfândega (onde) eu tinha a minha agência de despachante (...) e expôs-me a situação<sup>207</sup>.

De acordo com José Moreira, o governador geral conhecia a vaidade de figuras sociais que se consideravam importantes, como é o caso de João Albasini e buscou convencê-lo a colaborar com a administração do Porto. João Albasini assinalava que “comprometi-me a fazer propaganda a favor dos Caminhos de Ferro e num relatório que deve estar na Direção, expus as razões que me pareceram tendentes a melhorar a situação”<sup>208</sup>. Dessa maneira, João Albasini ficou responsável pela seção de trabalhadores locais no Porto de Lourenço Marques e, por meio de algumas reestruturações, alcançou resultados positivos a médio prazo, conseguindo manter trabalhadores em atividade. Quando a circulação de *O Africano* cessou em novembro de 1909, logo após publicar um polêmico editorial sobre os trabalhos forçados em São Tomé, em que criticava a colonização portuguesa<sup>209</sup>, alguns

<sup>205</sup> *O Africano*, 9 de maio de 1917.

<sup>206</sup> *O Africano*, números publicados entre os meses de março, abril, junho e dezembro de 1909.

<sup>207</sup> Carta de José Albasini no livro de MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>208</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>209</sup> *O Africano*, 5 de setembro de 1909.

autores afirmaram que esse desaparecimento se deveu à influência de Freire de Andrade sobre João Albasini<sup>210</sup>. Entretanto, quando o jornal regressou, em 1911, o próprio jornalista desmentiu as suposições sobre a interrupção de publicação do periódico em Lourenço Marques<sup>211</sup>. Segundo José Moreira

Tenha ou não havido um acordo expresso para silenciar o jornal, não temos dúvidas de que Freire de Andrade iniciava desse modo a “domesticação” de João Albasini e dos assimilados. Conhecendo bem o pendor dos intelectuais para as soluções tecnocráticas, comprometeu João Albasini na solução de um problema delicado, aliviando assim da sua pessoa e do Estado, o peso do lado sujo das medidas disciplinadoras dos trabalhadores negros. Os assimilados entravam assim na colaboração com o Estado colonial, quase sem darem por isso. Não é possível saber hoje o que teria sucedido com a continuação do governo dirigido por Freire de Andrade, ou outros do seu estilo, mas é legítimo concluir que teria conseqüências importantes para os assimilados<sup>212</sup>.

Em 1912, novamente em um editorial, João Albasini defendeu-se das acusações de ter silenciado *O Africano* por imposição do ex-governador geral, ressaltando que o periódico criticava acerbamente tal governador :

Aquelles roubos de Freire de Andrade apresentados no Parlamento fazem entristecer os correligionários que esperavam verdadeiros escândalos e, afinal, o doutor pariu um rato...

No rol dos ladrões e vendidos está a minha escura figura com uma “queijada” (vá de calão) 353.840 d’uma famosa viagem ao interior – mascara decente com que se encobriu a venda do “O Africano” onde eram criticados asperamente os actos do governador geral. Este africano foi mais tarde collocado como fiscal dos serviços indígenas na Ponte Cais e Caminho de Ferro de Lourenço Marques.

Sou eu mesmo; confere, com uma variante sensível

Do serviço ao interior, dei contas; o jornal nunca atacou o Sr. Freire de Andrade; e o lugar da Ponte Cais dera-me por que era preciso um homem ali e me acham competente para o cargo. Trabalho e por isso me pagam. De resto já contei esta história<sup>213</sup>.

João Albasini casou-se em 1897 com Bertha Carolina Heitor (Nwana-wa-titu). Tiveram dois filhos: Beatriz (Minyembeti) e Carlos Eduardo. A relação, que durou 19 anos, terminou em divórcio. Após divorciar-se, Albasini escreveu diversas cartas para Michaela Loforte, que não foram correspondidas<sup>214</sup>. César Braga-Pinto assinalou que

Parte do espólio de Albasini, deixado nas mãos de seu sobrinho Luis, as cartas foram publicadas em 1925 por Marciano Nicanor da Sylva. Sabe-se que Michaela

<sup>210</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>211</sup> *O Africano*, 14 julho de 1911.

<sup>212</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 54-55.

<sup>213</sup> *O Africano*, 05 de janeiro de 1912.

<sup>214</sup> REZENDA, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 67.

teria sido uma antiga paixão de Albasini, que por volta de 1917, ainda durante seu processo de divórcio, recusara seu pedido de casamento. (...) o conflito central da narrativa não deixa de merecer análise e interpretação. Pois a recusa (ao pedido de casamento) de que trata a obra se dá possivelmente por um mal entendido que nos parece bastante significativo. O autor das cartas se declara à amada numa sessão de cinema, entregando-lhe de um bilhete em ronga, ao qual, ofendida, teria respondido simplesmente: “sinto-lhe ódio”. Assim, é quase como que se o ódio fosse aqui menos uma reação ao conteúdo do bilhete do que a língua em que o bilhete fora escrito, já que a pretendida supostamente não compreendia o “landim”. Ou seja, o problema da expressão íntima em língua tradicional africana, por um lado, e a angústia de uma provável rejeição por parte do outro que não o compreende, estão intimamente ligados, talvez constituindo as raízes mais profundas do discurso da política do escritor-jornalista<sup>215</sup>.

Michaela Loforte fazia parte de uma importante família rica de Inhambane. Sua tia, Carlota Paiva Raposo, foi uma das figuras mais abastadas em Lourenço Marques, possuidora de diversas propriedades pela cidade. De acordo com as cartas, João Albasini teria sido infeliz em seu casamento e possuía esperanças de se casar com Michaela<sup>216</sup>.

Segundo Jeanne Penvenne, Marciano Nicanor da Sylva, filho de José de Aniceto, solicitou à família e amigos de João Albasini que colecionavam seu patrimônio literário para entregá-lo. Sua intenção era a publicação dos melhores ensaios e editoriais escritos pelo autor ao longo da sua vida. Entretanto, não se sabe por que motivo Marciano Nicanor não conseguiu realizar essa publicação. As cartas românticas de João Albasini para Michaela Loforte, contudo, foram publicada três anos após sua morte<sup>217</sup>.

Considerado o autor da primeira obra moçambicana, com o livro póstumo derivado dessas cartas particulares, *Livro da Dor: Cartas de Amor* (1925), organizado três anos após sua morte, pouco conhecido ainda nos meios literários brasileiros. Como exemplo do pouco conhecimento dos estudiosos sobre sua produção, podemos citar o caso do crítico Pires Laranjeira, que, em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, assinala que o livro póstumo seria uma coletânea de contos, manifestando desconhecimento cabal da obra<sup>218</sup>. Outro sintoma do pouco apreço pela obra em tela aparece nas considerações de Orlando de Albuquerque que João Albasini não poderia ser considerado escritor e que seu livro não teria qualquer valor para a literatura e, por essa razão, não mereceria o estatuto de fundador de qualquer movimento ou escola literária<sup>219</sup>.

<sup>215</sup> BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>216</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 437.

<sup>217</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 436.

<sup>218</sup> LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 257.

<sup>219</sup> ALBUQUERQUE, Orlando; MOTTA, José Ferraz. *História da Literatura em Moçambique*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1998, p. 23.

A transfiguração de sua figura histórica em uma personagem de ficção na obra *O olho de Herzog* (2010) de João Paulo Borges Coelho foi talvez um fato recente que contribuiu para resgatar a importância e reconhecimento de Albassini na sociedade moçambicana em começo do século XX e a admiração de vários pesquisadores:

João Albasini é assim, tem a curiosa propensão de conduzir todos os diálogos numa mesma direcção, de assestar sobre a municipalidade e os seus jogos todas as baterias que tem. É tinta que lhe corre nas veias, não sangue... Alguma coisa muito séria lhe hão-de ter feito para que veja o mundo sempre assim<sup>220</sup>.

Francisco Noa, nas páginas de *Uns e outros na literatura moçambicana* levantou o questionamento sobre qual o peso da obra *O livro da dor* para o leitor dos tempos contemporâneos. Segundo o pesquisador, seu enredo, temática e linguagem configuram uma obra que se aproximaria mais do imaginário e das práticas literárias do século XIX do que da centúria em que surgiu. Esse, segundo o autor, seria um dos motivos de sua invisibilidade inicial<sup>221</sup>.

Seu título e subtítulo (Cartas de Amor) resumiriam um sentimento de nostalgia e fatalidade, de acordo com Francisco Noa. O autor ainda completa que o determinante “O” e o seu complemento “da dor” carregariam toda uma carga semântica trágica que “transforma o livro numa espécie de encarnação e concentração do sofrimento global”. Além disso, *O Livro da Dor* seria tributário do movimento romântico por causas dos seus princípios e regras clássicas, prescritivas e incontornáveis que se prolongariam em suas linhas<sup>222</sup>.

Francisco Noa assinalou que o efeito do real causado pela leitura de *O Livro da Dor* a tornaria mais estimulante. Esse seria um forte apelo realista do texto, representando o tempo e as situações do cotidiano colonial, personagens e linguagens de um determinado contexto. Isso faz com que a obra tenha um importante marca histórica. Ao impor-se como uma expressão de vida íntima de um escritor, a obra nos apresenta essa interioridade com suas contradições, confusões, mágoas de uma mentalidade extremamente confundida com seus sentimentos. É por meios dessas emoções e elementos como notas de rodapé com teor autobiográfico, ocultação de nomes de pessoas reais e descrições de localidades que

<sup>220</sup> COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Herzog*. Alfragide: Editora Leya, 2010.

<sup>221</sup> NOA, Francisco. *Uns e outros na literatura moçambicana: ensaio*. São Paulo: Editora Kapulana, 2017, p. 25.

<sup>222</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 25.

percebemos esse entrecruzamento sentimental e realista<sup>223</sup>. Além disso, o pesquisador nos levanta uma importante inquietação sobre a forma clássica do gênero nesse escrito:

Temos, assim, por um lado, uma espécie de ambigüidade do gênero. Afinal, esta obra é uma novela, um romance, um diário ou, simplesmente, aquilo que ela se diz, cartas de amor? Ou ela não está tudo isso ao mesmo tempo? E, em jeito de provocação, perguntamo-nos qual a relevância destes classificadores para a compreensão deste livro?<sup>224</sup>

Francisco Noa ainda acrescentou que *O Livro da Dor* possuiria ambigüidades interessantíssimas como uma demonstração do próprio processo de escrita de João Albasini

Um aspecto intorneável nesta obra e profundamente associado à fase exacerbada do romantismo, o ultrarromantismo, é o excesso de emoção e de sentimento que sobrepuja o universo de *O Livro da Dor*. Raiando o patético, quando não mesmo o grotesco, na expressão do seu calvário interior, o sujeito surge-nos perturbadoramente desprovido de amor-próprio, anulando-se completamente perante a amada. Finalmente, um traço marcante da modernidade desta obra é ela ser um livro sobre o próprio processo de escrita, enquanto criação, ou recriação. Essa dimensão autoreflexiva reconhece-se nos vários intertextos, implícitos e explícitos, que atravessam a obra e que resultam do fato de este autor, narrador revelar-se um leitor consumado e insaciável como que demonstrando, à imagem dos grandes nomes da literatura universal, que a condição primeira e última para se ser escritor é ser-se leitor. Notavelmente, é o intertexto bíblico que é mais pronunciado na sua obra. É, pois, daí que ele retira as grandes analogias, parábolas e lições para ilustrar a sua existência desafortunada: a de um sujeito envolto no manto enigmático e inapreensível do destino que, no seu caso, foi usurpado pela mulher que o levou à perdição<sup>225</sup>.

Para Jeanne Penvenne, Marciano Nicanor decidiu-se pela publicação das cartas para mostrar um homem que lutaria pelos seus sofrimentos na maturidade (responsabilidade familiar, paixões e tragédias). Nas cartas percebemos uma preocupação de João Albasini sobre sua integridade pessoal, dever e autorrespeito, próprias de quem busca conter sua passionalidade em consideração ao entorno familiar e social<sup>226</sup>.

Acreditamos, assim como César Braga-Pinto, que João Albasini foi um dos pais fundadores do que podemos chamar de sistema literário moçambicano. Notaremos nessa parte da pesquisa sua importância, através da análise de alguns excertos e de sua rede de sociabilidade, mostrando como esse autor trouxe impacto para outros escritores posteriores e mesmo contemporâneo. De acordo com César Braga-Pinto

---

<sup>223</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>224</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>225</sup> NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>226</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 438.

Mesmo não tem até agora sua obra reunida, João Albasini não deixa de ser um escritor canônico e fundador de uma tradição das mais significativas dentro da história literária de Moçambique, se não convém falar de “influência” propriamente dita, pode-se sem dúvida identificar uma linhagem que se insinua a partir da publicação do primeiro número de *O Africano* e, em menor medida, com a contribuição de outros jornalistas contemporâneos de João Albasini, sobretudo o companheiro de geração Estácio Dias (pai de João Dias, o autor do póstumo *Godido e outros contos*) e seu próprio irmão José Albasini, tal linhagem atravessará os chamados “novos”, ou seja, aqueles jornalistas que, não sem algum conflito geracional, imediatamente sucederam os fundadores do jornal (sobretudo nomes reconhecidos como os de José Cantine, Karel Pott e Rui de Noronha), chegando àqueles hoje considerados de maneira unânime como figuras verdadeiramente fundadoras da literatura nacional moçambicana, e que sem dúvida estão entre seus maiores expoentes: nomeadamente os admiráveis poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa. Confirma-se assim a partir da publicação d’*O Africano* uma rede ao mesmo tempo transnacional e trans-histórica de textos e ideologias, cujo significado só poderá ser compreendido a partir da leitura e estudo comparado de obras que em grande parte permanecem inéditas e dispersas em outros jornais<sup>227</sup>.

João Albasini participava ativamente da vida cafeeira da cidade que localizava na Praça Sete de Março, área histórica, e perto do porto de Lourenço Marques. Esse contato e interações de ideais possibilitaram-lhe conhecer uma gama de novas ideias como o sindicalismo, socialismo, o humanismo e ideais republicanos. Percebemos em seus escritos uma reflexão constante sobre esses ideais a partir de seu contexto.<sup>228</sup>

A maioria dos textos assinados por João Albasini em *O Africano* são editoriais e costumam aparecer nas primeiras páginas do jornal, normalmente dirigidos a alguma autoridade administrativa ou diretamente aos Governadores Coloniais. De acordo com César Braga-Pinto, as temáticas e reclamações desses escritos giram em torno de treze assuntos locais ou nacionais:

a campanha a favor da instrução dos “indígenas” em português e contrária a influência das missões inglesas; (2) a crítica a venda do “vinho colonial” (muitas vezes chamado simplesmente de “o tal”), o qual é entendido como instrumento de exploração e causa da corrupção das sociedades locais; (3) a defesa da educação técnica, em escolas de ofício, com ênfase na educação da mulher como um caminho para se proporcionar estabilidade à família e à sociedade indígena – das quais os homens se fazem excluir pelo consumo descontrolado de álcool e pela emigração; (4) as artimanhas da administração colonial para explorar o indígena desde a expropriação de suas terras à cobranças injusta de impostos; (5) o estímulo a emigração para as minas da África do Sul; (6) a violência no recrutamento militar, a que os homens eram obrigados a servir por três anos; (7) a corrupção fiscal; (8) a oficialização dos castigos corporais e a violência policial contra o indígena; (9) a fala de mão de obra, pela regulamentação (e o incentivo) do trabalho indígena; (10) o combate ao racismo e ao modelo segregacionista inglês;

<sup>227</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 50-51.

<sup>228</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 428.

(11) a fome, agravada durante a primeira guerra mundial; (12) a campanha contra a prostituição de menores; (13) e, a partir da queda da monarquia em 1910, o desencanto em relação ao sistema republicano<sup>229</sup>.

João Albasini tinha forte consciência do papel da imprensa no mundo contemporâneo. Ele abandonou as reflexões de gabinete e revolucionou o jornalismo moçambicano nas décadas iniciais do século, adotava um estilo de reportagem “própria, única e crítica”. Suas investigações passavam por ambientes políticos, nas ruas com o cotidiano populacional, nos espaços boêmios e miseráveis da cidade<sup>230</sup>. O que despertava sua atenção seria matéria de seus editoriais e suas crônicas, esse último estilo preterido pelo autor.

Seu papel nesse duplo mundo, na vida literária e imprensa, nesse momento de intensas transformações na realidade colonial de Lourenço Marques e de profundas informações, possibilitaram a vinculação dos literatos locais aos jornais que dirigia. Nomes como Rui Noronha, José Craverinha e Noémia de Sousa apareceram em finais da década de 1920 e início da seguinte em um dos seus periódicos fundados *O Brado Africano*.

Sua escrita, que continha um hibridismo de literatura e jornalismo, possibilitou que seus textos ganhassem repercussão entre a população local e entre as próprias autoridades portuguesas. Podemos considerar seus escritos como crônicas devido às aberturas dadas por esse gênero e fortemente vinculado a imprensa em início do século XX. De acordo com Sidney Chalhoub:

Surgidas no acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhavados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma direta a seu tempo. (...) Por não terem sido “escritos para a posteridade”, como apontou John Gledson, foram muitas vezes tomadas como textos ligeiros e sem importância, a serem esquecidas nas páginas de “jornais velhos”<sup>231</sup>.

Podemos considerar que a escrita de João Albasini possuía uma característica própria de sua época: a capacidade de transformar qualquer assunto do cotidiano colonial em tema

<sup>229</sup> BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>230</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>231</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 9-10.

de literatura, jornalismo e história. Entretanto, a sociedade moçambicana ainda não estava pronta e disposta a refletir sobre as denúncias de abusos e reivindicações tomadas na tinta do jornalista<sup>232</sup>.

Em uma seção de crônicas denominada *Vozes do Burro*, João Albasini critica a postura da administração colonial frente a cobrança de impostos aos nativos e a falta de estrutura, por parte do Estado Colonial, para aprenderem a ler e se informar sobre as legislações existentes

Para se regularizar os terrenos (...) deu-se para isso um prazo que veio publicado... no Boletim Oficial!...

Ora esse prazo acabou dia 17.

Os pretos donos de terrenos que se não aproveitaram das inúmeras escolas que o Governo tem aberta pelas cidades, arredores e sertão, não leram o Boletim. Os mulungos que sabiam ler, leram e tomaram nota da data em que terminava o prazo e, no momento asado caíram na Agrimensura umas chuvas de requerimentos... a pedir terrenos, parcela do tal cadastro, terreno que os pretos ocupam há muitos anos e onde tem construções! (...)

O preto, Exmo Sr., não lê Boletins; o preto não sabe ler; o preto não tem escolas. Nasceu e viveu num terreno. O Governo um dia exigiu-lhe o pagamento do imposto: pagou; construiu barracas de zinco em substituição a palhotas. O Governo exigiu-lhe “outra qualidade de impostos”, pagou novamente. Pagou porque?

Certamente porque era o dono da barraca e do terreno e por essa razão a Fazenda lhe recebeu os impostos<sup>233</sup>.

Nessas poucas linhas percebemos já que as ironias sobre as práticas coloniais se tornaram uma marca evidente da escrita de João Albassini. O tom jocoso tornou-se característica da escrita do escritor, mostrando um humor ácido sobre os aspectos do colonialismo que o inquietavam e repugnavam. Ele deixa evidente que “ninguém detesta como nós a intervenção estrangeira na nossa vida nacional; ninguém defenda com tanto ardor, com tanta fê e tanto amor a soberania, a dominação portuguesa nesta terra”<sup>234</sup>. Nessas palavras, percebemos que ele queria que a colonização cumprisse seu papel de “civilizar” sob os preceitos iluministas, fato que nunca aconteceu. Em 1913, o autor escreveu sobre a colonização lusa no aniversário do periódico que

Quatrocentos anos de domínio e três duma República democrática cheia de cores, promessas e projetos de liberdade, pão, educação e justiça – termos de tanto ouvir nada significam – ainda não deram ‘nada de útil’... Estes povos continuam de boa ou má cara fazendo rapa-pés, pagando impostos, mutilando-se nas minas do Rand, para trazer dinheiro, morrendo de fome quando ela aperta, molhando-se quando a chuva cai dos altos céus, dessedentando-se nas cantinas com o ‘vinho’ esse néctar

<sup>232</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>233</sup> *O Africano*, 22 de novembro de 1913.

<sup>234</sup> *O Brado Africano*, 12 de abril de 1919.

e bálsamo dos portugueses é por ora a única manifestação visível de sua colonização<sup>235</sup>.

Em seus escritos percebemos o descontentamento do autor com práticas coloniais como o trabalho forçado e a falta de opção de trabalho para a população moçambicana, situação que levaria os trabalhadores às minas do Rand

Querer de boa fé que o preto deixe de emigrar para se dedicar à agricultura aqui, a trabalhar para outros com tão baixos salários, é perfeitamente sonhar acordado... (...)

Ora trabalho por trabalho, pancada por pancada, o aborígina quer antes ir para fora de sua terra, porque ao menos vai ganhar mais; e ele na sua qualidade de bruto – desculpem-no – não sabe calcular as vantagens, altissonantes e patrióticas, que podem advir para a civilização e para o Mundo, em se dedicar à sua terra – da qual apenas guarda dolorosas recordações de exigências em dinheiro, trabalho forçado, mulheres confiscadas de refém ao imposto, bebedeiras, cavalo marinho, dilúvios e dias passados no topo das árvores quando chove e sedes atormentadoras quando o sol cresta o capim e mata os gados! (...)

Colonização, ó boa amiga... Vai-te despir...<sup>236</sup>

O tom irônico e agressivo se tornou uma marca extremamente importante dos textos assinados por João Albasini no periódico. Esse tom começou a aparecer logo nos primeiros números de *O Africano*, mostrando claramente que já era uma característica construída e definida do autor. No terceiro número, percebemos já o tom ácido ao tratar do racismo existente na estrutura do Estado Colonial em Moçambique:

Já não é pelo mérito que se aquilata o valor das pessoas: é pela cor. Não importa ser-se honesto, trabalhador e cumpridor dos seus deveres: o que se precisa hoje é que seja branco o pretendente do lugar. Quem não é branco não pode viver, não tem onde empregar sua atividade, onde angariar os cobres para um caldo. É de cor: morra à míngua de pão. A terra é para os brancos (...) o colonial então terá estes dois caminhos a seguir: ou pendurar-se com uma corda no pescoço e morrer (...) ou então – segundo aconselha a razão – passear de clavina ao ombro a caçar gente branca e varar a bala todo branco que lhe passar ao alcance da arma! Ao menos será empregar o tempo nalguma coisa, será menos doloroso que a morte por inanição<sup>237</sup>.

Em outros textos, relatou os abusos do Estado Colonial na tributação dos impostos a pretos que moravam em barracos alugados e, portanto, dos quais não eram proprietários:

Há coisas que pareceriam imbecilidades se não fossem revoltantes actos de abuso de autoridade.

Sabemos de indígenas que vivem em barracas alugadas a brancos e monhés e pelos quais pagam rendas mensais.

<sup>235</sup> *O Africano*, 19 de julho de 1913.

<sup>236</sup> *O Africano*, 23 de setembro de 1916.

<sup>237</sup> *O Africano*, 07 de abril de 1909.

Agora são ameaçados com prisões se não pagarem o impostos de palhota por casas de zinco que lhe não pertencem!<sup>238</sup>

De acordo com Valdemir Zamparoni, mesmo homens críticos às práticas colonizadoras e à violência por elas empregadas, como o caso de João Albasini, pactuavam com certos valores quando se tratava de trabalhadores forçados (*chibalo*)<sup>239</sup>. Nas linhas a seguir, notaremos uma sugestão do jornalista da criação de espaços reservados e separados da cidade de Lourenço Marques para esses africanos

Ao Governo compete fazer, antes de mais nada, um *compound* oficial em sítio não muito afastado da cidade, *coumpound* que comportasse o número de pretos calculados para as necessidades da cidade, por outras palavras: devia-se regular e determinar de modo que das circunscrições os pretos que procurassem serviço viessem com guia para a Intendência – a quem devia estar subordinado o *Compound*. Uma vez o indígena entrado e registado *Compound* sairia deste quando fosse requisitado por alguém, firma comercial ou particular, sendo o salário estipulado, para trabalhar aos dias, semanas ou mês<sup>240</sup>.

As cantinas e o vinho colonial<sup>241</sup> são tema de uma das principais críticas do autor sobre as mazelas trazidas pelo colonialismo ao africano. Segundo o jornalista, as cantinas seriam lugares hediondos, que despertariam a imoralidade das pessoas em decorrência do alcoolismo.

Moralidade do caso:

Temos o chiqueiro dentro da cidade com sua legião de cantinas.

Se até aqui o cidadão pacato tinha que trilhar um bocado de areia para ir ver o descalabro da nossa administração fora dos marcos da cidade, agora para tonificar a alma com um fatote de pitoresco nauseabundo, não tem que ir longe: onde acaba o macadame começa a imoralidade!<sup>242</sup>

Como veremos no terceiro capítulo, o uso do vinho colonial desestabilizava o mercado de bebidas cafreais<sup>243</sup> entre os nativos. Essa desestruturação foi várias vezes referida por João Albasini:

Exmo. Sr. Intendente dos Negócios Indígenas.

<sup>238</sup> *O Africano*, 16 de junho de 1917.

<sup>239</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagens sociais em Lourenço Marques c. 1890 – c. 1940. Tese de História Social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1998, p. 315.

<sup>240</sup> *O Africano*, 16 de setembro de 1911.

<sup>241</sup> Esse tema será trabalhado mais aprofundado no terceiro capítulo.

<sup>242</sup> *O Africano*, 15 de dezembro de 1911.

<sup>243</sup> São bebidas produzidas pelas populações locais que as fabricavam a base de fermentações.

A lei proibiu o uso de bebidas cafreais para que o indígena só bebesse vinho – “do tal”.

(...) quando o clamor do cantineiros sobe; a autoridade pressurosa açula os auxiliares de faro prodigioso; e ai das pretas que tem panelas do ‘uputcho’... é tudo reduzido a cacos e os costados marcados a golpe do código de justiça, vulgo, cavalo marinho...

Nos arredores da cidade vive-se da exploração da bebedeira. As velhas os inválidos que o há em grande quantidade, a quem na mocidade não ensinaram nada de útil e prático para que a velhice fosse menos vergonhosa não tendo meios de vida própria, imitam simplesmente, os civilizados: fabricam as suas bebidas, bebem-nas, ou vendem: tudo à imagem e semelhança<sup>244</sup>.

---

<sup>244</sup> *O Africano*, 22 de março de 1912.

**Figura 2.3 João Albasini**



Fonte: THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 74.

Patrícia Oliveira de Resende afirma que a escrita de João Albasini buscava compreender

a real identidade da cidade era preciso caminhar por um mundo ocultado pelo processo de urbanização. Não simplesmente para contrapor ao mundo do luxo burguês, mas para revelar o lado oprimido e sofrido do novo tempo e para descobrir o cotidiano e a alegria de viver dos populares que mantinham sua cultura e hábitos singulares. (...) Sendo assim, João Albasini foi reconhecido como o primeiro jornalista relevante de Moçambique, autor da obra literária que divide fases na construção da literatura moçambicana e grande divulgador dos primeiros escritores do país. Como sujeito bastante atuante politicamente, defendeu ferozmente a cidadania do mulato e do indígena, demonstrou preocupações com as questões de gênero, ao refletir sobre o papel social da mulher, e valorizava enfaticamente a educação como mola propulsora da formação de uma outra sociedade e civilização<sup>245</sup>.

João Albasini, ferrenho crítico da colonização portuguesa em territórios moçambicanos, dirigia seus posicionamentos à incapacidade portuguesa de “civilizar conforme os preceitos da razão iluminista”. Muitas vezes, as palavras empregadas para se referir aos nativos soam preconceituosas, mas esse parece ser um expediente retórico para ironizar os preconceitos dos colonizadores frente os nativos. Albasini denuncia que as práticas excludentes são o entrave bárbaro imposto pelo colonialismo<sup>246</sup>. De acordo com Albasini

O que veio fazer então a pretendida civilização? Para que se fez o sacrifício de vidas e fazendas para bater o potentado vátua? Se era para se servirem dos mesmos códigos de moral e justiça que ele usava, por que é que lhe chamavam bárbaro inculto? (...) Manter o pretinho parado no mesmo nível, sempre bicho, sempre ignorante, que é a melhor maneira de garantirmos a nossa superioridade. (...) O indígena de hoje não é bem o do tempo do Gungnhana. Em 25 anos a ação do tempo faz-se sentir... Continuar-se eternamente a respeitar os usos e costumes e fugir sistematicamente de fazer frente às dificuldades e vencê-las é apenas criminoso<sup>247</sup>.

Seus pseudônimos, como assinalado anteriormente, possuem um gênero de escrita própria. Chico das Pegas começou a assinar artigos a partir de 1914<sup>248</sup> e centrou sua observação na periferia da capital colonial, adicionando traços locais de oralidade à sua escrita. João das Regras, o outro pseudônimo, surgiu em 1913 e publicou intensamente no

<sup>245</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>246</sup> BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>247</sup> *O Africano*, 17 de novembro de 1911.

<sup>248</sup> Primeira aparição de Chico das Pegas aconteceu na publicação de 21 de fevereiro de 1914. No levantamento feito por essa pesquisa ela difere do que assinalou César Braga-Pinto na sua obra que teria surgido a personagem em 1913. BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 62.

periódico <sup>249</sup>. Predomina em seus textos a narrativa do cotidiano colonial, que permitem defini-lo como um cronista atento ao dado local, que utiliza tanto o português coloquial quanto vocábulos e frases em ronga para retratar o dia-a-dia em Lourenço Marques, flertando muitas vezes beirando com a ficção. Segundo César Braga-Pinto

Na verdade, o estilo e a *persona* de João das Regras por vezes parecem se confundir com o próprio João Albasini, como quando durante sua estadia em Portugal envia a série “Cartas de Longe”, publicadas em fevereiro e março de 1920. Nem é tão certo que os artigos assinados de Chico das Pegas sejam de autoria exclusiva de João Albasini, pois ainda em 1928 (seis anos depois de sua morte) encontramos pelo menos um texto assinado como Xico das Rêgas (sic). Finalmente, há ainda muitos outros pseudônimos a serem identificados nas páginas dos dois periódicos. Uma carta de um leitor (publicada em 16-7-1919) atribui a João Albasini os seguintes: João das Regras, Silva Canela, Jagodes e Chico das Rêgas. Algumas poucas vezes, encontra-se ainda artigos em ronga, com a assinatura Nwandezengele<sup>250</sup>.

Ainda sobre seus pseudônimos, o historiador Valdemir Zamparoni observa:

Chico das Pegas, um pretenso comerciante de gado que abastecia a cidade – bem-humorado, descontraído, perspicaz, observador dos costumes e práticas sociais de brancos, índianos, mulatos e negros; escrevia em bela prosa satírica, denunciando as mazelas do colonialismo em seu dia-a-dia e revelando aspectos sociais e culturais pitorescos. Foi através dele, principalmente, que foram incorporado os falares populares. Outra era João das Regras – seria um velho colono saudosista dos ideais de progresso e civilização, pregados nos templos de implantação do domínio efetivo e das promessas então feitos. Suas crônicas são sérias, em estilo retórico e de apurada erudição, vêm repletas de epítetos morais e legalismos e denunciam o não-cumprimento da “obra civilizatória”, mesquinha da “alma portuguesa na colônia”, os abusos contra os nativos, a corrupção e tudo aquilo que parece enxovalhar não só a dignidade humana, mas também o bom nome de Portugal. Por vezes, como Chico das Pegas, não resiste a incorporar os sons e falares das ruas<sup>251</sup>.

Diversos textos assinados por João Albasini, ou por seus pseudônimos, compunham uma seção ou série, como “Vozes de Burro”<sup>252</sup>. As discussões seriadas ligam-se a destaques, pelos cronistas, do momento histórico, para compor uma análise menos imprecisa dos problemas cotidianos. Em razão disso, justifica-se a criação dos pseudônimos, pois esses adequavam-se aos assuntos e às preocupações vigentes em seu contexto. Segundo Sidney

<sup>249</sup> *O Africano*, 09 de janeiro de 1913.

<sup>250</sup> BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>251</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 47.

<sup>252</sup> A série de crônicas intituladas *Vozes de Burro* foram publicadas nas seguintes datas: 20-09-1913; 11-10-1913; 15-10-1913; 22-09-1913; 31-12-1913 e 21-01-1914. Nos levantamentos realizados, faltou a crônica com numeração IV que não foi encontrada no corpus documental.

Chalhoub, “mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meios de elaboração de personagens-narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo de cada série”<sup>253</sup>. Nessa perspectiva do papel dos pseudônimos, Patrícia Oliveira de Rezende defende que cada um deles assumiria diferentes identidades sociais dependendo do contexto apresentado e do público a alcançar. Assim, João Albasini conseguia se flexibilizar para tornar suas demandas audíveis, por meio de uma escrita que variava da formalidade para a informalidade conforme a publicação<sup>254</sup>.

Sobre as influências exercidas em seu pensamento e em sua escrita literária, Karel Pott, em um texto publicado em *O Brado Africano*, em 17 de agosto de 1932, dez anos após a morte de João Albasini, assinalava que seu pensamento foi fortemente marcado pela leitura de Hegel e Karl Marx e isso o incentivaria a posteriormente a lutar por valores democráticos e inclusive tentar sua candidatura como deputado<sup>255</sup>. Seu gênero literário, como assinalou César Braga-Pinto, foi fortemente marcado por Eça de Queiroz, de acordo com o pesquisador

A admiração e identificação está explicitada em “Os Miseráveis”<sup>256</sup>, do próprio Albasini, em que o autor remete a uma crônica de 1871, chamada “História Pitoresca da Revolta da Índia, onde o escritor português crítica a ocupação portuguesa na Índia, no despertar da revolta de Satari. Como se a história se repetisse, ou como se o escritor moçambicano fosse contemporâneo de Eça, Albasini lança suas próprias farpas e críticas, no tom épico-irônico, o descaso dos portugueses na repressão da revolta de Satari, agora a de 1912<sup>257</sup>.

Para refletirmos sobre as denúncias nos escritos de João Albasini, é importante lembrar que o jornal atuava sobre um espaço e um público pré-determinado em sua época. *O Africano* criou um lugar simbólico naquela comunidade em inícios do século XX e, por isso, esse periódico alcançou grande circulação. Certamente, a escrita de João Albasini contribuiu para esse feito. Não podemos, entretanto, esquecer que seus textos são essencialmente datados, no sentido de criticarem uma realidade social existente em Lourenço Marques e, em um plano maior, Moçambique.

---

<sup>253</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.*, p. 13-14.

<sup>254</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>255</sup> POTT, Karel. *João Albasini*. IN: BRAGA-PINTO, César. João Albasini e o olhar estrábico de *O Africano*. IN: BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwandzengele. Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922)*. Maputo: Alcances Editores, 2014, p. 413.

<sup>256</sup> Em vários dos títulos de suas crônicas, percebemos uma forte interação com outras literaturas como, por exemplo, a francesa e a clássica nos escritos desse autor.

<sup>257</sup> BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 64.

O retrato de uma sociedade que estava na miséria e passava por abusos era constante em seus escritos. O viés literário que seu jornalismo investigativo transmitia era uma forma de ironizar um sistema que se dizia civilizado e transmissor de uma boa nova para os nativos. Patrícia Oliveira de Rezende assinala que

João Albasini tinha as suas facetas e os seus dilemas político no âmbito privado e, principalmente, público, já identificava muito bem as leis do sistema colonial, sabia que havia leitores que compreenderiam na pela a sua denúncia, como cronista engajado que era, tentava captar todas as experiências de vida, em um tempo tão turbulento do pós-guerra, de mudanças sociais. O escritor, através da voz de João das Regras trazia a tona a questão étnica, tão relevante naquele contexto, no entanto surpreende tratar, em seu texto, a particularidade do feminino em tempos sem espaço para qualquer tipo de discussão de gênero. (...) João Albasini interagiu realmente com as coisas do seu mundo, participava ativamente das experiências, para até transformar o que via e viria; demonstrava também a sua insatisfação em captar a dificuldade da sociedade em abrir-se ao novo. Ao inovar no jornalismo moçambicano, abriu caminho para um avanço do conhecimento da cidade – Lourenço Marques – revelando um mundo obscuro, colocado em evidência o que o processo de urbanização ocultava e percorrendo por um espaço de crítica social. Desse modo, a notoriedade deste escritor, jornalista e cronista, dentro e fora da obra literária moçambicana, permanecerá através das memórias ficcionais e históricas<sup>258</sup>.

As críticas feitas ao trabalho africano, sua experiência como despachante e seu apoio das administrações locais possibilitou que João Albasini se tornasse chefe do trabalho indígena no Porto de Lourenço Marques, em nomeação feita por Freire de Andrade, governador colonial de Moçambique entre 1906-1910. Suas influências políticas e sociais não ficarem restritas ao período monárquico, pois tornou-se o único africano na Comissão Republicada constituída de seis membros, em 1914, para estudar e codificar as leis e costumes nativos<sup>259</sup>. Além da sua atuação em cargos públicos, João Albasini possuía e alugava edifícios residenciais e comerciais na capital da colônia.

Ao considerarmos suas reivindicações, de acordo com Cesar Braga-Pinto, o dilema que se colocaria é como exigir direitos portugueses sem deixar de ser negro e africano. Dessa forma, o assimilado se encontra em posição de bastante destaque dentro da estrutura colonial e de constante conflito interno. Esse impasse iria se intensificar com as leis de exceção impostas em Moçambique. A primeira delas seria a portaria de 1913 instaurada pelo Intendente dos Negócios dos Indígenas e Emigração, Cabral Moncada que regulamentaria o trabalho e a cobrança de certos impostos aos indígenas, estes deveriam ser obrigados a

<sup>258</sup> REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>259</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 424-425.

apresentação de uma chapa, que ficaria conhecida como chapa moncádica, substituída posteriormente por um passe. Devemos assinalar, que desde finais de Oitocentos diversas legislações buscavam a identificação do indígena, no sentido de quem deveria ser considerado como tal e obrigado as tributações para essa categoria<sup>260</sup>.

De acordo com a historiadora Jeanne Penvenne, é indiscutível que suas críticas e desafios perante o sistema colonial foram mais intensos entre os anos de 1913 e 1916, mas que seu interesse político despertou durante sua crise pessoal entre 1917 e 1918, motivação esta derivada da fracassada tentativa de casamento com Michaela Loforte. Foi nesse momento que o jornalista decidiu vender *O Africano* para o padre Vicente do Sacramento. Em seu último editorial no jornal, João Albasini descartou todo o empreendimento feito no periódico, considerando como nove anos de lutas estéreis e inglórias que não haviam produzido ganhos substanciais para a população africana de Moçambique<sup>261</sup>.

Em seus escritos, João Albasini expôs por diversas vezes as condições horríveis dos trabalhadores moçambicanos que foram trabalhar nas minas do Rand (Transvaal, África do Sul) e argumentava que, se a população local fosse devidamente paga e bem tratada, preferiria permanecer na localidade. Denunciou reiteradamente os maus tratos a trabalhadores, criticou diversas vezes as condições insalubres em que se encontravam os trabalhadores africanos no porto de Lourenço Marques, pois dormiam em vagões abertos e galpões arruinados<sup>262</sup>.

Em 1917, essa batalha se intensificaria com a publicação da Portaria dos Assimilados, que inclusive forçou a ida de João Albasini a Portugal com a intenção de tentar derrubá-la. Esse ano é extremamente importante na trajetória do escritor, pois encontra-se com membros da Liga Africana de Lisboa, tendo maior contato com o movimento pan-africanista, surgido no final do século XIX. Sobre a Portaria do Assimilado é importante frisarmos que ela definiria o que era o indígena e o assimilado, obrigando a identificação dos indivíduos sobre a sua condição quando solicitado para as autoridades competentes.

Teve apenas uma tentativa em vida de ocupar um cargo político como deputado ao Parlamento português representando a colônia de Moçambique, em início da década de 1920. Entretanto, perdeu a vaga para um médico português que nunca teria pisado em solo moçambicano<sup>263</sup>.

---

<sup>260</sup> BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>261</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 437.

<sup>262</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 449.

<sup>263</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 427.

Em 16 de agosto de 1922, João Albasini faleceu vítima de tuberculose, doença que o acompanhou durante toda a sua vida. É importante assinalar que seu funeral contou com a presença de importantes autoridades administrativas portuguesas e parte significativa da elite de Lourenço Marques. A imprensa local cobriu o acontecimento e chegou a calcular o número de cinco mil pessoas presentes no enterro, fato até então inédito na colônia de Moçambique<sup>264</sup>.

A pergunta que fica sobre a trajetória desse importante intelectual é: porque um silenciamento profundo da sua figura na história literária de Moçambique? De acordo com Jeanne Penvenne

Embora Albasini claramente mereça consideração como uma “voz precoce de protesto”, em princípio ele aceitou o Estado colonial, a língua portuguesa e, até certo ponto, a cultura portuguesa. Ele também aceitou a autoridade dos anciões ronga, a língua e a cultura ronga e o consideravam de maneira alguma inferior a portuguesa. Ele não viu contradição em abraçar os dois. Ao contrário dos moçambicanos da geração seguinte, João Albasini foi criado em um ambiente urbano onde a língua e a cultura ronga estavam em várias línguas e culturas que coexistiram com relativa facilidade<sup>265</sup>. (tradução nossa)

Décadas após sua morte, jornalistas de vários jornais recordavam a sua erudição e precisão nos editoriais. Seu estilo literário influenciou abertamente o Grêmio Africano em seu apogeu e por isso vários portugueses não aceitavam o fato de um negro com educação formal limitada possuir prestígio e reputação de escritor em Lourenço Marques<sup>266</sup>.

Manuel de Brito Camacho, que assumiu a administração de Moçambique como Alto Comissário da República entre 1921 e 1923, considerava João Albasini um amigo próximo e uma figura intelectual. Essa relação próxima possibilitou que sua única vitória fosse realizada postumamente, que foi a inauguração de uma escola para mulheres africanas. O governador Brito Camacho estava determinado a realizar pelo menos esse componente da agenda política do intelectual. Um ano após a morte de João Albasini, houve a inauguração da escola, que recebeu seu nome e cujo currículo era composto por alfabetização, culinária e costura<sup>267</sup>.

---

<sup>264</sup> *O Brado Africano*, 19 de agosto de 1922.

<sup>265</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 441.

<sup>266</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 446.

<sup>267</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 455.

Após a independência de Moçambique, a FRELIMO<sup>268</sup> (Frente de Libertação de Moçambique) promoveu figuras da geração anterior à de João Albasini, por serem guerreiros, militares e líderes políticos na luta contra o colonialismo, ao contrário do escritor, que desenvolveu modos alternativos de contestação. Jeanne Penvenne assinala que

João Albasini era simplesmente burguês demais para a era da vanguarda marxista-leninista, ele era simplesmente irrelevante ou as contradições em seu legado era muito mais profundo? O escritor não se enquadrava no repertório de candidatos à candidatura histórica da Frelimo devido muitas razões. Primeiro, se os moçambicanos queriam reviver esquecidos nacionalistas, João Albasini realmente não se classificava. O autor não era nacionalista, menos ainda no sentido compreendido meio século após sua morte. Embora Albasini, reconheceu Moçambique como uma unidade política, ele certamente não contribuiu para uma ideologia de construção de uma nação na escala pregada pela Frelimo<sup>269</sup>. (tradução nossa)

João Albasini, ao longo de sua vida, buscou promover-se e comunicar-se em sua comunidade local. Ele trabalhou para garantir que a administração portuguesa cumprisse o que seus ideais políticos sugeriam. Ao contrário das figuras revividas pela FRELIMO, o escritor não era um revolucionário da libertação colonial ou um guerreiro na luta pré-colonial, mas um burocrata intelectual. Além disso, Albasini era uma minoria dentro da própria minoria, fato assinalado pela historiadora Jeanne Penvenne.<sup>270</sup>

Seu foco era o desenvolvimento de estratégias baseadas na interpretação de ideias regionais e internacionais para tentar aplicá-las localmente. Dessa forma, é possível afirmarmos que ele estava ciente de que as questões-chave do domínio colonial ficavam numa esfera muito maior que a da própria colônia. Albasini sabia, porém, que as implicações sociais e políticas impostas na capital Lourenço Marques afetavam todo o resto de Moçambique. Assim, buscava identificar questões importantes para criar alianças entre os mais diversos grupos africanos e coloniais para que direcionassem suas pautas às autoridades portuguesas<sup>271</sup>.

Para concluirmos a apresentação da trajetória de João Albasini, utilizamos as considerações finais de Jeanne Penvenne sobre esse importante intelectual da literatura moçambicana

<sup>268</sup> A FRELIMO é um partido político de Moçambique fundado em 1962 e buscou a libertação colonial do país. Foi o primeiro partido a governar Moçambique após a independência.

<sup>269</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 457.

<sup>270</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 457.

<sup>271</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 462.

João Albasini foi claramente uma impressionante força intelectual e política moçambicana, mas ele não era de forma alguma um herói moçambicano. Ele lutou dentro dos limites de sua identidade e visão política. Ele investiu seu status privilegiado na promoção de políticas que ele considerou prospectivas e no melhor interesse dos grupos mais vulneráveis da comunidade urbana africana, especialmente diaristas, mulheres solteiras e filhos. Ele defendeu o que ele julgou ser salário justo e condições aceitáveis para trabalhadores, e ele apoiou o que julgou ser uma ação apropriada dos trabalhadores. Ele promoveu oportunidades educacionais práticas de qualidades para as mulheres e crianças moçambicanas. Tais esforços são dignos de reconhecimento, mas também é essencial reconhecer que nem todos aqueles que Albasini esperava os benefícios de suas políticas saudarem ser julgamento de que exigiam sua marca de proteção. (...) O caso de Albasini ilustra que o engajamento entre intelectuais africanos e o Estado Colonial em desenvolvimento eram controversos e desiguais. A consciência e a identidade dos intelectuais moçambicanos foram moldadas pelo estilo de vida, ideias e culturas diversas da cidade do início do século XX. (...) No final, o princípio orientador de Albasini foi a igualdade. Emoldurou a si mesmo como português e rongá<sup>272</sup>.

### **A trajetória e a escrita literária de José Albasini (O Bandana)**

Além do João Albasini, é preciso lembrar a figura de José Albasini, irmão do escritor, como outro importante jornalista e cronista de Moçambique colonial. José Albasini, conhecido em rongá como *Bandana*, fez parte da gestão do Grêmio Africano e da direção do jornal *O Africano*, tendo publicado textos no periódico. Um fato curioso nas suas publicações levantado por nossa pesquisa foi que os textos assinados como Bandana aparecem apenas em rongá, desde o primeiro número do jornal em 25 de dezembro de 1908. Em razão disso, acreditamos que José Albasini seria o responsável pela seção em língua landim de *O Africano*.

César Braga-Pinto assinalou que enquanto João Albasini tem despertado o interesse de alguns pesquisadores, a biografia e carreira de José aparecem marginalmente na história do jornalismo, da literatura moçambicana e do Grêmio Africano de Lourenço Marques<sup>273</sup>. Sobre sua vida pessoal, sabemos que trabalhou como caixeiro comercial e se tornou, assim como o irmão, despachante na capital da colônia<sup>274</sup>.

Em um texto assinado por Estácio Dias em *O Brado Africano* podemos perceber que José Albasini possuiria características e personalidade próprias, opostas às do irmão:

A primeira impressão que tive do irmão foi de um assimilado de meia dose; mal aparelhado, com musculatura forte, vergado de ombros, fazendo lembra os serviços das alfândegas e para mais não acompanhando a civilização nos vícios do

<sup>272</sup> PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 463.

<sup>273</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015, p. 14.

<sup>274</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 400.

fumo; não acompanhando as refeições com o delicioso néctar dos deuses, como complemento de civilização e, pior ainda, fungando rapé!  
Mas, um dia, José Albasini, entra numa discussão – que eram muitas, sobre política, sobre literatura – e José Albasini discorre, com uma lucidez de espírito e com saber que me fizeram modificar a impressão que tinha dele<sup>275</sup>.

Ao contrário de João Albasini, fascinado por Eça de Queiroz, José Albasini era, conforme Estácio Dias, leitor dos semanários republicanos *O Povo*, *O Mundo* e um admirador de Camilo Castelo Branco<sup>276</sup>.

De acordo com Valdemir Zamparoni e Paulo Soares, o colaborador Faftin seria um pseudônimo de José Albasini ao escrever em português para *O Africano*<sup>277</sup>. Em seus textos assinados como Bandana, o escritor tomava uma postura pedagógica, segundo Cesar Braga-Pinto, pois criticava o funcionamento das missões católicas no espaço colonial moçambicano, ensinava economia, comércio e agricultura aos seus leitores; e clamava os contemporâneos a reivindicarem seus direitos para melhorar suas condições sociais<sup>278</sup>.

---

<sup>275</sup> *O Brado Africano*, 9 de julho de 1934.

<sup>276</sup> *O Brado Africano*, 2 de maio de 1936.

<sup>277</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 175.

<sup>278</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 15.

**Figura 2.4 José Francisco Albasini, o Bandana**



Fonte: BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015, p. 5.

Em *À procura de saúde*, podemos verificar o estilo de Bandana, reproduzindo a tradução do texto originalmente publicado em ronga:

Deixemos de ser tão bonzinhos, e pensarmos que somos todos irmãos tal como diz a lei de Jesus Cristo.

Os brancos pensam assim, nós também devemos abrir a vista e vermos que eles não são nossos irmãos.

Se fossem nossos irmãos não iriam tirar leis que são más apenas para nós, não iriam nos amarrar porque a lei da República não permite isso, não teriam tirado a lei sobre os bilhetes de identidade, e outras leis que irão tirar quando começarmos a enfraquecer, quando já não teremos mais sangue, uma vez que o resto terá sido consumido pela bebida alcoólica designada “colonial”.

Não esperemos que eles venham nas nossas casas para nos visitarem ou para verem o que temos em falta. Procuremos pessoalmente o que nós precisamos, usando as nossas próprias mãos.

Avante!...<sup>279</sup>

Nessas palavras, percebemos que José Albasini, sob o pseudônimo de Bandana, possuía o mesmo grau de combatividade do seu irmão, mas que de forma alguma encarava a presença portuguesa como algo benéfico para a população nativa. Acreditamos que ao escolher o ronga como sua principal língua de publicação almejava justamente sua difusão entre os habitantes de Lourenço Marques, por ser um público ainda mais específico do que o de seu irmão. Sendo assim, é nítido seu interesse na construção da consciência social dos moçambicanos.

A venda de *O Africano*, em finais de 1918, segundo relato de Estácio Dias, foi encarada com tristeza por José Albasini. Felizmente, afirma, rapidamente a localidade teria um novo jornal e um perfil ainda mais combativo que o do anterior:

‘Sabe? O João e o administrador do ‘O Africano’ estão negociando a venda do jornal ao Padre Vicente! Ah! Mas não havemos de ficar sem um jornal’.

Nunca vi o José Albasini tão triste como dessa vez, ele que pretende ser forte mesmo perdendo um ente querido.

Meses depois aparecia o “O Brado Africano”

Porque, o irmão João, tendo sido um brilhante Instrumento, não foi um grande organizador. Sentindo embora as injustiças dos homens, e atacando-as, não punha nelas a gravidade precisa<sup>280</sup>.

Quando João Albasini viajou a Portugal em início dos anos de 1920, José assumiu suas funções no Grêmio Africano e, com a morte de João em 1922, José ficaria com a direção, juntamente com Estácio Dias, de *O Brado Africano*. Esse novo jornal apresentou um perfil editorial mais acusativo que o de *O Africano* e adotou uma linha editorial “em

<sup>279</sup> *O Africano*, 10 de janeiro de 1914. BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>280</sup> *O Brado Africano*, 9 de julho de 1934.

defesa dos naturais da colônia”. Podemos considerar que, ao administrar o periódico, José Albasini optou por um perfil mais pragmático e combativo para o impresso.

Em 1917, a administração colonial portuguesa aprovou o Estatuto do Assimilado, o que causou revolta de importantes membros do Grêmio Africano e dos irmãos Albasini. Textos candentes criticaram tais medidas, como veremos no quarto capítulo desta dissertação. Em 1920, João Albasini, para cuidar da sua saúde, viajou a Lisboa e buscou tratar da questão do estatuto representando os assimilados existentes em Moçambique. Nessa viagem, como afirmamos anteriormente, teve importante contato com os ideais pan-africanistas. A Portaria dos Assimilados só seria revogada em 1921, um ano antes de sua morte.

Esse clima de incertezas, que pairava sobre Moçambique nos primeiros anos da década de 1920, permitiu que um grupo de negros protestantes, que escreviam para a seção landina de *O Brado Africano*, fundasse seu próprio periódico: *Dambu dja Africa* (Sol de África). No princípio da década seguinte, essa divisão entre os negros e mulatos se intensificaria ainda mais com a criação do *Instituto Negrófilo* (1932) e com a renomeação do Grêmio que passou a ser Associação Africana (1938). Em 1926, a Lei João Belo obrigava que os administradores dos periódicos tivessem formação superior, momento em que *O Brado Africano* começou a apresentar oficialmente nomes de outros diretores, mas sua direção e organização permaneceram nas mãos de José Albasini e Estácio Dias.

A cisão se acirrou ainda mais com a chegada de Karel Pott, em julho de 1931, que se tornaria o novo presidente do Grêmio e diretor de *O Brado Africano*, entrando em conflito com a geração de José Albasini e Estácio Dias. Esses embates se intensificarão em 1932, quando Karel Pott solicita a saída de José Albasini do periódico, o qual lhe respondeu com um editorial inflamado. Esse cenário de disputa fez com que Marciano Nicanor da Silva, em nome do jornal, movesse uma ação contra Pott, levando à suspensão do periódico entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933, a partir de quando adotou o título de *O Clamor Africano*, sob a direção de José Albasini<sup>281</sup>. Estácio Dias lamentou em uma publicação no periódico o conflito geracional nos anos de 1930:

Apologistas do lugar para os novos, não vou, porém, até ao ponto de aprovar que os novos dêem o espetáculo de guerra de morte ao passado, calcando-o como se o sangue cafre nos fosse fatal até ao ponto de nos tornar impossível a assimilação dos que nos trouxeram outra civilização<sup>282</sup>.

<sup>281</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 17-18.

<sup>282</sup> *O Clamor Africano*, 10 de dezembro de 1932.

Esse espaço de disputa levou *O Brado Africano* a desligar-se do Grêmio Africano, mas com alguns momentos de retorno. José Albasini e Estácio Dias, excluídos da direção do Grêmio, permaneceram na gestão do periódico até o ano de suas mortes, respectivamente 1935 e 1937. Em seus anos de administração do periódico, José Albasini fez severas críticas à maneira como a associação conduziu essa disputa:

Vou fazer aqui uma declaração que vai surpreender alguns dirigentes da nossa Associação. Sou também um dos fundadores do Grêmio Africano de Lourenço Marques. Custou-me muito a criá-lo até atingir o esplendor em que está. Não sei se só por dizer isso, é motivo para mo entregarem. No caso de Grêmio não querer para ser órgão, voltará o *Brado Africano* a ser, como era no seu início, somente órgão dos interesses indígenas<sup>283</sup>.

Nos parágrafos anteriores, em uma extensão do foco da pesquisa, apresentamos o embate entre a geração de 1908 e a geração que acabava de surgir entre os novos assimilados, justamente para localizar a escrita de José Albasini e sua trajetória de vida após a morte do irmão.

Essa situação de tensão era constante no espaço de Moçambique nos anos de 1930, um reflexo do que acontecia na metrópole devido à implantação do Estado Novo Português por Oliveira Salazar. Segundo César Braga-Pinto

É neste momento de ascendente clima de racismo, com a segregação racial nas escolas e nas salas de cinema, o recrudescimento da censura, a divisão entre negros e mulatos, a inevitável cooptação dos assimilados, e a atitude de negação da herança africana por boa parte das novas gerações, que o ‘assimilado de meia dose’ José Albasini publica, entre 3 de março e 25 de agosto de 1934, uma série enumerada de doze crônicas, intituladas ‘À procura de Saúde’. O clima de divisão está presente já nas primeiras linhas do texto, quando Albasini nostalgicamente recorda os tempos passados, ainda na virada do século, quando ele presenciara a inauguração das estradas de ferro: um tempo em que ‘não havia brancos, nem pretos, que só havia portugueses’<sup>284</sup>.

Nessa série de crônicas de José Albasini, publicadas nas páginas de *O Brado Africano*, percebemos uma narrativa com caráter autobiográfico e de viagens. De acordo com César Braga-Pinto, ela “poderia ser considerada a primeira narrativa de intenções

<sup>283</sup> *O Brado Africano*, 10 de dezembro de 1932.

<sup>284</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 20.

literárias escrita e publicada por um moçambicano”<sup>285</sup>. O jornal *O Brado Africano* anunciava em suas páginas a publicação dessas narrativas:

Iniciamos hoje a publicação de umas crônicas do nosso Director escritos de Incomati, onde se encontra. Pensa ele em abordar vários assuntos não só respeitantes a Incomati como também a Ressano Garcia, Moamba, Missão de S. Jerónimo, a Missão de Antioka, Xinavane, Manhiça, Escola de Preparação de Professor etc., etc. Nestas crônicas procurará o nosso Director, contar tudo o que sabe e aquilo que outros sabem, lendas e superstições indígenas, contos reg’onaes, usos e costumes etc<sup>286</sup>.

A série de crônicas foi construída sem títulos, mas com algarismos romanos que demarcaria uma sequência existente. Cada número expressaria as viagens que José Albasini realizou em Moçambique, buscando um melhor tratamento para a cura da tuberculose. A família Albasini padecia com mortes por tuberculose<sup>287</sup>. Na crônica de número VII, o escritor trouxe à tona a ligação familiar com a doença:

Mas ainda que um homem faça o bastante para se não ralar, para viver em paz, não o pode fazer se relações vêm ter conosco, ora quando nos morre o pai e a mãe, que tanto amamos e que nos deram o ser, ora quando nos morrem os filhos, que são a carne da nossa carne ou, ainda, quando desaparecem dia a dia os nossos amigos queridos. O coração sofre então por mais esforço que um homem faça para o tornar calmo. Daí as doenças que atormentam, maçam e nos arrebetam<sup>288</sup>.

Em sua primeira crônica, José Albasini acreditava que a tuberculose fazia parte de uma superstição nativa ligada a sua família e rememora a morte do irmão pela doença “historiando uma superstição nativa a meu respeito e da minha família. Trata-se de uma fera à solta, que já deu cabo de algumas pessoas entre elas João Albasini”<sup>289</sup>.

Na série de crônicas perceberemos um silenciamento do escritor a respeito da palavra tuberculose, esse silêncio sobre a doença pode ser encarado como uma dificuldade de enfrentamento da enfermidade ou até mesmo sua negação.

Entre as localidades visitadas pelo cronista em sua viagem estão Ressano Garcia, Marracuene, Magudo, Intimane, Xinavane, Tanianga, Manhiça e Incomati. Percebemos nos seus escritos uma degradação da saúde do escritor conforme vai viajando e isso o leva a refletir sobre o estado atual de Moçambique. Em diversas passagens das crônicas, o autor

<sup>285</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>286</sup> *O Brado Africano*, 03 de março de 1934.

<sup>287</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>288</sup> *O Brado Africano*, 12 de maio de 1934.

<sup>289</sup> *O Brado Africano*, 03 de março de 1934.

rememora importantes acontecimentos na colônia em finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, que marcaria a construção da identidade daquele Estado Colonial. Além disso, percebemos que José Albasini prefere falar da decadência em que se encontrava a colônia, como recurso para silenciar sobre seu estado de saúde pessoal:

Todas as noites, das 2 da madrugada à manhã clara, acordava a tossir, e isso durava horas e horas e não dormia mais. Depois já não era só a noite que tossia; mas de dia também. Eu não me descuidei com esta doença. Logo no dia seguinte consultei um amigo, que me aconselhou uma ‘bebedeira de cognac com açúcar e leite quente’. Como não bebo bebidas alcoólicas, resisti a tomar o cognac, mesmo como remédio. Um outro aconselhou-me ‘vinho muito açucarado e muito quente tomado já deitado’; também não aceitei. Depois destes vieram centos e centos de receitas, umas da farmácia e outras caseiras; a maioria pendia para medicamentos confeccionados com bebidas, o que me fez compreender rapidamente o motivo da prosperidade das cantinas – é que vendem bebidas como bebidas e bebidas como remédios<sup>290</sup>.

À semelhança do verificado nos textos de João Albasini, a ironia e a comicidade perpassaram as crônicas de José Albasini. A sua própria condição não escapa de jocosidade: “Enfim médicos e medicamentos não me faltaram: a doença é que era de má qualidade”<sup>291</sup>.

Segundo César Braga-Pinto, a respeito das descrições presentes na série de crônicas de José Albasini:

Seu encontro com as paisagens e realidades do interior africano é colorido de memórias pessoais e coletivas, resultando em uma narrativa complexa, às vezes dramática, mas em alguns momentos também bem-humorada, tratando de assuntos tão diversos como: o sistema legal na colônia (do qual, tendo sido preso, ele próprio é vítima), a censura à imprensa, o câmbio local, o monopólio norte-americano da gasolina, o estado da economia, da agronomia e da pecuária, o celibato dos padres católicos e o papel dos missionários suíços, o abuso de poder pelos administradores locais e a exploração dos pequenos agricultores ou, no registro mais autobiográfico, como conheceu Estácio Dias e o papel deste em o *Brado Africano*. Há também anedotas que tratam desde a sabedoria popular, que ensina como matar jacarés, até dos encontros e desentendimentos entre Africanos e Europeus, como o episódio da visita de um alto comissário inglês ao rei da Zululândia, na década de 1890, situação em que Albasini se posiciona acima e fora da divisão racial, aproveitando para comentar sobre o absurdo do racismo: ‘Os brancos dizem que os pretos cheiram a catinga e estes queixam-se dos brancos que cheiram a cadáver. Vá lá entendê-los’<sup>292</sup>.

Em diversas passagens em suas crônicas perceberemos um contato com as culturas nativas para a cura de sua doença, distanciando-se do comportamento padrão que um

<sup>290</sup> *O Brado Africano*, 10 de março de 1934.

<sup>291</sup> *O Brado Africano*, 10 de março de 1934.

<sup>292</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 21.

assimilado deveria ter de negação para essas práticas. É interessante fazermos um paralelo entre os irmãos Albasini nessa questão: enquanto João buscou a cura da doença através da medicina ocidental viajando para Lisboa, José acreditava que acharia uma melhora por meio da medicina tradicional dos nativos.

Após seu retorno final a Lourenço Marques, *O Brado Africano* anunciava, em 12 de maio, a morte de Augusto (um de seus netos que o acompanhou no itinerário de viagem). Em 2 de fevereiro de 1935, Eusébio Albasini, filho mais velho de José também morreu em decorrência da doença. E, praticamente dois meses depois, em 24 de abril de 1935, José Albasini faleceria, assim como seus outros parentes ,vítima da tuberculose<sup>293</sup>.

Nesse capítulo, percebemos a admirável trajetória desses dois intelectuais e irmãos João e José Albasini, responsáveis pela tarefa de denunciar a degradação do Estado Colonial em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Um dos seus primeiros instrumentos para isso foi o jornal *O Africano*, mas como vimos houve continuidade dos ideais desse periódico após sua venda em 1918. Como analisaremos no próximo capítulo, *O Africano* apresentou diversas problemáticas sobre a situação da colônia em começo de Novecentos. A partir dessa abordagem de temas anunciados pelo jornal, trabalharemos com as discussões, dilemas e denúncias elencadas pelo impresso em sua trajetória.

---

<sup>293</sup> BRAGA-PINTO, César (Org.). *Op. Cit.*, p. 26.

### **CAPÍTULO 3. LITERATURA E SOCIEDADE: A CRÍTICA SOCIAL NAS PÁGINAS DE *O AFRICANO***

*A imprensa registra – cronista fiel dos sucessos do seu tempo – o agonizar em fé uma civilização de trapos, feitas de embustes, para que a posteridade se não atarante depois ao fazer a história de um povo que, cego, fascinado pela sagrada fome do ouro, se aviltou esfaqueando se para colocar em primeiro lugar, na mesa do festim da civilização, o corpo de veneno que há de matar toda uma raça! (João Albasini)*

Nesse capítulo apresentaremos as principais críticas sociais em *O Africano*, por meio da análise de crônicas, artigos de opinião e editoriais publicados pelos irmãos Albasini e seus colaboradores, os quais versam sobre a situação do Estado Colonial e da população nativa. Em um primeiro momento, contextualizaremos o cenário de Portugal e Moçambique frente à Primeira Guerra Mundial, para compreender os efeitos do conflito mundial sobre a mentalidade dos cronistas e colaboradores do periódico. Em seguida, apontaremos as denúncias de mazelas e promessas não cumpridas pela ineficiente missão civilizadora do colonialismo. Entre as temáticas discutidas estão a censura, a situação da República e seus impactos na colônia, a instrução dos nativos, a propaganda, o vinho para o preto e o fracasso das missões em Moçambique. Os temas abordados foram escolhidos porque retratam a situação colonial moçambicana e explicitam a atenção dos irmãos Albasini e seus colaboradores às dificuldades enfrentadas pelo povo.

#### **Um mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial e seus impactos em Portugal e Moçambique<sup>294</sup>**

Em 13 de agosto de 1913, foi assinado um acordo entre a Alemanha e a Inglaterra baseado nas possíveis complicações financeiras sofridas por Portugal e sua falta de aptidão administrativa nos territórios em África. O tratado estabelecia a divisão dos territórios coloniais lusitanos como incremento para intervenções nas áreas portuguesas em África.

---

<sup>294</sup> As discussões foram inicialmente desenvolvidas na dissertação de mestrado em História de SAMPAIO, Thiago Henrique. *Portugal em África: continuidades e rupturas na colonização em Moçambique (1875-1926)*. f. 295. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018, pp. 63-78.

Nuno Severiano Teixeira assinalou que a Inglaterra ocuparia as regiões de Moçambique, exceto o Niassa, deixado para Alemanha e, no caso de Angola, os alemães ocupariam totalmente o território angolano, exceto Cabinda, destinada aos ingleses<sup>295</sup>. Além disso, as ilhas de São Tomé e Príncipe seriam destinadas à Alemanha e ela desistiria de suas pretensões no Timor.

Houve diversos posicionamentos contrários ao tratado, tanto da opinião pública na Inglaterra e na Alemanha, quanto da oposição na França, diante da possibilidade de dissolução do Império Colonial Português. Em Londres e Berlim, ocorreu uma oposição diplomática para não permitir a publicação do acordo. Na Inglaterra, apelava-se ao acordo da Entente e, em Berlim, ao artigo 16º da Convenção Franco-Alemã de novembro de 1911, na qual havia um direito de preensão sobre as alterações na região da bacia do Congo<sup>296</sup>.

Para a Alemanha não conviria a publicação do tratado. Segundo Nuno Severiano Teixeira, não interessava, em primeiro lugar, porque sendo uma solução de compromisso, ela não satisfazia completamente as pretensões das lideranças coloniais na Alemanha, por isso manter-se oculto essas negociações<sup>297</sup>. Em segundo lugar, caso o tratado fosse publicado, a Inglaterra divulgaria o Tratado de Windsor que demonstraria a aliança existente com Portugal, o que poderia enfraquecer o acordo anglo-alemão ou reduziria seu sentido político no cenário internacional.

Portugal buscou apoio de políticos alemães e ingleses para a não publicação do Acordo Anglo-Alemão. Com o início da Primeira Guerra Mundial, não ocorreu a assinatura do Tratado para a divisão do Império Colonial Português. A República em Portugal foi instaurada em 1910 e sua implantação e desenvolvimento caminhavam a passos problemáticos, por disputas de grupos políticos que exigiam soluções imediatas<sup>298</sup>. Ao começar o conflito, os portugueses entraram para salvar seu Império Colonial da cobiça das demais potências europeias.

As colônias portuguesas eram objetos de disputa entre a França, Inglaterra e Alemanha ao longo dos Oitocentos. Essas disputas foram acirradas com a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha foi a primeira a atacar direta e militarmente os portugueses, apoiando

---

<sup>295</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930). IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 510.

<sup>296</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 512.

<sup>297</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 513.

<sup>298</sup> AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnoi, 2008, p. 10-11.

a sublevação das populações africanas nestes territórios ao sul de Angola e Norte de Moçambique. Já a Inglaterra buscou a utilização e apoio dos portugueses devido a seus portos e territórios estratégicos, principalmente em Moçambique, visando apoiar logisticamente, o desembarque e passagem de tropas para a condução da guerra na África Central e Austral<sup>299</sup>. No caso de Moçambique, o território era centro de cobiças devido a suas posições geográficas, a importância dos seus portos e caminhos de ferros para os territórios vizinhos do interior, além de suas riquezas naturais<sup>300</sup>.

Para Nuno Severiano, desde a implantação da República, debatia-se um problema político de difícil resolução: a legitimidade e consolidação do regime no país. Assim, a entrada de Portugal no conflito foi desencadeada por três fatores: legitimação da República, a reafirmação da aliança com a Inglaterra e a proteção do Império Colonial. A demora para realizar a declaração de guerra à Alemanha deveu-se a seus problemas políticos estruturais internos. Até a entrada de Portugal no conflito, ocorreram diversos debates em seu parlamento para a entrada ou não no combate mundial<sup>301</sup>.

A posição portuguesa no conflito mundial foi colocada em discussão no Parlamento durante os anos de 1914 a 1916. Em diversos momentos nos debates sobre a participação ou não na guerra eram ressaltados os deveres de aliados que os lusitanos possuíam com os ingleses. Vários congressistas mantiveram a postura de que Portugal deveria se manter neutro e sem o estado de beligerância. Brito Camacho assinalava que

Os que reclamam uma participação direta na guerra, esquecem-se de que só por motivo da guerra mandamos para a África, em números redondos, 3.500 homens, combatendo ali pelos nossos interesses e pelos interesses da Inglaterra, mas combatendo por virtude dum conflito que nem direta nem indiretamente provocamos. Pode bem ser que amanhã, para melhor defendermos Angola e Moçambique ou para auxiliarmos os ingleses na defesa dos territórios da União, da Rodésia ou qualquer outro território inglês; para auxiliarmos na invasão das colônias alemãs, visto que é necessário, absolutamente indispensável que delas sejam desapossadas, se para qualquer destas tarefas for preciso que mandemos homens, eles seguirão imediatamente, mal de nós se não pudessem seguir, por os não tivéssemos preparado, ou porque os tivéssemos expedido para outro teatro da guerra. É preciso não iludir o país quanto às nossas possibilidades militares, porque essa ilusão poderia ser funesta e viria a pagar-se cara<sup>302</sup>.

Para os parlamentares democráticos, unidos em torno da figura de Afonso Costa, representavam os setores da burguesia comercial e financeira, a participação na Guerra

<sup>299</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 513.

<sup>300</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 17.

<sup>301</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 517.

<sup>302</sup> CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934, p. 117-118.

Mundial traria ao país o prestígio e reconhecimento internacional do regime que era necessário ao alargamento de relações políticas e econômicas, aberturas de mercados e possibilidade de governanças coloniais descentralizadas e autônomas. No sentido oposto, estava Brito Camacho, chefe da União Republicana, apresentavam-se como representantes dos setores industriais e fundiários, defendiam que para Portugal sair da sua crise econômica era necessária a construção de um mercado colonial protegido e fechado. Assim, a participação dos portugueses na guerra era criticada. Os evolucionistas portugueses, liderados por António José de Almeida, tinham um papel moderador nessas disputas, mas aliaram-se aos democráticos após a declaração da Guerra formando com eles o chamado governo da União Sagrada<sup>303</sup>.

Aniceto Afonso assinalava que a proposta de formação de um governo de união nacional, onde todos os partidos teriam assento, fazia com que todas as forças políticas esquecessem suas antigas controvérsias e as inimizades acumuladas durante os anos anteriores<sup>304</sup>. Entretanto, isso não foi possível, o Governo da União Sagrada contou apenas com os democráticos, liderados por Afonso Costa, e os evolucionistas, chefiados António José de Almeida. Já a União Republicana e Brito Camacho ponderavam que uma união nacional deveria contar com os monarquistas e os socialistas, pois apenas dessa forma aconteceria a verdadeira expressão de um acordo nacional. Brito Camacho assinalava que

Só nos declaramos beligerantes em Março de 1916, até essa data a política da guerra, no ponto de vista da nossa intervenção devia ser campo aberto à controvérsia, cada qual expondo as suas opiniões, fossem elas quais fossem, só escrupulizando, por dever moral, em fazê-lo com honradez, inspirado tão somente por altos sentimentos patrióticos. (...) Foi um período de vida infernal o que decorreu entre 1914 e 1916, apontados a fúria assassina dum horda selvagem, açulada contra mim e os meus amigos por uma facção política que se reconhecera divorciada do país, e queria fazer da guerra uma tábua salvadora. (...) Ponderei que uma União Nacional em que não entrassem os monárquicos e os socialistas, seria tudo quanto quisesses, menos a expressão dum acordo, para a realização dum fim supremo, das várias correntes de opinião política, constituindo forças organizadas<sup>305</sup>.

A União Sagrada emitiu um documento, em janeiro de 1917, no qual assinalava as razões da intervenção militar de Portugal no conflito mundial. A declaração tinha como objetivos afastar os espanhóis de uma possível invasão no território lusitano, conquistar uma posição no cenário internacional do lado dos Aliados e a manutenção do seu império

---

<sup>303</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 30.

<sup>304</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 52.

<sup>305</sup> CAMACHO, Brito. *op. cit.*, p. 13.

colonial<sup>306</sup>. Além disso, a influência da Inglaterra para a entrada de Portugal no combate foi decisiva, segundo Brito Camacho

A Inglaterra, com fundamento nos tratados em que se definem as relações entre os dois povos, solicita a nossa intervenção direta na guerra. Convém dizer, para que todos os saibam, que a Inglaterra mostrou sempre o maior desejo de nos conservar alheios ao conflito, poupando-nos a todos os sacrifícios que, para nós, resultassem inúteis, e para ela não fossem necessários<sup>307</sup>.

Antes da declaração oficial de guerra com a Alemanha, os alemães já preparavam com antecedência uma invasão de Angola e Moçambique com forças das suas colônias na África Oriental e Ocidental desde 1914. Segundo Norton de Mattos, quando a guerra começou as autoridades alemãs estavam a preparar a ocupação do Império Colonial Português<sup>308</sup>. No mês de agosto de 1914, ocorreram ataques alemães a Moçambique e Angola, na última foi incentivada uma sublevação da sua população indígena contra as forças lusitana<sup>309</sup>.

No dia 24 de agosto de 1914, forças alemãs atacaram o porto de Mazúia no norte de Moçambique, situado na margem sul do Rovuma. Para Norton de Mattos, Moçambique se fosse ocupado pelas forças alemãs representavam um obstáculo ao livre desenvolvimento da ação anglo-saxônica na África do Sul e Central, assim a Inglaterra defenderia os portugueses a uma eventual ocupação alemã em seus territórios<sup>310</sup>.

Portugal encaminhou três expedições para Moçambique ao longo da Primeira Guerra Mundial e, segundo Norton de Mattos<sup>311</sup>, ocorreram cinco fases de lutas em território moçambicano, cada uma delas com um comandante diferente. A primeira era proteger do ataque dos alemães no porto de Mazúia no dia 25 de agosto de 1914 e planejar a ocupação do Quionga pelas tropas lusitanas, fato que aconteceu em abril de 1916. Essa primeira tropa foi comandada por Massano de Amorim e durou de 16 de outubro de 1914 a novembro de 1915<sup>312</sup>. Os gastos com a primeira expedição e o envio de verbas extras para as colônias foram ressaltados por Rodrigues Gaspar, ministro das Colônias, nas sessões do parlamento

---

<sup>306</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 518.

<sup>307</sup> CAMACHO, Brito. *op. cit.*, p. 85.

<sup>308</sup> MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalho da minha vida*. Vol IV. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945, p. 112.

<sup>309</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 514.

<sup>310</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 113.

<sup>311</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 110.

<sup>312</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 229.

em finais de 1914, percebemos em suas falas as diferenças de créditos encaminhados para Angola e Moçambique:

Como a Câmara sabe, partiram, há pouco, para Angola e Moçambique duas expedições militares. Das verbas autorizadas para a manutenção dessas forças nas duas províncias pouco resta e desse modo torna-se urgente a abertura de dois créditos extraordinários: um de 800.000\$ para a província de Moçambique e outro de 500.000\$ para a província de Angola. (...) Para pagamento de despesas com o contingente de tropas expedicionárias à colônia de Angola, foram abertos quatro créditos extraordinários, no total de 1.600.000\$ por conta dos quais já foi despendida a quantia de 1.214.019\$38, havendo, portanto, um saldo de 385.980\$62. (...) Para pagamento de despesas com o contingente de tropas expedicionárias à colônia de Moçambique, foram abertos três créditos extraordinários no total de 1.100.000\$ por conta das quais já foi despendida a quantia de 918.844\$57, havendo, portanto, um saldo de 18.555\$43<sup>313</sup>.

Aniceto Afonso afirmava que a missão da primeira expedição não tinha objetivos concretos, por isso se limitou a melhorar as condições militares da margem direita do Rovuma, com a construção de vias de comunicação, postos de vigilância e ligações telegráficas. O efetivo das tropas contava com cerca de 1500 homens<sup>314</sup>.

As forças expedicionárias não entraram em conflito nem ocuparam qualquer território em posse da Alemanha. A República, após conhecimento e a preocupação em relação ao fato de Moçambique ser ocupado pela Alemanha, organizou uma nova expedição por decreto em 11 de setembro de 1915. A segunda força expedicionária desembarcou no porto Amélia em 7 de novembro do mesmo ano. A 2ª fase caracterizou-se por uma fraca ofensiva dos alemães ao longo do Rovuma e por parte das forças lusitanas. Depois de incentivo da administração do Governador Geral de Moçambique, a expedição resolveu ocupar a região do Quionga. A ocupação do Quionga aconteceu em 27 de maio de 1916, dois meses após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal<sup>315</sup>. Entretanto, a ocupação inicial do território sofreu grandes baixas do lado lusitano. Segundo Norton de Mattos, as despesas durante a primeira expedição nos territórios africanos foram altas, no período de um ano

As despesas motivadas e pagas desde 1 de setembro de 1914 a 30 de junho de 1915 por conta da expedição a Moçambique foram de 1.431.156\$56 e a Angola de 8.171.837\$83. Acrescem ainda as importâncias liquidadas e não pagas até 3 de

<sup>313</sup> *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*. Sessão de 16 de dezembro de 1914. Intervenção de Rodrigues Gaspar (Ministro das Colônias), p. 13.

<sup>314</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 37.

<sup>315</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 230-232.

junho do ano corrente e que são de 183.033\$ e 8.356\$ relativas a Angola e Moçambique, respectivamente<sup>316</sup>.

Até 9 de março de 1916, Portugal não declarou sua neutralidade, mas mostrava sua dependência no conflito em relação a Inglaterra<sup>317</sup>. Nessa data, devido a cobranças feitas pelos ingleses diante dessa postura neutral, Portugal apreendeu navios alemães em seus portos. Portugal comunicou os alemães através de um ofício sobre a captura das embarcações. Diante disso, a Alemanha declarou, oficialmente, guerra a Portugal algumas semanas depois. A declaração de apreensão dos navios dizia o seguinte:

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1916 – Ministro de Portugal – Berlim – Governo tomou decisão requisitar navios alemães surtos portos portugueses em face necessidades país. Comunique facto a esse Governo, com declaração de que foi publicado diploma legal regularizando situação tripulações, indenizações, etc., e que ato posse se está efetuando – Ministro<sup>318</sup>.

A declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal, foi enviada para Lisboa em 9 de março de 1916. Pesadas críticas à tentativa de neutralidade de Portugal e suas posições ambíguas foram feitas no documento

Lisboa, 9 de março de 1916 – Senhor Ministro – Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a v. ex. a declaração seguinte: O governo português apoia desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibida de abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanência em portos portugueses contrária a neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra diferente espécie foram vendidos às potencias da Entente e além disso a Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado Imperial em Mossamedes foi apreendido.

Além disso, foram enviadas expedições à África e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão de distrito Dr. Schulze-Jena, bem como dois oficiais de algumas praças, em 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos por meio de convite a Naulila e ali declarados presos sem motivo justificado, e como procurassem subtrair-se à prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram a força feitos prisioneiros. Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo ato português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia se

<sup>316</sup>*Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de julho de 1915. Intervenção de Norton de Mattos (Ministro das Colônias), p. 6.

<sup>317</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 28-29.

<sup>318</sup>*Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 10 de março de 1916. Intervenção de Augusto Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), p. 6.

referir as primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentamos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o Parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência mais ou menos notória do Governo Português. (...)

Por este procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.

O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português<sup>319</sup>.

A participação de Portugal no conflito mundial era considerada pelos republicanos como a entrada no “concerto das nações europeias, que combatem pela augusta civilização latina. A nossa espada vai também pesar na balança dos destinos do mundo”<sup>320</sup>. Após a declaração de guerra com a Alemanha, o governador geral Álvaro de Castro estabeleceu para as tropas expedicionárias em Moçambique um plano de ação que consistia na ocupação de Quionga, cooperação com as tropas inglesas para fazer frente aos alemães e conquistar uma parcela territorial no sul da África Oriental Alemã.

A ocupação de Quionga foi levada a cabo a partir dos primeiros dias de abril de 1916, após os alemães terem abandonado a zona e passado à margem esquerda do Rovuma. Após a Primeira Guerra Mundial, a soberania portuguesa na localidade foi reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associada.

Uma terceira expedição, e início da terceira fase, foram enviados em julho de 1916 para a região de Palma. O seu efetivo contou com 159 oficiais, 4.483 praças e 945 solípedes, as tropas foram lideradas pelo general Ferreira Gil. No início de agosto, aconteceu a chegada de mais contingentes que elevaram consideravelmente o efetivo desse comando. Essa fase durou de agosto de 1916 a dezembro do mesmo ano. As principais operações militares em Moçambique começaram a ser realizadas a partir da segunda metade de 1916. Ao ser realizada a ocupação de Quionga, pelo general Ferreira Gil, os soldados receberam ordens para atravessar o Rovuma e continuarem o combate com o fim de conquistar mais territórios alemães. Em um primeiro momento, as tentativas foram favoráveis aos portugueses, mas em

---

<sup>319</sup>*Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 10 de março de 1916. Intervenção de Augusto Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), p. 7-8.

<sup>320</sup>*Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 07 de agosto 1916. Intervenção de Antonio José de Almeida (Presidente do Ministério e Ministro das Colônias), p. 14.

5 de dezembro de 1916, o Parlamento lusitano tomou conhecimento das derrotas e a retirada para a margem direita do Rovuma. O general Ferreira Gil solicitou auxílio do general Smuts, da África do Sul, com o intuito de assegurar a soberania portuguesa nas zonas fronteiriças<sup>321</sup>.

De acordo com Maria Cândida Proença, as vitórias das forças lusitanas em África eram motivos para unânimes júbilos no Parlamento, os desastres que aconteceram em Moçambique foram pretexto para violentos ataques dos partidos de oposição<sup>322</sup>. O Governo foi considerado o principal culpado pela situação, por ter solicitado levemente o avanço das tropas mal equipadas, sem meio de transporte, sem apoio de médicos e enfermeiros, sem alimentação e sem envio de reforços pedidos pelo general Ferreira Gil. A administração portuguesa reagiu, acusou a oposição de falta de patriotismo e de não compreender as vantagens que Portugal poderia conquistar com a participação na Primeira Guerra Mundial. Foi prometido que, após o conflito mundial, se abriria um inquérito sobre o que se passou em África.

No início de 1917, uma nova expedição foi organizada para evitar o avanço alemão e assegurar a inviolabilidade das fronteiras coloniais. A quarta etapa durou quase todo o ano de 1917 e caracterizou-se por um retorno enérgico da ofensiva alemã. Nessa fase deu-se os primeiros passos para a invasão do território moçambicano pelos alemães e constituiu a última fase da campanha. Durante a primeira parte do ano de 1917, Álvaro de Castro assumiu o comando militar das operações, vindo a ser substituído posteriormente pelo coronel Sousa Rosa em setembro de 1917. A partir de novembro, as tropas da Alemanha deram início a uma grande ofensiva que visava não apenas aos postos fronteiriços, mas a ocupação de Moçambique para pôr fim à ofensiva inglesa. Os alemães preservaram uma parcela significativa das forças ocupantes e procederem com o reequipamento de armas e munições através de material capturado<sup>323</sup>. Norton de Mattos afirmava que essa última fase era a mais dolorosa e humilhante para Portugal. Em seu escrito biográfico, o ex-ministro das colônias não quis fazer qualquer comentário sobre este último nível de combate<sup>324</sup>.

Devido ao avanço alemão e o fracasso do general Ferreira Gil, diversas discussões no parlamento arrastaram-se ao longo da primeira metade de 1917. No caso de Moçambique ficou comprovado à desorganização das tropas portuguesas, as dificuldades materiais (veículos, alimentação, armas e medicamentos), a falta de preparação militar dos soldados e

---

<sup>321</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, p. 57.

<sup>322</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *op. cit.*, p. 57.

<sup>323</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 91.

<sup>324</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 234.

suas más condições físicas, o que não os permitia resistirem ao clima e às doenças tropicais, confirmou-se diversos erros cometidos por parte do general Ferreira Gil. Após essas averiguações, a oposição solicitava um rigoroso inquérito, no qual o governo não queria aceitar seus pontos.

Em 6 de janeiro de 1918, o representante inglês em Lisboa entregou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota que demonstrava a preocupação da Inglaterra para o que estava acontecendo em Moçambique, segundo o comunicado

As informações recebidas da África Oriental Portuguesa pelo governo de Sua Majestade mostram que a situação é grave e que indica a possibilidade de um grande desastre, com perdas pesadas em homens e material. Ao que parece, as forças alemãs que entrarem em território português tem subsistido com provisões, armas e munições portuguesas onde se devia ter recuado ou que deviam ter sido defendidos energicamente (...) Na opinião do governo de Sua Majestade, é essencial, considerando a situação acima descrita e para que as hostilidades na África Oriental não se prolonguem indefinidamente, que todas as forças portuguesas estacionadas na Niassalândia sejam postas às ordens do general Van der Venter para efeitos de todas as operações militares<sup>325</sup>.

A posição secundária de Portugal no conflito mundial passava a se tornar oficial após essas medidas. As tropas portuguesas foram marginalizadas pelo comandante aliado e não puderam participar da perseguição aos alemães no território de Moçambique<sup>326</sup>. Conforme os soldados da Alemanha avançavam, eles desencadearam pequenas revoltas e rebeliões locais, prometiam o fim do imposto de palhota e do trabalho forçado, além de recrutarem a população nativa para servirem como carregadores. Nesse contexto, os grupos étnicos revoltosos (ajauas e macondes) foram punidos e considerados colaboradores.

A ofensiva alemã no interior do território moçambicano estendeu-se até finais de setembro de 1918, quando chegaram a região dos portos de Quelimane. Segundo Aniceto Afonso, Von Lettow, comandante das tropas alemãs, conduziu a guerra conforme as circunstâncias melhores o aconselhavam, com o fim de fixar efetivos inimigos para os portugueses na região, impedindo-os dos lusitanos de participarem de outras frentes de combate<sup>327</sup>. Nos momentos finais da guerra, o comandante abandonou Moçambique e retornou na África Oriental Alemã em 28 de setembro de 1918. Para os Aliados, segundo

---

<sup>325</sup> MENESES, Filipe Ribeiro. O Império Português. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, p. 350.

<sup>326</sup> MENESES, Filipe Ribeiro. *op. cit.*, p. 351.

<sup>327</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 92.

Pedro Aires Oliveira, Moçambique foi um pesadelo, pois só chegou ao fim os combates no território em 25 de novembro de 1918, duas semanas após o armistício na Europa<sup>328</sup>.

### **Promessa e mais promessas: a Primeira República Portuguesa e suas mazelas administrativas**

A República em Portugal foi proclamada em 5 de outubro de 1910, depois de séculos de Monarquia. O novo regime não fez nada de diferente do que já gestado e pensado em épocas anteriores pelos monarquistas, tanto em aspectos administrativos como nas práticas de coerção empregada aos nativos. De acordo com José Moreira, a proclamação do novo sistema foi recebida com entusiasmo pelos colonos como para a população de assimilados existentes em Lourenço Marques<sup>329</sup>.

A República, em um primeiro momento, pregava a descentralização administrativa para o Império Colonial, ao contrário da Monarquia que advogava o centralismo. Diversos centros republicanos existentes nos espaços coloniais buscavam demonstrar a eficiência que a descentralização administrativa e econômica traria para as colônias, buscaram convencer diversos governadores coloniais a adotar tais práticas, mas não obtiveram sucesso. Entretanto, os dezesseis anos de regime demonstraram que a descentralização e autonomia para as Colônias aconteceram em momento pontuais e de crises como o pós-Primeira Guerra Mundial.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, as críticas ao Regime Republicano e a ineficiência dos seus métodos coloniais foram duramente criticados tanto na metrópole quanto os coloniais. O jornal *O Africano* se tornou um dos principais porta-vozes dessas críticas, mas desde os primeiros anos do surgimento de suas páginas, a República já era duramente criticada nas linhas do periódico.

Em 2 de setembro de 1911, um mês antes de completar o primeiro aniversário da República, em um artigo de opinião, intitulado *Vida Nova*, escrito por um colaborador denominado P.B, o novo regime mais prometeu que cumpriu as promessas que o sustentavam e usando um ditado conhecido (“inglês vê”) buscou demonstrar que medidas tomadas eram da antiga Monarquia

---

<sup>328</sup> OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 211.

<sup>329</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 67;

Antes da proclamação da República em Portugal já se proclamou a “vida nova”. No entanto essa proclamação não era sincera, era pra “inglez vê” como para “inglez vê” eram todas as medidas tomadas pelos governos da defunta monarchia. Não havia iniciativas d’alcance, dedicações extremas e sinceras, vontade firme em bem servir a Nação: havia eufemismo, padrinhos, afilhados, sendo todos sugadores e serventuários. Não revelavam “character”dedignavam-se com os processos que seguiam. (...) Ruiu, porem, o throno; afunou-se a monarchia no pelego da desmoralisação administrativa, cavado pelos governantes, foi proclamada a Republica e implantada em Portugal e com essa proclamação e com essa implantação a “vida velha” morreu, aparecendo então a “vida nova” que, imediatamente, começou a animar os processos administrativos e a instigar os homens d’Estado a caminhar pelas vias do progresso e a patentear, sem desdouro para si, as chagas purulentas de que morreu a “vida velha”<sup>330</sup>.

Na semana de aniversário do primeiro ano da proclamação da República, *O Africano* salientou que as comemorações foram apáticas e efêmeras, demonstrando que o Regime não possuía mais tanta simpatia quanto da sua instauração no ano anterior<sup>331</sup>. De acordo com uma nota de João Albasini a respeito das comemorações:

(...) admiram-se de uma forma extraordinária, como é que depois de serem embalados com sonhos d’uma Nova Era, com um regime de ordem e trabalho e muitas outras coisas que teem lido e ouvido a europeus, se encontrem reduzidos à mesma miséria e humilhação como antes de tão apregoada Igualdade e Fraternidade<sup>332</sup>.

Em inícios de fevereiro de 1912, o colaborador Nyeleti, em seu artigo de opinião *Rusgas*, buscou demonstrar as inquietações que pairavam sobre os feitos do novo regime entre a população nativa. Poucos efeitos práticos teriam tido em seus primeiros momentos de existência, causando total indiferença perante os colonizados:

A implantação da Republica, foi uma força gezoza que penetrou nos espíritos engarrados da maior parte da gente que não vive, não sabe viver, mas que vejeta inconsciente, arrastada pelo verbo do primeiro tribuno (...) Ninguem soube ou quis compreender que o melhor meio de glorificar a recém-nascida, e a moralizala. A Republica foi traduzida por essa maior parte da [?], como um regime onde todos deviam governar, mas que ninguém queria ser mandado. (...) A Republica d’olhar irradiante, estenderia a sua mao protetora, sobre a cabeça negralhada, que só tem tido quem a explora, roube e embebede infamemente<sup>333</sup>.

Em abril de 1912, outro colaborador chamado *Onifer* endereçou um texto ao Governador Geral, no qual denunciava que a República passou a imagem de entrada de um

<sup>330</sup> *O Africano*, 02 de setembro de 1911.

<sup>331</sup> *O Africano*, 12 de outubro de 1911.

<sup>332</sup> *O Africano*, 12 de outubro de 1911.

<sup>333</sup> *O Africano*, 09 de fevereiro de 1912.

regime de moralidade e justiça, mas “infelizmente, parece que tudo isso ainda não passou de palavras, (que o vento leva...) pois a todo o momento estamos a ver os dinheiros da Nação desperdiçados pelos caprichos e mandos de tanto engenheiro que infecta o nosso paiz”<sup>334</sup>.

No ano seguinte, na festa de comemoração dos aniversários da República, uma pequena nota foi colocada na segunda página do periódico. A falta de atenção dada à comemoração demonstrava que o novo regime não alcançava mais a simpatia dos leitores e coloniais em Moçambique. De acordo com Valdemir Zamparoni, a República tornou-se sinônimo de chicote, vinho colonial, tributação, *chibalo* e racismo e as promessas de igualdade, direitos civis e cidadania ficaram esquecidas nos discursos<sup>335</sup>.

No aniversário de terceiro ano do regime republicano, João Albasini escreveu a crônica *O culto da bondade* advertindo sobre as práticas colonizadoras dos portugueses que estavam acima de qualquer sistema político existente e considerava os colonizadores como eternos sonhadores e fatalistas do seu sistema colonial

Não! Por mais que os fados sinistros desvirtuem os homens que vão levando a pobre e infeliz Pátria a todos os ridículos e a todas as desordens, a raça há-de salvar-se sempre pela magnanimidade do seu coração, pela bondade que lhe é inata. (...) Passou o aniversario da República e o paiz inteiro que se sentia oprimido por esse estimo de crueldade e deshumanidade que sobre ele penava e que transpizera as fronteiras e levava mundo em fora, a pavorecer nova de que Portugal, o portuguez esse eterno sonhador, vago, numeroso e fatalista, esse heroe da avetura, prompto a quebrar lanças pelos seus ideaes e até para desagrar as gentis damas da Corte Ingleza de quem nobres cortezão, soltando palavras graves de ousadia<sup>336</sup>.

As críticas ao regime republicano tornaram-se uma tendência dos textos jornalísticos de João Albasini. Em 10 de janeiro de 1914, na crônica *A Providencia!...* o escritor atacou ferrenhamente a República, dizendo que desde outubro de 1910 Moçambique encontrava-se sem governante e fez importantes exaltações a última administração da era Monárquica, Freire de Andrade<sup>337</sup>.

Os ataques à República pelo periódico tornaram-se intensos no ano de 1914, com a publicação de textos de jornais metropolitanos criticando as providências do novo regime. Um exemplo dessa situação é o artigo de opinião *Colônias I*, originalmente publicado em *O*

<sup>334</sup> *O Africano*, 26 de abril de 1912.

<sup>335</sup> ZAMPARONI, Valdemir. Saúde e fraternidade!: ecos e leituras da proclamação da República Portuguesa em terras africanas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, pp. 111-129, p. 125.

<sup>336</sup> *O Africano*, 11 de outubro de 1913.

<sup>337</sup> *O Africano*, 10 de janeiro de 1914.

*Século*<sup>338</sup> por José Macedo, que salientava: “com a República os factos não mudaram. Embora a orientação e o critério relativos as colônias sejam muitos superiores aos do regime decaído, o que é fato é que ainda se não conhecem, da parte de muitos homens políticos, ideais seguras a tal respeito”<sup>339</sup>.

Em 19 de maio de 1915, no artigo de opinião *Au revoir* o colaborador F.L. criticou o laicismo da República, que mais teria prejudicado o espaço colonial com a falta de missionários do que beneficiado

Não queremos negar a absoluto o velho provérbio que diz que “o futuro a Deus pertence” mas o que nos parece é que a republica portuguesa tendo-se separado de Deus, o que é um fato pouco louvável e indigno de um paiz que tenha a mais insignificante ideia de dignidade, esta, provando cada vez mais que deixou... talvez ao diabo o futuro do paiz e das suas colônias, e esse príncipe da escuridão tem mostrado ser um grande descuidado para com o grave problema de cuja resolução a republica o encarregou, ou que talvez tenha compromissos com gente mais esperta do que os nossos dirigentes<sup>340</sup>.

O autor prosseguiu apontando a falta de instabilidade administrativa que a colônia enfrentava desde o advento do novo regime em outubro de 1910. De fato, a instabilidade de governadores coloniais não era uma marca do Império Colonial Português, mas com a República a passagem de administradores na localidade era uma constante

O lamentável facto é que o futuro desta província desde 5 de Outubro de 1910 tem passado pelas mãos de sete governadores gerais efetivos e interinos! Isto em menos de 5 anos! Não haverá por ahi quem core ao realizar este facto imprudentemente vergonhoso? Ou será essa gente que não cora de vergonha tão ignorante que prefira a intriguinha pessoal, familiar e sobretudo lusitana, ao natural desenvolvimento e prosperidade do paiz onde vive e trabalha?

Em finais de 1915, sob a Primeira Guerra Mundial, a instabilidade do Regime ainda era constatada em suas páginas, demonstrando que a ineficácia administrativa apenas se acentuou em época de belicismo<sup>341</sup>. Entretanto, devemos lembrar que Portugal só entrou no conflito a partir de março de 1916 e as dificuldades existentes nas colônias generalizaram-se, porque produtos simples eram comercializados com grande dificuldade devido à falta de produção e a orientação das indústrias para produzirem produtos para a guerra. Um dos

---

<sup>338</sup> *O Século* foi um jornal diário português que foi publicado entre 1880 a 1977.

<sup>339</sup> *O Africano*, 15 de abril de 1914.

<sup>340</sup> *O Africano*, 19 de maio de 1915. No mesmo número foi publicado um texto escrito pelo padre Manuel da Cruz Boavida denominado *Missões Portuguezas* no qual criticou ferrenhamente a separação do Estado e Igreja perpetuado pela República e impactando diretamente as missões atuante em Moçambique.

<sup>341</sup> *O Africano*, 03 de novembro de 1915.

exemplos é o fato de o papel usado pelos periódicos ser então fortemente controlado pelo governo da República. João Albasini, em um importante editorial em 18 de março de 1916, declarava que *O Africano* continuaria sendo publicado mesmo diante das dificuldades de impressão e que havia a possibilidade de alteração do formato do periódico para se manter:

Na impossibilidade manifesta de suspendermos o jornal para não embarçar de modo algum a ação do Governo tomando tempo precioso aos seus delegados com revisões de provas e digestão de textos passados, mesmo porque (deixa passar!...) – não se apaga um farol da costa sem causar graves embaraços à navegação – e ainda por que o publico paciente que nos atura precisa de saber noticias frescas e desenvolvidas de tudo quanto pelo desventurado universo se vai passando, continuará *O Africano* noticioso a sahir enquanto houver papel acessível para a sua publicação, cortando, moderando, limando aqui e ali os exageros – que são fruta do tempo que d’uns quer d’outros e- deste modo espera servir o publico, não como os condimentos seus dilectos e puxavantes, mas ainda assim prato sofrível para paladares modestos.

Na passagem anterior “Não se apaga um farol da costa sem causas graves embaraços a navegação” que indicia o engajamento de João Albasini e sua crença em *O Africano* como um agente importante na conscientização social. A comparação com pratos saborosos e insípidos para estabelecer rigor necessário em tempos bélicos também merecem destaque. Esse excerto é repleto de excelentes rasgos de estilo providos de uma prosa jornalística.

Em meados da guerra em 1917, os impactos do conflito eram perceptíveis para a Metrópole e a Colônia, pois as mazelas, mandos e desmandos características da Primeira República intensificaram-se com a Grande Guerra. Em uma crônica publicada por João das Regras, com o título de *Egualdade e Fraternidade*, o autor afirmava, provocativamente, que cada povo tem um governo a sua própria altura, de modo que as formas de governo demonstrariam as virtudes e fraquezas da sua própria população:

Os povos teem os governos que merecem; aphorismo muito conhecido mas incomprehendido pelas maiorias que tudo podem mas lêem muito por cima... Os governos feitos a vontade do povo devem na verdade ser a tradução em resumo das virtudes ou defeitos d’esse povo. Não há sahir deste dilme. Não se compreehende um cozinheiro detestável em caza de um gastrônomo, um cavalo desmanchado sob o calção de um picador... Nesta ordem de ideia e muito pela rama, para não ferir susceptilidades, temos que admitir que possuímos, em boa lógica, aquilo que merecemos. Quem se sentir com argumentos que demonstre o contrario<sup>342</sup>.

---

<sup>342</sup> *O Africano*, 30 de junho de 1917.

Em 1919, mesmo após a venda do periódico para o Padre José Vicente do Sacramento, as críticas em *O Africano* a respeito da República persistiram. Na nova gestão do jornal, o seu dono defendia a autonomia e independência de Moçambique de Portugal devido às mazelas cometidas pelas más administrações do novo governo.

No editorial publicado em 04 de outubro de 1919, denominado *Aniversário da República* e sem assinatura, o autor alegava que a República era o arauto que anunciava a vinda de uma Nova Era que nunca chegou ao Império Colonial. Para o autor anônimo, a República era um “acontecimento que muitos esperavam fosse o aparecimento dum dia novo, em que, a igualdade, a fraternidade e justiça fossem a trindade que a todos unisse num fim único, completando-o pela reunião e união de todas as vontades”<sup>343</sup>. Para esse escritor, a República pregava um falso patriotismo desde os primeiros dias do seu surgimento. De acordo com essa ideia, “o verdadeiro patriotismo nunca esquece o sublime princípio de – não faças a outro o que não queres que te façam – Ele nunca esquece que os interesses os direitos dos outros são iguais os seus, e que eles merecem sua consideração”<sup>344</sup>.

O autor, representando a opinião do jornal, advogava que uma República verdadeira, patriótica e nacionalista seria a forma de “governo onde não há rei nem classes privilegiadas, e em que o povo escolhe livremente os métodos porque deseja governar-se”. E também destaca a importância das participações populares para garantir: “que as determinações do povo português, hoje, sejam: acabe a política, acabem os ambiciosos burocráticos, e acabe a inveja do bem alheio, porque tudo isto retarda o progresso nacional”<sup>345</sup>.

A partir do exposto, percebemos que, durante a existência do periódico, seus posicionamentos, independentemente da gestão que o administrava, foram sempre críticos às tomadas de decisões insensatas e às instabilidades do regime republicano. Devemos lembrar que as críticas a esse sistema fundavam-se na ineficiência dos homens que o controlavam e desviavam seus princípios igualitários e fraternos originais surgidos com a Revolução Francesa.

### **Entre o silenciamento e a ironia: a censura nas páginas de *O Africano***

Outro dilema literário presente no periódico foi a reação à censura instalada nos momentos anteriores e durante a Primeira Guerra Mundial. Os textos do jornal levam-nos à

---

<sup>343</sup> *O Africano*, 04 de outubro de 1919.

<sup>344</sup> *O Africano*, 04 de outubro de 1919.

<sup>345</sup> *O Africano*, 04 de outubro de 1919.

reflexão sobre como lidar com o processo de escrita em um momento de repressão e censura. Em 12 de abril de 1912, dois anos antes da Grande Guerra, *O Africano* publicou o artigo de opinião, de Chacon Siciliani, intitulado “Lei-Mordaça”, sobre a atuação jornalística e as tentativas de pelo governo de silenciar a imprensa. Siciliani acreditava que o jornalismo era a única fonte de informação para aos cidadãos sobre o governo do país:

Destruir a consciência do jornalismo equivale a morte moral de uma nacionalidade que pretende emancipar-se de todas as theorias retrógadas que se lhe impõem. (...) Os governos tyrannos como não teem outro meio de evitar que se saibam os seus desacertos, mandam a sua guarda-pretoriana ao procedimento absurdo da apreciação de jornalística e decreta a censura previa para obrigar as redacções a publicar o que lhes seja conveniente ou o que não sirva de adiantamento a instrução pública. (...) De toda a vez que um jornal é apreendido, o público pode ter a certeza, a firme convicção, que se lhe quer ocultar alguma cousa de sua conveniência. (...) O jornalista cumpre um dever sagrado apontando ao público a causa do seu mal e os meios para alcançar um benefício público<sup>346</sup>.

Era a primeira vez que o periódico se posicionava sobre a censura nas suas páginas, mas isso se alterou bastante após o conflito bélico. Com a Primeira Guerra Mundial, percebemos uma dinâmica nova que imperava no periódico *O Africano*. A primeira delas, no ano de 1914, quando o número de páginas do jornal sofreu uma queda considerável, passando de 8 para 4 páginas ao longo dos anos da Primeira Guerra, situação que se manterá mesmo após o conflito. Como sabemos, a falta de papel durante períodos de guerra e o controle desse pelo Estado é algo corriqueiro ao longo da história da imprensa.

Em março de 1916, com a entrada de Portugal no conflito mundial devido à declaração de Guerra por parte da Alemanha, é instaurada a censura em 12 de março de 1916. A censura ficou a cargo do Ministério da Guerra, que deu ordem de apreensão de qualquer impresso que pudesse prejudicar a imagem nacional ou fazer propaganda contrária ao conflito bélico. No caso do periódico *O Africano*, percebemos algumas práticas de censura que alteraram substancialmente o periódico por alguns meses. As primeiras delas, nos meses de março e abril, são a não publicação da seção em landim, a supressão de partes de um dos textos de língua portuguesa e a censura a trecho do texto do João das Regras<sup>347</sup>. Abaixo veremos como isso foi feito no *O Africano*:

---

<sup>346</sup> *O Africano*, 12 de abril de 1912.

<sup>347</sup> Tais ocorrências se deram no periódico nos números publicados em 11 de março de 1916 (407), 15 de março de 1916 (408) e 19 de abril de 1916 (418).

Figura 3.1 Censura da seção em língua landim no periódico O Africano



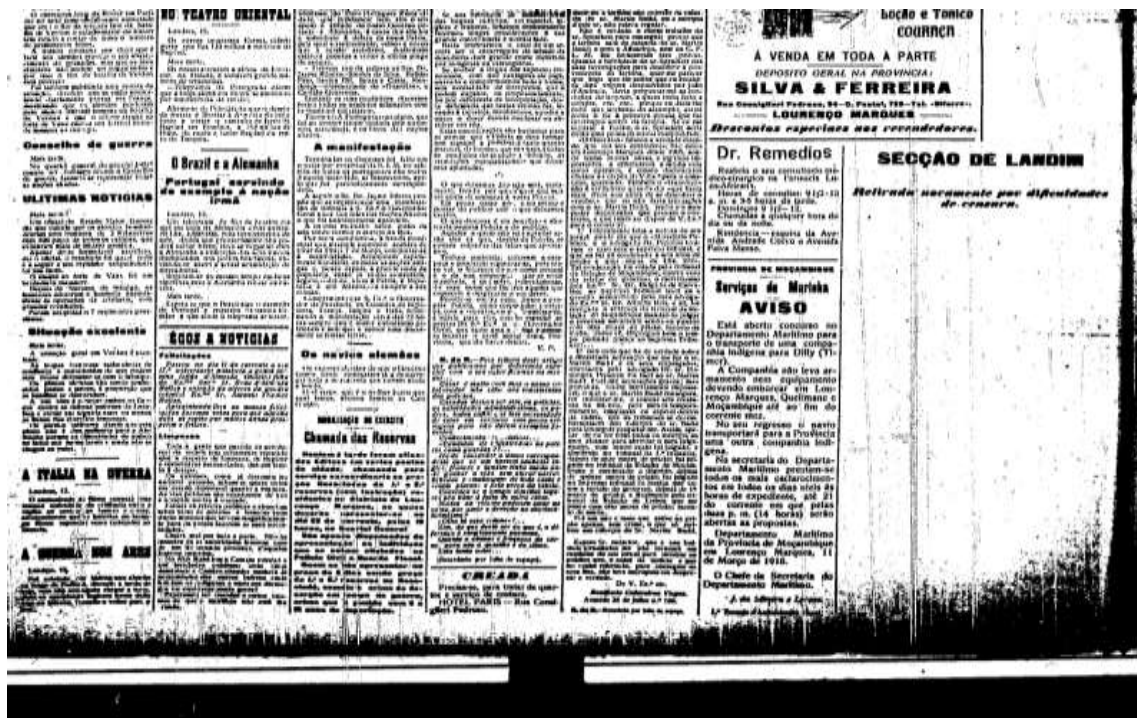
Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 11 de março de 1916 (407).

Figura 3.2. Censura na primeira página de O Africano



Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 15 de março de 1916 (408).

Figura 3.3. Seção em landim novamente censurada no número seguinte



Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 15 de março de 1916 (408).

Figura 3.4. Texto do João das Regras censurado no mês de abril de 1916



Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 19 de abril de 1916 (418).

O impacto sofrido pelo jornal nos dois primeiros meses de censura levou à remodelação de sua diagramação nos primeiros números após a instauração da censura. Podemos exemplificar com as propagandas de anúncios comerciais que começaram a aparecer nas primeiras páginas do periódico, fato inédito em sua publicação, visto que até então os textos publicitários eram restritos à última página do impresso, como mostra a imagem seguinte:

Figura 3.5. Primeira página do periódico *O Africano* no mês de abril de 1916



Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 15 de abril de 1916 (417).

No texto *Manifesto ao público*, de 18 de março de 1916, João Albasini manifestou aos leitores sua indignação com a censura, que, instalada na sociedade portuguesa, alcançava os impressos de Moçambique. É importante lembrar que a censura era algo inconstitucional na Primeira República Portuguesa. Albasini justificava que era impossível a suspensão do jornal, mas a impressão dependeria da demanda de papel. Deixou claro em seus argumentos que os editores do periódico fariam uma espécie de “autocensura” para burlar os censores do Estado e poder noticiar informações a seu público leitor.

Além da censura, a escassez do papel foi um dos principais problemas nos dois primeiros meses de entrada dos lusitanos no conflito mundial. Como mencionado anteriormente, o periódico sofreu redução de seu número de páginas com o início do conflito mundial. Com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, um expediente argumentativo foi utilizado para justificar a seus leitores o encolhimento de *O Africano* no dia 15 de abril de 1916:

Caríssimos leitores e amigos é com a mais profunda magoa que vos apresentamos hoje “O Africano” inesperadamente para vos, com as suas dimensões um pouco encurtadas! Foi um caso de força maior que nos impediu a esta resolução desesperada, para não termos que fazer sustar a marcha regular desta gazeta que, e sem validade o dizemos, se esforça por ser um papel de atividade publica. Há talvez dois meses que vimos buscando d’uma maneira extraordinária pra a falta de papel comprando um bocado aqui outro acolá, por preço exageradissimo, o quántuplo do preço d’algo. Agora, porém, nem isso já podemos fazer porque do papel que necessitávamos apenas uma casa local possui uma insignificante porção (...)<sup>348</sup>.

A prática da censura perdurou até os momentos finais do conflito mundial. No ano de 1917, um editorial de *O Africano* foi inteiramente censurado e os seus editores vieram a público justificar porque aquele número estaria sendo impresso sem essa importantíssima coluna. Há um agudo tom irônico ao ser noticiado o fato, expresso pela palavra ‘paciência’, sob a qual se ouve o inconformismo do editor:

---

<sup>348</sup>*O Africano*, 15 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 417.

Figura 3.6. Editorial censurado em *O Africano*



Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 14 de abril de 1917 (521).

Em um texto publicado em abril de 1916<sup>349</sup>, João Albasini, elenca as dificuldades do periódico devidas à censura. O título não deixava margens à dúvida: “A Censura”, sobretudo porque acompanhado do subtítulo “...Morreu pregado na cruz por pregar a Verdade...”. Nesse subtítulo, o autor compara as agruras do periódico ao martírio de Jesus Cristo por sua pregação. Percebemos logo nas primeiras linhas as dificuldades dos escritores com o emprego das palavras a partir da instauração da censura:

Não é sem um calafrio na espinha dorsal que um pobre escrevinhador de um vil jornalesco vê o traço temeroso do lápis iracundo da Censura pudibunda, sobre umas pobres, repuxadas, estéreis linhas de péssima prosa – que com esforço se expremeu para o papel em locubrações noctunas, agonisantes e afflictivas, sacudindo o mosquito, fumando detestáveis cigarro<sup>350</sup>.

Nesse fragmento do texto, percebemos a insatisfação do escritor com a prática da censura e sua preocupação com o uso das palavras, porque qualquer palavra que desagradasse os censores poderia causar até a exclusão completa do artigo no periódico. Além disso, esse texto foi escrito um mês após a instauração da Censura Oficial, a partir da lei 495 de 28 de março de 1916, que instituía a Censura Prévia na República Portuguesa, dessa forma podemos notar os descontentamentos iniciais que os editores de *O Africano* sofriam.

Os censores são vistos pelo texto como aqueles que teriam um olhar acurado para a organização do jornal e seus textos publicados, atento aos mínimos detalhes de qualquer

<sup>349</sup>*O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

<sup>350</sup>*O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

tentativa de burlar a desaprovação de certos temas, pois possuiriam uma “lente meticulosa e potente” para perceber e analisar qualquer tentativa de fraudar a prática da censura. Entretanto, devemos lembrar sempre do tom irônico da escrita de João Albasini, dessa forma não devemos levar tão a sério essa acuidade, mas pensar sobre o poder de silenciamento denunciado ao longo da crônica. Assim, tudo no texto parece estar com sinal trocado, sob efeito da ironia: o espírito tosco dos censores tem o poder de silenciar a voz combativa dos bons pensantes. João Albasini demonstraria que a censura instaura um mundo de ponta cabeça, em que a lei silencia os que contra ela desejam se manifestar.

Nas palavras de João Albasini, os editores e colaboradores de *O Africano* estavam à mercê dos censuradores:

Essa mercê honrosa – a lente potente e meticulosa que foca insignificâncias e o mata-piolhos em riste que suprime miasmas – distinção imerecida que agradecemos, tem sido por nós “gramada”, chuchando em espírito com gula o brado talvez indignado mas não expresso – por decôro, que acompanha o traço furioso que chilra provoca. “Ad Majorem Dei Gloriam”! Seja feita a vossa vontade<sup>351</sup>.

Para João Albasini, as críticas às práticas administrativas como a má condução dos governadores coloniais, a situação precária da colônia, a falta de infraestrutura e as muitas misérias cotidianas em Moçambique eram vistas pelos censuradores como um julgamento à Pátria. Dessa forma, quem denunciasse qualquer problema local durante a Primeira Guerra Mundial era visto como antinacional e antipatriótico.

Em *A Censura*, João Albasini ressalta que a prática de censurar não era nova na história jornalística, pois um jornal não é um espaço neutro, mas um local de embate de opiniões e de antagonismo entre poderes divergentes. O autor observa, contudo, que em tempos como aquele, a ‘neutralidade’ era uma forma de os escritores viverem sem problemas e indiferentes aos acontecimentos cotidianos:

Foi sempre difícil em todos os tempos a missão de jornalista: principalmente para aqui que se dá ao longo intento de agradar a todos: gregos, troianos e, se nos permitem a classificação, os neutros, porque em matéria de opiniões há quem pense que “amor” se escreve com A, outros com H, e outros por deficiência de visão, não lobrigando “nienti” vão ao exagero de supor que “amor” não existe. E estes vivem felizes, indiferentes à fúria alucinada dos definidores de tão caprichosa paixão.

---

<sup>351</sup>*O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

Com o tom irônico que sempre permeava sua escrita, João Albasini afirmava que *O Africano* fazia à sua maneira a crítica à prática da censura então empregada nos meios jornalísticos. Notamos que, ao defender a não submissão do periódico a prática da censura, o editor e diretor do jornal acentuava os genes militantes e combativos que formaram as linhas do impresso desde a sua criação:

De um modo genérico temos tratado de criticar, rindo à nossa moda – porque segundo os ingleses também há o “rir de cavalo”, “horse’s laugh”; a nossa atabalhoada e poeirente crítica, apalpando os varos e múltiplos aspectos do nosso ser sociológico – física e materialmente falando, como diria Macario – não visa a demonstrar que, mesmo chorando, fizéssemos melhor obra. A nossa maneira de ver, de apreciar, que pode talvez não ser aquela coisa chamada opinião corrente, aquela que leva os povos à felicidade, é todavia de fins honestos, tendendo apenas a mostrar que não sabemos dizer “Amem” a tudo por temor ou amor às consequências ou conveniências.

A ironia constitutiva das críticas sociais no periódico era vista por João Albasini como uma forma de escapar dos censores, tanto que empregou a máxima latina *ridendo castigat mores* (rindo castigam-se os costumes) no texto *A Censura*. Para o autor, se a direção de *O Africano* acatava de modo “reverente” a Censura estipulada a partir da lei 495, essa sujeição a legislação, contudo, seria feita “à nossa moda”. A ambivalência enunciativa evidencia a resistência à força da censura.

Em 09 de junho de 1917, foi publicado o editorial *Hora Crítica* sem assinatura, acreditamos que redigido por João Albasini, devido aos traços de estilo humorísticos utilizados, que acentuam a incapacidade intelectual e afetiva dominante à época. O escritor declarava ser aquele um momento em que a prosa publicada nos textos não “jorraria dos bicos da nossa penna inculta e acostumada a liberdade se o falar e transmitir o que se sente fosse ainda próprio dos homens neste século de luz”<sup>352</sup>.

A existência de censura nas gazetas foi levantada no texto e o autor se questiona sobre qual seria a importância e a finalidade de continuar a escrever. Em diálogo com o leitor, o escritor lamenta a situação e se responde “Para a censura cortar? É doloroso. Doloroso e insípido”. Aproveitando-se de recursos de ironia para finalizar o texto e buscando mais aproximação com o assinante do jornal, o autor afirma que “o que falta aqui nesta chronica, phantasie-o, ou melhor, suponha, que foi cortado”<sup>353</sup>.

<sup>352</sup> *O Africano*, 09 de junho de 1917.

<sup>353</sup> *O Africano*, 09 de junho de 1917.

Recursos estilísticos permeiam o texto e sugerem ao leitor a possibilidade de um corte real nas suas linhas, como na seguinte passagem, em que o escritor explicita a censura existente no texto com o recurso gráfico das reticências entre parênteses, que mimetiza a supressão censória “(...)”:

Aguardemos, portanto, oportunidade para tratar não só do (...) como dos muitos e variados assuntos que a colônia interessam mas que quase inútil é agora voltar a eles, enquanto a situação se não normalisar<sup>354</sup>.

Na crônica *Sem comentários...*, de João das Regras, publicada em 04 de julho de 1917, o autor focaliza as dificuldades enfrentadas pelas gazetas devido à censura estabelecida. O papel de suprimir partes dos textos do periódico foi ironicamente comparado com a nobre função de editar. Em tom jocoso, o heterônimo de João Albasini declara:

Temos como colaborador deligente o lápis da censura escrevemos em perfeita concordância com os senhores censores quando não, não! D’ahi o interesse que as gazetas locaes vão dispartando no publico com os seus medonhos vasios onde a gente ignara e mal intencionada julga logo que estava escarrapachado alguém pleno de guerra, alguma critica aos factos militares, alguma cousa enfim, das muitas cousas concernentes ao estado de guerra<sup>355</sup>.

A censura colaboraria para a existência de uma atmosfera de falta de “igualdade e fraternidade” no espaço colonial, por não permitir a expressão de opinião para informar a população. De acordo com João das Regras:

Quizemos dizer, no tal artiguetto aludido que a fúria pudibunda da moralidade dos tempos que vão correndo um triumpho perene cortou, riscou e razerou, que isto de Igualdade e Fraternidade hoje em dia e de menos uso que o Xarope Gilbert... Hoje é da doses piluladas e adoçadas mas para amigos apenas<sup>356</sup>.

O problema da Censura durante a Guerra Mundial trouxe consequências importantes para a gestão do periódico, como a prisão de José Albasini devido a dois textos publicados em 12 de setembro de 1917 no jornal, com os títulos de *Carta a um democrata* e *Através do Monóculo*, nos quais o escritor critica a situação de Moçambique durante o conflito bélico. Em 27 de outubro do mesmo ano, João Albasini denunciou no editorial *Liberdade*,

<sup>354</sup> *O Africano*, 09 de junho de 1917.

<sup>355</sup> *O Africano*, 04 de julho de 1917.

<sup>356</sup> *O Africano*, 04 de julho de 1917.

*liberdade...* os motivos que levaram à prisão do editor de *O Africano*, que possivelmente teria afetado a honra e dignidade do governador geral Álvaro Xavier de Castro.

**“No paiz da bebedeira”<sup>357</sup>: o vinho para o preto e as práticas de alcoolismo em Moçambique**

Em sua tese sobre Moçambique, Valdemir Zamparoni levantou que um dos aspectos importantes da vida colonial em Moçambique que mais chamavam a atenção dos colonizadores e viajantes da região era o fator da bebedeira, que tomava conta de sociedades inteiras, incluindo crianças, idosos e mulheres<sup>358</sup>. A embriaguez que imperava nas comunidades era resultado de comemorações de ciclos agrícolas e sua produção era resultado de cafreais encontrados na localidade.

Em finais de Oitocentos, importantes legislações buscaram o combate à exploração do alcoolismo nas colônias portuguesas, mas se tornaram letra morta. Como, por exemplo, o Decreto de 29 de Dezembro de 1892 que proibia a fabricação de bebidas destiladas e fermentadas em todos os distritos de Moçambique e sua comercialização ficava sujeita a autorização. Em 1895, inúmeras portarias foram publicadas buscando proibir a importação destinada à fabricação de aguardente ou alcoolizados<sup>359</sup>. Em finais de Oitocentos se avolumou a importação de vinho para a colônia, como demonstra a tabela a seguir:

<b>Tabela 3.1. Importação de vinho colonial para Moçambique em hectolitros (1865-1896)</b>	
<b>Anos</b>	<b>Hectolitros</b>
1865	5.515
1871	20.430
1876	24.428
1878	14.409
1886	25.341
1887	25.341

<sup>357</sup> Título do texto publicado em *O Africano*, em 29 de outubro de 1914.

<sup>358</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagens sociais em Lourenço Marques c. 1890 – c. 1940. Tese de História Social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1998, p. 338.

<sup>359</sup> CAPELA, José. *O vinho para o preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009, p. 13.

1888	30.514
1889	45.228
1890	52.081
1891	56.310
1892	60.485
1893	56.575
1894	50.956
1895	66.436
1896	92.703

Fonte: CAPELA, José. *O vinho para o preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009, p. 19.

Como podemos observar na Tabela 3.1, entre os anos de 1865 a 1896 ocorreu um aumento do comércio ultramarino de vinhos na ordem de 1680% para Moçambique, tornando-se um dos principais produtos de importação da metrópole para a colônia.

Devemos atentar ao fato de que Portugal, historicamente, foi um importante produtor de vinho e, ao longo de Oitocentos, reivindicou seu direito histórico nos espaços territoriais em África. Aproveitando-se da situação encontrada do alto consumo local e a necessidade de escoamento da sua produção vinícola, diversos produtores, administradores coloniais e colonos viram em terras moçambicanas a oportunidade de negócios locais.

Em 1901, uma tese apresentada no Congresso Colonial Nacional, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa com a presença de delegados da Real Companhia Vicícola do Norte de Portugal e da Liga dos Lavradores do Douro, defendia uma total liberalização das exportações de vinhos para a África, afirmando que as vantagens seriam recíprocas. Inclusive, apostavam que o limite de graduação do vinho para serem exportados para a localidade deveria ficar na faixa de 23<sup>o360</sup>.

Valdemir Zamparoni afirmava que o álcool já começou a aparecer como importante produto nas trocas comerciais desde o período em que a África era vista apenas como fornecedora de escravos, mas em finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, o vinho colonial ou vinho para o preto (um vinho destinado especialmente aos nativos da localidade) se tornou uma das principais mercadorias de Portugal. Os interesses para o escoamento dessa produção, denominada apenas como colonial por autoridades e pelo próprio João Albasini

---

<sup>360</sup> CAPELA, José. *Op. Cit.*, p. 24.

em seus textos, passava por múltiplos interesses de produtores, agentes intermediários e das próprias autoridades coloniais<sup>361</sup>.

Na tabela a seguir, poderemos perceber a enorme quantidade comercializada na virada de século em Lourenço Marques

<b>Tabela 3.2. Vinho importado para Lourenço Marques (1897-1914)</b>			
<b>Anos</b>	<b>Litros</b>	<b>Anos</b>	<b>Litros</b>
1897	3.400.000	1906	8.881.000
1898	n/d	1907	7.497.000
1899	2.650.000	1908	6.764.000
1900	4.033.000	1909	6.956.000
1901	2.849.000	1910	7.208.000
1902	4.518.000	1911	5.917.000
1903	6.171.000	1912	7.437.000
1904	8.040.000	1913	6.483.000
1905	9.761.000	1914	5.629.000

Fonte: ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagens sociais em Lourenço Marques c. 1890 – c. 1940. Tese de História Social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1998, p. 340.

Moçambique em fins da primeira década de Novecentos era responsável por 43% das exportações de bebidas portuguesas, sobretudo do vinho para o preto<sup>362</sup>. Se compararmos o primeiro ano apresentado na Tabela 3.2 com 1905, perceberemos um aumento de 287% na importação dessa bebida para Lourenço Marques. Para Fernanda do Nascimento Thomaz, esse aumento do consumo de vinho fazia parte do processo de urbanização que Lourenço Marques, então capital da colônia, passava em finais de Oitocentos, o que despertou um forte sentimento de empreendedorismo colonial na comercialização do vinho para o preto<sup>363</sup>. A mesma perspectiva é adotada por José Capela, que acreditava que a região Sul de Moçambique fosse dominada pela fabricação do álcool e que possuía dois importantes polos

<sup>361</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 339.

<sup>362</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 340.

<sup>363</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 156

geográficos do seu consumo: Inhambane, onde era produzido localmente e Lourenço Marques, que destinava sua fabricação para a exportação para o Transvaal<sup>364</sup>.

De acordo com Fernanda do Nascimento Thomaz, na primeira década de Novecentos, o vinho para o preto desencadeou diversos confrontos entre a administração colonial e a população nativa, pois ele era de baixo teor alcoólico e não atraía os paladares locais. Como medida de reversão, o governo português autorizou o acréscimo de mais álcool ao vinho, produzindo um vinho de péssima qualidade e com grande quantidade de álcool concentrada<sup>365</sup>.

Em 1902, as autoridades portuguesas, para aumentar o consumo do vinho para o preto, buscou proibir a produção e comercialização de bebidas cafreais, capturando e destruindo utensílios envolvidos na sua venda, estocagem e fabricação<sup>366</sup>. De acordo com José Capela, era comum a utilização da repressão popular para coibir a fabricação de bebidas alcoólicas locais<sup>367</sup>. No editorial *Ó Glória de Mandar*, escritor por João Albasini em 22 de março de 1912, a situação da proibição foi fortemente ironizada em um texto que lembrava um memorando endereçado ao Intendente dos Negócios Indígenas. Em vários textos o autor ironizou ou citou o vinho chamando-o “do tal”

A lei proibiu o uso de bebidas cafreais para que o indígena só bebesse vinho – “do tal”. (...) quando o clamor dos cantineiro sobe; a autoridade pressurosa açula os auxiliares de faro prodigioso; e ai das pretas que tem painéis do ‘uputcho’... é tudo reduzido a cacós e os costados marcados a golpes do código de justiça, vulgo, cavalo marinho... Nos arredores da cidade vive-se da exploração da bebedeira. As velhas e os inválidos que os há em grande quantidade, a quem na mocidade não ensinaram nada de útil e prático para que a velhice fosse menos vergonhosa não tendo meios de vida própria, imitam simplesmente, os civilizados: fabricam as suas bebidas, bebem-nas, ou vendem: tudo à imagem e semelhança (...) Imita o único exemplo produtor de dinheiro que tem visto dos colonizadores: vender bebidas...<sup>368</sup>

Os descontentamentos a respeito do vinho colonial não se restringiam aos colaboradores e gestores do periódico. De acordo com Valdemir Zamparoni, produtores de sópe (fermentado derivado da cana de açúcar) da região de Inhambane viram sua produção proibida e encaravam o vinho para o preto como um perigo. Os assimilados, que criticavam

<sup>364</sup> CAPELA, José. *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Maputo: Litografia Ach. Brito, 1995, p. 38.

<sup>365</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 158.

<sup>366</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 341.

<sup>367</sup> CAPELA, José. *O vinho para o preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009, p. 11.

<sup>368</sup> *O Africano*, 22 de março de 1912.

esse produto por considera-lo um mecanismo de corrupção moral e física da população africana e os indígenas, estavam descontentes com a proibição da fabricação de bebidas locais<sup>369</sup>. Um texto publicado no periódico pelo colaborador P.V., com o título *Vinum bonum beatificat cor hominis*, advertia sobre o vinho para o preto prejudicar as condições dos africanos, os quais encheriam de “vítimas os hospitaes de alientados e abarrotando as prisões de criminosos”<sup>370</sup>.

Como vimos anteriormente, *O Africano* foi um contumaz crítico das mazelas e descasos cometidos pelo regime republicano na localidade, em muitos dos seus textos percebemos que a defesa encontrada sobre a presença portuguesa nas terras moçambicanas só era eficiente na produção e comercialização do *vinho colonial*. Em 1913, João Albasini fez um balanço do colonialismo português e mostrou que os discursos da República ficaram em palavras vazias e inúteis, já que a única eficiência em seus planos era destinada ao vinho

Quatrocentos anos de domínio e três duma República democrática cheia de cores, promessas e projetos de liberdade, pão, educação e justiça – termos que de tanto ouvir nada significam – ainda não deram ‘nada de útil’... Estes povos continuam de boa ou má cara fazendo rapa-pés, pagando impostos, mutilizando-se nas minas do Rand, para trazer dinheiro, morrendo de fome quando ela aperta, molhando-se quando a chuva cai dos altos céus, dessedentando-se nas cantinas com o ‘vinho’ – esse néctar e bálsamo dos portugueses é por ora a única manifestação visível de sua colonização<sup>371</sup>.

Em uma petição que teve início no ano de 1914 e foi entregue à Secretária dos Negócios Indígenas em janeiro de 1916, *O Africano* demonstrava de forma irônica como o vinho colonial trazia corrupções morais e práticas de alcoolismo no Estado Colonial, responsável pela deterioração das condições físicas e mentais das pessoas e causador de um “mal estar” para Moçambique. A fabricação do vinho para o preto era colocada em questionamento nesse abaixo-assinado, pois possuía um nível alcoólico de 19° e os vinhos normais tinham cerca de 11° e 12°, nas cantinas onde eram comercializados muitas vezes recebiam variados ingredientes, entre eles a aguardente, para torná-lo mais rentável no comércio<sup>372</sup>. Vejamos a petição publicada nas páginas do jornal, que chegou a questionar se o vinho era consumido pelos colonizadores:

<sup>369</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 343.

<sup>370</sup> *O Africano*, 15 de dezembro de 1911.

<sup>371</sup> *O Africano*, 19 de julho de 1913.

<sup>372</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 345.

A causa primária, o grande pezadume de coração, é porque assistimos à dissolução da nossa raça e da nossa terra, devida à acção deletéria do ‘Vinho Colonial’!  
 Ao princípio julgamos que tal ‘Vinho’ era qualquer alimento saudável e bom, pois vinha das mãos dos brancos e devia ser bem melhor do que as nossas habituais bebidas, excedendo-as em paladar e qualidades nutritivas.  
 Agora, porém, Senhor, os nossos olhos estão abertos: Vimos bem que tal bebida é apenas o factor poderosos da nossa destruição.  
 Tal ‘Vinho’, Pai e Senhor, não sabemos como é feito. Uns dizem que não é ‘vinho direito’, não é feito da ‘vinha’, que lhe deitam mais coisas.  
 Nos não sabemos. Nunca nos revelaram a verdade. Unicamente na nossa imensa tristesa constatamos, admirados, que ‘não há um só branco que beba tal vinho’!  
 Que alimento é este, pois, que os brancos trazem para nós, que provem da terra dos brancos, mas que elles brancos não ingerem?  
 Tal ‘vinho’ quem é que o bebe então lá na terra dos brancos?<sup>373</sup>

Devemos lembrar que, em início da centúria passada, os discursos eugênicos se perpetuaram e justificavam o aparato colonial em vários Impérios Colonizadores. *O Africano* encarava o vinho como o principal meio de degradação física e moral das pessoas que o consumiam. Em um manifesto dirigido ao governador colonial Álvaro de Castro escrito 20 de novembro de 1915 e publicado em suas páginas era assinalado que

Muita de nossa gente morre por causa do ‘Vinho’; que perde as forças, a virilidade e entre a sofrer da tísica (ndéré) e a vida vai-se! Outras vezes embriagam-se a pontos de travarem luctas entre si azagaiando-se; e, outros, ainda há que cahem já sem consciência, inertes, nos caminhos, à mercê de quem passa. Os nosso régulos que frequentemente teem dinheiro, são tentados pelo vício às cantinas para beber; e, ahí, o espírito, a inteligência, o tino e prestígio de auctoridade tudo se funde e afunda<sup>374</sup>.

As cantinas no manifesto publicado eram consideradas lugares de perdição e degradação da moralidade dos filhos daquela terra. Lourenço Marques sofreu uma proliferação desses estabelecimentos devida seu caráter cosmopolita de capital da colônia. Também era comum que nesses lugares a prática de prostituição:

As cantinas vivem e medram das nossas mulheres, das nossas filhas, dos nossos filhos, pois é onde se embebedam. O adultério é moda corrente; já não teem medo de nada! (...) A nossa terra, senhor, vai a caminho da perdição. Desapareceu a moral. Se isto continua assim, para diante, morreremos todos, vítimas do ‘Vinho Colonial’<sup>375</sup>.

Como lugares de importantes festejos e comemorações para os africanos que as frequentavam, as cantinas revelavam a sociabilidade praticada nesses lugares. Os batuques

<sup>373</sup> *O Africano*, 19 de janeiro de 1916.

<sup>374</sup> *O Africano*, 20 de novembro de 1915.

<sup>375</sup> *O Africano*, 20 de novembro de 1915.

e os sons propagando por horas e horas ao longo dos finais de semana são muitas vezes referidos em *O Africano*. Isso pode gerar nos leitores uma expectativa de altas comemorações existentes na localidade, mas há também referência a práticas culturais consideradas excessivas, como podemos perceber em *Batuques e barbaridades*, sem assinatura, mas possivelmente escrito por João Albasini devido à utilização do termo “do tal” para se referir ao vinho

De sábado a noite até domingo a meia noite e muitas vezes até segunda feira de manhã é por essas cantinas uma enfermeira pegada com os batuques de bombo, de latas velhas, de todos os demais horrores que fazem delicia dos habitues, a fortuna dos mulungos e a perdição das negras, pois de cães batuques alguma coisa fica... Claro que nos referimos aos batuques que são armados por ávidos bebedores do tal, sem ordem nem methodo. Em taes batuques quem quizer pode ver aos domingos vários zambezianos armados em fakires, praticando feitos canibalescos de golpear a língua, furar as ventas e as orelhas com o primeiro canivete que lhe estendem, e então este horror que constitue o dou da festa n'uma certa cantina de uma certa estrada...<sup>376</sup>

João das Regras, em *Sua grandeza a bebedeira nacional!* defendia que os batuques deveriam ser repreendidos pelas autoridades devido aos incômodos que causariam para o restante da população de Lourenço Marques. Na crônica, é interessante a aproximação do autor com seu leitor, assinalando que pelos “honestos 6 centavos que o leitor dá por este papel merecia melhor prosa, mais succulento chorume, mais vastidão de assumptos a boniar para robustecer o seu precioso intellecto, para tirar proveito real do seu rico dinheiro”<sup>377</sup>. A barulheira presente nas cantinas é referida pelo narrador por meio da dança e seus movimentos eróticos nas festanças ocorridas nos estabelecimento

Por toda a parte ouvi e vi a mesma coisa, e n'algumas cantinas e dependências para animar as artes e as industrias, dançava-se rebolados batuques salientando o posterior, desconjuntando os quadris o nus movimentos eróticos “de fazer babar um morto” – como disse n'um franco e espontâneo elogio um cívico detone a búlgaro, ventas dilatadas e orelhas em braza e que acrescentou: ‘Caes grajas lá no Barietá... isto é que é gado, e um raio!’<sup>378</sup>

João das Regras termina o texto proclamando: “basta de tanta bebedeira” e recomendando que deveria haver “repressão e castigos severos” e que os africanos não deveriam se “revolta por lhe tirarem as cantinas”<sup>379</sup>.

<sup>376</sup> *O Africano*, 14 de novembro de 1912.

<sup>377</sup> *O Africano*, 13 de maio de 1914.

<sup>378</sup> *O Africano*, 13 de maio de 1914.

<sup>379</sup> *O Africano*, 13 de maio de 1914.

No primeiro ano periódico, em 8 de dezembro de 1911, em *Exercício de Commercio*, João Albasini criticou a prática de vulgarização do ciclo da embriaguez, que incluía até as crianças da colônia. Chegou a sugerir a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas cantinas para os menores e a possibilidade de punição aos cantineiros que infringissem tal ato<sup>380</sup>. Em outra importante publicação em *O Africano*, o jornalista queixa-se de a administração colonial permitir que os menores consumissem o vinho colonial, que em um primeiro momento isso causaria graça ao público em volta e posteriormente traria consequências policiais quando a situação saísse de controle e a prática de isolamento estaria presente para considerar esse indivíduo como “doente” socialmente

Quando se vê uma menor começar a beber Colonial achasse lhe graça; e quando cahe nas garra da polícia, em logar de a internar, para se fazer gente, no hospital, onde pode aproveitar dentro de poucos anos uma optima e prestável enfermeira n’uma terra d’estas onde não há enfermeiras – mettem-nas no hospital como doentes, d’onde sahem, quando curadas, outra vez para a ida alegre e tumultuaria das cantinas e das esquadras!<sup>381</sup>

Posteriormente João Albasini, em sua crônica *Devassidão*, publicada nas páginas do periódico em 17 de dezembro de 1913, afirmava que nas cantinas havia “rapariguitas de 10 a 14 anos” e que havia “uma perfeita bandalheira” pronta para arrancar os dinheiros dos africanos e trabalhadores<sup>382</sup>. Várias vezes em *O Africano* foi defendida a proibição da venda do vinho para o preto fosse, além de vetada a presença de menores e mulheres nesses estabelecimentos<sup>383</sup>. Valdemir Zamparoni salientou que esse posicionamento do periódico ia de encontro aos

Os valores burgueses, que a mulher honrada e honesta era aquela que se confinava no recato do lar e que a simples presença ou ingresso no ambiente das cantinas já seria suficiente para corromper a moral e o espírito imaturo das mulheres que, como os menores não teriam discernimento ou capacidade crítica para aquilatarem perigos e tomarem livremente suas decisões. Homens que questionavam as teorias da desigualdade biológica e social entre raças, estavam prontos para reafirmarem a condição inferior do sexo feminino e, além de tudo, pareciam querer enquadrar a mulher indígena moçambicana neste padrão burguês, esquecendo-se de que, para sustentar a família, esta mulher desempenhava nas cidades uma série de atividades – vendedoras ambulantes de carvão, lenha, verduras, frutas, comida, etc – cujo espaço de atuação eram as ruas e, inevitavelmente, as cantinas. (...) Cantinas e prostitutas negras constituíam, aos olhos burgueses, um estorvo à moral e principalmente aos negócios, e persegui-las inseria-se no conjunto de medidas

<sup>380</sup> *O Africano*, 08 de dezembro de 1911.

<sup>381</sup> *O Africano*, 26 de julho de 1913.

<sup>382</sup> *O Africano*, 17 de dezembro de 1913.

<sup>383</sup> *O Africano*, 21 de outubro de 1911.

mais amplas levadas a cabo para segregar as classes perigosas, aqui representadas pelos indígenas<sup>384</sup>.

Como eram considerados lugares de depredação da moralidade africana e frequentados por pessoas desregradas, como as prostitutas, rapidamente as cantinas se tornaram marginalizadas pelas autoridades e tiveram que se isolar em regiões suburbanas de Lourenço Marques. Nas palavras de Valdemir Zamparoni, a prostituição oscilava entre vítimas das circunstâncias locais para se tornarem escravas sexuais e, ao mesmo tempo, escravizadora de homens nos vícios mudanos da tal civilidade e obrigava seus amantes a satisfazer seus presentes e luxúrias<sup>385</sup>. A referência à degradação da mulher africana foi frequente nos textos de João Albasini sobre o vinho colonial vinculada a um tom de ironia que gera sentimento de incomodo no leitor, pois segundo o autor:

Não se restringe o abuso das bebidas porque o preto “gosta de beber”. As pretas podem e devem andar na via pública bêbedas e nojentas caminho da cantina porque pode haver uma revolta se nos (estes nos é cavernoso...) impedirmos aquilo que constitue os usos e costumes dos sugeitos e sugeitas que governamos...<sup>386</sup>

João Albasini, como defensor da educação para as mulheres, acreditava que a prática da prostituição feminina nas cantinas seria revista, caso fossem educadas para um ofício e reorientassem seus costumes de consumo de bebidas alcoólicas. De acordo com o jornalista

Seria exigir-se o impossível que as pretas fossem a cantina só para comprar pão, que não bebessem até cair, prostituindo-se, deboxando-se doidamente com ellas as filhas que já bebem no leite materno esses altos princípios de liberdade compatível com as “cidadãs” (...) Não se pensou ainda na educação da mulher indígena. Regulamentos, Códigos, leis, tudo isso que dos pretos do Estado sabe só nos diz que quando se pensa no preto é apenas para lhe extorquir dinheiro. Do seu bem estar apenas tratam, isolados, em obscuras gazetas, os utopistas, os incompreendidos de quem os poderes constituídos não fazem caso<sup>387</sup>.

O escritor acredita que a prostituição e a devassidão existentes nesse mundo da bebedeira não eram culpa apenas das autoridades coloniais, que “ninguém é particularmente culpado, mas ‘todos nós’ somos moralmente por tudo isto” por permitir que tais práticas

---

<sup>384</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 352.

<sup>385</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 356.

<sup>386</sup> *O Africano*, 12 de maio de 1912.

<sup>387</sup> *O Africano*, 25 de fevereiro de 1914.

fizessem parte “da nossa administração” pois faltaria “o decoro, falta a dignidade” e que a “liberdade também tem limites”<sup>388</sup>.

Segundo Valdemir Zamparoni é importante considerarmos que o vinho para o preto entrou no paladar de consumo de uma parcela significativa da população de Moçambique e isso faz parte do universo simbólico da bebida: um líquido de brancos e importada da metrópole aparentando hábitos considerados sofisticados e modernizadores da “civilização europeia”<sup>389</sup>.

É interessante refletirmos sobre a prática do consumo de vinho na localidade a partir dos escritos do *O Africano*, já que, em uma de suas publicações percebemos que os comentários questionam por que não substituem o vinho para o preto por um de melhor qualidade e levantam a possibilidade de que na época da Monarquia uma prática desmoralizadora jamais serviria as práticas da República que se dizia com preceitos de Igualdade e Democracia aos povos do Império<sup>390</sup>.

Percebemos, nos escritos de João Albasini, uma disposição pessimista e desolada diante do que o vinho para o preto acarretou ao ambiente colonial moçambicano. A dissolução das tradições, dos hábitos e costumes locais e a mudança da moralidade dos indivíduos incomodavam o autor, por acreditar que a razão iluminista guiaria o processo civilizador na colônia:

Há uns annos pra cá quem em Lourenço Marques não vive apenas o egoistamento para si e costuma ao levantar da cama olhar, para o dia que vai iniciar o que, ao deitar, costumar passar em revista o que se houver dito e feito durante o dia, há de concordar que estamos atravessando uma crise de dissolução de costumes passando por uma d'estas pases que costumam imprimir profundos signaes nos povos. (...) N'esta colônia, e há uns tempos a esta parte, assistimos desolados e sem ousar implorar o auxílio das autoridades, a um irromper infrene de toda protervia susceptíveis de explodir de seres a quem as falta o freio da educação, e augem a anahoria social, signal desolador dos tempos, dá axo e força, pois ninguém, absolutamente ninguém, é capaz de por termo aos desmandos de taes cidadãos<sup>391</sup>.

João Albasini alegava que o africano tinha “noção do mal que lhe faz a cantina; preto tem horror a beber que o inutilisa. Somente não tem a força de vontade precisa – porque verdade, verdade, a virtude que poucos teem para resistir a tentação”. A crônica levantava a

<sup>388</sup> *O Africano*, 25 de fevereiro de 1914.

<sup>389</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 349.

<sup>390</sup> *O Africano*, 09 de janeiro de 1913.

<sup>391</sup> *O Africano*, 08 de outubro de 1913.

bandeira de que era preciso acabar com as cantinas: “não havendo que beber não se bebe. É intuitivo”<sup>392</sup>.

Para o jornalista, a tributação severa do vinho colonial não era uma atitude em desacordo aos ideais de civilização que a colonização pregava e seriam necessários todos os esforços para levar o “Governo a olhar a sério para está deplorável situação em que se acha o indígena”<sup>393</sup>. Entretanto, o aumento da tributação desse produto diminuiu sua fiscalização, João Albasini salientava que antes do embarque o vinho era fiscalizado e passou a vir sem análise e a “ser vendido sem mais formalidade além d’aquelas que se seguiam ao soar argênteo da placa do narro no sebento balcão”. Ele completa ainda que devesse ser entendido que o vinho comercializado nas terras africanas não é um vinho comum, mas “sim do tal, que o malunga quando é christão não prova, apesar de lhe cantar as excelsas virtudes e também que, pelo mato, há muito cantineira moiro, baneamente e balhua para quem beber constitue ofensa a religião e a moral”<sup>394</sup>. Nessa mesma perspectiva, um dos colaboradores do periódico, Boavida Felix, escreveu *Urge remediar*, em que afirmava que a colonização portuguesa deveria começar a imitar as práticas inglesas de civilidade para o colonialismo empregado em terras moçambicanas

Realmente vergonhoso que um paiz essencialmente vinícola, como é o nosso, exporte para as colônias vinho adulterado e não é menos vergonhoso que as autoridades da Província permitam a venda de semelhantes bebidas que só de vinho teem os rótulos, quando é certo que os nossos visinhos, a quem pretendemos emitir... nos dão exemplos bem nos podiam servir de estímulo, para pormos cobro a semelhantes processos e vergonhas que só contribuem para o nosso desprestígio<sup>395</sup>.

Em 1916, apareceu nova legislação sobre a fiscalização dos vinhos nacionais e apreensão de bebidas cafreais fermentadas ou destiladas na região de Lourenço Marques, isto possibilitou medidas mais rígidas para a comercialização de bebidas em Moçambique<sup>396</sup>. Essas medidas legislativas eram extremamente necessárias, afirma João Albasini, sempre crítico aos danos acarretados pela economia do álcool: “quanto mais pretos entrarem mais colonial e sopé se venderá, mais libras se trocarão. Depois? Ora depois! Depois, morreram

<sup>392</sup> *O Africano*, 13 de junho de 1914.

<sup>393</sup> *O Africano*, 29 de outubro de 1914.

<sup>394</sup> *O Africano*, 11 de agosto de 1915.

<sup>395</sup> *O Africano*, 22 de dezembro de 1915.

<sup>396</sup> SAMPAIO, Thiago Henrique. O comércio colonial lusitano em transformação: o caso do vinho e algodão em Moçambique (1890-1923). *Faces da História*, v. 5, n. 1, 2018, pp. 225-243, p. 238.

as vacas e ficaram os bois”<sup>397</sup>. No jornal *O Africano* salientou que não causavam surpresa os decretos das autoridades portuguesas a respeito do vinho, pois o contexto era de Guerra e isso impactava os preços:

Um dos problemas econômicos que mais interesse a Metropole é, sem contestação, o da questão vinícola e se sempre assim foi, porque ela foi sempre essencialmente vinícola, muito mais o é agora visto que no ultimo ano em muito se aumentou a cultura da vinha em consequência dos altos preços que por virtude da guerra os vinhos alcançaram; prevê-se para este ano uma abundante que aos nossos homens públicos esta o assunto merecendo as mais desveladas atenções para que os vinicultores encontrem fácil colocação para os seus vinhos, colocação porém, que se apresenta cercada de muitas dificuldade, sendo uma das principaes dos transportes, estes principalmente quando para qualquer das nações da Europa<sup>398</sup>.

Com o crescente alcoolismo na sociedade moçambicana, foi criada em outubro de 1919 a Liga Antialcoólica da Província de Moçambique, que se dedicou a combater os agravos, por meios de punições, severas legislações e uma educação antialcoólica, divulgada com a ajuda da imprensa local. Era constituída por profissionais como professores, médicos, jornalistas, missionários, comerciantes e membros da administração colonial<sup>399</sup>.

É preciso compreender que o chamado vinho para o preto não foi apenas um artigo comercial de um período, mas um produto que simbolizou a desestruturação que o colonialismo empreendeu nas sociedades que dominava<sup>400</sup>.

### **Por uma educação para todos: a defesa da instrução indígena nas páginas de *O Africano***

O Censo de 1894 para a cidade de Lourenço Marques apontava que apenas 15 africanos sabiam ler e escrever, mas que até o final de Novecentos aumentaria esse número. A educação para os considerados não-brancos era vista como uma forma de ascensão social, mas a oferta e as oportunidades educacionais eram extremamente limitadas. Em 1895, o governo inaugurou e entregou à administração da Igreja Católica o Instituto Rainha D. Amélia para a educação feminina, onde inicialmente foram matriculadas 53 crianças. Com a República, o seu nome alterou-se para Instituto João de Deus, cuja administração foi transferida para a Sociedade de Instrução 1º de Janeiro, ligada à Maçonaria<sup>401</sup>.

<sup>397</sup> *O Africano*, 15 de abril de 1916.

<sup>398</sup> *O Africano*, 08 de julho de 1916.

<sup>399</sup> CAPELA, José. *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>400</sup> SAMPAIO, Thiago Henrique. *Op. Cit.*, p. 241.

<sup>401</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 417.

Em 1907, o Governo tomou a obrigação de legislar sobre a questão do ensino e falta de iniciativa existente nos espaços coloniais. Isso se deu em razão de a maioria do interior de Moçambique receber educação por meio de missões protestantes. A situação criada em Moçambique era delicada para o Estado, que não mantinha, criava ou apoiava escolas, mas colocava obstáculos, devido ao medo de desnacionalização dos indígenas<sup>402</sup>.

O Estado Colonial não possuía capacidade efetiva de fiscalizar cotidianamente a realidade educacional na colônia, era comum a circulação de missões protestantes em Moçambique que professava a educação na língua de suas pátrias. Esses missionários não cobravam pelo trabalho religioso e nem recebiam esmolas da população. Sua sobrevivência era assegurada por verbas paralelas<sup>403</sup>. Já o clero católico não ensinava nas línguas locais e eram raros os missionários que entendiam ou falavam tais línguas. Considerados mensageiros da civilização portuguesa, continuavam a ver os africanos como selvagens ou com o mesmo viés racista dos colonos na localidade, muitos inclusive se envolviam em empreendimentos mercantis e atuavam em outros estabelecimentos, como o Padre José Vicente do Sacramento, futuro comprador de *O Africano*, que atuava junto aos mineiros moçambicanos nas minas do Rand e mantinha escolas sob sua direção<sup>404</sup>. Valdemir Zamparoni afirma que

Em oito escolas, incluindo uma para brancos na qual o Padre era professor, mas que foi fechada devido à frequência média ser de apenas 11 alunos por mês, as demais tiveram, em 1910, somadas a média mensal de 173 alunos e, como o Padre cobrava de cada um a importância mensal de 3 shillings e pagava no máximo entre 9 e 12 shillings aos professor indígenas, o Curador considerava-o um mero aproveitador dos indígenas<sup>405</sup>.

---

<sup>402</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 418-419.

<sup>403</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 419.

<sup>404</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 423-424.

<sup>405</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 424.

**Figura 3.7 Padre José Vicente do Sacramento e Santos Rufino**



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique*. Vol. 1 (Lourenço Marques – Panoramas da Cidade) Lourenço Marques: A Portuguesa, 1929, p. 3.

Em finais da década de 1910, o Padre tornou-se um proprietário de terras e dono da Loteria da Província. Em 1918, adquiriu o jornal *O Africano*, do qual participava anteriormente como colaborador, colocando o periódico a serviço da burguesia branca colonial e usando o impresso para reivindicar a independência de Moçambique<sup>406</sup>.

Em 1910, o Estado Colonial criou uma escola para formar enfermeiros indígenas e solicitou aos administradores que providenciassem o ingresso de alunos na instituição. Como não obtiveram sucesso, aconteceu o recrutamento de forma compulsória<sup>407</sup>.

As missões tanto católicas quanto protestantes tinham como professores aqueles considerados seus melhores ex-alunos. Devido à relação entre Estado e Igreja Católica no processo de evangelização até a República, esta procurava empregar seus alunos na área da administração pública. Esse cenário, entretanto, mudaria com a adoção do novo regime<sup>408</sup>. De acordo com Valdemir Zamparoni:

As distintas atitudes frente às populações colonizadas e ao Estado Colonial assumidas pelas missões católicas e protestantes certamente ecoaram nas diferentes posições assumidas por seus ex-alunos diante dos desafios que enfrentaram; entretanto, isto não pode ser absolutizado. As fissuras internas à pequena burguesia filha da terra e o comportamento político e social de seus segmentos não podem ser vistos, precipuamente, como uma decorrência da filiação missionária de seus membros. Querer criar dois segmentos distintos, agrupando de um lado os protestantes/negros, e do outro os católicos/mulatos e atribuir-lhes distintos e lineares comportamentos diante da ação do Estado Colonial (...) ilude as variantes e os matizes de sua atuação<sup>409</sup>.

O jornal *O Africano*, indignado com a atuação missionária na instrução dos indígenas, se posicionou da seguinte forma “Cristo, como tinha morrido, não tomou a defesa dos oprimidos. Soma e segue”. Em suas páginas buscou mostrar o fracasso da atuação missionária, o mercantilismo de muitos padres e as disputas por espaços evangelizadores entre católicos e protestantes<sup>410</sup>. De acordo com Valdemir Zamparoni

João Albasini (...) foi quem assinou a maioria dos artigos (...) a opor-se a que a educação permanecesse nas mãos dos padres e a defender, em oposição ao Estado, a católicos e protestantes, o etiopianismo – movimento de fundação de igrejas africanas – na medida em que o mesmo não era, segundo ele, ‘senão fruto da injustiças, das arbitrariedades e da ineficácia civilizatória das missões europeia’ e deu apoio aberto a Muti Monene Sicobele, quando este fundou a sua igreja e buscou torná-la legítima perante a lei.

<sup>406</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 424.

<sup>407</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 432.

<sup>408</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 433.

<sup>409</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 434.

<sup>410</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 435.

Figura 3.8 Ensino e Educação em Moçambique



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique*. Vol. 10 (Raças, Usos e Costumes Indígenas, Fauna Moçambicana). Lourenço Marques: A Portuguesa, 1929, p. 76.

**Figura 3.9 Liceu 5 de outubro, fundado em 1918 em Lourenço Marques**



Fonte: <http://housesofmaputo.blogspot.com/2015/10/maputo-desaparecido-liceu-5-de-outubro.html> Acessado em 22 de janeiro de 2020 às 22h36.

De acordo com Fernanda do Nascimento Thomaz, os filhos da terra defendiam que a instrução seria capaz de transformar o homem e prepará-lo para extrair da natureza tudo que poderia utilizar para a sobrevivência. Assim, a razão deveria ser valorizada como o caminho para o desenvolvimento humano, os assimilados entenderam que a instrução deveria ter um caráter de responsabilidade social<sup>411</sup>.

Devemos lembrar que, na primeira edição do jornal *O Africano*, em seu primeiro editorial, os administradores do periódico se posicionavam sobre a defesa da educação para todos da colônia e anunciaram a abertura da Escola António Ennes, administrada pelo Grêmio Africano de Lourenço Marques. Ela seria espaço para crianças e adultos, os pais que desejassem ter seus filhos matriculados deveriam contribuir com no mínimo 500 réis mensais e os adultos, com a cota para o Grêmio no mesmo valor<sup>412</sup>.

Meses após sua inauguração, no dia 16 de março de 1909, o periódico trouxe duas publicações, defendendo a instrução como o alimento de fomento do homem. Defendia que, enquanto o pão era o alimento para o corpo, a instrução seria para o espírito humano. Assim, o homem deveria ser forte e instruído, “forte, para resistir aos embates da vida; instruído para da vida tirar o maior proveito”<sup>413</sup>.

A ideia de que a Educação e a Instrução seriam coisas distintas aparece em alguns momentos nas páginas do periódico. Para o colaborador P.B, “educar é nobre porque só da educação emana a dignidade do homem e a natureza do povo; é sublime porque sublime é contribuir para o bem do indivíduo e da sociedade, moral e progressivamente falando”, enquanto a instrução seria “útil e proveitoso porque da instrução emana uma corrente de benefício de alto valor para o homem e para a sociedade e é necessário porque o ser humano sem instrução não passa além do inútil”<sup>414</sup>.

Em diversas publicações no periódico, o Grêmio Africano buscava mostrar alternativa para o financiamento do ensino indígena na colônia, como por exemplo, o dinheiro do espólio de mineiros mortos nas minas que não tinham famílias ou estas não haviam sido encontradas pelas autoridades coloniais. Fora isso, o contexto possuía um crescente racismo e a educação ganhava estatuto de ser o problema mais imediato par ser resolvido no espaço colonial para o grupo que administrava o Grêmio Africano, diversas

---

<sup>411</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 170.

<sup>412</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 438.

<sup>413</sup> *O Africano*, 16 de março de 1909.

<sup>414</sup> *O Africano*, 13 de agosto de 1911.

sugestões e planos apareceram, mas sem muitos resultados eficientes e práticos<sup>415</sup>. Valdemir Zamparoni assinala que

A educação seria o meio fundamental e adequado para transformar o indígena num cidadão; ela teria o condão de transformar quem aprendia a ler e a escrever em alguém, passando este a se distinguir dos demais, distinção obtida pelo estímulo que a escola lhe infiltrou e pela maior facilidade de encontrar trabalho remunerado e que se traduzia quer num comportamento social diferenciado, quer no trajar à europeia. A educação era vista como fonte de emancipação e libertação social. Acreditavam que só a leitura e os estudos transformariam os indígenas em homens capazes de se defenderem dos maltratos e vexames de que eram alvos. Assim, educação não podia ser deixada ao arbítrio individual e nem a sua difusão poderia ser vista somente como uma responsabilidade do Estado, passando, ao contrário, a ser encarada como um compromisso individual daqueles que já detinham certo nível de educação<sup>416</sup>.

A ideia de Educação como prática para cidadania apareceu constantemente entre os colaboradores do periódico, um deles chamado P.B acreditava que era “necessário ministrar a educação para fazermos do indígena, ainda selvagem, um verdadeiro cidadão e onde a instrução é exigida, visto que so ela teria a força necessária para valorizar e converter em utilidades reais as dificuldades e aptidões nativas dos mesmo indígenas”<sup>417</sup>. Como referido anteriormente, saber ler e escrever o idioma do colonizador era uma forma de ascensão social para muitos africanos e isso era perceptível a todos que faziam parte daquela sociedade, incluídos aí os próprios colaboradores de *O Africano*.

A educação era vista pelos colaboradores do periódico como uma forma de se dar “proteção” aos indígenas da colônia e acreditavam que a educação não deveria ser um monopólio apenas dos missionários, mas para “todo o verdadeiro portuguez que ama a sua Patria, que deseja ver engradecido o nome da Republica Portugueza, tem o restrito dever de educar os pretos entre os quaes vive e trabalha”<sup>418</sup>.

Os questionamentos sobre a situação da instrução indígena em Moçambique são levantados em diversos momentos pelo periódico demonstram que a forma de “tal ensino não tem grande valor para ninguém” e que os nativos pouco aproveitavam. Havia o temor de que se o nativo soubesse ler e escrever e, desprezaria o trabalho braçal e desejaria apenas “serviço de cesta direita”. Para o colaborador denominado P., daressas condições aos nativos

<sup>415</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 438.

<sup>416</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 440.

<sup>417</sup> *O Africano*, 19 de janeiro de 1912.

<sup>418</sup> *O Africano*, 15 de março de 1912.

seria “um mal maior do que deixal-os estar como estão, mas como estão, mas como irão no é possível por que o preto é perfeitamente suceptível de evoluir”<sup>419</sup>.

Nessa perspectiva de educação e trabalho, levantada pelos colaboradores e administradores do periódico, as escolas deveriam ser de arte e ofícios, pois o nativo deveria ser educado para aprender uma profissão e conseguir manter a própria sobrevivência. Em alguns escritos do jornal questiona-se a razão de a educação portuguesa não buscar incluir os africanos em trabalhos mais dignos. De acordo com um de seus colaboradores, os europeus se “opõem a instrução dos indígenas, dizendo que eles não devem receber a instrução porque, uma vez, instruídos se tornam altivos, só querem logares a meza do orçamento e quando os não obtem se tornam mandriões viciosos e por isso prejudiciaes”<sup>420</sup>. João Albasini acreditava que uma escola profissional era necessária para que “esta gente aprendese os misteres cazeiros, mesmo os mais triviais!”<sup>421</sup>. Um ensino eminentemente literário era fortemente criticado pelo Governo e os colonizadores que acreditavam que o negro não se submeteria posteriormente às costumeiras práticas laborais<sup>422</sup>:

A instrução proporcionada pela leitura é boa e útil para os espíritos esclarecidos, para as raças civilizadas, que sabem conjugar o estudo e o trabalho, mas para as raças atrasadas essa instrução não basta e pode até ser prejudicial, porque pode formar indivíduos cheios de falsas teorias, exigentes porque se ilustraram, descontentes porque não realizam as suas aspirações e vadios porque não sabem aplicar a sua atividade, visto que a escola lhes não criou hábitos de trabalho<sup>423</sup>.

João Albasini acreditava que a educação do “povo pertence ao Estado”, ou seja, era um dever de todo o governo garantir acesso a sua população aos meios educacionais e “não deve alienar de si este encargo, custe o que custar”. Nenhuma instituição deveria intervir nessa obrigação do Estado, nem “maçonaria nem outras ceitas na educação e instrução do povo, independente da tutela do Estado, sustentamos, sempre, a nossa estranhesa perante a indiferença do Governo diante dessa coisa medonha habito, vicio ou lá o que é – de deixar a instrução a mercê de todos”<sup>424</sup>. Na mesma perspectiva de Albasini, estava o colaborador P.B, que acreditava que o acesso à “instrução é para todos, e deve ser ministrada a todos”, nunca podendo ser “exclusivo d’um povo, d’uma raça ou d’uma nação”. Assim

---

<sup>419</sup> *O Africano*, 02 de setembro de 1911.

<sup>420</sup> *O Africano*, 09 de julho de 1913.

<sup>421</sup> *O Africano*, 26 de julho de 1913.

<sup>422</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 416.

<sup>423</sup> *O Africano*, 19 de abril de 1912.

<sup>424</sup> *O Africano*, 15 de outubro de 1914.

Os pretos podem e devem instruir-se. Isto não traz dificuldade alguma ao nosso viver futuro. Instruindo-se, eles poderão cooperar mais eficazmente conosco, o nosso domínio será por eles mais e melhor avaliado, e só então eles poderão amar e bem dizer Portugal. Enquanto eles se não instruírem nos seremos sempre olhados como uns usurpadores, por eles e tudo quanto para com eles praticamos será considerado como violências, como prepotências. O preto precisa instruir-se. (...) Saber ler e escrever sem saber trabalhar é pernicioso. O preto, primeiramente, deve ser ensinado, praticamente, a trabalhar e depois, a utilizar-se d'este trabalho, d'esse saber, com consciência. Por isso somos de opinião que, junto de cada escola e entregue ao professor, devem existir bois e alfaias agrícolas, além de que o mestre-escola, ensinando de manhã a ler os seus alunos, possa, a tarde, ensinal-os a aparelhar os bois, a dirigir a charrua, no arroteamento dos seus terrenos.

Na mesma linha de João Albasini e P.B. a respeito da Educação nas páginas de *O Africano*, encontramos o colaborador S., que afirma:

Germina intensamente entre diversas camadas populares a Idea de dever ser creada uma escola de artes e ofícios, dando-se como fundamento quer a instrução liberaria aqui adquirida pela infância não poderá proporcionar a toda ela, no futuro, o ensejo de empregar a sua energia por falta de colocação, principalmente pelo que diz respeito a gerações indígenas. (...) Uma escola de artes e ofícios, n'este já grande centro, onde se educassem e habilitassem, com a instrução profissional dos diversos misteres mecânicos e da vida industrial, futuros operários e artistas aptos para os trabalhos de construção e de artefactos, atraindo simultaneamente à luz do ensino e da moralisação aqueles que representam colonos de amanhã, cujos pais pelo seu estado de indigência não lhe podem proporcionar uma profissão assegurada, redundaria n'um desenvolvimento moral e material da provincia. (...) Uma escola de artes e ofícios fornecerá, na egualdade, armas profissionaes a todos os seus educandos. (...) Espalhará paralelamente entre eles a educação, o ensino e a moralisação, tornando aptos para adquirirem os meios de subsistência, sem terem que importunar o Estado com a solicitação de logares burocráticos<sup>425</sup>.

*O Africano* publicava uma coluna em ronga, mas defendia que esse idioma fosse ensinado nos dois primeiros anos e posteriormente o ensino ficasse restrito à língua portuguesa. Um ponto importante nos escritos do periódico era a defesa da instrução feminina e um dos seus principais defensores era João Albasini, de acordo com Valdemir Zamparoni:

Para ele, a educação da mulher elevaria o homem inculto até ela, já a educação somente concedida ao homem, por mais perfeita e completa que fosse, 'mais escravizaria a mulher e mais atormentaria o homem'; assim, era de opinião que a educação e instrução deveriam atingir os dois sexos 'para se tirar logo um proveito imediato, porque só a preta educada pode regenerar o preto', além disso, 'educada, a preta deixará de ser a mãe desleixada e porca que abandona os filhos à mercê do tempo... a negra educada há de, por certo, levantar o nível moral desse homem', além disso, a mulher sem educação tendia a considerar o marido educado como

<sup>425</sup> *O Africano*, 15 de março de 1916.

estando ‘viciado pelo contacto com gente civilizada’ e o repelia. (...) As opiniões eram bastante assemelhadas: o ensino da mulher indígena deveria ser como o do homem, essencialmente prático. Como propunha, em 1911, o colaborador P. F., as mulheres deveriam ser educadas nos princípios rudimentares da religião cristã, para que substituíssem ‘as crenças e costumes selvagens’ que a impediam de ‘entrar no convívio da civilização’; e instruídas nos deveres de uma boa dona de casa, capacitadas para os trabalhos de corte e costura, o que tornaria fácil a ela e os seus filhos trajarem-se ‘à europeia’<sup>426</sup>.

João Albasini defendia nas páginas de seu periódico que a primeira escola a abrir em Lourenço Marques deveria ser um internato para mulheres indígenas, para tirá-las do convívio familiar e educá-las para o trabalho e a profissionalização<sup>427</sup>. Desta forma

A educação proposta não visava melhorar técnicas ou práticas do universo da domesticidade das mulheres indígenas, mas de suprimi-las e substituí-las pelos valores e moralidade cristãos e por hábitos de vestuário e alimentação considerados mais adequados à vida moderna e urbana, enfim, civilizados. (...). A educação feminina era vista também como um fator de liberação da mulher, quer em relação a práticas ancestrais, quer modernas. João Albasini e seus companheiros esperavam que a mulher do futuro, educada nos valores cristãos e treinada com as habilidades domésticas europeias, pudesse tomar consciência de sua situação de escrava e objeto dos homens, imposta quer pela manutenção do lobolo, quer pela introdução e alastramento da prostituição e, ao libertar-se de ambas, tornar-se-ia útil à sociedade como trabalhadora e educadora das gerações futuras<sup>428</sup>.

Em 1923, um ano após a morte de João Albasini, o Alto Comissário de Moçambique, Brito Camacho, inaugurou uma Escola Feminina, que funcionou na sede do Grêmio Africano até contar com imóvel próprio. Podemos considerar que uma das principais reivindicações do jornalista conseguiu ser concretizada logo após a sua morte.

### **Propagandas e comunicados nas páginas de *O Africano***

Ao se estudar um periódico devemos entender que diferentes linguagens e gêneros de escritas podem perpassar suas linhas. Propagandas e anúncios comerciais fazem parte de um gênero propagandístico que utilizam uma linguagem apelativa. O teor imagético e uma escrita acessível ajuda a conquistar um universo amplo do público consumidor. É importante refletirmos e se indagarmos, como um jornal combativo, como *O Africano*, conseguiu conciliar uma escrita de denúncia com as propagandas de cunho ideológico europeu em suas páginas?

<sup>426</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 441.

<sup>427</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 442.

<sup>428</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 442-443.

Na história de diversos periódicos, um gênero importante são suas marcas de propagandas e anúncios. A dependência dos jornais desse mecanismo de veiculação de ideias está ligada à noção de mostrar pluralidade de costumes e hábitos que deveriam ser consumidos e ofertados a determinados grupos sociais. Assim, consumir determinados produtos divulgados pela imprensa equivale a atender determinados padrões de civilidade. No caso de *O Africano* não foi muito diferente.

Em suas páginas as transformações de hábitos e costumes devido às necessidades materiais oriundas do Estado Colonial apareceram e, assim, novos serviços e produtos circularam em Lourenço Marques no início do século XX, devido à sua importância cosmopolita e crescimento populacional<sup>429</sup>.

Como salientado anteriormente, Lourenço Marques passou por uma rápida e significativa mudança em finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, no que diz respeito à composição social de seus indivíduos e ao crescimento populacional. As práticas laborais e mercadorias também se diversificaram<sup>430</sup>.

Diversos serviços prestados e a abertura de novos comércios em Lourenço Marques acompanharam a padronização de vida levada a cabo pelo Estado Colonial. Devemos lembrar que a prática de copiar hábitos e costumes europeus era vista como civilizada. Em razão disso, a reprodução de espaços metropolitanos na colônia seria comum e foi o que aconteceu desde finais de Oitocentos. De acordo com Matheus Serva Pereira

A construção de hábitos e necessidades característicos da vida ocidental, entendida desde meados do século XIX como sinônimo dos padrões urbanos europeus de consumo, especialmente aqueles obtidos pela compra e pela utilização de determinados utensílios, estiveram presentes na vida dos africanos habitantes de Lourenço Marques, especialmente dos setores letrados, como marca de prestígio e de adesão ao projeto civilizacional europeu<sup>431</sup>.

Esse mundo de colonizado e colonizador que se sobrepunha em hábitos e costumes que estavam sendo amarrados e costurados desde Oitocentos se intensificaram com a virada do século. Novos serviços e produtos estiveram presentes e anunciados diariamente nas páginas de *O Africano* e mostrando um estilo próprio e urbanístico que deveria ser concretizado. Os ideais de civilização e progresso estavam caminhando junto nas

---

<sup>429</sup> PEREIRA, Matheus Serva. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha”: propaganda e cotidiano nas páginas de *O Africano* (1909-1919). IN: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida (Orgs.) *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, pp. 73-97, p. 76.

<sup>430</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>431</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 81.

propagandas, ou seja, uma nova forma de vida e uma nova sociedade deveriam ser construídas a partir desses hábitos consumistas que vigorariam na colônia.

Um exemplo que podemos citar é o da “empresa de panificação Arthur & Pinho, C.”, que buscou nas páginas de *O Africano* convencer seus clientes a frequentar e consumir suas mercadorias. Localizada na principal avenida da capital, Avenida da República, a padaria convocava a comunidade a consumir seus produtos e principalmente seus pães, que seriam de ótima qualidade<sup>432</sup>. Outros exemplos mais esdrúxulos apareciam nas páginas do jornal, como o citado por Matheus Serva Pereira que em busca de

Estabelecer uma relação entre a Europa como símbolo de avanço civilizacional e a África como símbolo do atraso que deveria ser combatido. Em agosto de 1917, uma governante anunciou seus serviços pelo *O Africano*. Aparentemente com pressa para conseguir se inserir no mercado de trabalho local, a senhora dizia-se não se importar em ir para nenhum dos distritos da província e, para corroborar a qualidade de seus serviços, usou como referência sua procedência europeia<sup>433</sup>.

Nos anúncios e propagandas impressos no periódico perceberemos um discurso de projeto colonial de Portugal que tentava moldar as colônias à sua própria imagem. Entretanto, vários hábitos e costumes ditos civilizados trazidos pelos colonizadores foram deturpados na colônia como, por exemplo, o caso do vinho colonial. Segundo Matheus Serva Pereira, os “anúncios refletiam e corroboravam características do projeto colonial português e sua tendência de racialização das relações sociais” e “funcionavam como uma cartilha pedagógica e meio de divulgação de padrões comportamentos ditos civilizados”<sup>434</sup>.

A alta circulação que *O Africano* atingiu ao longo de sua história permite refletir sobre a busca dos estabelecimentos comerciais para divulgarem seus produtos em suas páginas. Inicialmente, o jornal era publicado apenas aos sábados, mas, com a grande aceitação da população, a sua tiragem passou a ser feita duas vezes na semana e, nos períodos mais gloriosos de suas folhas, até três vezes<sup>435</sup>.

Além de seu volume de publicação, *O Africano* era facilmente encontrado em lugares frequentados por colonos portugueses e assimilados de Lourenço Marques, como a Casa A.B.C., a Tabacaria Americana, a Livraria e Papelaria Moderna e a Minerva Central<sup>436</sup>. Desta forma, percebemos que o periódico fazia parte da vida cultural e cidadina de uma

<sup>432</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>433</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>434</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 83

<sup>435</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 84-85.

<sup>436</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 85.

camada, se não numerosa, pelo menos significativa nos aspectos sociais, econômicos e políticos da colônia.

Como referido anteriormente, sua ampla popularidade ultrapassou as fronteiras de Moçambique e chegou aos trabalhadores mineiros do Rand no Transvaal. De acordo com Ilídio Rocha, inicialmente seu financiamento para a publicação e rápida popularização contou com a ajuda de uma comissão da maçonaria local<sup>437</sup>. Mas, de acordo com Matheus Serva Pereira, sua longevidade não poderia estar apenas atrelada ao auxílio financeiro de um grupo maçônico, sendo preciso considerar a venda de assinaturas e principalmente de espaços publicitários em suas páginas, fundamentais para a vida do jornal<sup>438</sup>.

A assinatura anual de *O Africano*, em 1912, correspondia ao recebimento de 48 números no valor de 2600 réis. Se fosse além de Lourenço Marques, o preço tinha um aumento e iria para 2900 réis. Os números avulsos custavam 60 réis e os comerciantes que tinham interesse de divulgação em suas páginas pagavam 80 réis por linha<sup>439</sup>.

As propagandas e divulgações apareciam nas últimas páginas do periódico, cabendo importantes destaques e até a realização de sorteios e promoções que eram constantemente divulgadas em suas folhas. Da mesma forma que as notícias, a diagramação das propagandas era organizada em colunas, número que variou ao longo de sua história.

Entre os anunciantes que podemos assinalar, está a Caza Sport, que manteve seus anúncios com boa periodicidade nas páginas de *O Africano* e anunciava de maneira simples a existência de produtos como armas, artigos fotográficos e munições,

---

<sup>437</sup> ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000, p. 91-92.

<sup>438</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>439</sup> *O Africano*, 05 de abril de 1912.s

Figura 3.10 Anúncio da Caza Sport

**CAZA SPORT**



**Armas, munições, artigos  
fotográficos e de sport.**

— ❁ — ❁ — ❁ — ❁ —

R. Consig. Pedroso No. 23 — End. Teleg. "CASASPORT"  
**LOURENÇO MARQUES**

Fonte: *O Africano*, 28 de março de 1914.

Figura 3.11 Empresa União Automobilista

**EMPRESA UNIÃO AUTOMOBILISTA, L<sup>DA</sup>**  
de LOURENÇO MARQUES  
**SERVIÇO PERMANENTE DE AUTOMOVENS**



**DESDE AS 8 HORAS DA MANHÃ ATÉ AS 3 HORAS DA NOITE**

Prestam-se serviços fóra d'este horario, por preços especiais.  
Alugem-se carros especiais, a preços convencionaes, para cerimonias,  
casamentos, etc. — Fazem-se tambem contratos especiais com as hotéis,  
para o transporte de bagagens e passageiros, assim como passios dis-  
rnia à Praia de Polana.

**TELEFONES** N.º 338 na Praça 7 de Março — **Caixa Postal 153**  
N.º 194, escriptorio

Escritorio da Empresa, na Garage, onde se vendem artigos de «compont»  
com o desconto de 10%.

**O Socio Gerente: Antonio J. Fernandes**

Fonte: *O Africano*, 16 de agosto de 1916.

De acordo com Matheus Serva Pereira, a Empresa União Automobilista de Lourenço Marques simbolizou o progresso europeu e utilizava ilustrações dos serviços ofertados a seus clientes. Ela defendia que seus carros circulavam todos os dias pelas ruas da capital colonial, levando a população ao longo das 5 às 19 horas para suas localizações, além de carros especiais para cerimoniais e casamentos. A hotelaria também foi atraída para os serviços dessa companhia que buscou dar desconto a esses clientes em Lourenço Marques<sup>440</sup>. Para Matheus Serva Pereira

Os hotéis que a “Empresa União Automobilista” buscava atrair para o uso de seus serviços também foram símbolos desse crescimento da malha urbana de Lourenço Marques, e seus anúncios afloravam em grande quantidade pelos periódicos. Chama a atenção a tentativa de vinculação explícita que esses hotéis tentaram criar entre a qualidade do serviço prestado e uma predominância de hábitos considerados de origem europeia dentro de suas instalações. Um dos empreendimentos hoteleiros que mais investiram em propaganda já trazia no próprio nome essa ideia: o “Hotel-Restaura Paris”<sup>441</sup>.

A quantidade pífia de propagandas em ronga no periódico já demonstrava que a preocupação dos comerciantes e estabelecimentos não estava voltada aos nativos como público consumidor. Segundo Matheus Serva Pereira, foram poucos os anúncios veiculados na língua local, entre eles estaria

A “Casa Tomblor”, inclusive, estava realizando uma promoção, divulgada em português e em ronga: o primeiro cliente vitorioso em um sorteio receberia 25 mil réis em fazendas à escolha e o segundo, 15 mil réis em dinheiro. Já o “Salão de moda Fabião e Silva” foi o único anunciante encontrado que utilizou somente a língua ronga. (...) Pelos anúncio de 1918, percebemos que o salão de moda vendia diversas peças de vestimenta e que havia adquirido os mais modernos tecidos europeus para suprir a população laurentina durante a “estação de inverno”. Ilustra este anúncio o desenho de uma mulher com traços físicos que podem ser considerados tipicamente europeus, trajando uma roupa que seguia “absolutamente o rigor da moda”, com seu chapéu na cabeça, segurando suas luvas portando um vestido esvoaçando ao vento e calçando sapatos de salto alto. Era oferecida aos cliente uma “variada coleção dos mais lindos chapéus de inverno”, “tecidos para vestido” ou “casacos de lã para senhoras e crianças”. Os homens laurentinos poderiam encontrar “corte de fato (terno), chapéus de feltro, cachecóis, luvas, etc”<sup>442</sup>.

---

<sup>440</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 90.

<sup>441</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>442</sup> PEREIRA, Matheus Serva. *Op. Cit.*, p. 95.

Figura 3.12 Salão de Moda Fabião e Silva – Lindos Cortes

**A ÚLTIMA MODA!**

**LINDOS**  
**CORTES**

em DE

Voal Borda-  
do; Cambra-  
ias, Linon's e  
Piquet's Bor-  
dados a  
branco e  
a cores.

Preços  
Modicos.

**Fabião**  
**&**  
**Silva**



Fonte: *O Africano*, 20 de fevereiro de 1918.

Figura 3.13 Salão de Moda Fabião e Silva – Chapéus para Senhoras

**Chapeus para Senhoras**  
**A ÚLTIMA MODA!**



Para todas as gostos e para todas as preços. Não comprar sem visitar primeiro a casa

**FABIÃO & SILVA**

Fonte: *O Africano*, 20 de março de 1918.

Figura 3.14 Salão de Moda Fabião e Silva – Estação de Inverno



**ESTAÇÃO DE INVERNO**

O mais colossal e chio sortido de artigos da moda, próprios da presente estação, encontram V. Ex.<sup>as</sup> na casa

**FABIÃO & SILVA**

Casacos de Astracan, Peluche, Veludo do Norte, Milton — alta fantasia, — etc. Variedade coleção dos melhores e mais lindos chapéus de inverno — modelos e confecções absolutamente diferentes. Tecidos de lã para vestidos, Challes de malha, Colossal sortido de casacos de malha de lã para senhora, Abafos para crianças — um variadíssimo sortido. Todos os artigos, em fim, para senhoras e crianças, próprios da estação invernal, e absolutamente ao rigor da moda. — É ver a nossa exposição.

**SEÇÃO PARA HOMENS**

Cortes de fato, chapéus de feltro, «cache-coals», camizolas de lã, camizolas «sport», Juvas, etc. etc.

Temos também um bom sortido de cobertores de excelente qualidade e muitos outros artigos que seria impossível mencionar aqui.

**Vêr para crêr!**

Fonte: *O Africano*, 05 de junho de 1918.

Como podemos observar nas propagandas anteriores, a mulher é representada nas ilustrações segundo o tipo ideal da beleza feminina europeia. Um questionamento a ser feito

é: o jornal ao se utilizar de figuras femininas como ideais estéticos não entraria em contradição com seus ideais de defesa da população africana? Ou será que o periódico, no quesito propaganda e anúncio, se isentava de suas bandeiras? Bem provável que devido à sobrevivência duradoura de *O Africano*, o tenha levado a assumir o estereótipo de beleza em suas propagandas, sem misturar suas convicções com as estratégias comerciais necessárias para garantir que jornal continuasse sendo publicado.

Outro anúncio em que ocorre a objetificação da mulher enquanto símbolo sexual e de desejo para as práticas do consumo é o do estabelecimento Silva A Ferreira, que além de trazer uma imagem feminina sensual, com traços europeus, acrescentava às ilustrações frases de efeito e duplo sentido. O anúncio, porém, propunha-se a vender uma pasta dental chamada Pasta Couraça.

Figura 3.15 Não tem rival! Podeis acreditar!

**NÃO TEM RIVAL!**



**PODEIS ACREDITAR!**

Não há, para conservar a saúde das dentes, nem SILE,  
etc., como a preferência absoluta

**COURAÇA**

Incomparavelmente, a mais apreciada, a melhor das pastas  
dentífricas. Experimental.

— Pedidos aos depositários.

**SILVA & FERREIRA**

CAIXA POSTAL 725 — RUA FERREIRA PENHA, 54 — LONDRES MARQUES

Fonte: *O Africano*, 10 de novembro de 1915.

Figura 3.16 Chegou no vapor portuguez!

**CHEGOU NO VAPOR PORTUGUEZ!**

**Chegou no vapor Portuguez**



No vapor Portuguez chegou no domingo de nesse Porto, veio mais em grande fornecimento da já celebre e afamada PASTA COURAÇA, maravilhoso e higienico preparado para os dentes, que não tem rival em qualidade e preço. -- Pedidos aos depositarios.

**SILVA & FERREIRA**

Fonte: *O Africano*, 03 de novembro de 1915.

A partir das propagandas seleccionadas e dos levantamentos feitos, podemos afirmar que foi fundamental o espaço publicitário em suas folhas para a sobrevivência de *O Africano*. Através dos anúncios perceberemos as constantes transformações pelas quais a capital da colônia, Lourenço Marques, estava passando em início do século XX. Com discursos modernizadores, em prol da civilidade, com altos teores de beleza e sensualidade, percebemos a construção de um ideal a ser alcançado por aquele que vivia em Moçambique, que seria a adesão os hábitos de consumo e costumes europeus. Ao anunciar em suas páginas

a valorização de uma cultura europeia, percebemos uma contradição no periódico a respeito da defesa da causa africana. Mas, podemos compreendê-la a partir do momento que entendemos que o espaço publicitário era vital para a manutenção do jornal.

### **O fracasso missionário nas linhas de *O Africano***

Desde o período das Grandes Navegações, Portugal e a Igreja Católica se aliaram no processo colonizador de novos povos. Entretanto, com a proclamação da República, em 1910, esse cenário se alterou profundamente. Em 20 de abril de 1911, o novo governo instituiu a Lei de Separação da Igreja e do Estado no qual ficou proibido o financiamento do Estado para os cultos e missões atuante no espaço colonial, o ensino religioso deixou de ser ministrado nas instituições de ensino, aconteceu a instauração da liberdade de culto e as propriedades da Igreja foram nacionalizados.

Em 1913, Portugal autorizou a criação e instalação nas colônias das missões laicas e a primeira em território moçambicano só foi instalada em 1918. A iniciativa da criação desse novo serviço missionário foi fortemente apoiada pelos assimilados em torno do Grêmio Africano, mas rapidamente suas esperanças se alteraram, devido à ineficácia educativa demonstrada por tais empreendimentos, considerados piores até que as missões controladas pelos católicos<sup>443</sup>.

Nas páginas de *O Africano* notaremos publicações de um setor católico fortemente organizado na capital da colônia, que criticava constantemente a falta de iniciativa da República para o financiamento das missões e a presença do protestantismo em Moçambique. Destacamos que a presença de missionários protestantes atuando na localidade era algo extremamente recente, iniciada em fins de Oitocentos, quando o protestantismo começou a ser propagado na localidade devido à influência de clérigos presentes em colônias vizinhas. De acordo com Valdemir Zamparoni

Apesar dos percalços e dos conflitos que os missionários estrangeiros e seus discípulos vivenciavam, ao se defrontarem com universos cosmogônicos diferentes, pode-se dizer que estas missões tiveram mais sucesso que as católicas, e sua intensa atividade e a acolhida menos hostil dispensada pelas populações locais – certamente fruto do melhor conhecimento e tacto no trato com as mesmas, além de uma imagem que a dissociava do Estado opressor – provocou, nas autoridades portuguesas, vivas desconfianças que se perpetuarão nas décadas seguintes.

---

<sup>443</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.*, p. 416.

Outro fator relevante nas páginas de *O Africano* é a forte presença de um clero católico que publicaria no periódico desde seu princípio e disputaria espaço com outros setores sociais presentes no jornal, como os sindicalistas e anarquistas.

Em 12 de setembro de 1912, o jornal se posicionou a respeito da substituição das missões católicas por missões laicas, porque acreditava que tal atitude se tornaria “um grave erro político”. Em um editorial sem assinatura, *O Africano* afirma que tal atitude desnacionalizaria as colônias, “deixando o campo livre a influência ativa e forte das inúmeras missões estrangeiras, incluindo a grande propaganda que o islamismo está fazendo, principalmente na costa oriental, e que para nós se pode tornar n’um grande perigo”. É ressaltado que a missão civilizadora da colonização nunca seria concluída com o papel desempenhado por missões civis, pois

Nuncas as missões laicas poderiam satisfazer o fim que as grandes potencia tem tido em vista, isto é, o de opor uma ação as diversas e inúmeras seitas religiosas estabelecidas nos nossos domínios ultramarinos, dada a grande tendência que o indígena tem para abraçar qualquer religião. A influência exercida pelas outras missões deve por nos ser combatida com armas pelo menos eguaes<sup>444</sup>.

Para o autor anônimo do editorial, a República errou ao criar a lei de separação de Estado e Igreja, tomando uma atitude considerada “precipitada” e de efeitos poucos diplomáticos, criando uma atmosfera de “dúvidas e receios, na parte respeitante a organização das missões ultramarinas”<sup>445</sup>.

Dois anos após a medida de separação do Estado e Igreja pela República, *O Africano* publicou um editorial assinado por Augusto Baptista sobre as mazelas e consequências negativas de tal ato, que pouco benefício trouxe para Moçambique e sua população, pois afetou diretamente os espaços escolares criados pelos missionários católicos e deixou as missões sem orçamento:

As missões vegetam, porque as dotações foram cerceadas, contudo nada as veio substituir. Donde resulta que o indígena fica sem missões e sem escolas e igualmente sem aquilo que deveria vir em substituição das mesmas, pois que até ao presente ainda nada apareceu. Se ele conhecesse o chavão havia de dizer com os meus botões: aqui está o que é a solidariedade universal. É nada mais nada menos isto, um povo que se arvora em tutor de outro, a quem faz pagar as despesas do regabofe, não lhe permitindo sequer que aprenda a ler<sup>446</sup>.

---

<sup>444</sup> *O Africano*, 12 de setembro de 1912.

<sup>445</sup> *O Africano*, 12 de setembro de 1912.

<sup>446</sup> *O Africano*, 24 de maio de 1913.

Em 23 de maio de 1914, um dos colaboradores do periódico, o Padre Vicente, escreveria sobre a Lei de Separação, mas ressaltava que o clérigo português perdera espaço na vida política do novo regime devido a anos de ligação com a monarquia portuguesa. Assim, “o regime monárquico caiu, e o clero português, que contribuiu para a sua queda, visto que foi a política que a provocou, na manhã de 5 de outubro, estremunhado, pálido, cheio de medos e de receios, a ver-lhe fugir das mãos (...) comodismo d’uma vida que acabara”<sup>447</sup>. Para ele, o problema não era a República, mas um revanchismo dos republicanos pela alta colaboração da Igreja Católica com a antiga Casa de Bragança. De acordo com Padre Vicente

A lei da separação era uma necessidade para a religião em Portugal; e mal foi que a monarquia a não tivesse decretado, tal qual ela devia ser, a semelhança da do Brasil, para que os inimigos da Igreja não pudessem, apregoando liberdade, vir decretar não uma lei de separação, mas uma “escravidão”. (...) Para nós, pois, a lei da separação foi um bem para a Religião em Portugal; ela era uma necessidade perante a política do clero e o indiferentismo religiosos dos fieis. (...) O jacobinismo português deu o que tinha – uma lei de opressão – escravizadora – draconiana e marroquiana – para o clero nacional; liberal, boa e doce – para o clero estrangeiro, o clero que tem ministros, cônsules e navios de guerra<sup>448</sup>.

Na semana seguinte, em um artigo de opinião homônimo ao anterior, Padre Vicente defendia que a Lei de Separação era uma necessidade que deveria ter se restringido ao espaço da metrópole e não se estendido ao Império Colonial. Nas colônias haveria a necessidade de sua existência devido à falta de infraestrutura para a educação dos nativos. Em suma, a Lei de Separação nas colônias seria “um erro crasso, um erro político, uma medida antipatriótica”<sup>449</sup>.

O próprio João Albasini escreveu em diversas situações sobre o fatídico destino das missões em terras moçambicanas. Em uma delas usou seu pseudônimo João das Regras para assinalar que as missões eram mal administradas e planejadas o em Moçambique, mas que a atuação do missionário modificaria a vida dos africanos. Em suas palavras:

As nossas missões, a meu ver, teem sido mal orientadas, mas há toda a vantagem em conserval-as, olhando o Governo e bem assim na autoridades administrativas por ellas, com os cuidados e auxílios que as pessoas requerem. Os nossos missionários em geral são trabalhadores, inteligentes e sobretudo patriotas. É preciso notar os indígenas ao atingirem a idade viril abandonam os missionários,

<sup>447</sup> *O Africano*, 23 de maio de 1914.

<sup>448</sup> *O Africano*, 23 de maio de 1914.

<sup>449</sup> *O Africano*, 27 de maio de 1914.

princiando a esquecer o que aprenderam e voltam a pratica dos costumes e usos das suas terras: procuram na constituição cafreal a garantia d'uma folgada subsistência. O indígena que adquire o conhecimento das primeiras letras, ao ver que não é beneficiado de modo a garantir-lhe a sua subsistência sem grande exforço, encaminha-se pelo atoleiro dos expelentes e abusa quanto pode, evidenciando defeitos que adquiriu, de modo a poder manter o grau de civilização que recebeu na escola<sup>450</sup>.

O próprio João Albasini educou-se e alfabetizou-se juntamente com seus irmãos em escolas missionárias. Acreditar na potencialidade das missões e seu sucesso em Moçambique fazia parte da sua formação católica, assim as escolas administradas pelos clérigos mudariam a vida e formação das pessoas. Ele afirmava que o nativo não “vê a instrução uma necessidade, nem mesmo lhe devemos exigir uma prespicacia superior a nossa, pois em regra a creança europeia também não inveja a escola”. A falta de expectativa com as escolas missionárias e o ensino ministrado pelas missões se deveria que “os nossos missionários luctam com os suissos em condições de manifesta inferioridade, simplesmente devido a melhor preparação d'estes para o fim que se destinam”. Assim, a melhora das missões católicas era uma perspectiva que toda “a gente pedia, o que toda a gente via”, mostrando a urgência das melhorias dessas instituições em solos moçambicanos<sup>451</sup>.

Outro missionário colaborador do periódico, o padre Manuel da Cruz Boavida, acreditava que o papel do clero nas colônias não era apenas de cristianizar os nativos, mas educá-los e buscar transformá-los pela vida da “civilidade”. Assim,

Os missionários portugueses, hoje, senhor, sem se esquecerem de que são sacerdotes católicos, não ignoram que o seu múnus é também de civilisadores, de educadores. Eles sabem muito bem que o preto não se civilisa, não se educa apenas com missas, com “padre nossos” e porque sabem isto muito bem, antes de ensinarem aos indígenas a aproximarem-se de Deus pela oração, ensinam-lhe a aproximarem-se d'Ele por meio do trabalho, pela pratica de preceitos Moraes e verdadeiramente sociaes. Orar e trabalhar enlaçam-se, porque se orar aperfeiçoa, trabalhar dignifica. Para aperfeiçoar o individuo socialmente falando; para lhe combater os defeitos; para lhe evitar más inclinações; para lhe dignificar os sentimento se nao há cousa melhor que o trabalhar e orar<sup>452</sup>.

Para o autor, quando aconteceu a instauração do regime republicano, as missões encontravam-se em situação deplorável, com dotação pouco significativa para suas ações no espaço colonial e com constante interferência em suas ações. Não havia um planejamento ou uma orientação estudada e definida de como sua atuação deveria acontecer e quando o

---

<sup>450</sup> *O Africano*, 18 de fevereiro de 1914.

<sup>451</sup> *O Africano*, 18 de fevereiro de 1914.

<sup>452</sup> *O Africano*, 19 de maio de 1915.

religioso começa a conhecer sua localidade e seu público de atuação era transferido para outra região ou diocese. Além disso, as missões protestantes também eram vistas como ameaçadoras pelo religioso:

Os protestantes, as missões estrangeiras, estão alastrando-se por toda a Província: elas vão, qual planta parasita, qual sanguessuga estendendo as suas raízes e abraçando a arvore da civilização, creada pelas missões portuguezas; amanhã esta arvore será seca e a primeira rajada de vento a deitara por terra. Ficarão então aquelas em campo e livres, prontas e aptas a vibrarem-nos o ultimo golpe<sup>453</sup>.

Ao finalizar seu texto, o padre Manuel da Cruz Boavida ressalta que o Governo deveria agir rapidamente e entender qual era a função dos missionários dentro do Estado Colonial, mas sem demora, pois as colônias possuíam necessidades urgentes<sup>454</sup>.

Em linhas gerais, era unânime a necessidade de reorientar a organização das missões em Moçambique segundo os administradores do periódico e seus colaboradores. Tais instituições desempenhariam um papel fundamental para cativar a população nativa e desempenhar a função que o Estado Colonial dificuldades de exercer: a educação para os africanos.

### **Um espaço literário e de circulação de informações**

O periódico se declarou como o “jornal de maior circulação” de Moçambique e, como já observado, não ficou restrito às fronteiras de Moçambique. Alguns periódicos foram comercializados na região do Transvaal na África do Sul. Além disso, é importante salientarmos que em um número publicado em 13 de agosto de 1913, *O Africano* declarou que teve repercussão de um dos seus textos no Brasil:

Do “Portugal Moderno” que se publica no Rio de Janeiro – orgam portuguez no Brazil, da sua edição de 5 de julho, transcrevemos, com a devida vênua, as palavras com que nos honra emoldurando a gravura das “Escolas Portuguezas no Rand” gravura publicada no “O Africano” de 21 de maio último e agradecemos a transcrição que jaz do artigo “O que de verá ser Moçambique” – do nosso estimado colaborador Augusto Baptista<sup>455</sup>.

Devemos pensar nessa circularidade do periódico além da questão física, pensar sobre a captação de notícias internacionais abordadas em suas páginas, a exemplo da atenção

---

<sup>453</sup> *O Africano*, 19 de maio de 1915.

<sup>454</sup> *O Africano*, 19 de maio de 1915.

<sup>455</sup> *O Africano*, 13 de agosto de 1913.

à Primeira Guerra Mundial em suas páginas. Outros fatos históricos noticiados nas suas colunas são a implantação da República na China<sup>456</sup>, a morte do escritor português Ramalho Ortigão<sup>457</sup> e o naufrágio do navio RMS Titanic<sup>458</sup>. Esses exemplos de notícias, dentre vários outros em suas páginas, permitem identificar uma rede de informações que chegava aos gestores do periódico no espaço colonial.

Em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Antonio Candido assinala o papel decisivo dos escritores brasileiros na imprensa periódica do século XIX e como a imprensa colaborou para a formação de um público leitor<sup>459</sup>. A partir dessas considerações, devemos pensar o periódico *O Africano* como um espaço de circularidade de textos literários (além das crônicas, editoriais e artigos de opiniões já assinalados ao longo deste trabalho). O jornal não publicou crítica literária, mas conseguimos registrar um caso de indicação de leitura e compra de livros:

Figura 3.17 Indicação de livro

<sup>456</sup> *O Africano*, 01 de agosto de 1912.

<sup>457</sup> *O Africano*, 05 de outubro de 1912.

<sup>458</sup> *O Africano*, 18 de abril de 1912.

<sup>459</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

Fonte: *O Africano*, de 22 de novembro de 1912.

Afirmamos inicialmente nesta dissertação que *O Africano* deu solo à germinação de um sistema literário em Moçambique e cumprido o percurso anterior de reflexão, constatamos que o sistema literário moçambicano estava em processo de germinação contígua à de outros sistemas. É importante assinalar que nos textos de João Albasini é frequente a referência a autores de outras nacionalidades, a exemplo da crônica “*Os Miseráveis*”<sup>460</sup>, em que há se alude à obra de Victor Hugo ou o subtítulo *To be or not to be...* da crônica *A tal portaria...*<sup>461</sup> que faz menção ao *Hamlet*, de William Shakespeare. Assim, percebemos que obras e autores da literatura universal são cultivados pelo autor e diretor do periódico.

Em outras situações concernentes ainda a aspectos literários, podemos assinalar a publicação de parte de obras ou poemas de diversos autores da literatura portuguesa e inclusive da literatura brasileira de início do século XX. Podemos citar, como exemplo, as publicações do poema *Último amigo* da poetisa portuguesa Angelina Vidal<sup>462</sup>, excertos da obra *A bico de penna* de Coelho Neto<sup>463</sup>, passagens da obra *A Relíquia* de Eça de Queiroz<sup>464</sup>, os poemas *O fado*<sup>465</sup> e *Ouro Velho*<sup>466</sup> de Antero de Quental e o texto *A Instrução* do escritor português Guerra Junqueiro<sup>467</sup>. Dessa forma, os gestores em *O Africano* são patentes os conhecimentos das produções literárias de língua portuguesa de finais de Oitocentos e inclusive de seus contemporâneos.

A respeito do poema *Último Amigo* da poetisa Angelina Vidal vale frisar que a escritora foi uma importante personalidade pela luta de direitos das mulheres e dos mais pobres. Isso demonstra a preocupação de *O Africano* com as causas sociais e reafirma a noção de que o periódico possuía uma rede de colaboradores que ultrapassavam as fronteiras moçambicanas, sendo, portanto, um jornal atento às questões contemporâneas.

Houve também a publicação de um folhetim, *Um Burgo Podre! (Notas Picaras d'um Miope)*, em *O Africano* nos números de 13 de fevereiro a 12 de julho de 1913. Não conseguimos identificar a sua autoria e nem sua finalização em nosso corpus documental.

---

<sup>460</sup> *O Africano*, 12 de abril de 1913.

<sup>461</sup> *O Africano*, [data ilegível]

<sup>462</sup> *O Africano*, 06 de junho de 1914.

<sup>463</sup> *O Africano*, 18 de agosto de 1915.

<sup>464</sup> *O Africano*, 22 de abril de 1916.

<sup>465</sup> *O Africano*, 26 de junho de 1916.

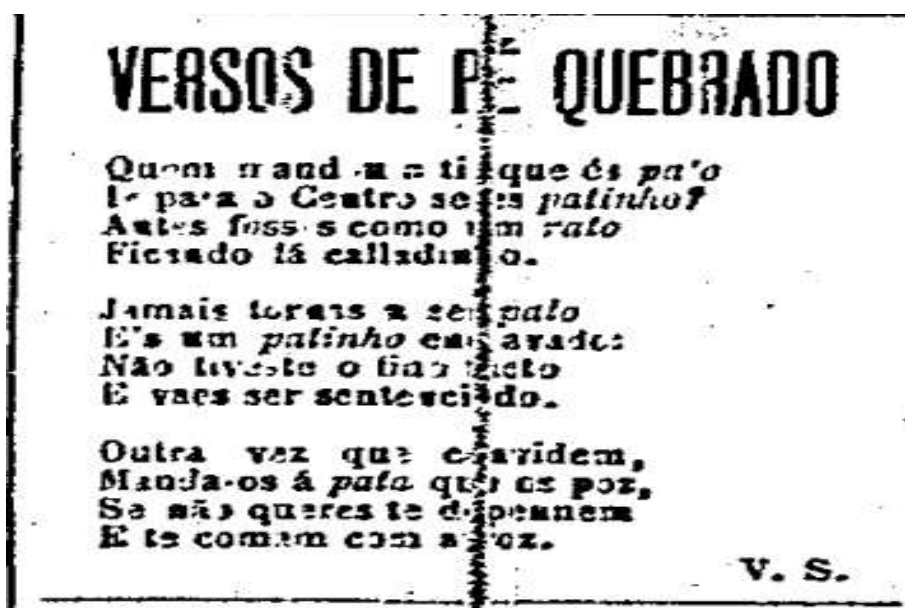
<sup>466</sup> *O Africano*, 19 de agosto de 1916.

<sup>467</sup> *O Africano*, 16 de março de 1909.

Inicialmente o texto foi publicado em sequência<sup>468</sup> e posteriormente criou-se um espaçamento na sua continuidade<sup>469</sup>, isso pode evidenciar a falta de apreço a esse gênero textual por parte dos leitores, tanto que não há outras publicações de folhetim na história do jornal.

Diversos poemas foram publicados nas páginas do periódico, de poetas conhecidos de poetas locais. Em muitos dos poemas publicados, não constava autoria ou esta era referida apenas pelas letras iniciais do nome do autor. Tais publicações demonstram que não havia um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, mas produções isoladas, assim o jornal pode ser considerado como campo de manifestações literárias da época. A seguir, são reproduzidas algumas das publicações de poemas:

**Figura 3.18 Poema publicado no jornal “Versos de Pé Quebrado” V.S**

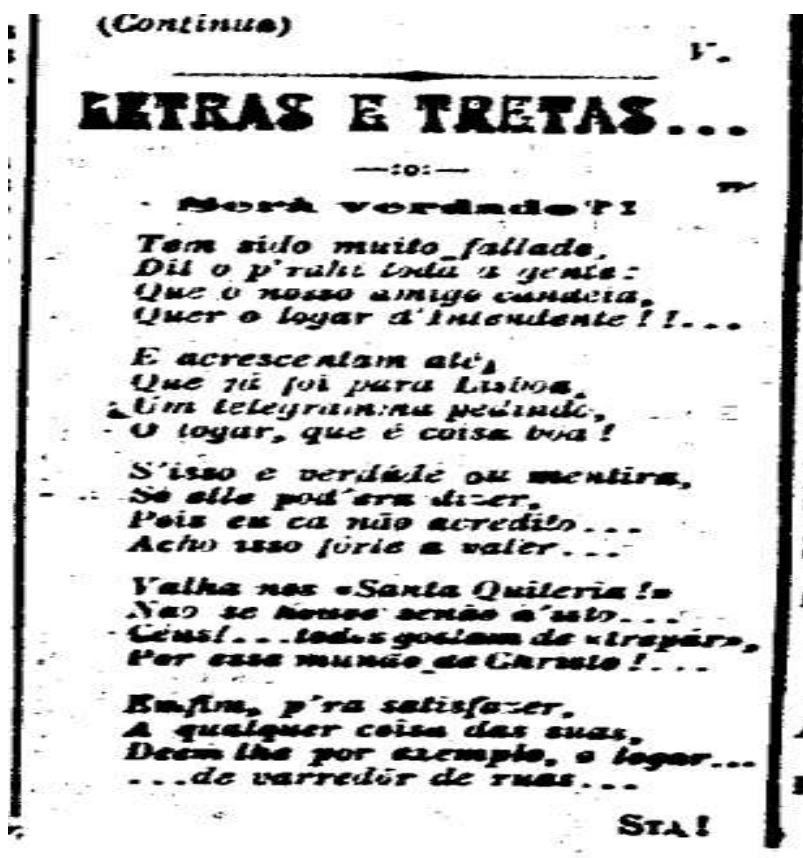


Fonte: *O Africano*, 02 de outubro de 1911.

<sup>468</sup> *O Africano*, 13 de fevereiro de 1913; *O Africano*, 20 de fevereiro de 1913; *O Africano*, 27 de fevereiro de 1913; *O Africano*, 06 de março de 1913; *O Africano*, 13 de março de 1913; *O Africano*, 27 de março de 1913; *O Africano*, 02 de abril de 1913; *O Africano*, 05 de abril de 1913; *O Africano*, 09 de abril de 1913; *O Africano*, 12 de abril de 1913; *O Africano*, 16 de abril de 1913; *O Africano*, 23 de abril de 1913; *O Africano*, 30 de abril de 1913 e *O Africano*, 03 de maio de 1913.

<sup>469</sup> *O Africano*, 07 de maio de 1913; *O Africano*, 31 de maio de 1913; *O Africano*, 07 de junho de 1913; *O Africano*, 14 de junho de 1913; *O Africano*, 02 de julho de 1913; *O Africano*, 12 de julho de 1913.

Figura 3.19 Poema publicado no jornal "Será Verdade?!"



Fonte: *O Africano*, 24 de novembro de 1911.

Figura 3.20 Poema publicado no jornal "Coração Turvo"

**Literatura é maldade...**

Do poema «Mih'alma salta ura Néscina» de um jovem poeta que, inaparente, turvo, alucinado, atordado n'este materialissimo universo, continua trocando a corôa de lour a de poeta pelo obscuro buquel de factor do C. F. extrahimus os belos bonitos que vão lêr-se...

Triste astro, pobre alma incompreendida... Só nós, só nós sabemos as torturas por que passaste enganado por um gaçoncelro tão gajo que ainda te coneu alguns centos de mofras.

Continua, vato, a mandar as tuas producções...

**CANTO III**

**CORAÇÃO TURVO...**

Chegada é hora da partida,  
Depois de tudo combinado,  
De meu pai me despedir,  
Dando-me 40\$900 reis,  
Ao empregador 100\$000 reis,  
Chegada a hora terminada,  
O trem se pôz em andamento,  
Tendo tudo a meu contento,  
Dado a ultima despedida,  
Seguimos a nossa jornada.

Trovoadas e neve castiçosa,  
O trem todo se molhou,  
Começando-nos a molhar,  
A estrada avariada,  
Dando á trovoadas,  
Altos e baixos encontrando,  
O trem se ia virando,  
Por 4 vezes ou mais,  
Da Lixa até Guimarães.

Durante esta jornada,  
Debaixo da tempestade,  
O meu amigo empregador,  
Quereudo fazer do meu titor,  
Concelhos me ia dando,  
E assim me foi enganado,  
Ao longe se ouviam os cães,  
E eu marchando enganado,  
Lá fui bem enganado,  
Da Lixa para Guimarães.

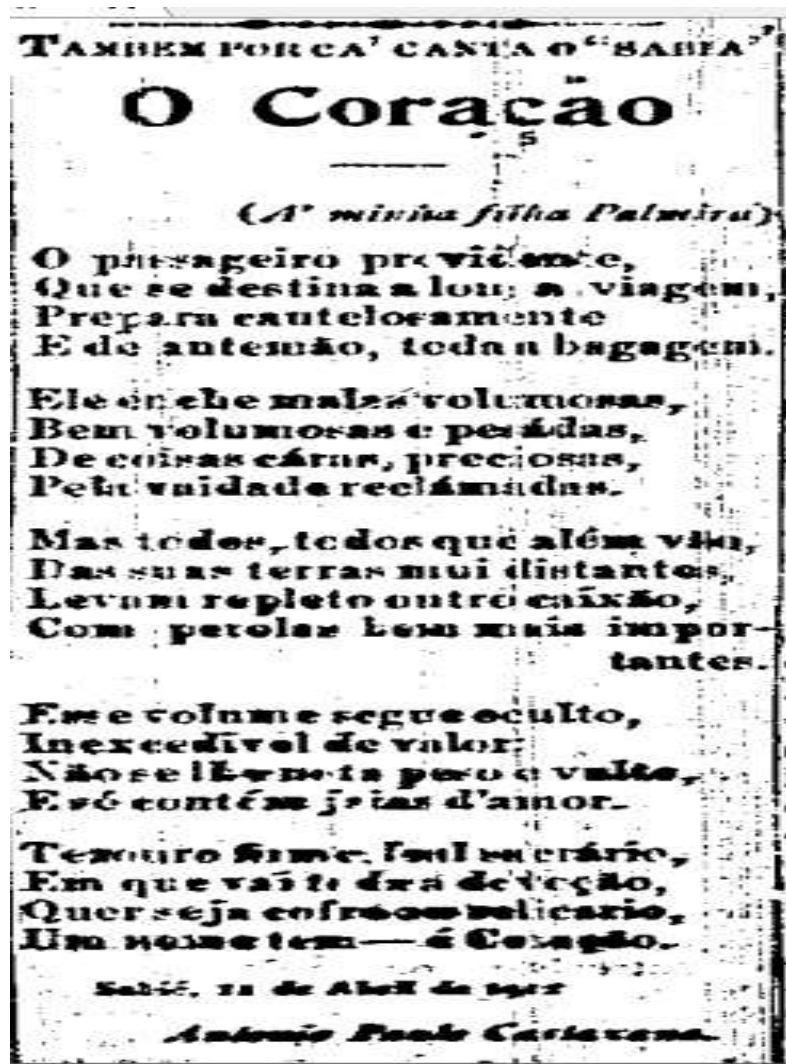
Fonte: *O Africano*, 17 de novembro de 1911.

Figura 3.21 Poema publicado no jornal "O Africano" no Chai-Chai



Fonte: *O Africano*, 19 de abril de 1912.

Figura 3.22 Poema publicado no jornal “O Coração”



Fonte: *O Africano*, 12 de julho de 1912.

Nos poemas apresentados anteriormente, publicados em *O Africano*, percebemos a valorização da sonoridade e da forma fixa, além da informação sobre o local em que foram publicados.

Ao longo do capítulo, evidenciamos como *O Africano* absorveu com uma variedade de textos em suas páginas, mas não apenas isso. As críticas presentes em suas linhas variavam de foco, abrangendo desde as missões religiosas atuantes em Moçambique até à República, a situação da educação em Moçambique, a instabilidade gerada pelo consumo de

vinho colonial em Lourenço Marques e os impactos da censura no jornal. Essas temáticas atravessaram a história do jornal em suas diferentes circunstâncias e contextos impactantes para a vida colonial, como no caso da Primeira Guerra Mundial.

No próximo capítulo, analisaremos os momentos finais dos irmãos Albasini à frente de *O Africano* e como eles, e o grupo de assimilados que representavam, lidaram com duas importantes situações nos últimos meses do jornal sob sua administração: o Sidonismo e a Portaria dos Assimilados.

## CAPÍTULO 4. “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”: OS MOMENTOS FINAIS DE *O AFRICANO*

*Largas são as estradas do Mundo e curtas as Vidas para a todos se atender, imperfeito o Homem para ser prestável e útil quanto deva ser. Podemos ter errado – erramos vezes quantas! – podemos ter sido injustos – e sabe Deus quanta vez! – mas nunca por acinte, por vontade. (João Albasini)*

O título desse capítulo final remete à obra de Marshall Berman, que apresenta análises críticas de importantes autores e seu envolvimento com a construção do conceito de modernidade, mostrando suas contradições nos seus contextos de época. A frase “Tudo que é sólido desmancha no ar” remonta a uma frase presente na obra *O Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels<sup>470</sup> que buscava demonstrar que sistemas e instituições não seriam permanentes e, mas passíveis de esfacelamento com as mudanças acarretadas na sociedade. A partir disso, buscaremos analisar os meses finais de *O Africano* sob a gestão dos irmãos Albasini, que tiveram como pano de fundo dois importantes marcos históricos do Império Colonial Português: o Estatuto do Assimilado e o Sidonismo. Perceberemos uma guinada significativa da camada dos assimilados em apoio à administração de Sidónio Pais. E uma das perguntas que guiarão essa etapa da pesquisa será: o que leva a intelectualidade a pactuar com um regime autoritário?

### “A tal Portaria”: o Estatuto dos Assimilados nas linhas de *O Africano*

Em 09 de janeiro de 1917 era aprovada a Portaria nº. 317, conhecida como Estatuto dos Indígenas, a qual considerava que um nativo, para ser considerado assimilado. deveria reunir alguns atributos como, por exemplo, bom comportamento; saber ler, escrever e falar português; possuir meios de subsistência e ser regido pela lei portuguesa<sup>471</sup>. Segundo Lorenzo Macagno

É preciso situar o assimilacionismo do sistema colonial português no espaço de um cruzamento contraditório: de um lado, o da suposta tolerância diante dos chamados “usos e costumes”, expressa na implementação de um sistema jurídico

<sup>470</sup> Marx tomou essa frase emprestada da peça *A Tempestade* de William Shakespeare.

<sup>471</sup> MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. IN: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 31.

que consagrava leis especiais para indígenas; de outro, a extrema rigidez e violência na aplicação das leis para a utilização da força de trabalho africana. Tal cruzamento se estabelece na lógica de um perpétuo contrassenso condensado no seguinte mandato: disciplinar, contemporizando os “usos e costumes” locais e, ao mesmo tempo, assimilar sem “distribuir”<sup>472</sup>.

Lorenzo Macagno completa ainda que a “assimilação representa a própria relação de dominação, processo pelo qual os elementos de uma cultura dominada se transformam, ou são aniquilados, diante da imposição de um modelo cultural dominante”<sup>473</sup>.

Para tratarmos de assimilação, precisamos remontar à Geração de 1895 em Moçambique, composta de importantes governadores, administradores e militares coloniais, entre os quais se encontrava António Enes, Comissário Régio de Moçambique (1894-1895) e Ministro da Marinha e do Ultramar (1890-1892). Enes advogava uma política de descentralização da metrópole, maior autonomia nos espaços coloniais, empreender capitais na localidade e concessão de maior poder aos gestores coloniais. Tais ideais ganharam algum espaço com a República, que defendia uma descentralização do Império Colonial, fato que nunca aconteceu eficientemente na prática. Assim

É preciso entender que a descentralização, no âmbito da administração colonial, significou sacrificar as pretensões de uma assimilação uniformizadora, propiciando o igualamento, primeiro, dos homens e, depois, da lei. Portanto, encontramos na presença, não de uma assimilação automática a partir da simples aplicação de uma lei emancipadora, senão de um ideário assimilacionista gradual e contemporizador dos chamados usos e costumes<sup>474</sup>.

A colonização portuguesa buscava uma forma de perpetuar sua presença e força no continente africano, sem abandonar suas pretensões de assimilação. Assim, se o “assimilacionismo uniformizador pretendia queimar etapas e outorgar direitos políticos de forma imediata, o assimilacionismo descentralizador, em troca, engendrou um modo de adiar, em nome de uma tutela ‘justa, humanitária e civilizadora’, a outorga desses direitos”<sup>475</sup>.

---

<sup>472</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>473</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 3.

<sup>474</sup> MACAGNO, Lorenzo. MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. IN: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 32.

<sup>475</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 33.

As considerações de Lorenzo Macagno vão em encontro com as de José Luís Cabaço que assinalava

A assimilação, no decurso da história colonial lusitana, nunca foi um conceito elaborado e consolidado e sempre se adequou às necessidades do momento, dialogando com outras experiências da colonização europeia. A ‘assimilação unificadora’ resultada do exercício jurídico da igualdade dos homens perante o direito no quadro de uma visão liberal, inspirada no iluminismo francês. Era o princípio ao qual se deveria adequar a realidade<sup>476</sup>.

No editorial de inauguração em 1908, João Albasini assinalava que, na elite africana de assimilados de Lourenço Marques, eram “todos portugueses”. Isso, segundo Lorenzo Macagno, sugeria a ideia de “rejeição às provas humilhantes pelas quais estes africanos tinham que atravessar para demonstrar sua condição de ‘civilizados’”<sup>477</sup>. Nessa mesma perspectiva, Jeanne Penvenne assinala que

O desafio 'Somos todos portugueses!' ele próprio era situacionalmente fluido, mas evocou uma ordem implícita nas mentes da elite católica de língua portuguesa do Grémio, que foram seus principais defensores nesse período. Eles se consideravam os líderes naturais da população majoritária, 'pessoas civilizadas que são morais, com princípios e sabem civilizar' e, portanto, merecedoras de reconhecimento (e às vezes emprego) como tal. Em um nível, eles afirmaram sua identidade como nacionais portugueses de classe média e sua concepção de si mesmos como figuras-chave na extensão das relações de produção capitalistas. Em outros níveis, eles defendiam o peso de traços culturais compartilhados sobre diferentes características raciais, enfatizando sua própria posição superior em relação à classe trabalhadora, brancos sem instrução e negros instruídos que eram muçulmanos ou não falavam português<sup>478</sup>. (tradução nossa)

Para Jeanne M. Penvenne, a elite de assimilados de Lourenço Marques carregava os mesmos preconceitos culturais que os colonos europeus em relação aos negros, só que os primeiros vivenciavam preconceitos por parte de imigrantes e camponeses portugueses lá chegados:

A elite gremista descreveu os trabalhadores brancos nos mesmos termos em que os brancos costumam ser reservados aos negros: comum, analfabeto, imundo e preguiçoso. A elite madura ainda estava suficientemente confiante para permitir que grande parte do racismo bruto da imprensa branca escorregasse de suas costas. Afinal, eles não eram miseráveis, pobres ou imundos. Não cantavam e dançavam no trabalho, mas vestiam-se e viviam na maior parte como europeus pequenos-burgueses. Eles não se identificaram mais com a cultura camponesa portuguesa do

<sup>476</sup> CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 106.

<sup>477</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>478</sup> PENVENNE, Jeanne M. We are all Portuguese!: challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933. IN: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Berkeley: University of California, 1989, p. 270.

que seus colegas portugueses. Eles ficaram tão chocados com os imigrantes portugueses mal vestidos e sem lavar que xingaram, cuspiram e defecaram indiscriminadamente nas ruas da cidade, assim como estavam com os africanos de comportamento semelhante. Não duvidaram nem procuraram confirmar sua distância social de negros e brancos pobres neste período<sup>479</sup>. (tradução nossa)

Já José Luís Cabaço observa que a assimilação tinha uma proposta bem clara de criar uma pequena elite de africanos que servisse e não competisse. Os africanos considerados “não indígenas”, em troca de alguns privilégios, deveriam constituir-se como intermediários entre os colonizadores e colonizado e se possível considerados “colaboradores reconhecidos”<sup>480</sup>.

Com a Primeira República, segundo Lorenzo Macagno, o princípio de descentralização teria começado a ser aplicado e suas bases foram estabelecidas em finais do século XIX com as propostas de António Ennes devido a criação das circunscrições indígenas. Nessa divisão, os chefes tradicionais perderam sua hegemonia e o chefe de circunscrição exercia simultaneamente as funções de administradores e juízes<sup>481</sup>.

Para Lorenzo Macagno, essa proposta de descentralização significava abandonar as pretensões de uma assimilação uniformizadora que propiciava a igualdade primeiro e depois a lei. Desta forma, antes de igualar a lei, era necessário igualar os homens a quem ela teria aplicabilidade “dando-lhes os mesmos sentimentos, os mesmos hábitos e a mesma civilização”<sup>482</sup>.

Nessa proposta administrativa, Moçambique ficava sobre a chefia do Governador Geral e abaixo dele os governadores de distrito. Mas, a unidade mínima administrativa era formada pelos “postos administrativos”, para as regiões indígenas, e pelas freguesias, para as regiões europeia. A união de vários postos e freguesias formavam os conselhos ou circunscrição. Desta forma, haveria uma área para as populações africanas não assimiladas (circunscrição) e uma área para as populações europeias de colonos ou assimilados<sup>483</sup>.

---

<sup>479</sup> PENVENNE, Jeanne M. *Op. Cit.*, p. 270.

<sup>480</sup> CABAÇO, José Luís. *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>481</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 21.

<sup>482</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>483</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 23.

<b>Tabela 4.1 Divisão administrativa das áreas “indígenas” e europeias</b>		
<b>Distrito</b>	<b>Áreas “indígenas”</b>	<b>Áreas europeias</b>
Unidades fundamentais	Circunscrições	Conselhos
Unidades mínimas	Postos administrativos	Freguesias

Fonte: MACAGNO, Lorenzo. *Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 23.

O princípio de descentralizado administrativa aplicava-se na seguinte proposta: sociedades locais era consideradas “incapazes naturalmente” de governar a si mesmas por meio de um sistema político. Assim, defendia-se a tutela dos “mais civilizados sobre os primitivos”<sup>484</sup>. Desta forma, Lorenzo Macagno afirmava que

Temos então dois extremos: num o estado de ‘selvageria’, no outro, a ‘civilização’. O que existe no meio? Pois bem, um longo e indefinido processo de tutela da metrópole sobre as colônias. Esta tutela, como dissemos, foi instrumentada a partir de um sistema diferenciado de administração (a circunscrição para a área indígena, o conselho para a área europeia). Assim, como dizia um professor de administração colonial no início do século (e depois Ministro da Marinha e Ultramar): ‘A manutenção dos usos e costumes indígenas deve-se considerar como uma situação provisória, que se pode prolongar por mais ou menos tempo, mas destinada a desaparecer... À mãe-pátria incumbe o dever da tutela para com eles, guiando os seus passos no sentido da civilização’<sup>485</sup>.

Após a Primeira Guerra Mundial, a reconfiguração da política colonial internacional se alterou profundamente. A Sociedade das Nações reorganizou as “regras do jogo colonial”, a ocupação efetiva, o Pacto Colonial e a administração colonial foram substituídas pelos mandatos coloniais e a política econômica de portas abertas. Lorenzo Macagno afirmava que “as novas regras do jogo foram editadas pelas potências vencedoras da guerra. Portanto, a acomodação de Portugal aos novos tempos foi, antes de mais nada, conflitiva e tortuosa”<sup>486</sup>.

A nova configuração pós-Primeira Guerra Mundial e a aprovação do Estatuto do Assimilado trouxeram grande insatisfação à a elite de assimilados de Lourenço Marques com os requisitos impostos pela legislação, considerados humilhantes e vexatórias. João Albasini, como importante líder desse grupo populacional, fez severas críticas à legislação

<sup>484</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>485</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>486</sup> MACAGNO, Lorenzo. MACAGNO, Lorenzo. *Assimilacionismo*. IN: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 34.

sobre a assimilação e negou-se a submeter-se a ela. Entretanto, mesmo sendo considerado um intelectual, João Albasini passava por situações de contestação da sua capacidade de escritor e articulador do grupo. De acordo com Jeanne Penvenne, em diversos momentos ocorreu o questionamento de suas capacidades:

Dentro da complexa gama de identidades de Albasini, ele reconheceu e desfrutou de diferentes graus de compartilhamento e troca. Em um nível, os intelectuais portugueses eram ambivalentes em relação ao papel de Albasini como pensador forte. Ele foi o produto da melhor educação missionária católica disponível em Lourenço Marques e foi amplamente autodidata. Um membro do Conselho do Governo - lembrou em 1927 que Albasini era ‘uma pessoa instruída de mérito inquestionável’. Mas, como ele era negro e não era educado formalmente, suas consideráveis realizações intelectuais eram muitas vezes descontadas e ridicularizadas por aqueles com quem ele sentia que compartilhava uma tradição intelectual. Ele foi caricaturado em um almanaque de Lourenço Marques como o ‘Doutor em Direito formado pela Universidade Chuabe-Dembe’, e o governador Freire de Andrade, que elogiou publicamente muitas das iniciativas de Albasini, o considerou em privado como ‘um mulato sem educação ou crédito real’<sup>487</sup>. (tradução nossa)

João Albasini, ainda segundo Penvenne, não via como contradição sua paixão pela língua portuguesa e seus escritos em sua defesa com relação à política de assimilação. Sua insistência na educação em língua portuguesa era central para a defesa dos empreendimentos educacionais em Moçambique, mas não percebia que ela estava estreitamente ligada à política de cidadania e conquista de direitos impostos pelo assimilacionismo.

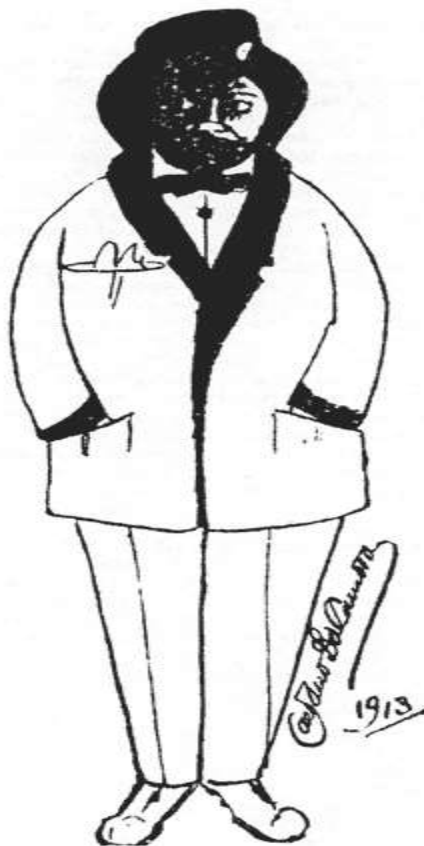
É importante lembrar que a Portaria dos Assimilados foi uma medida provincial e não do governo metropolitano. José Moreira acreditava que essa decisão foi uma forma de colocar o indígena moçambicano numa posição de impotência e havia necessidade de silenciar os considerados mais “evoluídos” na localidade. Moreira declara ainda que

Foi um erro de cálculo, uma precipitação, apesar de tudo. No entanto, o Governo local achava ter boas razões, imediatas e diretamente relacionadas com estes assimilados, que justificavam essa precipitação. Uma dessas boas razões era política e tinha origem no conflito existente entre “o jornal dos talassas” (como era conhecido *O Africano*) e o republicano Governador Geral Álvaro de Castro. Este Governador, que era um histórico do Partido Republicano Português, foi cercado pela corte republicana local, logo que chegou a Moçambique, nos fins de 1915. A atitude anti-republicana de *O Africano* deve tê-lo incomodado. Logo, é legítimo concluir que pensasse de alguma maneira em domesticar este grupo de assimilados, todos eles funcionários e jornalistas simultaneamente<sup>488</sup>.

<sup>487</sup> PENVENNE, Jeanne M. *Op. Cit.*, p. 276.

<sup>488</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 100-101.

**Figura 4.1 João Albasini e sua caricatura**



Fonte: PENVENNE, Jeanne M. We are all Portuguese!: challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933. IN: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Berkeley: University of California, 1989, p. 277.

Para José Moreira, o que poderia ter incomodado mais Álvaro de Castro para aplicar a portaria pode ter sido as críticas do periódico ao aumento dos impostos na localidade e a abstenção da camada de assimilados que escrevia para o jornal a respeito da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial<sup>489</sup>.

A Portaria dos Assimilados criou uma escala social entre os habitantes de Moçambique, na qual alguns se sobressaiam sobre os demais:

A portaria dos assimilados, a definir indígena criava um escalão mais baixo, ao qual a lei geral (a dos brancos) se não aplicava. Tratava-se de sancionar o que a prática já consumara. E bastou um artigo. Todos os restantes artigos da portaria se preocupavam em estabelecer os limites para a definição do assimilado, isto é, o preto não indígena. Escalão intermédio, também ele com regras que não se aplicavam aos brancos portugueses. Não bastava agora vestir à europeia, isto é, não bastava um superficial revestimento, tantas vezes enganados, para social e economicamente um africano ser aceite como assimilado. Toda uma série de

<sup>489</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 101.

regras e critérios foram estabelecidos para a obtenção ou isenção de um alvará, espécie de humilhante chapa mas para negros “civilizados”<sup>490</sup>.

Se essa geração de assimilados de início de século buscava um reconhecimento da sua “civilidade”, por qual motivo ela foi crítica à Portaria? De acordo com José Moreira poderemos assinalar dois motivos, o primeiro era que não fossem considerados distintos dos brancos e o segundo, por acreditarem que a assimilação era algo evidente e que um pedido de utilização de chapa era humilhante e absurdo<sup>491</sup>. De acordo com José Luís Cabaço, a Portaria era uma

Barreira jurídica distinguia entre indígenas e não indígenas, mas a condição de cidadão por “assimilação” institucionalizava a dicotomia estrutural definida pela cor da pele. A decisão marginalizava definitivamente os filhos da terra do poder econômico e político e constituía um direto ataque ao capital simbólico e cultural que ainda mantinham. Paralelamente, e disso as elites da época não tomaram imediata consciência, separavam-nas definitivamente das massas africanas urbanas e periurbanas, deslegitimando suas pretensões de representatividade e retirando-lhes o potencial político para se constituírem como interlocutores do poder. A opção pelo “alvará” colocou as elites em declínio perante a realidade de seu “limbo” social: eles eram “os outros” tanto para os indígenas quanto para os colonos<sup>492</sup>.

O jornal *O Africano* buscava assinalar a inconstitucionalidade da portaria e a considerava uma medida de má vontade para a integração da população local ao Estado Colonial<sup>493</sup>. Em vários textos publicados, os tons de ironia foram utilizados por João Albasini e seus colaboradores no periódico. Em uma série de crônicas<sup>494</sup> intitulada *A tal portaria... e Outra vez!*, João Albasini apresentou seu ponto de vista sobre a legislação que, surgida em princípios de 1917, impactava a comunidade de assimilados em Moçambique. O escritor declarou que a Portaria elencava determinados escolhidos pela administração colonial para serem governados pela lei portuguesa, assim, deveria “haver cuidado escolha para se conseguir o melhor entre os bons; mas não sabemos se o eleito deve ser felicitado, porque o lugar é dos taes que fazem desarranjos mentais”<sup>495</sup>.

<sup>490</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 103.

<sup>491</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 103.

<sup>492</sup> CABAÇO, José Luís. *Op. Cit.*, p. 126.

<sup>493</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>494</sup> A série de crônicas foi publicada nos dias 24/01/1917, 21/02/1917 e 24/02/1917. A crônica com o subtítulo *To be or not to be...* está sem data legível, mas foi publicada entre 24 de janeiro de 1917 e 21 de fevereiro de 1917. As Crônicas fazem parte de uma sequência pois possuem numeração de I a IV e a última ainda aparece entre parênteses a palavra conclusão.

<sup>495</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

O jornalista considerou artigo por artigo da Portaria, mostrando suas contradições. No primeiro artigo, a administração colonial definia o indígena perante o Governo como “o indivíduo de raça negra que não for assimilado”<sup>496</sup>. Nesse momento, a definição de assimilação estava em constante mutação e rearranjo, não sendo possível definir claramente o que significava ser um assimilado.

O abandono dos usos e costumes indígenas é fortemente criticado por Albasini, que ironicamente afirmava “quem nunca viveu nesses usos e costumes está, ou deve estar fora do alcance de tal alínea, não é verdade? Inquestionavelmente...”<sup>497</sup>. Ao trazer ao leitor o tema da cultura nativa, o texto é inteiramente dialógico e levanta problemas graves.

Sobre a obrigatoriedade de saber ler, escrever e falar a língua portuguesa, João Albasini questionava um dos principais erros da administração colonial lusitana em Moçambique: “quando houve escolas oficiais obrigatórias, ou quando foi imposto o ensino obrigatório da língua portuguesa?”<sup>498</sup>. Dessa forma, percebemos que uma das principais contradições dessa legislação seria cobrar algo que o colonialismo não propiciou. João Albasini salientava que

Durante anos nos esfalfamos a pedir escolas, a clamar contra o ensino do zulo, do shironga (landim), do árabe e de tudo quanto se ensina descaradamente por esse interior e aqui mesmo em Lourenço Marques, cidade. Com que direito se decreta agora o perdimento das garantias de cidadãos a esses que não quiseram ensinar a falar e escrever português, quando oficialmente consentiam escolas de ensino ronga e até o subsidiaram (o Governo) a confecção e ordenaram a publicarem a adopção oficiais, de livros escolares em tal dialecto?<sup>499</sup>

Um outro questionamento feito pelo jornalista seria porque a exclusividade de saber ler, escrever e falar apenas o português? Sendo que existiria na localidade pessoas que pudessem “falar e saber francez, inglez, allemão, grego e hebraico, chinês e sânscrito?”<sup>500</sup>. Nessas afirmações, percebemos o caráter extremamente nacionalista que a Portaria carregava como imposição da língua portuguesa para a pessoa ser considerada cidadão pertencente ao Império. João Albasini completa seus questionamentos em tom de ataque sobre as línguas de outras nações afirmando que elas seriam usadas em órgãos públicos do Estado Colonial

<sup>496</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>497</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>498</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>499</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>500</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

Como se entende isto quando continua a ser aceite em tribunaes a escripturação comercial em todas as línguas e até em caracteres da Ásia, e quando nas repartições publica se exige escripta oficial em inglez para o Transvaal e se recebe do Transvaal correspondência oficial em inglez? Falar e escrever qualquer língua culta é um conhecimento e uma cultura. Defendam melhor a soberania portugueza e não com papos de linhaça como esta<sup>501</sup>.

Sobre o indígena conseguir comprovar sua subsistência, o autor indaga se haveria autoridade para fazer essa comprovação fora da própria Metrópole, visto que as condições dos colonos eram extremamente precárias. Além disso, o autor completa, ocorreram várias sugestões de colaboradores do jornal para a criação de escolas de arte e ofícios para ensinar métodos laborais à população nativa<sup>502</sup>. João Albasini afirmava que a tributação criada pelo Estado Colonial e a obrigatoriedade do trabalho imposta criava as condições para os de Moçambique irem para o Transvaal

Poderão dizer, quando muito, que no mato, nas sede das Circunscripções e missões, as tentativas de colonisação por meio de oficinas falece de encontro a resistencia passiva do pretinho que não quer aprender, que chegado a altura tantas atua com as ferramentas para um canto e se vai de longada p'ro John. Tudo isso é uma crua verdade, mas... filha do defeito lamentavel de cada um fazer isoladamente o que quer, sem ordem nem plano definido... nem obrigações de incomodar pretos a não ser para o imposto, resultando de um tal fazer o não fazer nada<sup>503</sup>.

A continuação desse texto, com o título *To be or not to be...*, aparece em finais de janeiro e início de fevereiro de 1917, a data não se encontrava legível nos arquivos, mas podemos situá-la nesse espaço de tempo devido às sequências textuais posteriores. O texto focaliza de saída a burocracia para conseguir a chapa de assimilado e o atestado de inferioridade que ela representa:

Onde sonharam os ilustres parturientes da acephala portaria esse rebanho de carneiros tangidos pela vara dos pastores a caminho das secretarias com 2\$500 réis e a photograpia e mais papeis pendentes ao pescoço? Então na nossa terra temos de viver peor do que os estrangeiros? Com que direitos nos exigem inscripções? Para que? Os outros portuguezes tem-n'as? É lei geral? Mas... tomar isto a serio é tollice na verdade<sup>504</sup>.

<sup>501</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>502</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>503</sup> *O Africano*, 24 de janeiro de 1917.

<sup>504</sup> *O Africano*, data ilegível. BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 317.

João Albasini destacava que a legislação portuguesa aplicada aos nativos de Moçambique era normalmente para proibi-los de acessar determinadas instituições e privá-los de direitos, ou para beneficiar o vinho para o preto que existia na localidade. Para o escritor, o Estado Colonial Português apenas retirava garantias da sua população colonizada

Se nada dá, pois, este nosso governo aos filhos d’esta colônia – que não teem escolas d’artes e officios, que não teem assistência médica, que não teem escola de educação para raparigas, que não tem protecção de ninguém e por toda a parte só vê repulsões e roubalheiras, apetece perguntar: para quê essas exigências da portaria? Que é que lhes garante essa portaria? Dar-lhes-há empregos? Abrir-lhes-há os portos das oficinas dos Caminho de Ferro de Lourenço Marques?<sup>505</sup>

A inconstitucionalidade da Portaria é levantada por João Albasini, que vê nessa legislação apenas o propósito de “deprimir e vexar”. Além disso, as incoerências legislativas são tratadas pelo escritor de forma irônica, ao questionar sobre a presença de outros povos “na mesma província, gosando os privilégios de cidadãos europeus o mouro da Índia, o mais sórdido, o mais sujo, polygamo, mussulmano, bathiá, baneane, parse ou gentio quer nacional quer estrangeiro. Oh coherencia!...”<sup>506</sup>. Para salientar que a legislação portuguesa era feita sem planejamento e sem uma reflexão sobre as condições da localidade, o jornalista termina o texto com a seguinte frase “legislar e coçar é questão de começar”<sup>507</sup>.

Na crônica seguinte, que trata da Portaria denominado *Outra vez! Est modus in rebus*, João Albasini dedica-se à questão dos usos e costumes da população indígena e as mudanças que a legislação para os assimilados trazia. Logo de início, o autor buscava demonstrar o total desconhecimento do legislador de tais medidas sobre as condições das moradias dos indígenas, pois

Não considerou o autor da portaria que a barraca de zinco custa em media dez vezes mais que a palhota; não quis saber dos impostos alfandegários que o zinco, a madeira, os pregos, o cimento e a tinta pagam. Viu, unicamente que paga de contribuição menos que uma palhota; e no receio – Jesus Senhor!... que o preto dando pela coiza podia passar a viver em casas de zinco, zás, incluiu as ‘construções de qualquer natureza’ na categoria das palhotas. Fica a gente passada de assombro ante estes rasgos de administração. Caramba!<sup>508</sup>

Outra contradição assinalada pelo autor:

<sup>505</sup> *O Africano*, data ilegível. BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 318.

<sup>506</sup> *O Africano*, data ilegível. BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 320.

<sup>507</sup> *O Africano*, data ilegível. BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 321.

<sup>508</sup> *O Africano*, 21 de fevereiro de 1917.

Os assimilados (os tais da 6ª raça) quando viviam em casas de madeira e caniço ou outra qualquer construção ficam sujeitos a contribuição predial. Bem: mas este é um dos pontos confusos. E se viverem em palhotas, não pagam nada? A lógica diz nos que não, que não devem pagar. Por quê?<sup>509</sup>

As imposições trazidas pela Portaria aos definidos como assimilados e indígenas, no quesito moradia, não eram aplicadas a outros povos considerados “coloniais”, que viviam na localidade, ou mesmo para o branco em idênticas condições:

Se o assimilado que viver em palhota for obrigado a pagar pela palhota o imposto de palhota, continuando isento dele o branco em idênticas condições, será mais uma injustiça a registrar e um incitamento a vida livre e boa... do branco, do amarelo e de todos os que tiverem, por sorte sua, nascido fora desta terra de humilhações e vergonhas<sup>510</sup>.

Na crônica publicada em 24 de fevereiro de 1917, denominada *Outra vez!* (*Conclusão*) *Hoc opus, labor est...*, João Albasini continuou demonstrando a existência de contradições na tributação predial para os assimilados trazidas pelas alíneas da Portaria. Após demonstrar sua insatisfação com a legislação portuguesa e suas ambiguidades, o jornalista termina o texto de forma jocosa e irônica, ao clamar “Deus nos dê paciência...”<sup>511</sup>. Dessa forma, por meio das crônicas de Albasini, percebemos que a medida foi escrita às pressas, sem reflexão sobre seus reais impactos e sobre os paradoxos existentes nas suas linhas.

Da mesma forma que João Albasini, outros colaboradores do periódico buscaram demonstrar suas insatisfações a respeito das contradições e dilemas existentes na Portaria dos Assimilados. Um deles foi Nyeleti, que de forma crítica salienta que “são tantas horas depois do meio dia como de artigos tem a portaria”, mostrando que era um texto longo e cansativo para a compreensão de todos que seria regidos por tais leis. Além disso, destaca que

Já inumeráveis vezes tenho pedido com insistencia para rever, remodelar ou acabar com a insensata portaria da chapa por ser inepta e onde não há vantagens e nem garantias entre serviçaes e patrões. (...) Sua Exa mudo e quedo, seguiu-lhe as águas turvas, e em vez de recompor uma obra necessária sobre os serviços indígenas, vem agravar a crença prematuramente depositada do seu governo. Agora quer sua Exa, que os naturaes da colônia tenha um alvará para serem reconhecidos cidadãos portugueses e assimilados a europeus, aqueles que não sejam “indígenas”. Boa piada... e n'este caso é cnsiderado como “indígena” (?) o que não tenha o tal alvará

<sup>509</sup> *O Africano*, 21 de fevereiro de 1917.

<sup>510</sup> *O Africano*, 21 de fevereiro de 1917.

<sup>511</sup> *O Africano*, 24 de fevereiro de 1917.

de licença para ser cidadão português. Belo!... Depois ainda temos a clássica assembleia magna de preceitos a que deve obedecerão individuo para ser “assimilado” a Europa e ter foros de cidadão português!... Pela falta de clareza e consideramos, cito hoje só o art. 5º e 6º<sup>512</sup>.

João Albasini negou-se a ter seu alvará de assimilado. Mas, como José Luís Cabaço assinalou, o sistema colonial obrigava a população a retirar sua chapa pois “os assimilados que recusavam o ‘alvará’, sendo juridicamente indígena (mesmo os que, num primeiro momento, mantinham seu capital simbólico), viam o valor dos seus salários definharem de forma galopante e crescer a ameaça da indigência econômica”<sup>513</sup>.

A Portaria do Assimilado vigorou em Moçambique e João Albasini chegou a ir à metrópole para pedir sua revogação, inutilmente. O ponto máximo da política de assimilação de Portugal, entretanto, ocorreu durante o Estado Novo, com a aprovação em 23 de outubro de 1926 do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*, conhecido como Estatuto do Indigenato, em período posterior ao recorte desse estudo.

### **Os assimilados e o presidente-rei: o Sidonismo e João Albasini**

Como afirmado anteriormente, os impactos da Primeira Guerra Mundial foram enormes tanto para Portugal quanto para o Império Colonial Lusitano. Em finais de 1917, a situação já era arrasadora para sua população devido à falta de abastecimento de produtos básicos e o encarecimento de produtos. Em 5 de dezembro de 1917, um golpe tomou as ruas da capital portuguesa e empossou no poder o militar Sidónio Pais.

Nas gêneses do regime Sidonista estava uma conspiração do Partido Unionista que representava camadas de latifundiários existentes na metrópole. Seu líder, Brito Camacho, abandonou a ideia do golpe, mas Sidónio Pais não recuou. Pais estava convencido da insatisfação popular com a Primeira República e por isso haveria apoio. Assim

Foi pois com bastante entusiasmo que um notável bloco de classes, composto pelo proletariado, pelo campesinato, pela pequena e média burguesia urbanas, pela grande burguesia e pelos latifundiários, apoiou, mais ou menos activamente, o golpe sidonista. Ficaram de fora apenas alguns sectores da pequena e média burguesia, ligados ao Partido Democrático e a política intervencionista que levava Portugal à guerra com os alemães. Sidónio, ex-embaixador português em Berlim, tinha conhecidas simpatias pelos germânicos, pelo que era de esperar que mandasse regressar as tropas portuguesas a Portugal. Tal não foi necessário porque, em 1918, o conflito terminava e o sidonismo livrou-se de entrar em

<sup>512</sup> *O Africano*, 24 de fevereiro de 1917.

<sup>513</sup> CABAÇO, José Luís. *Op. Cit.*, p. 128.

conflito com o velho aliado de quem Portugal continuava a depender, a Inglaterra<sup>514</sup>.

Sidónio Pais era um líder carismático e em pouco tempo buscou instaurar uma ditadura em Portugal, devido às crises de abastecimento e à insatisfação da população com a Primeira República. Podemos dizer que o regime sidonista antecipou os regimes autoritários do período entre guerra

No caso de Sidónio, o carisma, porque era o fim de que pendia o seu poder pessoal, era também o fim que seria tentador e possível cortar uma bala de revólver. Por outras palavras, se a ditadura de Sidónio anuncia as futuras ditaduras europeias do período de entre guerras, ela está efectivamente mais perto das ditaduras não institucionalizadas de um Horthy ou de um Pilsudski do que das de Mussolini e, mais tarde, de Salazar. Com efeito, o sidonismo, como episódio decisivo no processo de recomposição fascizante das classes possidentes nacionais, não ultrapassa, todavia, o estágio da ditadura sobre os mecanismos políticos de representação e arbitragem do liberalismo tradicional, nunca entrevendo a necessidade de substituir esses mecanismos pelos mecanismos da representação vertical corporativa, ou então nunca o logrando levar a cabo.

Autoritária e repressiva como foi, nunca a ditadura chegou, no entanto, a ser uma ditadura completa: nunca o Parlamento, nem os partidos, nem a imprensa de oposição foram totalmente banidos<sup>515</sup>.

O Sidonismo durou de 5 de dezembro de 1917 a 14 de dezembro de 1918, período no qual apoiou setores da burguesia portuguesa, diminuiu os salários do proletariado e estabeleceu a repressão para essa camada populacional. O Regime se autointitulava como Nova República, em oposição a tudo aquilo que o governo anterior representava. Restabeleceu relações com a Igreja, ganhando a simpatia popular em um país majoritariamente católico. Ocorreu, nos primeiros meses, a abolição da censura à imprensa que estava em vigor desde 1916, mas quando aconteceu seu retorno foi muito mais rigoroso que anteriormente. Mudou a lei eleitoral para estabelecer a eleição presidencial por sufrágio universal<sup>516</sup>.

Com os dissidentes políticos de outros partidos, buscou criar o Partido Nacional Republicano, partido único do Regime, mas ficariam fora setores monárquicos e católicos desgostosos com as promessas do novo governo. Assim, como nos futuros regimes fascistas, as noções de família, Estado e nação eram parte do Sidonismo<sup>517</sup>.

<sup>514</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 107.

<sup>515</sup> CABRAL, Manuel Villaverde. A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo). *Análise Social*, vol. XV (58), 1919, 373-392, p.385.

<sup>516</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>517</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 108-109.

No Ultramar, impactos do Sidonismo foram sentidos nos espaços coloniais. De acordo com José Moreira, foram três:

Em primeiro lugar, a repressão dos republicanos e operários foi pelo menos esboçada – através da censura dos jornais e também pela distribuição de Governadores Gerais hostis ao proletariado. Principalmente, as missões religiosas regressaram à sua posição privilegiada, embora ainda de modo disperso e por pouco tempo. Finalmente, a ideologia nacionalista permitiu e incentivou a retomada de atenção para as ‘colónias ameaçadas’<sup>518</sup>.

O Regime Sidonista foi visto com certo entusiasmo pelos grupos de assimilados em Moçambique, essa questão pode ser entendida graças ao sentimento anti Primeira República existente nas publicações de *O Africano*, como visto no capítulo anterior.

Nas eleições de 1918, *O Africano* levantou o debate sobre participação ou abstenção das urnas para o processo eleitoral da presidência em abril. Entretanto, rapidamente os assimilados sentiram-se atraídos pela proposta do regime sidonista devido ser considerado um governo forte. Para José Moreira,

Foi essa mesma firmeza, essa ‘energia capaz de governar’ que acabou por atrair os assimilados ao sidonismo. A figura do líder político ‘alheio’ à politiquice (que Sidónio procurava encarnar), começava por implicar a negação do velho projecto autonomista coloco, o que era simpático a africanos como João Albasini. Por outro lado, a agitação operária (quase exclusivamente dos brancos) nunca fora do agrado destes funcionários pretos. Representava, segundo eles, a desordem que só o sidonismo podia deter. Por último, ao pôr em ordem a política portuguesa, o sidonismo forçava os portugueses a olhar para suas colónias, agora novamente sob ameaças das partilhas imperialistas. Os assimilados aprovaram tal atenção. Continuavam a rezear uma substituição do colonialismo português por um colonialismo anglo-saxónico, pois tinham bem próximas as soluções segregacionistas já em prática ameaçadora nos territórios vizinhos<sup>519</sup>.

O Sidonismo atraía a população assimilada devido à recuperação de possíveis espaços perdidos com a Primeira República do que um fechamento dos direitos que pretendiam<sup>520</sup>. No caso de *O Africano*, o jornal se posicionou em diferentes situações favoráveis ao governador imposto por Sidónio Pais, Massano de Amorim, e pelo levantamento da censura que foi imposta anteriormente devido a Guerra<sup>521</sup>. Nesse momento, aconteceu um retorno de padres colaboradores ao periódico com a esperança de apoio e

<sup>518</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>519</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>520</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>521</sup> *O Africano*, 24 de agosto de 1918.

defesa das missões católicas que atuavam em Moçambique em detrimento das estrangeiras<sup>522</sup>.

João Albasini também buscou exaltar o sidonismo e apontava os erros das administrações anterior em Moçambique, criticou ferozmente o ex-Governador Geral Álvaro de Castro e a Portaria dos Assimilados baixada por esse administrador<sup>523</sup>. Um importante editorial foi publicado em 26 de junho de 1918, no qual João Albasini atacou antigos adversários políticos, em detrimento de vantagens que poderia obter do novo regime. De acordo com José Moreira,

O seu editorial de 26 de junho de 1918, em *O Africano*, revela o modo como a denúncia dos adversário políticos era feita sob a capa de inocente ironia. Nele, o editorialista, como quem não queria a coisa, ia informado o Governador Geral de que um tal Simões da Silva, republicano local e inimigo de *O Africano*, divulgara, fora de portas, uma conversa que na sua qualidade de funcionário tivera com Massano de Amorim. Segundo o Simões, o Governador Geral iria decretar uma lei de melhoria salarial da qual seria ele próprio, Governador Geral, o maior beneficiado. O pobre Simões da Silva bem emitiu no dia seguinte uma folha volante tentando provar que apenas dissera a verdade, o que o comprometia mais ainda. Nada lhe adiantou escrever, e com razão ao que parece, que ‘os senhores da República Nova’ apenas estavam no seu papel ao fazer tais ‘provocações’. De qualquer modo, o atrapalhado 2º oficial Simões viu os seus salários suspensos como castigo por ser indiscreto, passando ainda por mentiroso. O director de *O Africano* ganhara em dois campos: por um lado vingara-se de um adversário político, por outro fizera recuar o Governador Geral, que se preparava para tal reforma salarial, não ficam com boa parte do bolo, como ainda discriminando europeus, indianos e africanos<sup>524</sup>.

Em 1918, devido a não revogação da Portaria dos Assimilados, o encanto com o Sidonismo começou a perder espaço entre os assimilados locais. Além disso, em finais de 1918, devido à falta de farinha em Moçambique, houve um racionamento do pão e os nativos sem alvará de assimilação não tinham o direito de comer pão<sup>525</sup>.

No aniversário de um ano de regime, foi inaugurada a revista *O 5 de dezembro*, que contou com a colaboração de vários funcionários públicos de Lourenço Marques e do próprio João Albasini, que foi convidado a escrever. Na forma de carta, João Albasini usava de ironias para criticar o regime anterior e os republicanos e fazer uma falsa saudação a Sidónio Pais<sup>526</sup>.

<sup>522</sup> *O Africano*, 10 de agosto de 1918.

<sup>523</sup> *O Africano*, 11 de setembro de 1918.

<sup>524</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>525</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 112-113.

<sup>526</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 113.

Eu que não venero homens, não adoro homens – tanto peor se forem daquela laia de quem governa rebanhos humanos – sei, parece-me (ou eu vivo nessa ilusão e isso me basta) sei contudo distingui-os, uns dos outros, ao terceiro gesto que façam: quer para domar, para beneficiar ou para castigar. E deste bom Sidónio tão odiado pelas facções políticas do nosso país eu tenho – chucha miserável! – a impressão mais agradável que ainda gravou em mim o procedimento de um homem!.

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes tem em mim um admirador<sup>527</sup>.

No final de seu texto, João Albasini finalizava profetizando um possível fim para o presidente-rei “Se o Sidonio cae, se o matarem as formigas é uma pena”<sup>528</sup>. E conclui que

Você que é que quer?

Pois ele ahi vai: Viva o Sidónio!

E que o bom senso o conserve e Deus o guie para a salvação deste povo dementado<sup>529</sup>.

Com o fim do Regime Sidonista, devido ao assassinato de Sidónio Pais, e a volta dos republicanos históricos, ocorreu a denúncia da publicação de *O 5 de dezembro* e de alguns textos de *O Africano* ao Estado-Maior por Adelino Figueiredo de Lima. Que afirmava

O número único de *O 5 de dezembro* embora pareça apenas uma homenagem ao falecido presidente da República não passa contudo de uma hostilidade flagrante contra o regime republicano. Aproveitou-se o pretexto sidonismo para ferir as instituições republicanas, infame e covardamente. Nada mais!<sup>530</sup>

*O Africano*, nos primeiros dias após a morte de Sidónio Pais, publicou textos que mistificaram a aura do governante e seu trágico fim na memória da História Política e Colonial de Portugal<sup>531</sup>. A mistificação de grandes líderes faz parte das mentalidades portuguesas, podemos citar também os efeitos do sebastianismo na população para a criação desses aspectos místicos de seus líderes. É interessante refletirmos sobre esse “colaboracionismo” de *O Africano* ao regime sidonista como um contexto de época. Devemos lembrar que ao longo da história perceberemos que certas camadas da intelectualidade sempre pactuaram com alguns regimes autoritários. No próprio caso de Sidónio Pais, podemos lembrar o apoio dado por Fernando Pessoa, que, em um longo poema, intitulado “À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”, no qual o homenageia com profunda

<sup>527</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>528</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>529</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>530</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>531</sup> MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 114.

reverência<sup>532</sup>. Se abrangermos mais essa problemática, podemos ressaltar o apoio de Heidegger ao nazismo nos anos 1930 e 1940 ou dos modernistas ao projeto do Estado Novo no Brasil. Além disso, convém indagarmos sobre como pessoas, consideradas cultas e nutridas pelos princípios do Iluminismo puderam pactuar de alguma forma com ideais segregacionistas e repressivos. Foi omissão ou isenção do contexto da época? Cada caso é único, mas no caso de João Albasini e dos assimilados, houve crença na superação de um regime fraco, inadequado e com grandes mazelas para o espaço colonial que foi a Primeira República Portuguesa.

### **E tudo chega ao fim: o editorial final e a “nova administração”**

Em 30 de novembro de 1918, João Albasini publicou um editorial intitulado *O Africano*, no qual assinala que a responsabilidade do jornal passaria a outras mãos a partir daquela data. Como destacado anteriormente, os finais de 1917 e 1918 foram um momento delicado na vida pessoal do jornalista e isso impactou no seu lado profissional à frente do periódico.

Em seu texto, percebemos a angústia daquele que não teria realizado grandes conquistas desde a fundação de *O Africano*. Em suas palavras

Com o presente numero termina a nossa responsabilidade de director, deste obscuro bi-semanario e com ela as canceiras de uma vida inglória de 9 anos, ficando somente a perdurar, não sabemos mesmo até quando, as más querenças, as inimizades e os ódios criados pela atitude que o jornal tomou no meio desta sociedade egoísta e podre, inimiga da Verdade e da Justiça, justamente alarmada e indignada pela aparição inoportuna e aborrecida de christão em terra de moiros. (...)

Lucta inglória, lucta estéril quase, foi a nossa, pois não nos cega a vaidade até a ponto de ter méritos onde os não há, e porque, verdade, verdade, as iniquidades são as mesmas se são maiores, e pelo longo caminho percorrido com tanta dificuldade e sacrifícios de toda a ordem sujeito a todos os remoques, insultos e desdêns, não vemos senão os mesmos erros, as mesmas faltas que verberamos, de novo erguidos como phantasmas, novamente de pé, resistentes, inamovíveis, eternos, rindo se da doce ingenuidade de quem lhes atirou pedras e julgou por vezes que os derrubava, quando apenas se agachavam prositadamente para com mais vigor formarem o salto e escalar o direito dos outros<sup>533</sup>.

Nessas expressivas linhas, são visíveis as agruras de um intelectual que se sentia derrotado diante das suas responsabilidades sociais. Todas suas inquietações de época, reivindicações, demandas e críticas ao Estado Colonial não trouxeram efeitos imediatos para

<sup>532</sup> PESSOA, Fernando. *Da República (1910-1935)*. Introdução e organização de Joel Serrão. Lisboa: Ática, 1979.

<sup>533</sup> *O Africano*, 30 de novembro de 1918.

as mudanças na vida da população de Moçambique, apenas incomodaram as autoridades coloniais, que buscaram silenciá-las de várias maneiras: censura, Portaria dos Assimilados ou o próprio silenciamento das queixas locais.

Despojado de seu estilo habitual marcado por ironias e comichidades, o último editorial de João Albasini apresenta uma nota intensa de “derrotismo” ou cansaço, típico daqueles que buscaram mudanças significativas para sua sociedade e viram suas palavras e ideias reivindicativas colocadas de lado pelos poderosos.

As dificuldades de se manter um jornal por quase uma década são ressaltadas pelo jornalista, que destaca os sacrifícios e problemas passados pelo periódico ao longo de sua gestão

Dificuldades de toda a ordem suportamos e, bem ou mal, com maior ou menor sacrifício, agüentamos o jornal até ao momento presente, em que as muitas outras se veio juntar uma e essa insuperável, que nos obriga a ceder o campo rendendo-nos a Fatalidade, Cumpram-se os Fados!<sup>534</sup>

Nesse último editorial, João Albasini resalta que irá à Europa naquele ano. Entre os motivos para essa viagem estão a busca da revogação da Portaria dos Assimilados e o tratamento para sua tuberculose. Nesse momento de sua vida, o escritor teria contato com os ideais do pan-africanismo e publicaria em jornais lisboetas de caráter socialista como *O Combate*. Durante sua estadia em Lisboa, João Albasini continuou enviando textos para o Grêmio para serem publicados em um novo periódico que ele, seu irmão e Estácio Dias administrariam, *O Brado Africano*.

Como visto, entre os principais colaboradores a publicar nas páginas de *O Africano* estão o próprio João Albasini e seus pseudônimos. No editorial em análise, há também consciência plena de sua importância intelectual e administrativa para a vida e sobrevivência do periódico

O administrador-secretário deste jornal, por circunstancias muito superiores a sua vontade tem que se retirar para a Europa a retemperar a saúde abalada e a trata do futuro dos seus. Esta inesperada resolução, filha de uma desgraça, causou outra desgraça ao “O Africano” que assim se verla privado do braço forte que o mantinha, do homem que todos os minutos disponíveis lhe consagrava<sup>535</sup>.

---

<sup>534</sup> *O Africano*, 30 de novembro de 1918.

<sup>535</sup> *O Africano*, 30 de novembro de 1918.

Além disso, João Albasini ressaltou que a administração do jornal seria transferida a alguém que teria força para conseguir bancá-lo. Devemos lembrar que as dificuldades para a manutenção do periódico eram grandes e havia forte dependência das propagandas publicadas em suas páginas finais. A administração do periódico passaria para as mãos do Padre José Vicente do Sacramento, que notoriamente enriqueceu em Lourenço Marques, devido a sua atividade missionária e a suas casas lotéricas:

Infelizmente não se encontram todos os dias e a medida dos nossos desejos Santos Rufino que se dediquem a jornaes. Convencidos pois da inutilidade da procura, resolvemos liquidar a nossa responsabilidade cedendo o jornal a quem se sentia com forçar e com capital para o agüentar<sup>536</sup>.

No número seguinte, em 04 de dezembro de 1918, saiu um editorial com o título *No mesmo campo*, sem autor identificado, mas acreditamos ser do Padre José Vicente do Sacramento, o novo proprietário do periódico. apresentando o novo programa que o jornal passaria a seguir. Em suas palavras, foi recordado que o jornal sempre militou desde suas origens e que buscava independência perante as administrações coloniais e estima de seus leitores. Entretanto, nas primeiras linhas o autor do texto assinala que a “causa portuguesa” sempre foi o fim do jornal, mas percebemos, graças às informações obtidas por esta pesquisa, que não foi bem isso. De acordo com o autor deste editorial

A sua causa foi sempre a Causa Portuguesa. O seu fim tem sido a defeza constante dos interesses de Portugal e das suas Colonias, muito particularmente, e com justa razão, a defeza desta Provincia, de que é filho<sup>537</sup>.

O texto assinala a mudança na gestão do jornal, proprietário e diretor. Mas adverte os leitores de que o periódico se mantém no mesmo “campo em que hontem esteve, está hoje, há-de estar amanhã, propugnando pela mesma causa e caminhando para o mesmo fim”<sup>538</sup>. Entretanto, perceberemos ao longo da nova gestão de *O Africano* que sua linha editorial mudaria completamente, propagando ideais de defesa das missões católicas portuguesas, independência de Moçambique perante Portugal e as causas africanas desapareceriam do periódico como, por exemplo, as seções de línguas landim, que foram substituídas pelas de língua inglesa.

---

<sup>536</sup> *O Africano*, 30 de novembro de 1918.

<sup>537</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

<sup>538</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

É interessante relatarmos que, desde a fundação de *O Africano*, o periódico afirmava que não trataria de assuntos políticos, mas, como demonstrado, a política permeou suas linhas ao longo da sua existência. Perante a nova gestão, essa afirmação foi novamente trazida à tona para afirmar que “a política não teve, no passado, lugar nestas colunas. No presente, e no futuro, não há-detel-o também”<sup>539</sup>. Assim

A nossa única política é, e será sempre, a dos interesses, morais e materiais, desta Província. A da sua boa honesta administração. A do seu Progresso, Ordem e Trabalho. A duma descentralisação e autonomia que a ponham ao abrigo da política, aterradora e dissolvente, da Metropole<sup>540</sup>.

O editorial inaugural da nova gestão buscou mostrar que *O Africano* não sofreria grandes mudanças e permaneceria com a mesma linha editorial construída ao longo dos seus anos. Apelos à sentimentalidade foram utilizados no texto inicial, sugerindo que a gestão estava disposta a permanecer ligada a diversos setores da colônia, porém, em nenhum momento, os africanos são citados.

Este jornal não é nosso. É da Província de Moçambique. É de todos. Pertence ao governo e aos seus funcionários. É dos militares, dos civis e dos eclesiásticos. É do alto e baixo comércio. É da grande e pequena indústria, é da grande e pequena agricultura. É dos ricos e dos pobres, dos grandes e dos pequenos; do operário e do cavador. É dos brancos, dos pretos e asiáticos. É dos portugueses e dos estrangeiros. É dos humildes, dos perseguidos e escravizados.

(...)

Somos amigos de todos. Não somos amigos de ninguém. Seremos amigos, certos, dos que trabalhem, de alma e coragem, com lialdade pura e com lial e firme sinceridade, na realização do fim a que nos propomos. Os que a nossa causa secundarem, esses serão os nossos amigos.

Algumas advertências são realizadas no editorial em foco, como a não aceitação de correspondências anônimas para a publicação de textos de colaboradores. Além disso, ameaças são feitas caso alguém tente enganar a “boa vontade” do novo proprietário do jornal:

Não aceitamos correspondências anônimas, a não ser quando, porventura, elas tratem d’assunto que pertençam ao bem geral da Província.

Quem precisar fazer acusações graves, por dever d’ofício ou de justiça, ou por, conveniência publica, faça-o em documentos reconhecidos por um notário.

Quem nos enganar uma vez, abusando da nossa confiança, amizade ou boa fé, não nos enganará mais. E há-depagal-o nos tribunais, sempre que a gravidade do caso o requeira<sup>541</sup>.

<sup>539</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

<sup>540</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

<sup>541</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

Um tom mais sério, rústico e agressivo assoma nessas linhas inaugurais, totalmente diferente do que até então *O Africano* apresentara a seu público leitor. A preocupação de manter um público consumindo o periódico é perceptível com algumas configurações que irão ilustrar o cabeçalho do jornal

**Figura 4.2 Cabeçalho do periódico a partir da administração do Padre José Vicente do Sacramento**



Fonte: *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

Analisando o novo cabeçalho, perceberemos que a gestão se aproveitou do renome que João Albasini possuía na sociedade de Lourenço Marques e destacou que o jornal foi fundado por esse jornalista. Isso pode ser encarado como uma estratégia de conseguir manter o mesmo público leitor anterior. Além disso, o subtítulo “o jornal de maior circulação da província de Moçambique” é preservado e ganha destaque logo acima do nome do escritor.

O cabeçalho, iniciado pela divisa “Por Moçambique”, ostenta ainda o lema “Justiça, Verdade e Direito”, palavras que, juntas, entoariam um sentido forte e extremamente nacionalista, que poderia levar o público leitor a acreditar que *O Africano* seria um arauto desses altos substantivos abstratos. Sabemos, porém, que o Padre José Vicente do Sacramento ao comprar o jornal buscava se aproveitar da alta circulação para defender as missões católicas na localidade e certo Irredentismo. Essa hipótese pode ser comprovada pelo tom de esperança assumido nas linhas finais do editorial inaugural da nova gestão:

Contamos com desgostos, inimizades, calúnias, perseguições, dificuldade e prejuízos visto que estamos fora das normas da época e da nossa terra. Tudo isso nada importa. O nosso caminho está traçado<sup>542</sup>.

<sup>542</sup> *O Africano*, 04 de dezembro de 1918.

O tom literário que permeava as páginas de *O Africano* desapareceu com a nova gestão, que trazia textos desprovidos de caráter mais acentuadamente jornalístico. A ironia e a expressividade, uma das suas principais marcas para criticar os desmazelos do Estado Colonial, desapareceram de suas linhas.

Após um ano da venda do jornal, *O Africano* saiu de circulação. Não sabemos os motivos reais para tal ocorrência, devido às publicações do ano de 1919 não darem pista para esse acontecimento. Mas, acreditamos que ocorreu a debandada de público leitor, ao longo deste ano, para *O Brado Africano*, periódico que, surgido em 1918, contava com a tríade administrativa de *O Africano*, a qual permite que consideremos o novo jornal como o sucessor de *O Africano*, de perfil ainda mais combativo, cuja principal bandeira é: “Em defesa da causa africana”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sabendo bem que nem todas as verdades se dizem, persistimos todavia em dizel-as. É vício de origem que conosco morrerá. (João Albasini)*

Ao longo desta pesquisa percebemos que em Moçambique, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o surgimento de uma importante camada populacional reivindicativa, uma elite africana letrada, que buscou trazer à tona suas demandas, críticas, denúncias e dilemas através da organização de uma associação, o Grêmio Africano de Lourenço Marques, e da criação de um jornal, que se tornou seu porta-voz, *O Africano*.

Entre os anos de 1908 a 1919 ocorreu uma forte atividade jornalística nas páginas do periódico, que denunciava as mazelas e abusos das administrações coloniais portuguesas em Moçambique. As pautas de protesto que ganharam forte impacto em suas páginas foram a corrupção moral e de costumes trazida pelo uso do vinho para o preto, a falta de organização para colocar em prática as promessas feitas pela República, a demanda por uma educação que chegasse a todos os habitantes da colônia, a péssima estrutura das missões religiosas e os abusos legislativos da Portaria dos Assimilados.

*O Africano* foi, em diversos momentos, vítima e colaborador das demandas do seu tempo. Enquanto vítima podemos lembrar a censura que o jornal sofreu em diversos momentos de sua história, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial. E, como colaborador, temos que assinalar as propagandas e comunicados que estampavam suas páginas mostrando um claro ideal de civilidade europeia e um padrão de vida próprio da metrópole portuguesa, contradizendo seu discurso em busca da “causa africana”, além da própria colaboração de seu diretor com o Sidonismo.

*O Africano*, originalmente dirigido por um importante triunvirato (João Albasini, José Albasini e Estácio Dias), estampou em suas páginas o sentimento de insatisfação da população perante as promessas da “missão civilizadora” que Portugal representaria para Moçambique. Em suas linhas, percebemos um sentimento de pertencimento e desejo que fossem considerados como parte da pátria portuguesa, mas na prática diversos mecanismos de exclusão foram criados para que essa elite de assimilados não alcançasse tal estatuto.

Nos textos publicados em suas páginas, há um forte teor literário, que começou a germinar nos primeiros anos de Novecentos. Esse broto de literariedade, que floresceria mais

tarde, deveu-se à potente atividade mental e à erudição de seu diretor: João Albasini, residente em Lourenço Marques, uma importante urbe de trocas culturais e comerciais na região, na qual o trânsito cultural era intenso e reverberava sobre a população. Como um importante centro comercial, político e cultural na região sul de Moçambique, a capital da colônia recebeu diversos emigrantes, o que favoreceu uma forte interação cultural, que repercutiu em sua elite local.

Como membro dessa elite de Lourenço Marques, João Albasini, dono e diretor do periódico, buscava nos seus escritos apresentar-se como africano alfabetizado e digno da alcunha de “cidadão português”. Em seus textos, percebemos o alto conhecimento e domínio da língua portuguesa, o cultivo de outras línguas e literaturas e o uso expressivo da ironia para a criação de uma atmosfera particular em seus textos. Além disso, devemos lembrar a complexidade de criação de seus pseudônimos, João das Regras e Chico das Pegas, que representavam ideais próprios e possuíam uma expedientes textuais também particulares. O contato de João Albasini com administradores coloniais e membros da elite da capital lhe dava um papel de destaque entre os assimilados de Lourenço Marques. Sua alta sociabilidade possibilitou que o jornal sobrevivesse por tantos anos e circulasse por toda a colônia, além de favorecer que o jornalista-escritor conhecesse outras culturas e registros textuais.

Mesmo muitas vezes à sombra de seu irmão, José Albasini possuía características editoriais e escritas próprias, marcadas por um forte desejo de denúncia e combatividade dos abusos do colonialismo português. Após a morte do irmão em 1922, assumiu as pautas reivindicativas da elite de assimilados de Lourenço Marques e administrou o jornal sucessor de *O Africano*, de postura mais radical: *O Brado Africano*. Em raros momentos, Bandana, seu pseudônimo, escreveu em língua portuguesa para os periódicos, mas nesses casos únicos percebemos uma escrita fortemente rebuscada e agressiva, em tudo diversa da de seu irmão, que empregava recursos de ironia e arranjos estilísticos capazes de imprimir literariedade a seu jornalismo.

Além dessas duas importantes figuras que fizeram parte da redação e gestão de *O Africano*, devemos lembrar que o periódico possuía uma considerável diversidade de vozes, já que setores católicos e anarquistas/proletários publicavam no jornal, com suas próprias pautas reivindicatórias. Assim como a colônia era um espaço plural e de disputa de poder, *O Africano* era um espelho dessa sociedade, representava essas diversas vozes combativas e muitas vezes inimigas entre si, demonstrando os dilemas que existiam em suas linhas ao longo de seus onze anos de existência.

Enfim, sem esses dilemas literários, históricos e sociais ativos em suas páginas, *O Africano* não teria se tornado um dos principais periódicos surgidos em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Devemos enfatizar seu importante papel na construção de uma base literária para as futuras gerações de escritores e autores moçambicanos, que fizeram parte posteriormente das colunas de *O Brado Africano* sobre administração de Estácio Dias e José Albasini. Acreditamos que, sem a sustentação propiciada por *O Africano* e seus gestores, os escritores posteriores estariam menos respaldados para a construção de um sistema literário em Moçambique.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

*O AFRICANO*

*O BRADO AFRICANO*

### Bibliografia

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos*. Cótia-SP: Atelie Editorial, 2007.
- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. Cótia, SP: Atelie Editorial, 2007.
- ACHEBE, Chinua. *A Educação de uma criança sob o protetorado britânico*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.
- ACHEBE, Chinua. Entrevista concedida ao *The Atlantic* online. *An African Voice*, 2 agosto, 2000. Disponível em <http://www.theatlantic.com/past/docs/unbound/interviews/ba2000-08-02.htm> Acessado em 12 de setembro de 2020.
- ACHEBE, Chinua. *Hopes and Impediments, selected essays*. Anchor Books, 1990.
- AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnoi, 2008.
- ALBUQUERQUE, Orlando; MOTTA, José Ferraz. *História da Literatura em Moçambique*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *O autor é um produtor*. São Paulo: Ática, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel, 1998.
- BOWAT, Juan Maria Gwasch. O jornalismo em África e no mundo árabe. IN: QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015.
- BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922)*. Maputo: Alcances Editores, 2014.
- CABRAL, Amílcar. *Libertação Nacional e Cultura. Esquerda*. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/amilcar-cabral-libertacao-nacional-e-cultura/63817> Acessado em 12 de setembro de 2020.
- CABRAL, Manuel Villaverde. A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo). *Análise Social*, vol. XV (58), 1919, 373-392
- CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934.
- CANDIDO, Antonio. A vida aos rés-do-chão. IN: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1987, p. 4-13.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins. 1961.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A Queiroz, 2000.

- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. IN: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 140-162.
- CAPELA, José. *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Maputo: Litografia Ach. Brito, 1995.
- CAPELA, José. *O vinho para o preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura-nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- CHAUI, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Herzog*. Alfragide: Editora Leya, 2010.
- CORBISSIER, Roland. Prefácio. IN: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DORES, Hugo Gonçalves. *A missão da República: política e religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRY, Peter. Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Asia*, n. 30, p. 271-316, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIRRO, Leandro Antonio. *Tempo, papel e tinta: imprensa e fotografia sobre Moçambique (1897-1937)*. Tese (Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História – UNESP/Assis). Assis: Faculdade de Ciências e Letras, 2018.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, jan./jun. 2009, pp. 135-154.
- HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique. João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*. V. 6, n. 1, 2010, pp. 195-214.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi(Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa IN: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. IN: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- MACEDO, Tania. *Uma cidade e sua escrita: a representação literária de Luanda*. Tese de Livre Docência. Assis: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filhos”, 2003.

- MACEDO, Tania; MAQUÊA, Vera. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- MADEIRA, Ana Isabel. *Ler, escrever e orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique 1850-1950. Doutorado em Ciência da Educação*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2007
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalho da minha vida*. Vol IV. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945.
- MELO, A. Borges. *História da Imprensa de Angola*. Rio de Janeiro: Semana Ilustrada Editorial Ltda, 1993.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MENDONÇA, Fátima. “Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique”. IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012.
- MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana as dobras da escrita*. Moçambique: Ndjira, 2011.
- MENESES, Filipe Ribeiro. O Império Português. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- MINDOSO, André Victorino. *Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.
- MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. *Itinerários*, Araraquara, n. 30, jan/jun.2010, p. 65-84.
- MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições (1900-1922)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. IN: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2002.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. IN: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2002.
- NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Em defesa da causa africana: Intervenção do Grêmio Africano na sociedade de Lourenço Marques (1908-1938)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1989.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- N’GANA, Yéo. Uma tradução de *Décoloniser l’esprit de Ngugi wa Thiong’o. Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*. Juiz de Fora, MG: UFJF, v.6, n. 2, 2018, pp. 93-102,.
- NOA, Francisco. *A escrita infinita: ensaios sobre literatura moçambicana*. Maputo: Ndjira, 2013.
- NOA, Francisco P. S. “Da literatura e da imprensa em Moçambique”. IN: RIBEIRO, F; SOPA, A. (Coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996.
- NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. São Paulo: Editora Kapulana, 2015.

- NOA, Francisco. *Uns e outros na literatura moçambicana: ensaios*. São Paulo: Editora Kapulana, 2017.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Class and the customary: ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000.
- OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. *A História da descolonização das mentes em Ngugi wa Thing'o (c. 1964-1986)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2018.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- PENVENNE, Jeanne Marie. João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in Colonial Mozambique. *Journal of African History*, v. 37, n. 3, 1996, p. 419-464.
- PENVENNE, Jeanne M. We are all Portuguese!: challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933. IN: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Berkeley: University of California, 1989.
- PEREIRA, Matheus Serva. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha”: propaganda e cotidiano nas páginas de *O Africano* (1909-1919). IN: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida (Orgs.) *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, pp. 73-97.
- PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sérgio Ribeiro. República e Religião, ou a procura de uma separação. AMARAL, Luciano (Org.) *Outubro. A revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- REZENDE, Patrícia Oliveira de. *O ficcional e o histórico na literatura de João Paulo Borges Coelho*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Niterói: Instituto de Letras (UFF), 2016.
- ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique*. Vol. 1 (Lourenço Marques – Panoramas da Cidade) Lourenço Marques: A Portuguesa, 1929.
- RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique*. Vol. 10 (Raças, Usos e Costumes Indígenas, Fauna Moçambicana). Lourenço Marques: A Portuguesa, 1929.
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAMPAIO, Thiago Henrique. O comércio colonial lusitano em transformação: o caso do vinho e algodão em Moçambique (1890-1923). *Faces da História*, v. 5, n. 1, 2018, pp. 225-243.
- SAMPAIO, Thiago Henrique. *Portugal em África: continuidades e rupturas na colonização em Moçambique (1875-1926)*. f. 295. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.
- SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*. Paris: Gallimard, 1948.

- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? IN: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, pp. 127-179.
- SÒRIA, Eric. O jornalismo literário – ou a imprensa veículo da literatura moderna. *Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6 (2005), pp. 187-203.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930). IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- THIONG’O, Ngugi. *Decolonising the mind*. James Carrey, 2005.
- THIONG’O, Ngugi. The Commitment of the Intellectual. *Review of African Political Economy*, v. 12, n. 32, p. 18-24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03056248508703611>. Acessado em 13 de setembro de 2020.
- THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.
- WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 26, 2009, pp. 219-232.
- ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, pp. 73-86.
- ZAMPARONI, Valdemir D. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-c. 1940*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: USP, 1998.
- ZAMPARONI, Valdemir. Saúde e fraternidade!: ecos e leituras da proclamação da República Portuguesa em terras africanas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, pp. 111-129.

## ANEXO

### **Anno Novo – Era nova**<sup>543</sup>

Torna-se necessaria uma explicação clara para que o terror não invada as criaturas moralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que ás almas biliosas(carregadas quase sempre de autoritarismo) dos homens do poder não se agarre a mera idéia das represálias e despostismos que, remédio muito recomendado cá pelas terras d’ Africa. – manancial fencudo onde medram as nullidades...

Não é preciso ir aos velhos archivos da história buscar o Caviant Consules dos Romanos; este papel, este jornalsinho, não vem irritar vaidades e muito menos demolir o existente! Pretende, (se nos permitem o termo), sómente, com mita urbanidade, - e algum receio do fiasco, - lembrar, ás negras gentes deste vasto território africano, que somos chegados ao fim do anno da graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

Neste fim de anno em que se afundam fortunas tidas até aqui como solidas, em que a propriedade desceu tão baixo – que quase se agradece ao Banco, o empenho doloroso de executar, arrematar por dez reais de mel coado, o que constituía a riqueza d’um triste diabo -; este fim do anno que mais parece o fim de um mundo, - que lição cruel é desmedida ambição de muitos que, sem escrúpulos, e calcando aos pés a consciência, extorquiram terrenos a pretos embasbacados de tanta vilania, empalmaram com subtileza e engenho, areas pavorosas, bocados de terrenos, uma nesga improdutiva de terra, escorraçando para lá, muito para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização!

Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Vamos porém ao que importa, e deixemos esta triste história da duração ephemera dos bens humanos:

Um grupo humilde – das tristes humildades dos homens de cor – pretende, anceia, quer fundar, n’esta cidade, uma escola de instrucção primaria ministrando também, conforme as posses, alguns conhecimentos úteis aos alumnos. Para fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrucção espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este numero único.

Nada de sustos...

---

<sup>543</sup> *O Africano*, 25 de dezembro de 1908.

Esse grupo fundou um Grémio Africano composto, unicamente, de elementos africanos, - podendo fazer parte d'essa agremiação, como sócios protectores, todos os homens d'outros países que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola.

Porque se fundou esta Sociedade?

O motivo é longo de explicar mas vamos tentar resumil-o:

Há muitos centos d'annos já que aceitamos um jugo dos que julgávamos civilisadores; e, melindres á parte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais. – É verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão temos ousado dizer á onda corrupta: basta!

Em troca desta submissão, que causa pasmo no estrangeiro, que temos nós?

Nada!

Nem estradas, nem fontes, nem oficinas nem escolas!

Temos – para que a raça mais depressa pereça, se desfaça no esquecimento do tumulto – o vinho branco para pretos e liberdade plena, pleníssima, incontestável de tomarmos bebedeiras abomináveis irmãs da demência, com essa infamíssima mixórdia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçada terra esquecida de Deus!

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazer-lhe compreender que nem só de zurrapa vive o homem.

Para todo este vasto programma não basta a eloquência verbosa de meia dúzia de homens bem intencionados: é preciso uma escola onde se ensine ás creanças, - os homens d' amanhã, - a verdade e o horror ao vicio.

Mas, para persuadir, interessar o espírito rebelde do preto – obcecado pela idéia das religiões – e convencê-lo de que a humanidade não está para rezar e que o próprio Deus já muito envergonhado da fama que lhe criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se á privada, que dolorosa tragédia, que de paciência a despende!...

O preto não duvida da excelência da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

É agora, aqui neste ponto que convidamos os civilisadores a reverem-se na sua obra... Os súbditos de SM, o Rei de Portugam não fallam o portuguez! – E dura este domínio há 400 anos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este território já muito preto sabe ler: mas sabe ler o quê? Landim!!!

Somos portanto, obrigados a escrever em landim para sermos compreendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:

Os dialectos cafres.

Pode parecer uma parvoíce – e talvez seja – mas comprehendemos muito bem que não é landim que nós precisamos de saber – queremos falar e escrever portugûês, o melhor que pode ser.

Somos portuguezes.

A ideia d'esta escola, pode dizer-se que é um protesto á orientação seguida ultimamente pelos nossos paes da pátria.

Todo o seu d'elles, com o Sr. Bispo de Siene á frente, é que os missionários e missionados só fallem landim.

O que pretendem? Ignoramol-o. Coisa bôa não é, por certo.

Para oppôr uma forte barreira á tolíce pretendemos pois, fundar uma escola para ensino do portugûez e, juramos: - dentro da nossa escola não se fallará noutra língua. Assim nós que não somos os pioneiros da civilização daremos um cheque em ordem a essa criminosa deliberação dos homens no poder.

Contamos – lealdade acima de tudo – com este programma, desviar a corrente dos adeptos das missões, o que não é difficil porque a verdade esta comnosco, porque nós vamos educar e não continuar a embrutecer com o landim as pobres creanças que teem direito aos nossos cuidados. É este o nosso fim.

Com infinita magoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da pecúnia. No fundo todos os grandes ideaes humanos bebidos em longos sorvos teem um amargo aborrecido, sabem a fel – pois para tudo é preciso, sempre, o metal vil dos poetas. O ideal é sonhar, mas o útil e proveitoso demanda trabalho e dispêndio de dinheiro. Assim nós, que vogávamos sonhando, no doce rio da chimera acordamos com um gosto amargo na bocca ao pensarmos que para todos esses comettimentos não temos uma quinhenta. Mundo torto, muito torto! Enfim, bem ou mal está lançada a ideia. Realizal-a é o nosso fim – para levarmos a bom porto e salvamento o nosso sonho precisamos da coadjuvação de todos. A quota é insignificante: 500 reis mensaes. Se encalharmos n'este tempetuoso mar de egoísmos, ao menos que seja levada em desconto dos nosso peccados, a nossa reconhecida boa vontade. Festeja-se hoje o nascimento de Jesus Christo, um amigo dos humildes. É hoje um dia em que se devem esquecer os agravos, perdoar faltas... Que nos perdoem – como nós perdoamos – os que possam ver n'este ligeiro artigo alguma offensa, uma phrase menos

conveniente. Este artigo é escrito para ser lido sem óculos: dispensa a dupla vista – e se não vae bem vasado nos moldes jornalísticos tomem isso á conta de sermos leigos na matéria, obscuros obreiros da legião do futuro... (sem piada), muito embora esta verdade doa aos homens do vinho, e a SS. Ex. senhores cantineiros. Boas festas christãos!